INÊS 249

Política monetária
Galípolo reafirma ‘desconforto’ do BC com a inflação e diz que alta da taxa Selic está na mesa C2



Reforma tributária
Câmara aprova urgência, e regras para gestão e distribuição do IBS serão votadas direto em Plenário A14



Café
Queda de temperatura e geadas em regiões produtoras de SP e MG elevam os preços na bolsa de Nova York B8

Terça-feira, 13 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6064 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Economista influente da história do país, Delfim serviu à ditadura e aconselhou a esquerda

Déficit da balança da indústria atinge o maior valor da última década

Comércio exterior O saldo negativo chegou a US$ 28,4 bi no 1º semestre, puxado pelo resultado do setor automobilístico

Marta Watanabe
De São Paulo

No primeiro semestre, o saldo da balança comercial brasileira — a diferença entre exportações e importações do país — registrou US$ 42,3 bilhões, o segundo maior superávit para o período. No entanto, o déficit da balança da indústria de transformação alcançou US$ 28,4 bilhões, o maior valor da última década.

O ramo de automóveis, incluindo reboques e carrocerias, teve déficit equivalente a mais de um quinto do resultado da indústria, com saldo negativo de US$ 6,57 bilhões, mais que o triplo do US$ 1,94 bilhão registrado no primeiro semestre de 2023 e recorde para o período. Na série histórica, o déficit da indústria do primeiro semestre só perde para os observados em 2013 e 2014, que superaram US$ 34 bilhões. De janeiro a junho de 2024, o déficit se aprofundou em 25,7% frente a igual período de 2023.

Os dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) mostram que três dos quatro grupos analisados pioraram seu saldo comercial. A exceção foi o bloco de menor intensidade tecnológica da indústria de transformação, cuja atividade se aproxima das extrativas e agropecuárias, segundo o economista-chefe do Iedi, Rafael Cagnin.

Nos ramos de maior intensidade tecnológica (alta e média-alta) a deterioração veio pelo encolhimento das exportações e ampliação das importações. Na média alta tecnologia, a indústria automobilística responde por 90% da deterioração do saldo no decorrer do primeiro semestre. As exportações do setor caíram 20,4%, para US$ 5,9 bilhões, enquanto as importações avançaram 33,2%.

Welber Barral, da consultoria BMJ, diz que, apesar de os déficits em alguns grupos terem sido impulsionados por fatores conjunturais, como o maior desembarque de automóveis elétricos e híbridos em razão da alta do Imposto de Importação, fatores estruturais também tiram a competitividade da indústria.

Também houve queda de 11% nas exportações de máquinas e equipamentos e alta de 9,1% nas importações. Segundo Cagnin, desde a crise internacional de 2008-09 nos Estados Unidos e na Europa, os chineses redirecionaram suas exportações para outros mercados, como a América Latina, incluindo o Brasil, movimento que se repete agora, com o aumento das barreiras e a guerra comercial entre EUA e China. **Página A3**

Delfim Netto, ‘ex-czar da economia’, morre aos 96

Claudia Safatle e Sergio Lamucci
De Brasília e São Paulo

Ex-ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento e ex-deputado federal, Antonio Delfim Netto morreu ontem aos 96 anos. Por mais de cinco décadas, ele foi personagem e testemunha da história do país. Foi de office boy na Gessy Lever ao mais poderoso ministro da Fazenda do país; de “czar da economia” em boa parte da ditadura militar ao mais influente conselheiro do governo do ex-líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva; e de patrono do “milagre” brasileiro a encarregado de gerir o país na quebradeira dos anos 1980.

Como ministro da Fazenda dos governos dos generais Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, comandou toda a economia, tarefa facilitada pelo AI-5, que assinou. A 2ª passagem pelo governo militar não teve o mesmo sucesso, quando assumiu as pastas da Agricultura e do Planejamento. Eleito deputado por cinco mandatos, participou da elaboração da Constituição de 1988. **Páginas A12 e A13**

Avon pede proteção contra credores nos EUA

Ana Luiza de Carvalho e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

A Avon Products Inc. (API), subsidiária não operacional da Natura e holding da marca de beleza nos Estados Unidos, entrou ontem com pedido de proteção contra credores na Justiça de Delaware, processo conhecido como “Chapter 11”. A Natura pretende fazer uma oferta no processo pelos ativos operacionais da marca, no valor de US$ 125 milhões.

Com o pedido na Justiça americana, os estudos estratégicos para uma possível separação dos ativos da companhia internacional e da Natura foram suspensos, até que a reestruturação seja concluída. A Natura tinha planos para segregar os ativos da Avon Internacional, com presença em 37 países da Europa, Ásia e África, dos negócios da América Latina.

A compra da Avon, anunciada em maio de 2022, que avaliava os ativos à época em cerca de US$ 2 bilhões, foi mais um passo importante no processo de internacionalização do grupo brasileiro. Com o acordo, os acionistas da Avon ficaram com 24% da operação e o restante, nas mãos da companhia de beleza nacional. Mas, desde a pandemia, as aquisições da Natura fora do país pesaram no endividamento da companhia. De lá para cá, o grupo vendeu dois importantes negócios internacionais, a marca de luxo Aesop e a The Body Shop.

Em nota, a Natura diz apoiar “o procedimento voluntário de reestruturação financeira de sua subsidiária não operacional Avon Products Inc. iniciado nos Estados Unidos para tratar de dívidas e passivos pré-existentes”. **Página B3**

Licitação de saneamento no Piauí é adiada

Taís Hirata
De São Paulo

O leilão de saneamento básico do governo do Piauí, que estava agendado para amanhã, não recebeu propostas e por isso foi adiado, segundo fontes. A concessão previa em torno de R$ 8,6 bilhões em investimentos para a universalização dos serviços de água e esgoto. Estava previsto no edital o pagamento de uma outorga mínima de R$ 1 bilhão, a ser desembolsado pelo vencedor antes da assinatura do contrato — este teria sido o principal ponto que afastou possíveis interessados. **Página B5**

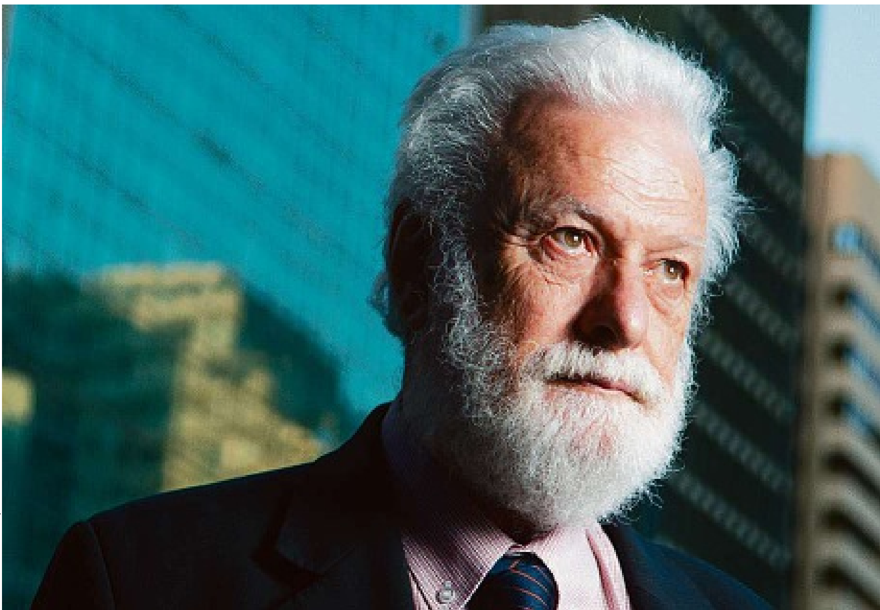
Indicadores

Ibovespa	12/ago/24	0,38 % R$ 21,7 bi
Selic (meta)	12/ago/24	10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	12/ago/24	10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	12/ago/24	5,4905/5,4911
Dólar comercial (mercado)	12/ago/24	5,4951/5,4957
Dólar turismo (mercado)	12/ago/24	5,5364/5,7164
Euro comercial (BC)	12/ago/24	5,9995/6,0007
Euro comercial (mercado)	12/ago/24	6,0064/6,0070
Euro turismo (mercado)	12/ago/24	6,0896/6,2696



Urbanismo

ROGERIO VIEIRA/VALOR



O pedagogo e pensador italiano Francesco Tonucci defende reorientar o planejamento urbano com foco na 1ª infância, o que, segundo ele, beneficiaria todo o conjunto da sociedade. Página A16

Israel e EUA se preparam à espera de ataque do Irã

Dow Jones

Israel impôs alerta máximo às suas Forças Armadas pela 1ª vez neste mês, após observar preparativos do Irã e do Hezbollah para possíveis ataques. O Departamento de Defesa dos EUA disse que está enviando um submarino com mísseis guiados para o Oriente Médio, além de acelerar a chegada de um segundo porta-aviões. “Nossa avaliação é consistente com a que os israelenses divulgaram”, disse John Kirby, porta-voz do Conselho Nacional de Segurança dos EUA, referindo-se à visão de que “algo poderá acontecer já nesta semana da parte do Irã e seus representantes”. **Página A17**

Os efeitos da guinada de políticas monetárias nos EUA e Japão
John Plender A19

Após quatro anos do novo marco, a evolução do saneamento foi a possível
Marina Schneider A18

Empresas mais pessimistas com a inflação

Estevão Taiar
De Brasília

As empresas não financeiras projetam para os próximos três anos inflação superior à estimada pelo mercado. É o que sinaliza a pesquisa trimestral Firmus, divulgada pela primeira vez, ainda em formato piloto, pelo Banco Central. A pesquisa mostra que a projeção mediana das empresas para o IPCA é de 4% para 2024 e 2025 e de 3,7% para 2026. As estimativas são superiores às do mercado, que projeta altas de 3,89%, 3,77% e 3,6%, respectivamente, segundo o Boletim Focus. Ao todo, 92 companhias participaram da Firmus, com coleta de informações entre 13 e 31 de maio. O levantamento, de acordo com a autoridade monetária, “capta a percepção de empresas não financeiras quanto à situação de seus negócios e às variáveis econômicas que podem influenciar suas decisões”. **Página A4**

BUENO NETTO
50 ANOS
VEJA NAS PÁGINAS A9, A10 e A11.

INÊS 249

Brasil

Inflação de idosos é mais alta; mínimo repõe perdas com sobra



Pedro Cafardo

Em julho, esta coluna tratou da questão da desvinculação dos benefícios da Previdência. O tom da conversa foi sobre o risco de superendividamento dos idosos caso venha a prevalecer a proposta de desvincular reajustes de aposentadorias e outros benefícios da variação do salário mínimo.

A desvinculação, na prática, tiraria dos idosos que recebem um salário mínimo (dois terços do total) a possibilidade de participar dos ganhos reais da economia. Hoje, ao acompanhar os reajustes do mínimo, os benefícios aumentam acima da inflação oficial, porque são acrescidos do índice de variação do PIB.

Essa vinculação ajuda a aumentar o déficit fiscal do governo em bilhões de reais. A ideia dominante entre os fiscalistas é de que o reajuste deveria seguir apenas a inflação. Ocorre que esse ajuste nem sempre repõe o poder de compra de aposentados e pensionistas, porque os principais gastos dos idosos, como remédios e planos de saúde, tendem a subir mais que a inflação oficial.

Ao ler a coluna de 23 de julho, o aposentado José Carlos Lyrio Rocha, de Vitória (ES), se disse "profundamente tocado". Manifestou a esperança de que o assunto estimule reflexões no meio acadêmico e deu uma sugestão: "Nós aposentados trocaríamos, sem problemas, o atual modelo de correção dos nossos proventos por um índice que melhor se ajustasse à cesta básica de produtos para idosos".

Essa sugestão é viável? A pergunta foi feita ao economista e diretor do FGV Ibre Luiz Guilherme Schymura, também colunista do **Valor**. Teoricamente, sim, foi a resposta, porque faz mais sentido o idoso receber seu benefício corrigido por um indicador atrelado à sua cesta de consumo, independentemente de a inflação estar acima ou abaixo desse indicador.

Schymura lembrou que esse indicador já existe, é calculado pela FGV e chama-se Índice de Preços ao Consumidor – Terceira Idade (IPC-3i). Mede a evolução do custo de vida para famílias com indivíduos com mais de 60 anos de idade.

O que mostra o IPC-3i nos últimos 30 anos? Aumentou mais ou menos que a inflação oficial? Aí as respostas foram dadas pelo economista André Braz, coordenador de índices de preços do FGV Ibre. De agosto de 1994 até junho de 2024, o IPC-3i registrou aumento de 838,59%. Esse aumento é superior ao observado no INPC (671%) e no IPCA (658%) no mesmo período, revelando uma dinâmica particular que merece atenção.

No longo prazo, portanto, está claro que o custo de vida dos aposentados cresce mais que a inflação oficial. Mas nem sempre é assim no médio e curto prazo. Braz observa, por exemplo, que nos 12 meses até junho último o IPC-3i subiu 3,9%, ligeiramente acima do INPC (3,7%), mas abaixo do IPCA (4,23%). No ano passado, essa relação foi a mesma: IPC-3i de 3,77%, acima do INPC (3,71%) e abaixo do IPCA (4,62%).

Inflações em 30 anos

Variações de índices x salário-mínimo – julho de 1994=100

2.500
2.000
1.500
1.000
500
1994 2002 2015 2024
Mínimo 2.179,35
IPC-3i 938,59
INPC 771,42
IPCA 757,88

Fontes: IBGE, FGV Ibre e Ministério do Trabalho

A tendência de longo prazo, porém, é de o IPC-3i aumentar mais que os índices oficiais de inflação. Alguns benefícios para idosos, lembra Braz, equilibram um pouco o cenário, como a gratuidade no transporte público e a meia-entrada em cinemas, teatros e shows.

Quando se compara a inflação dos idosos com a "inflação" do salário mínimo, vem uma surpresa. O aumento do mínimo nesses 30 anos é muito superior ao do IPC-3i: 2.079% contra 839% *(ver gráfico)*. Ou seja, o salário mínimo subiu 2,5 vezes mais que o custo de vida dos idosos, resultado de políticas de recuperação e valorização salarial nesses 30 anos.

Quem prega a desindexação total no país sugere que o salário mínimo poderia ser reajustado mediante negociação entre representações trabalhistas, empresariais e do governo. Mas isso é utopia num país em que os sindicatos trabalhistas e patronais foram dizimados e em que a correção monetária é quase uma "cláusula pétrea" econômica.

A sugestão de Lyrio Rocha, enfim, não seria benéfica à maior parte dos aposentados, mas apenas àqueles com proventos mais elevados, que já têm reajuste baseado apenas na inflação. A mudança da correção daria algum alívio aos cofres da Previdência e às contas públicas em geral no longo prazo. Mas é cruel querer resolver esse problema fiscal empurrando idosos e deficientes para o superendividamento e a pobreza extrema.

Delfim anistiado

Delfim Netto, que morreu ontem aos 96 anos, foi um dos mais poderosos ministros do regime militar que sucedeu ao golpe de 1964. Assinou o Ato 5, que legalizou a ditadura e permitiu a censura e a tortura. Foi acusado de promover concentração de renda e criticado pela ideia de que seria preciso "primeiro deixar o bolo crescer para depois distribuí-lo", frase que sempre negou ter dito. Mas o tempo passou, ele colaborou com o governo Lula e a esquerda atenuou suas críticas. Delfim morreu anistiado por parte da esquerda, a menos revanchista. Certamente em razão de seu desenvolvimentismo, que proporcionou ao país um período de extraordinário crescimentoeconômico.

Pedro Cafardo é jornalista da equipe que criou o **Valor Econômico** e escreve quinzenalmente às terças-feiras
E-mail: pedro.cafardo@valor.com.br

Aviação Acordo aprovado pelo Cade neste ano prevê que Latam pode ter direito a até 30% das ações da rival em troca de investimento

Parceria com Latam é vista como essencial para futuro da Voepass

Cristian Favaro
De São Paulo

A ligação entre Latam e Voepass entrou na mira de clientes e do setor, que monitoram o desdobramento da crise envolvendo a queda de um avião da Voepass na última sexta-feira. Nos bastidores, fontes destacaram que a sobrevivência da empresa está nas mãos da Latam, que ajudou na reestruturação da Voepass e tem janela até de ter 30% da parceira no futuro diante da conversão de dívidas.

O ATR que caiu na sexta-feira em Vinhedo, no interior de São Paulo, era operado pela Voepass e comercializado pela Latam dentro de uma parceria de compartilhamento de voos (chamada de "codeshare"). No total, 62 pessoas morreram, entre tripulantes e passageiros. Nas redes sociais, a Latam passou a ser cobrada a até cancelar a parceria, com clientes alegando que comparam uma passagem na Latam, e não com a Voepass.

A relação entre a Latam e a Voepass começou em 2014 com acordo de codeshare entre as empresas. Mas foi em 2024 que a Latam jogou essa parceria a um outro nível ao conseguir a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para emissão de debêntures conversíveis pela Voepass que dão direito à Latam de converter seu investimento em até 30% das ações do grupo Voepass — o restante da participação ficaria com a família Felício.

A negociação está em acordo aprovado pelo Cade em 17 de abril — os valores, entretanto, não são públicos. Nele, a Latam conseguiu ainda uma permuta permanente dos slots (horários de pouso) em Congonhas da Voepass em horários de pico, que foram trocados com horários da Latam. "A Voepass hoje existe praticamente para fazer voos da Latam. Elas estão amarradas", disse uma fonte.

O negócio foi uma forma de salvar a Voepass depois do fracasso na negociação com a Gol. Em 2021, a Gol anunciou o plano de comprar a MAP do grupo Voepass por cerca de R$ 120 milhões — sendo R$ 90 milhões apenas de dívidas. O negócio tinha como pano de fundo os planos da Gol de crescer em Congonhas, uma vez que todos os slots do grupo Voepass na época, 26, seriam transferidos junto da MAP.

O plano da Gol na época era tentar também capitalizar a Voepass em busca de uma parceira para a aviação regional e não perder mais uma aliada para a rival Azul. Em 2020, a Azul anunciou a compra da Twoflex, então aliada da Gol. O plano da Gol, entretanto, nunca avançou. Foi após a frustração desse negócio que a Voepass estreitou suas relações com a Latam.

A disputa pela aviação regional com a Azul também foi o motivo que levou a Latam a ajudar a Voepass. A operação da Latam no mercado doméstico é feita com o A320, de grande porte e que tem dificuldade para entrar em aeroportos menores. Com isso, passou a se apoiar na Voepass e nos seus ATRs para desbravar mercados regionais e concorrer com a Azul — que também voa ATR.

"Se a situação financeira das maiores não está boa, imagina da Voepass", disse outra fonte, apontando as reestruturações de Gol e Latam. Na sexta-feira, o CEO da Voepass, Eduardo Busch, negou dificuldades financeiras.

DIVULGAÇÃO



Avião da Voepass: relação com Latam começou com acordo fechado em 2014

O Procon de São Paulo, em nota, diz que está analisando as reclamações dos consumidores registradas em sua plataforma sobre a Voepass e Latam. "O objetivo é identificar se referem a questões relacionadas ao trágico acidente ocorrido na última sexta-feira e que estejam no âmbito dos direitos dos consumidores como informação, proteção à saúde e segurança."

O Procon destacou que está avaliando o codeshare entre as aéreas diante das reclamações. "Em princípio, a prática é legal e autorizada pelas autoridades reguladoras do transporte aéreo", disse.

Em nota, a Latam disse que o cliente pode reembolsar ou remarcar a sua passagem sem custos sempre que o voo for cancelado, seja ele operado pela própria companhia ou em codeshare. A empresa não comentou sobre o futuro do acordo. Já a Voepass, também em nota, afirmou que elas fizeram acordo comercial de longo prazo e que traz benefícios mútuos.

Aeronave apresentou falhas importantes nos últimos meses

Folhapress

O avião que caiu em Vinhedo (SP) na última sexta-feira (9), deixando 62 mortos, apresentou ao menos duas falhas importantes e ficou alguns períodos sem voar para manutenção nos meses que antecederam a tragédia. Segundo especialistas , no entanto, eventos assim são frequentes na aviação e podem não ter qualquer relação com o acidente.

De acordo com força-tarefa da Polícia Técnico-Científica de São Paulo, a maioria das vítimas do voo da Voepass morreu de politraumatismo em razão da queda, ocorrida na sexta-feira (9).

Em 11 de março, o modelo ATR 72-500 da Voepass apresentou mau funcionamento do sistema hidráulico. Na aviação, esse tipo de sistema é utilizado para transmitir força para acionamento de componentes, como freios, mas não é o único recurso utilizado para este fim.

O registro do Cenipa (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos) mostra que após decolar no Aeroporto dos Guararapes, em Recife, com destino a Salvador, já durante a fase de voo de cruzeiro, o painel de controle apresentou uma "mensagem de baixo nível de óleo hidráulico". A tripulação fez os "procedimentos previstos em manual" para tratar o problema, diz o histórico do incidente.

No mesmo voo, ao pousar em Salvador, a aeronave teve um "contato anormal" com a pista. O relatório não entra em detalhes sobre como foi esse contato anormal nem se houve danos à aeronave. Passageiros e tripulantes não se feriram.

As informações estão no sistema on-line do Cenipa e também no site da Aviation Safety Network, rede internacional dedicada à segurança da aviação que registra ocorrências envolvendo voos.

Pessoas que trabalham no setor aeronáutico afirmaram que, na ocasião, houve um toque da cauda no solo e que o avião chegou a sair da pista.

O que é possível afirmar oficialmente é que no único acidente envolvendo um ATR 72-500 em março de 2024 na rota de Recife a Salvador, o avião sofreu danos leves, segundo Painel Sipaer, que é o sistema do Cenipa para registro de ocorrências aeronáuticas. O painel também reporta as mesmas falhas no sistema hidráulico e contato anormal com a pista.

Especialistas dizem que não é possível estabelecer relação entre as falhas e o acidente.

Roberto Peterka, piloto aposentado da Força Aérea Brasileira e perito em investigações sobre acidentes aéreos, explica que um problema com óleo hidráulico não afeta componentes relacionados à principal hipótese para as causas do acidente da Voepass.

> Problemas em aeronave da Voepass ocorreram em março e não houve feridos

Informações meteorológicas do momento da tragédia e um acidente semelhante ocorrido há três décadas nos Estados Unidos levantam suspeitas sobre a formação de gelo nas asas da aeronave. "Não vejo o hidráulico entrando nisso", diz Peterka sobre o sistema antigelo.

Rafael Bessa, que foi piloto de ATR no Brasil há até cerca de um ano e meio e hoje trabalha no exterior, diz que o sistema antigelo do avião é pneumático. O bordo de ataque -parte frontal da asa- tem um sistema que utiliza o ar residual que passa pelos motores para inflar. Esse sistema quebra o gelo acumulado na asa.

As pontas das asas também contam com um sistema de aquecimento, que também utiliza ar. Não há confirmação, até o momento, de que esses equipamentos antigelo tenham falhado.

Bessa também destaca que o ATR 72-500 é um avião preparado para voar na faixa dos 20 mil pés (cerca de 6.000 metros), onde há formação de nuvens e umidade, tornando o ambiente suscetível à formação de gelo.

O piloto também diz que é difícil estabelecer relação entre um suposto dano estrutural na cauda do avião com o acidente. "Se ao menos o avião tivesse caído sem a cauda, mas ele estava íntegro."

Ver também página A7

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

INÊS 249

Comércio exterior Saldo do setor fica negativo em US$ 28 bi no 1º semestre, puxado por queda expressiva do setor automobilístico

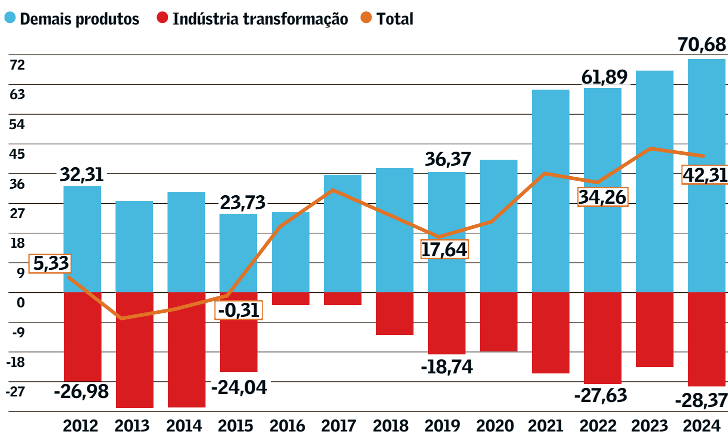
Déficit comercial da indústria é o mais alto em uma década

Marta Watanabe
De São Paulo

Na primeira metade de 2024 a balança comercial brasileira teve o segundo maior superávit da série histórica, mas o déficit da balança da indústria de transformação alcançou os US$ 28,4 bilhões, o mais alto da última década para o período em dólares correntes. Os produtos do setor de automóveis, incluindo reboques e carrocerias, acumularam nos mesmos seis meses déficit US$ 6,57 bilhões, mais que o triplo dos US$ 1,94 bilhão de iguais meses de 2023 e valor recorde para o primeiro semestre. Os maiores déficits da balança da indústria de transformação na série história para o período de janeiro a junho ainda são os de 2013 e 2014, quando os saldos negativos ultrapassaram os US$ 34 bilhões.

De janeiro a junho de 2024, o déficit se aprofundou em 25,7% frente iguais meses de 2023. Os dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) mostram que três dos quatro grupos da indústria de transformação classificados segundo a intensidade tecnológica pioraram seu saldo comercial. A exceção foi o grupo de menor intensidade tecnológica, de média-baixa tecnologia, cuja atividade se aproxima das atividades extrativas e agropecuárias, destaca Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi. Nesse grupo o superávit comercial saltou para US$ 62,54 bilhões no primeiro semestre de 2024, ante US$ 40,59 bilhões em iguais meses de 2023.

Balança comercial
Saldos por grupos selecionados - US$ bilhões FOB



Fonte: Comex Stat/Mdic, com elaboração do Iedi

Para o economista, a tendência é que o déficit comercial da indústria de transformação encerre 2024 de forma acentuada, ainda que a perspectiva de estabilização da taxa básica de juros possa desestimular importações. Os dados do Iedi, salienta, mostram que nos ramos de maior intensidade tecnológica — alta e média-alta — a deterioração do saldo comercial no primeiro semestre de 2024 veio pelo encolhimento das exportações e ampliação das importações.

Trata-se de um quadro, diz José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, que torna as exportações brasileiras cada vez mais dependentes de produtos mais básicos , com saldos que dependem das cotações de commodities.

Cagnin ressalta o comportamento dos segmentos de média intensidade tecnológica No agregado da indústria de transformação, explica, esse grupo costuma amortecer o déficit estrutural dos ramos de alta e média-alta tecnologia. "Essa capacidade de amortecimento perdeu fôlego na primeira metade deste ano."

No primeiro semestre de 2024 o grupo de média tecnologia fechou com superávit de US$ 1,99 bilhão, valor bem abaixo do saldo positivo de US$ 5,71 bilhões de igual período de 2023, uma queda de 65,1%. Desde meados de 2022, aponta o relatório do Iedi, o superávit deste grupo cai a taxas de dois dígitos, com intensificação em 2024. De janeiro a junho deste ano as exportações dos ramos de média tecnologia caíram 17,6% e as importações avançaram 8,1% contra igual período de 2023.

A evolução da média tecnologia, explica Cagnin, é influenciada principalmente por borracha e plástico, com ampliação de déficit, e sobretudo forte queda do superávit da metalurgia, ramo que inclui a indústria siderúrgica, que desde a pandemia sofre pressão da concorrência chinesa. "É importante lembrar que a deterioração de saldo vem num contexto de redução de preços globais, algo que amortece os movimentos", diz.

Na alta e na média-alta tecnologia a ampliação de déficit de janeiro a junho se acelerou no segundo trimestre do ano. No primeiro trimestre, o déficit comercial avançou 3,2% e 4,5%, respectivamente, com aceleração para 12,2% e 23,1%, sempre na comparação com igual período de 2023.

Na alta tecnologia, os setores farmacêuticos e de aeronaves foram determinantes para a evolução. Na média-alta tecnologia, a indústria automobilística explica 90% da deterioração do saldo, aponta relatório do Iedi. "São faixas nas quais há penetração importante de insumos e também de produtos acabados." A faixa de média-alta tecnologia fechou o primeiro semestre com déficit de US$ 36,4 bilhões, ante saldo negativa de US$ 31,9 bilhões de iguais meses de 2023. Os embarques desse grupo caíram 11,3%, enquanto as importações avançaram 4,1%.


SILVIA ZAMBONI/VALOR

"Deterioração de saldo vem num contexto de redução de preços globais"
Rafael Cagnin

Welber Barral, sócio da BMJ, diz que apesar de o déficits em alguns grupos terem sido impulsionadas por fatores conjunturais, como o maior fluxo de desembarque de automóveis elétricos e híbridos, em razão da elevação do imposto de importação, fatores estruturais também tiram a competitividade da exportação da indústria.

Pelos dados do Iedi, além do aumento do déficit no ramo de automóveis, reboques e carrocerias, também houve no grupo de média-alta tecnologia ampliação de saldo negativo em máquinas e equipamentos, ramo cujas exportações caíram 11% e as importações cresceram 9,1%. Sempre de janeiro a junho de 2024 contra igual período do ano passado.

Cagnin ressalta que a maior importação de máquinas e equipamentos tanto mecânicos como elétricos refletem a demanda por produtos cada vez mais conectados à tecnologia digital e cuja evolução a produção doméstica tem mais dificuldade de acompanhar.

Na última década, lembra Cagnin, o Brasil chegou a experimentar redução de déficit comercial na balança da indústria de transformação, em razão do recuo das importações. No primeiro semestre de 2015 e 2016, mostram os dados do Iedi, o déficit da indústria caiu a US$ 3,72 bilhões e US$ 3,78 bilhões, respectivamente. ""Já em 2019, porém, houve ampliação do déficit, em parte como reflexo da crise argentina." O movimento, porém, não mudou o quadro que se desenha desde 2008 e 2009 na balança da indústria, observa Cagnin. "A crise profunda daquele período nos EUA e na Europa resultou num redirecionamento das exportações chinesas a outros mercados, incluindo o Brasil. Agora, com as decisões de política de comércio exterior nessas mesmas regiões, com medidas de defesa comercial contra a China, o mercado brasileiro volta a ser um destino maior dos produtos chineses."

55 anos

MILLENNIUM
PROFIT HUNTER
E195-E2

PRONTOS
PARA O FUTURO

Há 55 anos desenvolvemos as aeronaves mais amadas do mercado, com um portfólio líder para aviação comercial, executiva e de defesa.

A cada 10 segundos, uma de nossas aeronaves decola em todo o mundo. Somos consistentemente reconhecidos por nossa excelência em engenharia, compromisso com a inovação e a busca pela sustentabilidade.

Temos uma visão clara do caminho a seguir, inspirada no nosso legado e estamos prontos para o futuro.

embraer.com

EMBRAER

INÊS 249

Conjuntura Empresas projetam alta de preços maior neste ano que o mercado, mostra pesquisa do BC

Pessimismo com inflação é maior fora do setor financeiro

Estevão Taiar
De Brasília

As empresas não financeiras do Brasil, em maio, projetavam para os próximos três anos inflação superior à calculada pelo mercado. É o que mostra a pesquisa trimestral Firmus, divulgada pela primeira vez, ainda em formato-piloto, nesta segunda-feira pelo Banco Central (BC).

O levantamento, de acordo com a autoridade monetária, "capta a percepção de empresas não financeiras quanto à situação de seus negócios e às variáveis econômicas que podem influenciar suas decisões". Também "aproxima o BC da prática de bancos centrais de outros países ao estabelecer um contato com empresas não financeiras". Ao todo, 92 empresas participaram da Firmus, com coleta de informações entre 13 e 31 de maio.

A pesquisa mostra que a projeção mediana das empresas não financeiras para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) era de 4% para este ano e 2025 e 3,7% para 2026. As estimativas eram superiores às do mercado, que projetava altas de para esses anos de 3,89%, 3,77% e 3,6%, respectivamente.

> 92 companhias participaram da pesquisa, mas a ideia do BC é ampliar o número

No caso do mercado, as projeções são do Boletim Focus, também realizado pelo BC.

No relatório que acompanha a Firmus, a autoridade monetária destaca que em maio "a maioria das empresas esperava que os custos de mão de obra aumentassem mais de 4% nos 12 meses seguintes, mas parcela significativa previa aumentos alinhados à meta de inflação". Além disso, segundo o Banco Central, "a maioria das empresas esperava que os preços de seus produtos aumentassem em linha ou discretamente acima da inflação".

O diretor de Política Econômica do Banco Central (BC), Diogo Guillen, afirmou ontem que a pesquisa Firmus "complementa" o relatório Focus e será incorporada nos cenários construídos pela autoridade monetária.

"Expectativas são super importantes para política monetária", disse em live promovida pelo BC para explicar a nova pesquisa, ainda em fase-piloto. "[A Firmus] vai nos fornecer mais informações sobre como estão reajustes de preços e inflação."

O diretor do Banco Central descreveu a pesquisa como "um instrumento de rico de informação" e que "vai ser relevante".

Na live, o diretor destacou que as empresas participantes da nova pesquisa são convidadas por e-mail. Com muitas delas o Banco Central já tem contato. Em outros casos, as companhias são convidadas por meio de associações setoriais.

> "Expectativas são super importantes para política monetária"
> *Diogo Guillen*

Segundo Guillen, já estão participando empresas de "quase todos" os setores não financeiros, como agropecuária e varejo.

Em maio, 92 companhias participaram, mas a ideia do BC é ampliar o número. No entanto, pelo menos por enquanto, é necessário que as empresas participantes tenham "uma área meio estruturada" para realizar projeções. "Essa é a nossa restrição", disse. "Começamos com empresas grandes."

Tese de mercado descolado da 'economia real' perde força

Análise

Alex Ribeiro
São Paulo

Uma nova pesquisa feita pelo Banco Central com expectativas de inflação de empresas enfraquece uma tese muito comum de que o mercado financeiro está descolado do setor real da economia e exagera as suas projeções para o índice de preços.

A pesquisa Firmus, divulgada ontem pela autoridade monetária, mostra que em maio os empresários estimavam inflação de 4% em 2024 e de 4% também em 2025, ambas acima da meta definida pelo governo, de 3%.

Os percentuais, que foram coletados em maio, superam aqueles informados pelos analistas econômicos do sistema financeiro. No boletim Focus, o mercado projetava 3,89% para 2024 e 3,77% para 2025.

Os resultados da pesquisa do Banco Central não diferem muito de pesquisas de expectativas de inflação coletadas no exterior. Nos Estados Unidos, por exemplo, a pesquisa SoFIE, feita pelo Federal Reserve (Fed) de Cleveland, mostra expectativas empresariais acima das que são coletadas junto ao mercado, e em geral abaixo do sentimento sobre a inflação de enquetes com consumidores.

A nova pesquisa do Banco Central, que ainda está em fase-piloto, amplia o grupo de indicadores sobre expectativas que são analisados pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Além das expectativas informadas no boletim Focus, o BC também extrai projeções de inflação a partir dos preços de títulos negociados no mercado financeiro.

Desde que foi criado o boletim Focus, com a adoção do regime de metas de inflação, há uma crítica frequente de que essa pesquisa deixa o Banco Central refém das opiniões do mercado financeiro.

As expectativas de inflação alimentam os modelos de projeção de inflação do próprio Banco Central e, quando as projeções Focus estão acima da meta, o seu cumprimento fica mais custoso. Isso vem acontecendo desde o segundo semestre de 2022, quando as expectativas de mercado entraram numa trajetória de desancoragem.

Alguns analistas alegam que, na prática, o mercado obriga o Banco Central a praticar juros mais altos, ao divulgar projeções de inflação exageradamente altas.

O Banco Central sempre argumentou que as projeções Focus são mais rápidas para refletir o que, de fato, está acontecendo na inflação, porque essa é uma informação muito importante que pode determinar quem ganha e quem perde ao assumir posições de investimento no mercado.

Além disso, o Banco Central cria incentivos para os analistas informarem as suas melhores estimativas para a inflação e outras variáveis econômicas. Um deles é o ranking dos que mais acertam, o chamado Top 5. Muitas empresas financeiras divulgam essas estatísticas em propagandas para angariar mais clientes.

Ainda assim, as projeções do Focus não são perfeitas. No geral, elas mais subestimam do que superestimam a inflação.

Nos Estados Unidos, alguns acadêmicos fizeram pesquisas para tentar entender por que os empresários, em geral, têm expectativas de inflação acima dos analistas econômicos. Uma das hipóteses é que o empresariado acompanha menos a política monetária. Por lá, é alto, por exemplo, o percentual de empresários que desconhece a meta de inflação.

Governo não criou nem elevou atuais impostos, afirma Haddad

Anaïs Fernandes e Gabriel Roca
De São Paulo

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo não está aumentando impostos de quem já paga nem criando novos, mas buscando compensações para outras decisões que foram tomadas.

"Não estamos aumentando imposto de quem paga nem criando novos impostos. Estamos simplesmente combatendo aquilo que o próprio Congresso determinou que seja feito pela Emenda Constitucional 103, que nem é do governo atual, e por recomendação do TCU [Tribunal de Contas da União]", afirmou ao participar virtualmente de evento da Warren em São Paulo.

Haddad citou que o gasto tributário do Brasil chegou "à marca histórica" de 6% do PIB em 2022 e que a receita como proporção do PIB, quando Lula assumiu em 2023 para um terceiro mandato, estava em 17%, "contra uma receita de 19% do PIB pelo menos nos anos em que a sustentabilidade fiscal estava garantida", afirmou.

Segundo ele, "várias medidas" foram tomadas no ano passado para refrear o gasto tributário e "recompor a base fiscal do Estado brasileiro", disse, agradecendo a "sustentação" do Congresso "para aprovar quase todas as medidas para sustentabilidade fiscal".

"Entendo que estamos no bom caminho de recuperar as finanças públicas, reconhecido por três agências de risco no último ano", afirmou. "Não foi feito nenhum choque, porque nós não entendíamos e não entendemos que a economia brasileira precisava de choque", disse. "Precisa de credibilidade, trajetória sustentável e consistente."

Haddad citou, no entanto, "um choque de produtividade" a partir da reforma tributária aprovada e disse que o ambiente de negócios, principalmente na indústria, já "está sendo favorecido".

Haddad lembrou que ainda falta uma solução para compensar a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores que mais empregam e também de alguns municípios, o que, segundo ele, contabiliza R$ 26 bilhões em renúncia não previstos para 2024. "Estamos ajudando o Congresso a cumprir determinação do STF [Supremo Tribunal Federal] que, de forma inédita, passou a exigir do Congresso o mesmo compromisso com a Lei de Responsabilidade Fiscal que tem o Executivo", disse. Para Haddad, "é importante virarmos a página desses dez anos de muito dispêndio, pouca receita e baixo crescimento".


DIOGO ZACARIAS/MF

> "Estamos no bom caminho de recuperar as finanças públicas"
> *Fernando Haddad*

O ministro voltou a falar que "brevemente devemos rever o crescimento da economia brasileira para além dos 2,5% previstos" pela Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Fazenda. Além da reforma tributária, Haddad citou reformas microeconômicas como o novo marco de garantias e observou que o Fundo Monetário Internacional (FMI) elevou, recentemente, o PIB potencial da economia brasileira. "Podemos chegar em 2026, se não no grau de investimento, muito próximos disso."

Presente no mesmo evento, o vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou que "o governo vai cumprir o arcabouço fiscal". "Rigor fiscal é social, não é economicista", disse em São Paulo.

"Com rigor fiscal nós vamos ter mais investimento e mais emprego", afirmou. "Com rigor fiscal, vamos ter menor inflação e, portanto, melhora a renda da população", disse Alckmin.

Greve de servidor da área ambiental ruma para o fim

Murillo Camarotto
De Brasília

Após mais uma rodada de negociações, servidores federais da área ambiental aceitaram a proposta do governo e devem encerrar o movimento grevista iniciado em fevereiro, informou ontem a Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema). Apesar do entendimento, ressaltou a entidade, a categoria continuará mobilizada, por considerar que as condições oferecidas ainda estão aquém do almejado.

Em nota, a Ascema informou que o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) apresentou um "ligeiro incremento" nas tabelas do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente (PECMA), elevando o reajuste previsto para 2025 de 8,5% para 9,5%. Para 2026, o aumento será de 4%, além da quebra de barreira para progressão dos servidores enquadrados no plano.

Sobre a compensação e a reposição salarial dos dias parados durante a greve, continua a entidade, o MGI informou aos trabalhadores que vai homologar o que for acordado entre os servidores, o MMA e suas vinculadas. O MMA, juntamente com o Ibama e o ICMBio, teria se comprometido a definir os termos do acordo de compensação até a próxima quinta-feira.

O acordo põe fim a uma mobilização que acontece desde o começo do ano, que afetou os trabalhos de licenciamento e fiscalização e que chegou a preocupar o governo em relação a obras do Novo PAC. Apesar do desfecho, os trabalhadores se dizem insatisfeitos e admitem que o entendimento visou apenas evitar perdas maiores.

"A Ascema Nacional destaca que o acordo foi feito a contragosto dos servidores, não se trata de reestruturação da carreira, mas sim de reajuste, em que os servidores se viram na obrigação de aceitar a proposta para não ter prejuízo ainda maior. A greve deve acabar, mas a mobilização continuará", informou a entidade, ao lembrar que eventos como COP30, em 2025 em Belém, podem ser usados para um novo calendário de mobilizações.

Segundo o MGI, responsável pela negociação pelo lado do governo, o acordo assinado prevê a criação de um grupo de trabalho, com participação da própria pasta e do MMA, para "avaliar o enquadramento das carreiras nos requisitos legais para a percepção da indenização de fronteira e viabilidade da criação do adicional de risco".

A operação-padrão que se arrastou por meses já havia sido encerrada em julho, por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que estipulou multa de R$ 200 mil por dia de descumprimento. A corte atendeu a um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) que ingressou com uma ação no dia 2 de julho contra a paralisação.

A União vinha argumentando que a greve era ilegal porque serviços ambientais são essenciais e o movimento não havia reservado o contingente necessário de trabalhadores na ativa conforme a legislação e precedentes judiciais. O Ibama e o MMA não haviam comentado o acordo até a conclusão desta edição.

Na semana passada, secretário-executivo do MMA, João Paulo Capobianco elencou a greve dos servidores do Ibama como um dos motivos que explicavam a alta do desmate amazônico no mês de julho. O desmatamento na Amazônia aumentou 33,2%, para 666 quilômetros quadrados na comparação ao mesmo mês do ano passado.

> Acordo foi feito a contragosto dos servidores, segundo sindicato da categoria



O PROTAGONISMO JOVEM NO DEBATE SOBRE OS GRANDES DESAFIOS GLOBAIS

Vamos discutir o papel dos jovens no debate e nas ações de grandes desafios globais, como o combate às mudanças climáticas, a inclusão social e o impacto das tecnologias no mercado de trabalho. Acompanhe esse encontro com especialistas e fique bem informado sobre os principais temas do mundo.

LIVE 14 DE AGOSTO, ÀS 10H

CONVIDADOS



Marcele Oliveira
Diretora-executiva do Perifalab



Marcus Barão
Presidente do Y20



Rene Silva
Representante do F20 e fundador do Voz das Comunidades

MEDIAÇÃO



Pâmela Dias
Jornalista do GLOBO

MAIS INFORMAÇÕES EM: PROJETOG2ONOBRASIL.OGLOBO.COM.BR

TRANSMISSÃO

O GLOBO   VALOR



ACESSE E
ATIVE A NOTIFICAÇÃO

ESTADO ANFITRIÃO



CIDADE ANFITRIÃ



PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO







INÊS 249

Tributação Participantes de projeto-piloto poderão consultar Fisco para saber se planejamento tributário delas está de acordo com legislação

Vinte empresas vão participar de programa 'vip' da Receita Federal

Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana
De Brasília

A Receita Federal anunciou na segunda-feira (12) a adesão de 20 grandes empresas ao projeto piloto do Confia, um dos programas nos quais contribuintes com bom histórico de cumprimento de normas terão uma espécie de "tratamento vip" no relacionamento com o Fisco.

Futuramente, caso aprovado o projeto de lei que cria o programa em definitivo (PL 15/2024), as empresas poderão se livrar de multas e ter desconto no pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O programa foi elaborado em diálogo com a Associação Brasileira das Sociedades Anônimas de Capital Aberto (Abrasca), que representa mais de 450 empresas listadas na B3, com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e com o Grupo de Estudos Tributários Aplicados (Getap).

O secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, considera que esse projeto é — junto com o Sintonia (destinado a contribuintes de todos os portes) e o Operador Econômico Autorizado (OEA) — o mais importante da Receita, porque muda seu relacionamento com o contribuinte: em vez de punitiva, será mais orientativa.

As empresas participantes do piloto do Confia vão poder apresentar seu planejamento tributário para o Fisco, para saber se está de acordo com a legislação. Isso poderá ser feito para um tema em específico ou para um projeto de investimento que será tirado do papel. A Receita fará a análise e o diálogo, caso perceba algo em desconformidade com a administração tributária, explicou Claudia Pimentel, subsecretária de Tributação e Contencioso da Receita, no evento em que foram anunciadas as empresas participantes do piloto.

"[Empresa poderá ter] resposta da Receita antes de começar seu investimento, [saber] como ela pode agir sem gerar litígio, disputa. Caso haja divergência, ou não haja clareza, é possível fazer uma consulta à coordenação de tributação, e essa consulta vai ter prioridade", completou Pimentel, afirmando que essa previsibilidade será o maior ganho aos contribuintes.

"É um sonho", disse a representante da Repsol, Gilberta Lucchesi. "Se a empresa tem dúvida, coloca na mesa, faz um acordo e vida que segue, aquilo não é mais questionado." Também diretora da Getap, ela disse que países da Europa e os Estados Unidos, por exemplo, adotam programas de conformidade tributária.

Representante da Química Amparo, Cristiana Góes disse que o programa evitará o risco de a empresa ser surpreendida por um auto de infração para o qual não estava preparada. Hoje, nem mesmo investimentos em softwares de conformidade conseguem evitar o problema, comentou. "Depois do piloto, muita empresa vai querer entrar, porque vemos valor no Confia", afirmou.

Hoje, o contribuinte preenche suas obrigações acessórias e espera para ver o que dá, disse Zabetta Macarini, do Getap. As empresas têm operação complexa, por isso é importante a elas checar com a Receita se estão no caminho certo para evitar contenciosos futuros, acrescentou.

Robinson Barreirinhas afirmou que há, hoje, uma crise de confiança entre Fisco e contribuintes, o que causa prejuízo para ambos os lados. "Quando a administração tributária desconfia do contribuinte, ela calibra sua atuação em função do mau contribuinte, essa é a razão para termos multas de 75%. Da mesma forma, quando o contribuinte não confia, ele deixa de dialogar. O Confia é um marco nessa mudança de paradigma."

"Claro que haverá sempre receio do contribuinte, mas é um caminho a mais que eventualmente pode ser utilizado em determinadas situações", comentou o advogado Ricardo Lacaz Martins, sócio do escritório Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevitch & Schoueri, que considera positivo o Confia.

WASHINGTON COSTA/MF



Secretário Robinson Barreirinhas: projeto muda relacionamento da Receita Federal com o contribuinte

No evento, o chefe da Receita destacou a importância de aprovar o projeto de lei, para que o Fisco possa conceder benefícios aos contribuintes do Confia.

"Se a empresa tem dúvida, coloca na mesa, faz acordo e vida que segue" *Gilberta Lucchesi*

"Estamos evoluindo [com o piloto] até o limite que podemos sem a previsão legal, mas os próximos passos que daremos nós dependemos desse arcabouço legal, para que possam ser concedidos benefícios fiscais para bons contribuintes. O bom contribuinte gera menos ônus para o poder público, é justo que ele pague menos tributo. E para dar também a tranquilidade para o auditor fiscal não autuar, porque ele pode ser questionado se não tiver um arcabouço legal", explicou Barreirinhas.

Mario Dehon, subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento, afirmou que a Receita espera que o selo de bom contribuinte tributário seja um novo paradigma para as transações comerciais. "O que a gente espera é que a sociedade passe também a rejeitar empresas que não sejam responsáveis tributariamente, porque as pessoas vão tomar a consciência que todo o financiamento e bom funcionamento do Estado brasileiro dependem dessa conformidade e dessa responsabilidade."

TCU busca apoios para manter área de mediação de conflitos

Murillo Camarotto
De Brasília

O Tribunal de Contas da União (TCU) vem buscando apoio político e institucional para enfrentar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a SecexConsenso, área de mediação de conflitos criada para arbitrar disputas entre o governo e o setor privado. Impetrada pelo Novo, a ADPF pede uma cautelar suspendendo o funcionamento do departamento.

O partido argumenta que a SecexConsenso outorga ao TCU uma atividade que não lhe caberia como órgão fiscalizador. "A corte de contas federal passou a ser um órgão de negociação ampla entre Poder Executivo e pessoas diretamente interessadas nos conflitos, com total protagonismo no processo de tomada de decisão, inclusive com a criação de parâmetros não previstos em lei", argumenta o Novo.

A legenda também acusa a SecexConsenso de adotar "medidas controversas" na aprovação de acordos e de "transgredir" o princípio da separação dos poderes.

Em funcionamento desde o início de 2023, a secretaria já foi alvo de outras críticas, justamente por questionamentos quanto à prerrogativa de conduzir as negociações. No ano passado, por exemplo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o TCU estava "avançando o sinal" ao atuar como órgão de conciliação.

Encaminhado durante as férias do Judiciário, o pedido de cautelar do Novo foi negado pelo presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso. Ele alegou que solicitações desse tipo não poderiam ser apresentadas durante o recesso e remeteu o caso para o relator, ministro Edson Fachin. A expectativa é que ele dê andamento ao processo nesta semana.

Enquanto isso, algumas entidades se movimentam para defender o funcionamento da área de consenso. Até o momento, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Ministério Público de Contas e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) já encaminharam pedidos para ingressarem no processo como partes interessadas (amicus curiae) e assim poderem contribuir nas discussões.

Nos próximos dias, o TCU também deve contar com o reforço de alguns Estados. O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), disse ao **Valor** que a Procuradoria-Geral do Estado está finalizando petição solicitando o ingresso como parte interessada e que o documento será disponibilizado para os demais integrantes do Consórcio de Governadores do Sudeste, alguns dos quais já inclinados a apoiar a matéria.

"Estamos mobilizando para entrarem", confirmou Casagrande. Os governadores do Nordeste também avaliam a participação, informou a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT). Ela defendeu a iniciativa do TCU. Há também movimentações entre os consórcios de governadores do Sul e do Centro-Oeste, mas sem confirmação até o fechamento desta edição.

Desde que foi criada, a SecexConsenso já avaliou 14 pedidos de mediação de conflitos, dos quais seis foram aprovados e homologados em plenário. Um deless envolveu a operadora de telefonia Oi e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Pelo que ficou acertado, a empresa poderá migrar do regime de concessão para autorização, com o compromisso de investir quase R$ 6 bilhões. Na ocasião, o CEO da operadora, Mateus Bandeira, disse que "os termos do acordo aprovado permitem buscar o equilíbrio econômico-financeiro da operação"

Secretaria foi criada no ano passado e já foi criticada por *Arthur Lira*

No mês passado, uma disputa sobre qual órgão teria a atribuição de negociar soluções consensuais chegou a suspender o trabalho da secretaria, após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinar decreto criando a Rede Federal de Mediação e Negociação. O novo instrumento — parcialmente revogado dias depois — tornava obrigatória a participação da Advocacia-Geral da União (AGU) nas negociações.

Para aparar as arestas, o presidente do TCU, Bruno Dantas, está coordenando alguns ajustes nas regras da SecexConsenso. Pelo que está sendo proposto, haverá uma determinação de que a AGU seja notificada em todos os pedidos de solução consensual para que possa designar um advogado da União para acompanhar todas as fases da mediação.

Em defesa do mecanismo de mediação, o Ministério Público de Contas argumenta em seu pedido de ingresso como parte interessada que o TCU já lida com entes privados em suas atividades cotidianas e lembrou que controvérsias alongadas são prejudiciais ao interesse público.

Já a Atricon apresentou experiências positivas de construção de consenso nos entes federados, com a criação de mesas técnicas para mediação. "Se faz importante que o STF declare a possibilidade de os tribunais de contas se valerem de mecanismos de resolução de conflitos por meio do consensualismo, os quais revelam exercício instrumental de suas competências — visando ao cumprimento de suas atribuições relacionadas ao controle externo", disse.

Com veto a trecho polêmico, DF aprova plano urbanístico

Caetano Tonet
De Brasília

Com vetos aos trechos mais polêmicos, o governador do Distrito Federal (DF), Ibaneis Rocha (MDB), sancionou nesta segunda-feira (12), o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Ibaneis vetou um total de 63 trechos do projeto encaminhado em junho pelo Executivo local, inclusive o que tratava da altura de hotéis na área central de Brasília e trechos que, na avaliação de especialistas, colocariam em risco a área verde da capital.

A aprovação do projeto, em junho, levantou questionamentos de especialistas sobre o risco de que as mudanças pudessem colocar em risco o título de patrimônio cultural mundial da capital federal. A proposta teve um total de 174 emendas apresentadas, das quais 106 foram acatadas pelos deputados distritais durante a deliberação na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Após os trechos retirados, o governador afirmou que essa possibilidade está afastada. "Tudo que está no PPCUB vem exatamente para garantir o tombamento do Distrito Federal."

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Leandro Grass afirmou ao **Valor** que a maioria dos vetos do GDF atendeu aos apontamentos do órgão após a aprovação na CLDF e por isso não há risco em relação ao tombamento.

"Eu posso dizer, em especial com os vetos, que são oriundos inclusive de apontamentos do próprio Iphan, que hoje a gente não vislumbra nenhum risco nesse sentido. Porque não se tem a previsão de intervenções capazes de descaracterizar Brasília enquanto cidade de patrimônio", declarou Grass.

Já o departamento do DF do Instituto de Arquitetos do Brasil afirmou que o processo de aprovação no plano foi "acelerado", mas reconheceu que os vetos atacaram os pontos de maior divergência.

Entre os pontos vetados pelo governador está o trecho que possibilitava o aumento da altura para construção nos lotes dos setores hoteleiros — hotéis mais baixos (atualmente de três andares) poderiam, pelo projeto, chegar a 35 metros de altura, passando a ter até 12 andares.

O governo do Distrito Federal também excluiu do PPCUB um artigo que previa a transferência à Terracap de áreas remanescentes parceladas até 1979. Segundo especialistas, o trecho colocava em risco as área verdes da cidade.

Outro trecho excluído pelo governador é o que permitia a construção de hotéis e motéis nas quadras 700 e 900 Sul e Norte. Da mesma forma, Ibaneis vetou a permissão para a construção de hospitais no Setor de Indústrias Gráficas e a inclusão de novos usos nas áreas dos postos de gasolina, permitindo a instalação de funerárias.

Em nota, a Unesco afirmou que enviará ainda este ano um relatório sobre o estado de conservação de Brasília ao Centro do Patrimônio Mundial, em Paris. O documento será analisado pelo Comitê do Patrimônio Mundial prevista para 2025. "Em geral, se estabelece um diálogo técnico para identificar soluções sustentáveis que preservem os valores do sítio em questão", diz a nota.

Entre os trechos mantidos no texto, está a possibilidade de construção de áreas habitacionais, com hotéis e apart-hotéis, em trechos destinados a clubes na orla do lago Paranoá e parcelamento de grandes áreas situadas no Plano Piloto. No local, chamado Trecho 4 do setor de clubes Sul, quatro dos oito lotes do local já contavam com a autorização, que agora fica estendida à todas as áreas.

[Nova legislação] principalmente vai trazer preservação" *Adalberto Valadão*

Em outra frente, o PPCUB regulariza moradias nos pisos superiores dos comércios da Asa Norte, previstas para serem utilizadas como salas comerciais, mas que, na prática, já tem o uso residencial.

Após a cerimônia de sanção, Ibaneis afirmou que a versão final do projeto foi resultado de muito diálogo após a aprovação da matéria na CLDF e defendeu os trechos vetados.

"Tivemos oportunidade, ao longo desse período todo, de analisar o projeto com muito carinho e responsabilidade, ouvindo a sociedade do Distrito Federal. Alguns vetos foram de natureza técnica, outros foram de recomendação da Procuradoria [Geral do Distrito Federal], principalmente por invasão da legislação, que foi feita por meio de algumas das emendas apresentadas pela Câmara. Outros vieram da sociedade, como a história do camping, dos motéis e do aumento do gabarito nos hotéis", disse Ibaneis.

O presidente do Sinduscon-DF, Adalberto Valadão Júnior, ressaltou que a sanção do texto conclui uma discussão de 15 anos. Para ele, a nova legislação vai trazer mais segurança jurídica.

"Ela [a lei] vai trazer segurança jurídica, na medida em que ela condensa toda a legislação sobre o Plano Piloto; vai trazer desenvolvimento sustentável, com a possibilidade que a cidade cresça, mas de maneira sustentável e legal; e principalmente vai trazer preservação. Vai estabelecer de forma clara quais são os itens e atributos da nossa cidade que precisam ser preservados", afirmou.

Relações externas Entidades reunidas no Rio prometem divulgar documento até sexta

Plano do grupo do G20 da juventude vai incluir trabalho e diversidade


DIVULGAÇÃO

Marcus Barão, presidente do Y20: "último documento de incidência e negociação" com representantes das duas principais trilhas do G20



Camila Zarur
Do Rio

O Y20, grupo de engajamento do G20 Social voltado para a juventude, deve divulgar até a próxima sexta-feira (16) seu documento final a ser enviado para as duas principais trilhas do fórum internacional que reúne 21 grandes economias do mundo — 19 países e dois blocos econômicos, União Europeia e União Africana. Nesta segunda-feira (12), o grupo de jovens da sociedade civil ligados ao G20 deu início a sua cúpula, que acontece nesta semana no Rio de Janeiro.

Ao todo, além do Y20, há outros 12 grupos de engajamento que formam o G20 Social, o braço ligado à sociedade civil do Grupo dos 20. No início de julho, os colegiados entregaram às trilhas de Sherpas e de Finanças sugestões e propostas objetivas para serem incorporadas às decisões dos chefes de Estado dos países integrantes do fórum.

Agora, o Y20 fará a apresentação formal do communiqué do grupo, documento que resume as principais conclusões e propostas do colegiado. A ideia é apresentar o texto aos líderes do G20, durante a Cúpula de chefes de Estado que acontecerá no Rio, no mês de novembro.

"O communiqué será a nossa declaração final e também o nosso último documento de incidência e negociação com os sherpas e deputies", disse o presidente do Y20, Marcus Barão, fazendo menção aos representantes das duas principais trilhas do G20.

De acordo com o secretário nacional de Juventude, Ronald Sorriso, o Y20 vai incluir mais dois temas em seu documento final, além das três prioridades já traçadas pela presidência do Brasil no G20 — reforma da governança global, combate à fome e à pobreza e desenvolvimento sustentável. O grupo de engajamento, no communiqué, tratará também de mercado de trabalho e inclusão e diversidade.

"Adicionamos dois temas que consideramos fundamentais para a juventude. Inovação tecnológica e o futuro do mundo do trabalho, porque nós sabemos que há uma acelerada transformação nos meios de produção que podem excluir a juventude mais vulnerável se os grandes países e as grandes economias não derem conta de colocar o ser humano, a população, no centro desse debate", ressaltou Sorriso. "E inclusão e diversidade, porque a gente tem como proposta do governo brasileiro a inclusão, por exemplo, do ODS [Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas] 18, que é o combate à discriminação racial. É a possibilidade de as pessoas conseguirem transitar livremente sem que o racismo, o machismo, o sexismo e outros tipos de fobia afetem a população", acrescentou.

> "Transformação nos meios de produção que podem excluir a juventude mais vulnerável"
> *Ronald Sorriso*

O secretário nacional de Juventude e o presidente do Y20 participaram nesta segunda-feira de uma entrevista coletiva à imprensa. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo, também estava previsto para participar do encontro, mas sua presença foi cancelada depois que ele foi convocado para uma reunião do núcleo político do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É o chefe da pasta que tem tocado a organização do G20 Social. De acordo com a equipe do ministro, Macêdo deve estar no Rio de Janeiro na próxima quinta-feira (15) para participar da cúpula do Y20.

Live debate protagonismo jovem

"O Globo", do Rio

Os jovens também têm sua agenda de prioridades e querem se tornar protagonistas no debate sobre os grandes desafios globais, como o combate às mudanças climáticas, a inclusão social e o impacto da tecnologia no mercado de trabalho.

Para debater esses e outros assuntos, a cidade do Rio de Janeiro será palco até o próximo dia 17 do encontro do Youth20, o grupo de engajamento de juventude do G20, que reúne 19 grandes economias do mundo mais a União Europeia e a União Africana.

A discussão também será tema de live promovida pelos jornais **Valor** e "O Globo" e rádio CBN, com jovens líderes antenados com essas e outras questões. A live será realizada nesta quarta-feira, às 10h, e será transmitida ao vivo pelo canais de "O Glbo" no YouTube e no Facebook.

Relatório da Unicef estima que 1 bilhão de crianças e adolescentes, quase metade da população de menores no mundo, vivem em países com risco extremamente alto de sofrer os efeitos da crise climática.

Quando o assunto é a pobreza, eles são as maiores vítimas. No Brasil, mais de um terço dos que têm até 17 anos mora em lares com insegurança alimentar, de acordo com os dados mais recentes do IBGE.

Participarão da live Marcus Barão, presidente do Y20; Marcele Oliveira, diretora-executiva do Perifalab (rede de coletivos independentes de favelas); e Rene Silva, representante do F20 (grupo social do G20 que funciona como um fórum de discussão e plataforma para ações na periferia) e fundador do Voz das Comunidades.

A mediação será da repórter de "O Globo" Pamela Dias.

A discussão também abordara temas como a transformação do futuro dos jovens pela tecnologia e como garantir que eles tenham os direitos da infância e da adolescência resguardados.

O projeto G20 no Brasil tem o Governo do Estado do Rio de Janeiro como Estado anfitrião, Rio capital do G20 como cidade anfitriã, patrocínio de JBS e realização dos jornais "O Globo" e **Valor Econômico** e da rádio CBN.

G20 no Brasil
UMA INICIATIVA O GLOBO Valor CBN
A MELHOR COBERTURA DO G20 ESTÁ NAS PLATAFORMAS DO GLOBO, VALOR E CBN
ACESSE E FIQUE POR DENTRO DE TUDO O QUE ACONTECE NO G20.
ESTADO ANFITRIÃO: G20 · GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO
CIDADE ANFITRIÃ: RIO CAPITAL DO G20
PATROCÍNIO: JBS
REALIZAÇÃO: O GLOBO Valor CBN

O ministro e professor **Delfim Netto** ajudou a modernizar o Brasil e a colocar o país entre as grandes economias mundiais.

Como conselheiro da **Eucatex**, desempenhou papel fundamental para o crescimento da empresa.

Seu legado será sempre uma referência e inspiração para as próximas gerações.

Por tudo isso, rendemos nossas eternas homenagens e agradecimentos.

eucatex

Curta

Turismo

O governo federal aprovou o Plano Nacional de Turismo para o quadriênio 2024-2027 para ordenar as ações e orientar a atuação do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo nacional para que o Brasil seja o país que mais recebe turistas na América do Sul até 2027. Segundo decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicado hoje no "Diário Oficial da União" (DOU), o plano será executado em regime de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. O Ministério do Turismo apoiará a elaboração de planos estaduais, distrital, regionais e municipais de desenvolvimento turístico, em conformidade com o Plano Nacional de Turismo para o quadriênio 2024-2027, com o objetivo de fortalecer a gestão descentralizada. O decreto informa ainda que ato do ministro do Turismo, Celso Sabino, estabelecerá as metas para a consecução dos objetivos do Plano Nacional de Turismo.

Barroso recebe aéreas para discutir litígios

Agência O Globo, de Brasília

O Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, recebeu nesta segunda-feira os dirigentes das principais companhias aéreas do país para tratar sobre a alta litigância no setor. O acidente aéreo envolvendo um avião da Voepass — e que deixou 62 pessoas mortas na última sexta-feira – não foi objeto das conversas.

A reunião com os representantes do setor aéreo foi realizada por Barroso ao lado dos ministros Edson Fachin, vice-presidente do STF, Cristiano Zanin e André Mendonça.

A audiência reuniu representantes das empresas Azul, Gol e Latam, do Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/Senat), da Confederação Nacional do Transporte (CNT), além do presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tiago Sousa Pereira, e da conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Daniela Madeira, que atua no tema.

De acordo com a assessoria de imprensa do STF, os dirigentes apresentaram aos ministros que a alta litigância no setor impacta o custo das passagens, os investimentos do setor e a oferta de voos em todo o país.

A questão do setor aéreo está no radar do Supremo nos próximos dias. Na quarta-feira, a corte vai analisar uma ação que discute o sigilo de informações de acidentes aéreos.

A ação de inconstitucionalidade foi apresentada em 2017 pela Procuradoria-Geral da República (PGR). O processo já havia entrado na pauta outras vezes, sem ser analisado, e foi incluído agora na sexta-feira, mesmo dia do acidente, dessa vez como primeiro item.

INÊS 249

Educação Iniciativa de Fundação Roberto Marinho e Ministério do Trabalho dá acesso a Aprendiz Legal

Acordo apoia inclusão produtiva de jovens

Paula Martini
Do Rio

A Fundação Roberto Marinho e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançaram nesta segunda-feira (12) um acordo para impulsionar a inclusão produtiva de jovens em todo o país, com direitos garantidos e formação profissional de qualidade.

A iniciativa, que tem ainda apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), prevê que instituições de todo o país tenham acesso gratuito a conteúdos e metodologia do programa Aprendiz Legal, criado a partir da Lei da Aprendizagem, em 2000.

A Coalizão Aprendiz Legal propõe uma solução completa e gratuita para pequenos e médios implementadores, com o objetivo de democratizar, ampliar e qualificar o acesso à aprendizagem profissional em todo o Brasil.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e o secretário geral da Fundação Roberto Marinho, João Alegria, participaram da assinatura do projeto, no auditório da Editora Globo, no centro do Rio. Também estiveram presentes os oficiais do Unicef, Gustavo Heidrich, e da OIT, Erik Ferraz, além de representantes da sociedade civil.

Alegria, da Fundação Roberto Marinho, celebrou a assinatura do acordo e disse que 27 organizações já aderiram à proposta. "Estamos muito confiantes por estarmos próximos ao ministro do Trabalho e o que isso pode significar para o fortalecimento da aprendizagem profissional no Brasil. A formação profissional ganha muita qualidade quando vem acompanhada de uma vivência prática em condições de trabalho decente, remunerado e com relação digna com a empresa."

DIVULGAÇÃO



" Chegamos a 500 mil aprendizes ano passado e 615 mil neste momento"
Luiz Marinho

A Lei da Aprendizagem prevê que empresas de qualquer natureza, que tenham pelo menos sete empregados, são obrigadas a contratar aprendizes, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista. O percentual pode variar entre 5% e 15%, de acordo com o número de funcionários.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou que há 615 mil aprendizes no país, mas destacou que o teto possível de ser atingido é muito maior que isso. Dados da pasta indicam que a aplicação da cota mínima, de 5%, representa 1 milhão de jovens e a máxima, de 15%, 3 milhões de adolescentes.

"A coalizão pode ajudar bastante no convencimento e na conquista de empresas para olhar, observar e refletir quão bem pode fazer o programa do Jovem Aprendiz. Em 2005 tínhamos 48 mil aprendizes. Trabalhamos com várias parcerias e, num processo crescente, chegamos a 500 mil aprendizes no ano passado e a 615 mil neste momento. Mas o nosso teto é muito maior."

Alegria destacou o desafio de estabelecer diálogos com o setor produtivo e explicou que a estratégia é ainda mais desafiadora quando envolve empresas menos estruturadas e fora dos grandes centros urbanos. "Por isso estamos falando em fortalecer pequenos e médios implementadores e distribuidores no interior do país. Conversar com empresariado regional e liderança das cidades tem papel muito importante nesse projeto."

A Coalizão se estrutura em duas frentes principais. A primeira delas é o compartilhamento gratuito da solução Aprendiz Legal, reconhecida como uma das melhores do Brasil na área de aprendizagem profissional. A segunda é a pré-aprendizagem, que consiste na oferta de circuitos de aprendizagem para instituições que trabalham com adolescentes e jovens a partir do ensino fundamental II, visando prepará-los para o mundo do trabalho de forma gradual e eficiente.

As instituições implementadoras terão acesso a uma metodologia sócio-educacional exclusiva, desenvolvida durante 20 anos, com formação inicial e contínua para educadores, material didático conforme a legislação, suporte técnico e pedagógico, e estratégia contínua de monitoramento e avaliação.

Os recursos abrangem qualificação social e profissional alinhada às demandas atuais e futuras do mercado de trabalho; desenvolvimento pessoal, social e profissional dos adolescentes, jovens e pessoas com deficiência; desenvolvimento de competências socioemocionais, digitais e das competências requeridas para as ocupações do programa de aprendizagem.

Para Heidrich, do Unicef, é preciso buscar uma mudança da postura dos empregadores ao mesmo tempo em que se desenvolvem as políticas públicas para receber o jovem no mercado de trabalho. "Muitas empresas veem a aprendizagem como cota social. Isso implica o tratamento do jovem como alguém incapaz, que não vai conseguir desempenhar a função", disse.

Ferraz, da OIT, ressaltou que também é preciso qualificar a demanda, pois jovens com alto déficit educacional não se enquadram nos requisitos do programa. Ele citou dados de um relatório da organização que revelou que 65 milhões de jovens no mundo não têm oportunidade de qualificação e trabalho. "Muitos jovens ainda trabalham de maneira informal, o que é péssimo porque essas ocupações não garantem proteção social e direitos básicos."

Governador opositor de Milei vem ao Brasil buscar apoio

Renan Truffi
De Brasília

O governador da província de Buenos Aires, Axel Kicillof, inicia um périplo por Brasília, a partir desta terça-feira (13), em busca de apoio e financiamento para ações de sua gestão.

O político peronista vai se reunir na própria terça com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Estão previstos outros encontros com os ministros das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio (Mdic), Geraldo Alckmin, que acumula o cargo de vice-presidente da República.

Kicillof faz oposição ao presidente argentino, Javier Milei, e, por essa razão, tem sido excluído de algumas das principais ações do governo da Argentina. Desde o início do ano, ele está em queda de braço com Milei em relação ao repasse de verbas à província que governa.

De acordo com interlocutores, tanto Alckmin como Mauro Vieira já haviam confirmado que abririam espaço em suas agendas para receber o político argentino. Ontem à noite, o encontro com Lula entrou na agenda oficial do presidente.

O **Valor** apurou que Haddad também deve participar da reunião com o governador da província de Buenos Aires. A encontro ocorrerá no Palácio do Planalto às 11h.

Em março, o governador se reuniu com Dilma Rousseff, presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês, conhecido como "banco do Brics"). No encontro, ele pediu acesso a fundos e recursos financeiros do órgão.

A agenda entre Lula e Kicillof tende a colocar ainda mais lenha na já turbulenta relação entre os governos de Brasil e Argentina.

No início de julho, Milei passou pelo Brasil para marcar presença na Conferência da Ação Política Conservadora (CPAC), versão brasileira do maior fórum conservador dos Estados Unidos. Na ocasião, o presidente argentino desembarcou em Santa Catarina e evitou se reunir com Lula, o que gerou desgaste para ambas as diplomacias.

Além disso, Milei decidiu faltar à reunião da cúpula do Mercosul, realizada no mês passado em Assunção, no Paraguai. Em seu lugar, o presidente argentino enviou a chanceler Diana Mondino, que teve de ouvir duras críticas dos representantes dos outros países do bloco por conta dessa ausência.

Kicillof está entre os políticos que surgiram na esteira do kirchnerismo e mantêm vínculos com a família Kirchner, mas agem de maneira mais independente, segundo avaliação de analistas.

Uma pesquisa feita pela consultoria Zuban Córdoba y Asociados mostrou, no mês de maio, que pela primeira vez havia dois políticos oposicionistas com imagem melhor que a do atual presidente Javier Milei: o deputado Leandro Santoro (de centro-esquerda) e o próprio Axel Kicillof.

ESTEBAN OSORIO/PACIFIC PRESS/SIPA USA



Axel Kicillof, governador da província de Buenos Aires: périplo em Brasília para atrair recursos para ações de sua gestão

Lula teria sugerido nova eleição na Venezuela

Andrea Jubé e Fernando Exman
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sugeriu que uma saída possível para a crise na Venezuela seria a realização de novas eleições, em uma espécie de "segundo turno", com a mediação de órgãos internacionais e a efetiva participação de observadores estrangeiros, que não se viabilizou no pleito de 28 de julho. A proposta foi verbalizada pelo presidente na reunião ministerial de quinta-feira (8), e relatada ao **Valor** por dois participantes do encontro e uma fonte do governo a par do assunto.

Procurado pela reportagem, o assessor especial para assuntos internacionais da Presidência e ex-chanceler Celso Amorim disse ao **Valor** que apresentou essa ideia ao presidente após ouvir a sugestão de outros atores internacionais, mas ressaltou que é informal, e ainda está em desenvolvimento. Ressaltou que a proposta, caso seja formalizada, implicará um pacote de contrapartidas internacionais.

Amorim esclareceu que, como a sugestão ainda é embrionária, não foi levada à mesa de debates do Brasil com México e Colômbia. Inclusive, o aguardado telefonema entre os presidentes Lula, o mexicano Manuel López Obrador e o colombiano Gustavo Petro com o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, que poderia ocorrer nessa segunda-feira (12), não se concretizou. Segundo o assessor especial, a conversa continua no radar das chancelarias dos três países, mas ainda sem data para ocorrer.

"É como se fosse um segundo turno das eleições", afirmou Amorim. "Essa ideia não é nova, existe desde o início do problema", acrescentou. Ele ponderou, entretanto, que a proposta teria que abranger um pacote de medidas e ações, a começar da concordância de Maduro e da oposição, até "anistia política" e "retirada das sanções internacionais" ao país.

"Se quiserem negociar um pacote em torno dessas coisas, com o fim das sanções, é possível fazer uma espécie de segundo turno, com um bom acompanhamento internacional", sustentou. A Venezuela está sob sanções comerciais de Estados Unidos e União Europeia, que não reconhecem a reeleição de Maduro, ao lado de outros países latino-americanos, como Chile e Argentina.

Amorim considera que, na hipótese de nova eleição, seria fundamental a União Europeia retirar as sanções a fim de enviar observadores internacionais para o eventual novo pleito. O principal impasse, na sua opinião, seria a concordância tanto de Maduro quanto dos líderes da oposição. "Ambos se declaram vencedores e não recuam", observou.

Celso Amorim considera necessário UE retirar sanções para envio de observadores

O assessor especial citou como exemplo de negociação internacional bem-sucedida, no contexto de uma crise semelhante, e da qual ele participou como chanceler brasileiro, a realização de um referendo revogatório na Venezuela em 2004.

Naquele ano, a oposição questionava a continuidade do presidente Hugo Chávez (morto em 2013) no poder. Ele, então, promoveu uma consulta popular, em que a maioria da população aprovou a permanência dele no cargo. A consulta, todavia, foi realizada sob críticas da oposição, por se tratar de um formato inédito, com o sistema de votação sob controle do Estado.

O **Valor** ouviu fontes do Itamaraty a par das articulações diplomáticas sobre a crise venezuelana que disseram desconhecer a proposta de um "segundo turno" eleitoral. Segundo esses diplomatas, a posição oficial do governo brasileiro, em parceria com Colômbia e México, continua sendo a cobrança da apresentação pelo Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela (CNE) das atas de votação, que deem transparência ao pleito de 28 de julho.

Segundo as mesmas fontes, prossegue nos bastidores o diálogo entre os chanceleres de Brasil, México e Colômbia em busca de uma solução negociada para a crise. Na quinta-feira (15), o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, vai se reunir, presencialmente, com a sua contraparte colombiana, o chanceler Luis Gilberto Murillo, em Bogotá. Vieira fará a escala na Colômbia ao regressar da viagem para a República Dominicana, para a posse do presidente reeleito Luis Abinader.

Curta

Biogás

O presidente do conselho de administração da gestora de investimentos EB Capital, Pedro Parente, defendeu as fábricas de biogás como solução para a transformação de resíduos sólidos, principalmente os produzidos na agroindústria. Para ele, haveria demanda para essas unidades, que poderiam ser usadas para produção de biometano e biogás no Brasil. "O que a gente nota é que, afinal, existe não apenas um problema [gestão de resíduos sólidos por empresas], mas uma tremenda oportunidade de transformar esse problema em uma solução de circularidade", afirmou Parente, que foi ministro da Casa Civil no governo FHC e presidente da Petrobras entre 2016 e 2018. Parente lembrou que o país lançou em 2010 a sua política nacional de resíduos sólidos, mas que ainda hoje mais de 1.600 cidades continuam a descartar seu lixo de uma maneira inapropriada.





O MUNDO SE ENCONTRA AQUI.

A cidade dentro da cidade: por que o Parque Global é o ápice dos 'bairros privados' de São Paulo

Megaempreendimento da Benx entrega primeiros apartamentos após 21 anos de espera e tem vendas a R$ 30 mil/m²

Adalberto Bueno Netto, fundador e CEO do Grupo Bueno Netto: o executivo considera o Parque Global o maior projeto de sua carreira (Leandro Fonseca/Exame)

BUENO NETTO
50 ANOS

CONCRETIZAMOS O INIMAGINÁVEL E TRANSFORMAMOS UMA UTOPIA EM REALIDADE





ESCANEIE O **QR CODE**
E **ACESSE A MATÉRIA**
NA ÍNTEGRA

WWW.PARQUEGLOBAL.COM.BR
11 5199 1919
CONHEÇA O COMPLEXO GLOBAL
Marginal do Rio Pinheiros, 14.500
Eixo Marginal Pinheiros Sul

REALIZAÇÃO:





Projeto de construção do empreendimento, conforme Alvará de Aprovação de Edificação Nova nº 2013/27407-00, expedido pela Municipalidade de São Paulo em 3/10/2013; promoveu o registro do Memorial de Incorporação no 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, conforme R.03/M.220.869 de 23/10/2013, transportado conforme a Av. 01/M.225.471 de 27/1/2014, revalidada sob a Av. 7/M.225.471 de 27/4/2020; aprovou na Prefeitura Municipal o projeto modificativo de construção do empreendimento, conforme Projeto Modificativo de Alvará de Aprovação e Execução de Edificação Nova nº 2013-27407-02, publicado pela Municipalidade de São Paulo em 28/8/2020 e promoveu o registro da rerratificação e revalidação do Memorial de Incorporação no 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, averbado sob a Av. 9/M.225.471 de 18/9/2020; e lançou as normas da Convenção de Condomínio por meio de instrumento particular, que integra o Memorial de Incorporação acima referido. O empreendimento Shopping Center será objeto de aprovação de projeto legal perante a Prefeitura Municipal de São Paulo. Após aprovação, a incorporadora promoverá o registro da incorporação imobiliária no 15º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo-SP. O empreendimento somente será comercializado após o registro do Memorial de Incorporação no referido cartório de registro de imóveis, nos termos da Lei 4.591/64. O empreendimento Complexo de Inovação, Saúde e Educação será objeto de aprovação de projeto legal perante a Prefeitura Municipal de São Paulo. Após aprovação, a incorporadora promoverá o registro da incorporação imobiliária no 15º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo-SP. O empreendimento somente será comercializado após o registro do Memorial de Incorporação no referido cartório de registro de imóveis, nos termos da Lei 4.591/64. Todas as imagens e perspectivas contidas neste material são meramente ilustrativas e poderão sofrer alterações, inclusive quanto a forma, cor, textura, posição e tamanho. As unidades autônomas e áreas comuns do empreendimento serão entregues conforme Projeto Legal, Memorial de Incorporação e Memorial Descritivo de Acabamento do empreendimento, que prevalecerão em caso de conflito com qualquer outro material ou informação relativa ao empreendimento. PG Residences. SPE do empreendimento: GOLF VILLAGE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. Projeto arquitetônico: RAF Arquitetura. Projeto de interiores: Debora Aguiar e HBA. Projeto paisagístico: ENEA Landscape Architecture e Cardim Arquitetura Paisagística. Empreendimento aprovado pela Prefeitura Municipal, nos termos do Alvará de Aprovação de Edificação Nova nº 2023/0428-00 e apostilamento nº 2023/0428-01. Promoveu o registro do Memorial de Incorporação no 15º Registro de Imóveis de São Paulo, conforme o R.4/297.584 de 03/11/2023. Todas as imagens e perspectivas contidas neste material são meramente ilustrativas, podendo sofrer alterações, inclusive quanto à forma, cor, textura, posição e tamanho. As unidades autônomas e áreas comuns do empreendimento serão entregues conforme Projeto Legal, Memorial de Incorporação e Memorial Descritivo de Acabamento do empreendimento, que prevalecerão em caso de conflito com qualquer outro material ou informação relativa ao empreendimento. Os acabamentos, mobiliário, eletrodomésticos e demais itens do apartamento decorado e das perspectivas não fazem parte do Memorial Descritivo. A vegetação que compõe o paisagismo retratado nas perspectivas é meramente ilustrativa e apresenta porte adulto de referência. Na entrega do empreendimento, essa vegetação poderá apresentar diferenças de tamanho e porte, mas estará de acordo com o projeto paisagístico e em conformidade com as aprovações ambientais. A vista apresentada nas imagens é meramente elucidativa, não sendo a fotografia exata do local.

INÊS 249

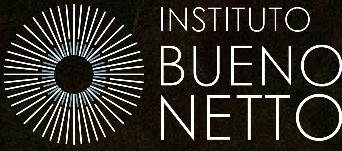
O TEMPO TRADUZIDO EM **EXCELÊNCIA**

BUENO NETTO
50 ANOS









Projeto de construção do empreendimento, conforme Alvará de Aprovação de Edificação Nova nº 2013/27407-00, expedido pela Municipalidade de São Paulo em 3/10/2013; promoveu o registro do Memorial de Incorporação no 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, conforme R.03/M.220.869 de 23/10/2013, transportado conforme a Av. 01/M.225.471 de 27 do Memorial de Incorporação no 15º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, averbado sob a Av. 9/M.225.471 de 18/9/2020; e lançou as normas da Convenção de Condomínio por meio de instrumento particular, que integra o Memorial de Incorporação acima referido. O empreendimento Shopping Center será objeto de aprovação de projeto legal perante a Prefeitu Complexo de Inovação, Saúde e Educação será objeto de aprovação de projeto legal perante a Prefeitura Municipal de São Paulo. Após aprovação, a incorporadora promoverá o registro da incorporação imobiliária no 15º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo-SP. O empreendimento somente será comercializado após o registro do Memorial de Inco de Incorporação e Memorial Descritivo de Acabamento do empreendimento, que prevalecerão em caso de conflito com qualquer outro material ou informação relativa ao empreendimento. PG Residences. SPE do empreendimento: GOLF VILLAGE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. Projeto arquitetônico: RAF Arquitetura. Projeto de interiores: Debora Aguiar e HBA de 03/11/2023. Todas as imagens e perspectivas contidas neste material são meramente ilustrativas, podendo sofrer alterações, inclusive quanto à forma, cor, textura, posição e tamanho. As unidades autônomas e áreas comuns do empreendimento serão entregues conforme Projeto Legal, Memorial de Incorporação e Memorial Descritivo de Acabamento do empre apresenta porte adulto de referência. Na entrega do empreendimento, essa vegetação poderá apresentar diferenças de tamanho e porte, mas estará de acordo com o projeto paisagístico e em conformidade com as aprovações ambientais.

A **Bueno Netto**, protagonista na evolução da construção civil nacional, celebra **50 anos** com um legado revolucionário de **transformação urbanística** na capital paulista. Desde a revitalização da Vila Olímpia, com 27 empreendimentos entregues, até o impacto monumental do **Parque Global – o maior projeto imobiliário da América Latina –,** ressignificamos bairros inteiros, elevando a qualidade de vida com um olhar sempre voltado para a sustentabilidade e a excelência.

Nossa história é um testemunho de **inovação** e **credibilidade**. Celebramos não apenas o passado, mas o futuro. Seguiremos transformando, inspirando e criando empreendimentos que definem novos padrões para as cidades do amanhã.



Foto das Residências Internacionais do Parque Global 07/2024

INÊS 249

Memória O economista comandou a Fazenda na época do 'milagre' e assinou o AI-5; nos anos 80, enfrentou no Planejamento crises graves

Morre Delfim, czar da economia na ditadura e conselheiro de Lula

Claudia Safatle e Sergio Lamucci
De Brasília e São Paulo

O ex-ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento Antonio Delfim Netto morreu na segunda-feira, aos 96 anos. Ele estava internado desde a semana passada no Hospital Albert Einstein, em São Paulo. Por mais de cinco décadas, foi personagem e testemunha da história econômica e política do Brasil. Foi de office boy da Gessy Lever ao mais poderoso ministro da Fazenda do país; de czar da economia durante boa parte da ditadura a conselheiro de Luiz Inácio Lula da Silva; e de patrono do "milagre" brasileiro ao principal encarregado de gerir o país na quebradeira dos anos 1980.

De 1967 a 1974, como ministro da Fazenda dos governos dos generais Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici, tomou o comando de toda a economia, tarefa facilitada pelo Ato Institucional número 5 (AI-5), medida que apoiou com entusiasmo. Tinha, ao alcance das mãos, um orçamento infinito chamado de "conta movimento" que registrava as operações do Banco do Brasil como agente financeiro do Banco Central.

A segunda passagem de Delfim pelo governo militar não teve o mesmo sucesso. Depois de ocupar o Ministério da Agricultura por alguns meses em 1979, assumiu o Planejamento em substituição ao então ministro Mário Henrique Simonsen, que se demitiu antes mesmo de elaborar o orçamento do exercício seguinte. Há uma versão da história que diz que Delfim derrubou Simonsen e terminou de quebrar o país. Não é a sua. Ele conta que Simonsen, em 1979, já tinha plena consciência de que o Brasil estava inexoravelmente quebrado e não haveria nada a fazer a não ser um duro programa de ajuste, que o presidente João Figueiredo não aprovou.

Delfim comandou a economia até 1985, o ano do fim da ditadura. No lugar da abundância do "milagre", teve de administrar a massa falida: o segundo choque do petróleo e do salto dos juros internacionais multiplicou o endividamento e os encargos financeiros dele decorrente, em 1982 os mercados pararam de emprestar ao país e instalou-se uma crise cambial que só veio a ser solucionada na década seguinte.

Delfim deixou o poder e foi eleito deputado federal por cinco mandatos consecutivos. Participou da elaboração da Constituição de 1988 e se destacou como voz no debate econômico no parlamento. Crítico da sobrevalorização do câmbio na primeira fase do Real, também não poupou ataques ao nível dos juros que prevaleceram após a adoção do plano de estabilização.

Neto de imigrantes italianos, nasceu em 1º de maio de 1928. Foi casado com Mercedes, que morreu em 2011. Depois da morte de sua mulher, oficializou a união com Gervásia Diório, mãe de sua filha, Fabiana, que lhe deu um neto, Rafael. A ideia inicial de Delfim era estudar engenharia, mas não havia dinheiro na família para que ele fizesse um curso em que não seria possível trabalhar ao mesmo tempo. Escolheu economia, entrando na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 1948. Delfim publicou a sua tese em 1959. Intitulada "O problema do café no Brasil", tornou-se obra de referência. Foi à FEA-USP que, em 2012, Delfim doou a sua biblioteca.

Em 1964, o ex-ministro dava aulas na FEA-USP e "fazia bicos na Confederação Nacional da Indústria e na Associação Comercial de São Paulo", como relata Elio Gaspari, em "A Ditadura Derrotada". Em 1966 assumiu a secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, na gestão der Laudo Natel. Ao ministério da Fazenda chegou um tanto por acaso.

O presidente Arthur da Costa e Silva (1967-1969) precisava de alguém para fazer uma exposição sobre agricultura. Ruy Gomes de Almeida, então presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, indicou Delfim. "O presidente mandou me convidar, levei uns gráficos e dei uma aula sobre agricultura. Nos despedimos e não nos vimos mais. Até que uns três meses antes da sua posse entrou no meu gabinete, na Secretaria da Fazenda de SP, um coronel com uma carta. Era o Mário Andreazza, com uma carta do Costa e Silva, me convidando para ser ministro da Fazenda". Não havia completado 39 anos quando assumiu a pasta, na qual ficou até o fim do governo Médici, em março de 1974.

O crescimento exuberante da economia o transformou na personificação do período. Em "A Ditadura Derrotada", Gaspari conta que, em quatro anos, Delfim "saíra 18 vezes na capa da revista 'Veja', uma na edição latino-americana da 'Newsweek' e outra, como Super-Homem, na 'Institutional Investor'". Entre 1967 e 1973, o PIB quase dobrou, crescendo 96,5%. Em 1973, a economia brasileira cresceu 13,97%.

"Controlava diretamente o Banco Central, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil, geria as grandes caixas dos fundos e dos incentivos", conta Gaspari, dimensionando o poder acumulado por Delfim. Em sua gestão, terminou com a nascente independência do Banco Central (BC), ao trocar Dênio Nogueira, que havia assumido o cargo em 1964, com a criação da instituição, por Rui Leme. "O Dênio era um sujeito muito competente, mas praticava uma política muito restritiva", disse Delfim, em entrevista ao **Valor** em fevereiro de 2012. A medida irritou Roberto Campos, um dos idealizadores do BC independente, ao lado de Octavio Gouvêa de Bulhões.

Delfim reconhecia a importância decisiva do trabalho feito nos anos anteriores à sua gestão pela dupla Campos e Bulhões para o sucesso da economia no milagre. "Quando eu entrei no ministério o serviço já estava feito. O professor Bulhões e o Roberto Campos tinham terminado a obra de salsicharia". Gaspari conta que os dois "haviam recebido o Tesouro com US$ 300 milhões em contas atrasadas e entregaram-no com US$ 400 milhões de reservas cambiais. Baixaram a inflação de 90% para 25% ao ano e reduziram o déficit federal de 4,2% para 1,1% do PIB. O conjunto da economia, que em 1963 crescera apenas 1,6%, expandira-se 5,1% em 1966". O país beneficiou-se das mudanças propiciadas pelo Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg). O cenário externo também ajudou — o choque do petróleo só ocorreu em 1973.

Delfim foi um dos participantes da reunião do Conselho de Segurança Nacional que decidiu pela edição do AI-5 em 13 de dezembro de 1968. No encontro, Delfim disse: "Estou plenamente de acordo com a proposição que está sendo analisada no Conselho. E se Vossa Excelência me permitisse, direi mesmo que creio que ela não é suficiente. Eu acredito que deveríamos atentar e deveríamos dar a Vossa Excelência a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais que são absolutamente necessárias para que este país possa realizar o seu desenvolvimento com maior rapidez". Questionado várias vezes no período pós-redemocratização se assinaria de novo o AI-5, Delfim sempre disse que sim. Ele aproveitou o AI-5 para conter alguns gastos públicos e concentrar impostos na União.

A ambição de Delfim era ser governador de São Paulo em 1974, o que lhe abriria a possibilidade de disputar a presidência em 1979. O economista se deparou, porém, com a ferrenha oposição dos generais Ernesto Geisel, presidente entre 1974 e 1979, e do ministro Golbery do Couto e Silva. Em conversa com Geisel em novembro de 1973, Golbery não poupou Delfim: "O Gordo é um ditador. Não tem escrúpulo em usar o poder. O Gordo faz misérias. Pega o sujeito, põe na rua da amargura. [...] Se ele fosse presidente da República, vamos ver o que seria [...]. Para ele não ser, ele não pode ser governador de São Paulo [...] paulista civil e ditador".

Delfim foi acusado de manipular preços, derrubando os índices de inflação. Em 1973, a inflação oficial foi de 15,5%, mas o número real foi mais alto. Segundo Gaspari, o economista Eugênio Gudin, então membro do conselho da Fundação Getulio Vargas (FGV), disse a Golbery que Delfim "manipulava os preços das cestas de alimentos para o cálculo do custo de vida". "Nós sabemos que ele sabe exatamente quais são os gêneros que entram na cesta. Ele chama os donos dos supermercados e diz: 'Esses gêneros os senhores vão vender pela tabela ou abaixo da tabela. Os outros, vocês vendam por fora". A explicação de Delfim era diferente. Na entrevista ao **Valor** publicada em 2005, ele disse: "Nunca mexemos no índice de preços, mas na formação dos preços. Só havia levantamento de preços no Rio, mas trabalhávamos de madrugada, com gente em Curitiba, Belo Horizonte. Às 3h30 da manhã, um dizia que estava chovendo no Rio e ia faltar abobrinha. Então, desviávamos um caminhão de abobrinha de São Paulo para o Rio. Faltava um pouco de abobrinha em São Paulo, mas sobrava no Rio." Em 1977, a FGV corrigiu a inflação de 1973, de 15,5% para 20,5%.

Para impedir que Delfim se tornasse governador, Geisel forçou uma mudança nas regras de escolha de candidatos ao governo pela Arena. Na convenção do partido, o ministro do milagre seria imbatível. O presidente da Arena, Petrônio Portella, arrumou a solução: transferir a escolha para os diretórios estaduais. Delfim aceitou a embaixada em Paris, onde ficou entre 1975 e 1978.

Numa entrevista ao **Valor**, questionado se não lhe chegavam notícias dos porões do regime", Delfim respondeu: "Não! Há um equívoco completo nisso. Tinha uma divisão absolutamente total entre a política e a economia", afirmou. "Não quero me isentar. [...] Eu, pessoalmente, nunca tive nenhum envolvimento em coisa nenhuma. Fiz a minha tarefa de economista. No regime autoritário, as pessoas não compreendem, não existia nenhuma ligação entre o pessoal militar e a administração."

Em "A ditadura escancarada", Gaspari conta que "a reestruturação da PE [Polícia do Exército] e a Operação Bandeirante [a Oban] foram socorridas por uma 'caixinha' a que compareceu o empresariado paulista". No segundo semestre de 1969, houve um almoço dos representantes de 15 grandes bancos com Delfim, no palacete do clube São Paulo. "O encontro foi organizado por Gastão Vidigal, dono do Mercantil de São Paulo e uma espécie de paradigma do gênero. [...] Delfim explicou que as Forças Armadas não tinham equipamentos nem verbas para enfrentar a repressão. Precisava de bastante dinheiro. Vidigal fixou a contribuição em algo como 500 mil cruzeiros da época, equivalentes a US$ 110 mil. Para evitar pechinchas, passou a palavra aos colegas lembrando que cobriria qualquer diferença."



Delfim Netto ocupou os ministérios da Fazenda, Agricultura e Planejamento

Em agosto de 1979, Delfim assumiu o Planejamento no lugar de Simonsen. O Brasil sofria com os dois choques do petróleo e o aumento dos juros externos. O ex-ministro contou que, em 1972, numa conversa com o então presidente francês Giscard D'Estaing, este lhe disse para se preparar, porque os árabes fariam um cartel, causando uma disparada dos preços do óleo. Ao voltar para o Brasil, Delfim relatou essa história para o presidente Médici. "Ele convocou para uma reunião o dr. Leitão [João Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil], o ministro de Minas e Energia, Antônio Dias Leite, o Geisel e o presidente do BC, Ernane Galvêas. Eu disse: 'Vamos abrir, abre o contrato de risco.' A reação de Geisel, que era presidente da Petrobrás, foi: 'Quem entende de petróleo sou eu, não esse Giscard'", disse Delfim.

Endividado, o Brasil foi afetado pela guinada da política monetária americana. Paul Volcker, então presidente do Fed, o banco central americano, jogou os juros na casa de 20% ao ano, para derrubar a inflação, quebrando países todos os países com elevadas dívidas no exterior. A dívida externa brasileira havia sido engordada por Geisel, para financiar as importações de petróleo e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). "O plano foi um desastre", disse Delfim ao **Valor**.

Na crise de 1982, o Brasil chegou a ficar com reservas internacionais negativas em US$ 3 bilhões. "O alívio só veio em 1984, quando fechou o déficit em contas correntes. Fizemos uma desvalorização do câmbio [de 30%, em dezembro de 1979], ela falhou, fizemos uma segunda [também de 30%, em fevereiro de 1981] e, em 14 meses, viemos de um déficit em contas correntes para superávit", disse Delfim. Em 1981, o PIB caiu 4,3%. O crescimento médio de 1979 a 1985 foi de 3,8%. Ao deixar o governo, em 1985, o balanço de pagamentos estava ajustado e a crise cambial, mitigada, mas a inflação era de 200% ao ano.

Hostilizado pela esquerda por sua participação no governo da ditadura, tornou-se um dos principais conselheiros de Lula. Ao analisar a gestão do petista, porém, Delfim relativizava o papel da política econômica no sucesso. Lembrava da melhora dos termos de troca (a relação entre preços de exportação e de importação), ocorrida graças à alta das commodities. "Fizemos o papel direitinho. Acumulamos reservas cambiais, corretamente. Mas não vamos dizer que isso foi produto pensado de uma política econômica. Isso foi produto de um acidente".

Delfim elogiava o governo Dilma Rousseff nos primeiros anos. O objetivo anunciado em 2011 pela a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, de "fazer mais com menos", contou com o seu apoio. Foi um dos primeiros a aplaudir a guinada na política monetária promovida pelo presidente do BC, Alexandre Tombini, em agosto de 2011, quando a instituição passou a cortar a taxa Selic agressivamente. A estratégia de Tombini, contudo, foi malsucedida. A inflação subiu e as expectativas saíram do controle, levando o BC a ter que elevar os juros em abril de 2013. No começo daquele ano, Delfim fez pela primeira vez uma crítica pesada a uma ação do governo Dilma, atacando as manobras contábeis promovidas pelo Tesouro para cumprir a meta de superávit primário. Uma das obsessões de Delfim era o combate ao nível dos juros brasileiros. Certa vez, definiu-se como economista de forma sucinta: " Sou um prisioneiro do crescimento".

Em 2018, Delfim foi citado na Lava-Jato. Os investigadores afirmavam que ele teria ajudado o governo a formar o consórcio Norte Energia, que venceu o leilão para construir a hidrelétrica de Belo Monte. Em troca, teria recebido parte da propina destinada a PT e MDB. A defesa de Delfim negou que ele tivesse praticado atos ilícitos e disse que os valores recebidos foram por consultoria prestada.

Ver também página A13

ANA PAULA PAIVA/VALOR

O ex-ministro foi um crítico da sobrevalorização do câmbio no início do Real

Economista me ajudou a ser mais competente, diz Lula

De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), integrantes do governo e outras autoridades dos Três Poderes lamentaram na segunda-feira (12) a morte do ex-ministro Antônio Delfim Netto. Em nota de pesar, Lula lembrou que, durante 30 anos, fez críticas ao economista, mas depois voltou atrás e pediu desculpas. Isso porque, na avaliação do presidente, Delfim Netto foi um adversário político inteligente, que o ajudou a ser mais "competente".

"Durante 30 anos eu fiz críticas ao Delfim Netto. Na minha campanha em 2006, pedi desculpas publicamente porque ele foi um dos maiores defensores do que fizemos em políticas de desenvolvimento e inclusão social que implementei nos meus dois primeiros mandatos. Delfim participou muito da elaboração das políticas econômicas daquele período. Quando o adversário político é inteligente, nos faz trabalhar para sermos mais inteligentes e competentes", ponderou.

No comunicado, Lula acrescentou que o Brasil perdeu uma referência no debate econômico e relembrou a morte da economista Maria da Conceição Tavares, referência entre pensadores de esquerda. Ela morreu em junho.

"Em um curto espaço de tempo, o Brasil perdeu duas referências do debate econômico no país: Delfim Netto e Maria da Conceição Tavares. Fica o legado do trabalho e pensamento dos dois, divergentes, mas ambos de grande inteligência e erudição, para ser debatido pelas futuras gerações de economistas e homens públicos. Meus sentimentos aos familiares, amigos e alunos de Delfim Netto", concluiu.

Entre os representantes da área econômica, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou no X que hoje "o professor Antônio Delfim Netto merece respeito por ter se dedicado ao progresso econômico brasileiro". Já o Ministério do Planejamento e Orçamento destacou, em nota, que Delfim influenciou "fortemente a condução da economia e o debate macroeconômico do país nas últimas décadas". A ministra Simone Tebet, titular da pasta, manifestou solidariedade a amigos e familiares do economista, a quem classificou de "referencial no debate econômico do país".

> "Delfim deixa um legado histórico para o país que será sempre reconhecido"
> *Arthur Lira*

Já a diretoria do Banco Central (BC) afirmou que Delfim Netto era uma "mente livre de amarras" e que sua vida profissional e acadêmica foi marcada pelo pioneirismo. A nota também destaca um pensamento do ex-presidente do BC, Affonso Celso Pastore, que "costumava dizer que, neste trabalho, Delfim empreendeu uma tentativa original de aplicar a um evento histórico métodos de análise econômica e quantitativa, colocando-se na fronteira do pensamento econômico em um ambiente repleto de adversidades".

No Congresso, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), destacou que Delfim foi "profundo conhecedor das ciências econômicas" e "ocupou papel altivo na história do Brasil desde 1967, quando se tornou, aos 38 anos, o mais jovem ministro do país".

Já o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), destacou que Delfim foi deputado federal por 20 anos, além de professor e ministro, "inclusive tendo sido um dos formuladores econômicos na Constituinte". "Nessa trajetória política e econômica, Delfim deixa um legado histórico para o país que será sempre reconhecido pelo povo brasileiro. Meus sentimentos aos familiares e amigos de Delfim Netto", escreveu.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, frisou que o economista "prestou serviços ao Brasil em diferentes momentos históricos". "Em nome do Supremo Tribunal Federal, manifesto pesar pela morte do economista Delfim Netto e desejo conforto aos amigos e familiares. Delfim Netto prestou serviços ao Brasil em diferentes momentos históricos", disse.

O ministro Dias Toffoli também se manifestou. Ele lembrou que Delfim Netto foi ministro da Fazenda durante a ditadura e teve participação na edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que endureceu o regime. "Conselheiro de vários presidentes da República após a redemocratização, soube valorizar as políticas de distribuição de renda e de inclusão social. Sua atuação no período do mais duro do regime militar deverá ser lembrada, mas é inegável que o Brasil perdeu hoje um de seus maiores intelectuais e pensador da nação brasileira." ***(Renan Truffi, Estevão Taiar, Gabriel Shinohara, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Flávia Maia e Isadora Peron)***

Memória Economistas dizem que ex-ministro influenciou várias gerações; alguns apontam problemas no legado, como inflação alta

Delfim é descrito como analista hábil, íntimo da teoria e da prática

Marcelo Osakabe
De São Paulo

A morte de Antonio Delfim Netto priva o Brasil de um analista com habilidade invejável de unir a teoria à pratica e que inspirou e liderou gerações inteiras de profissionais da área, afirmam economistas que conviveram com o ex-ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento e ex-deputado federal. Economista com sólida base, ele também é lembrado pela sensibilidade de entender o lado político dos problemas econômicos. Alguns destacaram, porém, aspectos negativos da trajetória e do legado do ex-ministro, que assinou e apoiou com entusiasmo o AI-5 e que seria um dos responsáveis por problemas como a inflação elevada dos anos 1970 e 1980.

PEDRO KIRILOS/AGÊNCIA O GLOBO



O economista e ex-ministro é lembrado pela sensibilidade de entender o lado político dos problemas econômicos

Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn disse que "o Brasil perde um dos nomes que marcaram sua economia nas últimas décadas". "Lamento a morte de Delfim Netto, que, como acadêmico, professor, ex-ministro e ex-deputado influenciou o debate nacional e cujo legado retrata parte importante da história do Brasil", afirmou Ilan.

Para o ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, Delfim Netto era "um azougue, dotado de inteligência rápida, mordaz, mas a história será dura com ele".

"Eu me aproximei de Delfim depois de 2005, quando saí do governo", disse Luiz Guilherme Schymura, diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). "Ele tem inúmeras controvérsias em sua carreira, mas a minha impressão é que a pessoa vai aprendendo com a sua trajetória. Se você é economista, quando jovem acredita que a economia é a mola propulsora de tudo. A idade eventualmente vai te ensinando e acredito que, depois que deixou o governo e de se tornar deputado, Delfim passou a ter entendimento cada vez mais aguçado sobre a complexidade de resolver questões econômicas."

Ex-diretora do BNDES, Elena Landau apontou na rede social X o que vê como problemas da herança de Delfim. Segundo ela, "apesar de todo poder que o AI-5 lhe deu", Delfim "entregou a raiz da hiperinflação, dívida externa, estatais quebradas, desigualdade social, manipulação de índice de preços e correção monetária".

Para Felipe Salto, economista-chefe da Warren e ex-diretor da IFI, "Delfim Netto tinha uma combinação rara de sofisticação intelectual e acadêmica com espírito público no nivel mais elevado. Pessoalmente, aprendi muito com ele, nas visitas que lhe fazia periodicamente quando dirigi a Instituição Fiscal Independente do Senado. Ele era leitor assíduo dos nossos trabalhos. Delfim inspirou e liderou gerações inteiras de economistas e profissionais da área, sempre com uma preocupação em relação às políticas públicas e uma consciência das limitações do nosso campo de atuação".

O ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria Mailson da Nóbrega avalia que Delfim Netto foi o maior e mais influente economista brasileiro. Ele destaca que Delfim participou ativamente do debate econômico e político nas últimas cinco décadas. Foi professor, pesquisador e o mais jovem ministro da Fazenda do Brasil, além de ter formado uma geração de bons economistas, como Affonso Pastore, Carlos Antonio Rocca, Eduardo Pereira de Carvalho e Akihiro Ikeda, muitos dos quais compuseram sua equipe.

"Delfim foi um economista diferenciado em vários sentidos", comentou José Pastore, sociólogo e professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo. "Tinha uma cultura ampla dos conhecimentos que importam muito na vida econômica: filosofia, sociologia, antropologia, psicologia etc. Tinha uma enorme capacidade intuitiva de modo a sempre ir direto na raiz dos problemas. Tinha uma habilidade invejável de unir a teoria à pratica. Tinha o privilégio divino de estar sempre de bom humor. Foram imensas as contribuições de Delfim ao Brasil. Mas, uma delas foi crucial: e enorme apoio que deu à formação da Embrapa.

> "Como acadêmico, professor, ex-ministro e ex-deputado, influenciou o debate nacional"
> Ilan Goldfajn

"Conheci Delfim Netto, primeiramente, ao ler seus trabalhos sobre a agricultura brasileira e, mais tarde, tive o prazer de encontra-lo inúmeras vezes na nossa Faculdade de Economia da USP", afirmou Hélio Zylberstajn, professor-sênior da FEA/USP. "Contrariando a ideia predominante nos anos 1950/60, que associava a agricultura ao atraso e à ineficiência, Delfim produziu artigos brilhantes que mostravam o contrário."

Para Zylberstajn, "com base em profundo conhecimento teórico e sólidas evidências empíricas, concluiu que os produtores agrícolas respondiam a estímulos econômicos e sua produção crescia quando os preços eram bons. Não se tratava, portanto, de um setor atrasado. Pelo contrário, era um segmento produtivo conectado ao mercado, que certamente responderia positivamente a políticas públicas voltadas para adaptar as técnicas, então conhecidas, ao nosso clima e ao nosso solo"

"Antonio Delfim Netto foi acima de tudo um brasileiro preocupado com seu país, sua gente e o crescimento econômico", escreveu Luiz Carlos Trabuco Cappi é presidente do Conselho de Administração do Bradesco. "Exerceu em vida uma trajetória marcada pela inteligência acima da média, fina sagacidade e cultura refinada."

"Na vida política, absorveu novas ideias e conviveu com a divergência, sem promover a polarização. Foi uma referência na Constituinte ao estabelecer pontes entre a esquerda e a direita", diz o texto de Trabuco.

Em nota assinada por seu presidente, Isaac Sidney, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) lamentou a morte de Delfim, "ao longo de mais de meio século, uma referência de lucidez econômica e exemplo de homem público". O texto afirma que o "ex-ministro e ex-deputado-federal Delfim soube cultivar e incentivar o diálogo, transitando de forma construtiva em todos os espectros políticos".

Para a Febraban, "Delfim Netto deixa legado fundamental ao Brasil, à economia e aos economistas do país. Sua trajetória se confunde com a história brasileira recente."

O Instituto Aço Brasil divulgou nota na qual "manifesta seu profundo pesar pelo falecimento do ex-ministro, economista, professor e amigo Antônio Delfim Netto".

No comunicado, o instituto lembrou que Delfim teve participação relevante na história do Brasil nas últimas seis décadas. "Sua contribuição se fez e continua presente nos campos econômico, político e social, e vai além da força de seu pensamento, expressa em suas obras e manifestações de opinião". *(Colaborou Sergio Lamucci)*

'O economista mais erudito de sua época'

Marcos Lisboa
Para o **Valor**, de São Paulo

Delfim foi talvez o economista da sua época mais erudito no Brasil. Conhecia a teoria e a evidência empírica.

Ele foi assistente de Alice Canabrava, historiadora econômica cuidadosa ao extremo com os dados e documentação, e aluno de Luiz de Feitas Bueno, que conhecia bem microeconomia e econometria.

Sua tese sobre o problema do café no Brasil é impressionante, combinando a melhor teoria econômica da época, com análise histórica da política do café e suas implicações.

Dela sai um tema, que é a dependência que o Brasil tinha de um bem agrícola nas suas exportações, de como isso gerava muita pressão e volatilidade para o câmbio e, de como isto afetava a economia e a indústria, em particular.

Para minimizar a volatilidade do câmbio associada ao preço de apenas um produto, ele se debruça então sobre o tema da diversificação da pauta exportadora e de por quê o Brasil só tem uma cultura importante.

Em meados dos anos 1960, ele organiza um grupo de trabalho sobre o tema da agricultura. A magistral tese de doutorado de Affonso Censo Pastore, com a análise empírica sobre como a produção agrícola reage aos preços de mercado, foi decorrente dessa agenda.

Mais tarde, ministro da Fazenda, em conjunto com o ministro da Agricultura, Cirne Lima, organiza um novo grupo de estudo, com José Pastore, Affonso Celso Pastore, Eliseu Alves e muitos outros, para estudar como superar os desafios da agricultura brasileira.

A conclusão é que faltava tecnologia para lidar com a agricultura nos trópicos. Muitas culturas foram desenvolvidas para o clima temperado, e em muitas regiões, como o Centro-Oeste, o solo era ácido e pobre em nutrientes.

Como resultado desse trabalho, surge uma das políticas setoriais mais bem sucedidas do Brasil, que é investir na formação de pesquisadores e técnicos para melhorar solo do Centro-Oeste e adaptar culturas como a soja para o clima tropical.

A Embrapa nasceu desse esforço - foram cerca de 2 mil profissionais em 10 anos, que passaram pelas melhores universidades.

Estudos mostram que a produtividade da cresceu 3% por ano nos últimos 50 anos e que o preço da cesta básica no país caiu para algo entre 10% e 5% do que custava naquela época. Pouca gente sabe, mas Delfim teve papel fundamental nessa agenda.

Delfim é uma personagem complexa.

Já no setor público, ele executava com maestria o jogo de nomeações, indicação de cargos e criação de alianças para executar sua agenda. Era uma pessoa muito gentil, sedutora, que construía conversas convidativas com muita facilidade.

E, da mesma forma que conhecia muito a técnica e a economia dos anos 1950 e 1960, ele acreditava muito — talvez porque fosse pensamento corrente naquele tempo — na capacidade do Estado de fazer intervenções discricionárias. Interferir em preços e estimular determinadas atividades produtivas e, com isso, ter resultados positivos na economia, como fez no governo Médici (1969-1974). Deixou uma sequela de problemas, como apontou Affonso Celso Pastore, no primeiro capítulo de seu livro "Erros do passado, soluções para o futuro".

No começo do governo Figueiredo (1979-1985), realizou a malsucedida prefixação da correção cambial e da correção monetária. Posteriormente, contudo, com Affonso Celso Pastore no Banco Central, consegue minorar a grave crise externa, estabilizar a inflação, ainda que em nível elevado, e entregar no fim do governo uma economia melhor do que no começo da década.

O intervencionismo discricionário na economia no Brasil, é uma agenda comum tanto à esquerda quanto à direita. E essa agenda contribuiu para nossas crises mais graves, tanto no começo dos anos 1980, quanto na década passada. Mas ela segue bastante dominante no país, e Delfim nunca chegou a abandoná-la.

Depois dessas passagens pelo governo, Delfim seguiu sua carreira como deputado e articulista. Suas colunas no jornal Folha de S. Paulo dos anos 1980 antecipam problemas que o país viria a discutir e colher anos depois, como o dos caçadores de renda, grupos privados que capturam o Estado em busca de privilégios. Até o fim, Delfim manteve influência na política e na economia.

Conheci Delfim muito tarde na vida. Eu, que sou do Rio e nasci nos anos 1970, sou meio de esquerda, embora muita gente não acredite. Foi uma surpresa conhecê-lo. Era ótimo conversador, tinha argumentos sempre interessantes, por vezes inesperados. Com maestria, encaminhava os temas e o desenlace das conversas.

Não falávamos do passado na política nos tempos da ditadura. Ele sabia de onde eu vinha e o que pensava a respeito, minha repulsa à ditadura e ao AI-5.

Nas suas colunas, ele com frequência criticava com irreverência os jovens economistas que gostavam de matemática e tenho a impressão que algumas eram a mim dirigidas. Não tinha jeito. Terminava de lê-las divertido com seu bom-humor cáustico.

Ex-secretário de Política Econômica da Fazenda e ex-presidente do Insper

Depoimento a **Marcelo Osakabe**

Ex-czar virou conselheiro de políticos antagônicos

Lucas Ferraz
De São Paulo

Após ser o ministro civil mais influente em 21 anos de ditadura militar (1964-85), Antonio Delfim Netto transformou-se em um dos quadros mais respeitados do mundo econômico brasileiro no pós-redemocratização, tornando-se uma peça-chave no Congresso Nacional e na sustentação de governos que enfrentaram turbulência.

Deputado federal que cumpriu cinco mandatos seguidos sem nunca ter subido na tribuna para proferir um discurso, Delfim era um parlamentar procurado por diferentes atores em razão de sua "influência como formador de opinião" junto ao andar de cima, conforme disse ao **Valor** o ex-deputado e ex-ministro Nelson Jobim, que foi seu colega em Brasília durante a Assembleia Constituinte.

Como conselheiro e até fiador político, o economista teve papel relevante na estabilização do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-06) e na chegada de Michel Temer à Presidência, em 2016, após o impeachment de Dilma Rousseff (PT).

Com Lula, que lhe recorria inúmeras vezes por telefone, a relação chegou ao ponto de Delfim quase voltar ao governo federal como ministro no início do segundo mandato, em 2007. Ministro da Fazenda indicado por Lula após vencer a primeira eleição, em 2002, Antonio Palocci foi o responsável pela ponte entre os dois.

"É até irônico. Delfim simbolizava o cara da ditadura e do arrocho salarial das greves do final dos anos 1970. Com o passar do tempo, houve aproximação e até identificação", disse Gilberto Carvalho, ministro próximo de Lula — ocupou a Secretaria-Geral da Presidência — nos dois primeiros mandatos e que acompanhava de perto a interlocução entre eles, quase sempre sobre a questão fiscal.

"Palocci fez questão, mesmo fora do governo, de que o diálogo prosseguisse", completa Carvalho. "Lembro que fiquei muito assustado quando ouvi essa história [a proximidade de Lula e Delfim] pela primeira vez. Mas ele também teve muita coragem em apoiar e assumir o governo em um momento muito ruim. Por isso a gratidão do Lula".

Segundo Jobim, que também foi ministro de Lula, o presidente apreciava a sinceridade de Delfim, que "falava sem engodo".

Gilberto Carvalho e outros atores do PT reconhecem o papel de Delfim na consolidação do poder e da autoridade de Palocci como ministro da Fazenda. Anos mais tarde, durante a investigação da Lava-Jato, Palocci chegou a ser apontado pela Polícia Federal como "porta-voz" de um pedido de propina a Delfim relacionado à construção da Usina de Belo Monte. Também investigado, Delfim negou irregularidade e disse que recebeu das empreiteiras envolvidas por serviços de consultoria, atividade que desempenhou após deixar o Congresso, em 2007.

> "Houve aproximação e até identificação entre Lula e Delfim"
> *Gilberto Carvalho*

Já com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a relação era mais distante. FHC, pessoalmente, era mais próximo de Roberto Campos, outro economista que serviu a ditadura. Do PSDB, o político que Delfim teve mais proximidade foi o ex-senador, ex-prefeito e ex-governador José Serra.

"Acho que era ciúme por causa do Plano Real. Ele torcia pelo Brasil, mas a torcida por FHC era moderada. Os príncipes geralmente se antagonizam. Afinal, os dois são da mesma geração", conta o ex-deputado federal Roberto Brant, que foi colega de Delfim na Câmara no mesmo período, ambos cumprindo mandatos entre 1987 e 2007.

José Genoíno (PT), outro constituinte que conviveu com o ex-czar da economia na ditadura no Congresso, lembra que, apesar de nunca ter subido na tribuna para um discurso, o então deputado era o "primeiro a chegar para as discussões no plenário e o último a sair".

"Dizia que ele era um economista da burguesia que nunca escondia as posições. Delfim ria sempre. Ele dialogava com os antagônicos, não era truculento ou maniqueísta. E muito culto. Nunca se arrependeu da atuação na ditadura, dizia ser resultado de uma conjuntura histórica", recorda Genoíno, um ex-guerrilheiro que pegou em armas contra o regime militar.

A atuação com alguns colegas constituintes — caso de Serra, Brant e Jobim — voltou a se estreitar e ter influência nacional em 2016, durante o impeachment de Dilma, abrindo caminho para o vice, Michel Temer, outro deputado constituinte, assumir o governo.

Durante a crise, Temer deixava Brasília e ia a São Paulo para se reunir com Delfim, que atuou na elaboração do programa econômico de transição intitulado de "Ponte para o Futuro".

"Ele foi o fiador do projeto Temer, tinha respeito e entrada na classe empresarial, no setor produtivo, mais do que no mercado financeiro", comenta Brant. Jobim concorda: "Não tenho dúvida da influência dele, Michel entrou muito fragilizado no governo".

Uma das últimas cartadas de Delfim Netto na política, que se tornou pública em 2022, foi seu apoio para que Tarcísio de Freitas (Republicanos) — um tecnocrata que nunca tinha disputado uma eleição — se candidatasse ao governo de São Paulo. O colunista Lauro Jardim, de "O Globo", contou a conversa decisiva que ele teve com o "professor" em 2022.

"Você vai ganhar. Tem o que o paulista gosta: entrega", teria dito Delfim, que o orientou a procurar Gilberto Kassab, segundo Bela Megale, de "O Globo". Kassab desde então tem sido um dos principais aliados do governador, comandando atualmente a Secretaria de Governo do Executivo estadual.

INÊS 249

Os três vespeiros da reunião ministerial



Maria Cristina Fernandes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva mexeu em três vespeiros na última reunião ministerial: bloqueio do "orçamento secreto", controle das agências reguladoras e mediação de conflitos contratuais. Lula não fala desses temas em público. Além de ministros, havia presidentes de bancos públicos e do IBGE e líderes governistas no Congresso. Ao bulir nos vespeiros, mostrou que não está inerte à usurpação de prerrogativas que marca sua volta ao poder.

No dia da reunião, o noticiário estava dominado pela decisão do TCU que equipara os presentes de Lula às muambas do ex-presidente Jair Bolsonaro. Não foi o único incômodo daquela sessão. Naquela véspera da reunião ministerial, o TCU também tomou uma decisão que exclui dos cinco anos de mandatos dos atuais diretores-presidentes das agências reguladoras o tempo em que permaneceram em outros cargos de direção.

"As agências reguladoras estão capturadas pelo mercado com a intermediação do Congresso", disse o presidente. Ele estará impedido de indicar o comando das duas joias da coroa, a de energia elétrica (Aneel) e de telecomunicações (Anatel), até o fim de seu governo.

São mandatos decisivos sobre a disputa de mercado dos grandes investidores do setor e a regulamentação de contratos que oneram os usuários de energia e de serviços banda larga. Essas nomeações foram feitas por Bolsonaro sob o patrocínio de mandatários do Centrão que fazem corretagem empresarial. A cobrança dos usuários recai sobre um governo sem meios para intervir .

Tudo isso estava marcado para acontecer. O setor elétrico causou a maior crise do governo FHC (apagão), ajudou a derrubar Dilma Rousseff, manteve Michel Temer no cargo e agora está medindo forças com este governo. A frustração dos interesses do TCU, a começar por aqueles de seu presidente, Bruno Dantas, preterido para uma vaga no Supremo e depois, para a presidência da Vale, um dos maiores salários do país (R$ 52,6 milhões anuais), contribuíram para azedar o clima.

O tribunal será presidido, a partir de dezembro, por Vital do Rêgo, um ex-senador vinculado à Casa em que serviu, onde tem um filho na mesa diretora, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB). Lá ainda tem uma trinca que aprendeu tudo no Congresso: Aroldo Cedraz, Augusto Nardes e Jhonatan de Jesus. Têm mais munição, como a auditoria do cartão corporativo da Presidência de 2023.

Nada disso inibiu o presidente a mandar o segundo recado da reunião, o de que nenhuma revisão de contrato ou renegociação de dívida de agentes privados deveria ser enviada para a secretaria criada no TCU para mediação de conflitos sem a anuência da Casa Civil. O ministro Rui Costa citou, nominalmente, dois casos, o "reequilíbrio" do contrato de concessão do Aeroporto de Brasília e um contrato de arrendamento do Porto de Santos feito pelo grupo Libra.

Se o primeiro trata de um pedido de redução de custo sem que nenhuma intercorrência tenha acontecido para isso, o segundo, referente a uma dívida de R$ 3,4 bilhões com a União, envolve um grupo que sempre teve seus interesses defendidos pelo lendário ex-deputado Eduardo Cunha. Depois da reunião, o TCU informou que arquivará ambos.

Nascida junto com o governo Lula, a secretaria do TCU já fez três renegociações de contratos de rodovias que vão a plenário, um do aeroporto de Guarulhos e outro da Telefônica. Outros cinco estão na fila. Além dos dois citados por Rui Costa, a concessão da Fernão Dias, uma linha ferroviária e o Galeão (RJ).

A renegociação sempre tem para o erário. A atuação desta secretaria bateu de frente com a determinação do ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, incumbido de recuperar ativos em contenciosos que se arrastam. Levantamento da Pasta mostra que as vitórias da AGU geraram a expectativa de recebimento de R$ 1,4 trilhão aos cofres públicos.

O terceiro vespeiro mencionado por Lula na reunião foi a decisão do ministro do STF, Flávio Dino, para pôr fim ao chamado "orçamento secreto". "Vamos ver como vamos nos adaptar a esta situação", limitou-se a dizer o presidente. Os ministros palacianos vêm tentando se dissociar da decisão porque não sabem como lidar com a nova ordem e temem a paralisia do Congresso.

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, foi o primeiro a romper o silêncio e pedir, nesta segunda, que os recursos bloqueados sejam liberados. Seus representantes na reunião que o STF promoveu na sexta-feira já tinham feito o mesmo pedido, mas Dino reiterou que toda liberação está condicionada ao cumprimento dos preceitos constitucionais de transparência e rastreabilidade.

Ainda determinou que os tribunais de conta estaduais, sempre muito pressionados pela política local, identifiquem os destinatários das transferências. Ainda convidou a Pasta da Fazenda, via Secretaria do Tesouro, a entrar no jogo de adivinha dos autores das destinações dos recursos

Não há dúvida de que o Planalto custa a elaborar rota alternativa àquela de dezembro de 2022, com o acordo que deu um basta de faz-de-conta no "orçamento secreto" em troca da PEC da Transição. Lula tem evitado juízo de valor sobre a decisão, mas Dino foi um de seus ministros mais próximos. Não precisa consultá-lo para saber o que pensa sobre um presidente que parece alijado dos grandes negócios da República.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Congresso Requerimento teve 308 votos favoráveis; previsão é de que mérito seja votado nesta terça

Câmara aprova urgência para votação de regulamentação da reforma tributária

Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Renan Truffi
De Brasília


CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Padilha: "Não tem digital do governo numa decisão da Suprema Corte. Qualquer nova decisão [do STF], o governo vai cumprir"

A Câmara dos Deputados aprovou na segunda-feira, por 308 votos a 142, o requerimento de urgência para acelerar a tramitação do projeto de lei que estabelece as regras de funcionamento do comitê-gestor do futuro Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), segundo texto do pacote de regulamentação da reforma tributária encaminhado pelo governo ao Legislativo. A expectativa é que o mérito seja apreciado nesta terça-feira.

A votação fez parte do esforço concentrado da Casa para avançar em pautas estratégicas em meio ao calendário apertado imposto pelas eleições municipais.

Mais cedo, antes da votação, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, disse que o governo quer convencer os parlamentares a tratarem a regulamentação da reforma tributária como "tema central" desse esforço concentrado. Segundo ele, a gestão petista vai "fazer de tudo" para concluir a discussão deste tema ainda em 2024.

"Esperamos votar esta semana o segundo projeto de lei de regulamentação da reforma tributária. O governo vai fazer de tudo para concluir a regulamentação da reforma tributária. Confio na disposição dos presidentes das duas Casas para deixar isso como legado. Vamos trabalhar para isso que seja um tema central no esforço concentrado", explicou.

O segundo projeto de regulamentação da reforma define as regras do colegiado que será responsável pro administrar e fiscalizar o imposto sobre consumo de estados e municípios. O primeiro texto, que trata das regras gerais do novo sistema de tributação sobre o consumo, foi aprovado pela Câmara em julho e, agora, será analisado pelo Senado.

De acordo com o texto nas mãos dos deputados, esse comitê será integrado por um Conselho Superior, órgãos subordinados como a Secretaria Geral e a Corregedoria, além de uma Diretoria Executiva — composta por nove diretorias.

Além disso, o colegiado terá 27 membros, representando cada estado e o Distrito Federal, indicados pelo chefe do Poder Executivo estadual e distrital. Terá ainda outros 27 membros, representando o conjunto dos municípios e do DF, indicados pelos chefes dos Poderes Executivos municipais e distrital. Esses integrantes exercerão essa função por quatro anos.

O texto prevê ainda que o comitê gestor realizará reuniões obrigatórias a cada 3 meses, podendo convocar reuniões extraordinárias quando necessário.

A proposição estabelece ainda que não será cobrado Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) nos casos em que os bens forem herdados por entidades públicas, religiosas, políticas, sindicais e instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social.

A alíquota máxima a ser cobrada deverá ser fixada pelo Senado e será estabelecida por Estados e Distrito Federal sendo progressiva em razão do valor, legado ou doação.

Além disso, a proposta estabelece que os grandes patrimônios serão taxados com alíquota máxima, mas deixa a cargo dos estados regulamentarem qual o valor considerado "grande patrimônio".

Durante a votação, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) elogiou o trabalho do relator Mauro Benevides Filho (PDT-CE) e afirmou que a medida "é um desejo da sociedade há mais de 40 anos". "A sociedade pode ter certeza que está sendo votado o melhor projeto de comitê gestor do IBS", disse o petista.

Por outro lado, a deputada Coronel Fernanda (PL-MT) orientou contra a urgência e destacou que a reforma votada "vai acabar com nosso país". "Nesse momento acabou de subir o PL com mais de 150 páginas. Não tem como votar a urgência se nem nós deputados podemos conhecer o texto. Simplificar não pode ser sinônimo de aumentar imposto. Por isso, o PL orienta não", afirmou a opositora do governo Lula.

Na segunda além de tratar da prioridade para a reforma tributária, Alexandre Padilha comentou ainda a discussão no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as regras para emendas parlamentares ao Orçamento. Na conversa com jornalistas, ele negou que o Palácio do Planalto tenha influenciado o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino a suspender o pagamento das chamadas "emendas Pix". Padilha falou sobre o assunto ao ser questionado sobre uma possível retaliação de parlamentares do Congresso, que enxergam a "digital" do governo petista nessa decisão.

"Não tem digital do governo numa decisão da Suprema Corte. Qualquer nova decisão [do STF], o governo vai cumprir. Não cabe ao governo influenciar decisões do STF", disse o ministro.

O assunto é sensível porque, nesta semana, o Congresso realizará um esforço concentrado, quando diversas propostas são levadas à votação de maneira mais célere. Isso significa que os deputados e senadores teriam possibilidade de derrotar o governo, como um recado à gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A desconfiança dos parlamentares vem da proximidade entre Lula e Flávio Dino, ex-ministro da Justiça da gestão petista.

Passa incentivo para hidrogênio de baixo carbono

De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou na segunda-feira (12) projeto de lei que cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), com incentivos de até R$ 18,3 bilhões para o desenvolvimento desta fonte de energia menos poluente. O texto segue para o Senado Federal.

O projeto é fruto de acordo entre os parlamentares e o governo sobre o marco legal do hidrogênio de baixo carbono, que foi aprovado em julho e estabeleceu as regras para desenvolvimento dessa nova tecnologia.

A parte dos incentivos tributários para a produção de hidrogênio, porém, não tinha consenso entre o governo e os congressistas. Inicialmente, o Executivo defendia que não houvesse subvenções ou desonerações para evitar agravar o rombo nas contas públicas, já deficitárias. Mas precisou ceder após pressão dos parlamentares e dos investidores, que argumentam que os custos hoje são muito superiores ao das energias poluentes.

Ao sancionar o texto no dia 2 de agosto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou o trecho dos incentivos para que fosse "aprimorado". A nova versão foi protocolada pelo líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE), na forma do projeto de lei agora aprovado.

"Essa matéria se refere a um amplo acordo que fizemos na votação do marco e agora na instituição do programa, que tem impacto muito forte na economia brasileira, principalmente no Nordeste e no meu Ceará", afirmou Guimarães na sessão.

A nova versão estabelece que serão concedidos créditos fiscais na comercialização de hidrogênio. Esse crédito será um percentual, a ser definido em regulamentação, sobre o valor do produto, e não poderá exceder à diferença entre o preço estimado do hidrogênio de baixa emissão de carbono e o preço estimado de bens substitutos.

Relator do novo projeto, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) disse que o marco legal não descrevia de forma suficiente a fonte dos recursos, mas que isso foi saneado com a nova proposta. "Esse projeto complementa o marco regulatório já votado", explicou.

O programa terá valor máximo de R$ 18,3 bilhões, mas o impacto fiscal ficará para os próximos governos. O benefício começará em R$ 1,7 bilhão a partir de 2028 até um máximo de R$ 5 bilhões em 2032. O montante pode ser limitado pelo governo e deverá constar, anualmente, do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para ser efetivado.

O crédito gerado será com base na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas e poderá ser abatido de qualquer imposto devido ao governo federal. Isso, destacou Jardim, fará com que o modelo não tenha problemas com a transição do atual sistema tributário para o novo pós-reforma, já que a CSLL será mantida sem alterações.

Mudanças foram aprovadas ainda no plenário para determinar que haverá uma concorrência pública para estabelecer quem terá direito aos incentivos, com critérios por menor preço e menor potencial poluente. E que os créditos não utilizados serão ressarcidos em dinheiro para a empresa no prazo de 12 meses — na versão inicial, o pagamento ocorreria em dois meses.

Além disso, quem utilizar os créditos, mas não implantar o projeto adequadamente, estará sujeito a devolver os recursos com acréscimo de multa de 20%.


MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Jardim: marco legal não descrevia de forma suficiente a fonte dos recursos

A votação ocorreu no primeiro dia do "esforço concentrado" da Câmara por causa das eleições municipais. Os deputados estão num recesso informal há três semanas e farão sessões deliberativas desta segunda-feira até quarta-feira. Depois disso, haverá mais uma pausa de uma semana e as sessões serão retomadas de 26 a 28 de agosto. ***(RDC e MR)***

Judiciário Principal obstáculo é exigência de pedido de exoneração e quarentena para que o policial possa ser candidato em eleições

Resistência interna dificulta lei orgânica para a Polícia Federal

Isadora Peron e Mariana Assis
De Brasília

A cúpula da Polícia Federal (PF) enfrenta dificuldades para angariar apoio interno para levar ao Congresso uma proposta de lei orgânica para a instituição. O ponto que mais tem gerado resistência é o que prevê que um policial precisará pedir exoneração e fazer uma quarentena de seis meses para se candidatar ou se filiar a um partido político.

O texto está sendo capitaneado pelo diretor-geral, Andrei Rodrigues, e deve ser enviado ainda nesta semana para análise do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao qual o órgão está submetido. O ponto questionado, porém, é considerado "inegociável" pela atual direção.

Na segunda-feira (12), a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) fez uma assembleia e rejeitou a proposta. Outras entidades também já se manifestaram no mesmo sentido. Na visão dos representantes de classe, a nova regra vai desestimular candidaturas, já que os policiais terão que deixar a carreira para concorrer, sem ter qualquer garantia de que serão eleitos. Hoje, o agente precisa apenas se licenciar do cargo e pode voltar para a corporação caso perca a eleição ou depois de deixar o mandato.

Atualmente, a PF tem seis representantes no Congresso. Essa presença entre os parlamentares é considerada importante para que os pleitos da corporação sejam atendidos pelo Legislativo. Há ainda uma percepção de que o texto elaborado pela atual direção tenha um componente político, já que a maioria dos policiais eleitos são de partidos de direito e apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO — 7/7/2023



Andrei Rodrigues: "O uso político da instituição é inaceitável. [...] Quem quiser se candidatar, deve pedir exoneração"

O diretor-geral da PF, no entanto, refuta tais críticas e defende a medida como uma maneira de blindar a corporação de influência política. "O uso político da instituição é inaceitável, e infelizmente alguns colegas que saem candidatos, durante o exercício das funções policiais, podem desvirtuar a atividade para projeção pessoal e política", diz Andrei Rodrigues.

Ele também afirma que a mudança segue parâmetros que já são adotados por outras instituições. "Magistratura e Ministério Público são assim. Quem quiser se candidatar, deve pedir exoneração. Não há novidade nessa proposta da PF. Instituição de Estado deve estar afastada da atividade político-partidária."

Andrei Rodrigues aponta ainda que esse é apenas um dos pontos da lei orgânica e que "a proposta visa fortalecer a Polícia Federal, e não defender interesses corporativos ou pessoais". O cerne do texto é a fixação do mandato para os futuros diretores-gerais, para evitar interferências no órgão.

Pelo texto, o cargo terá que ser ocupado por um delegado com mais de 15 anos de experiência e terá um mandato de três anos, podendo ser prorrogado por mais um. Além disso, a proposta tenta criar barreiras para a troca sucessiva do comando da PF, como aconteceu durante o governo Bolsonaro, quando a instituição foi comandada por quatro nomes diferentes.

Segundo a minuta elaborada, para exonerar o diretor-geral, o presidente da República terá que justificar a sua decisão e submetê-la previamente à apreciação da Comissão de Ética Pública, apontando "de forma inequívoca" a existência de indícios de conflito de interesse, prática de ato de improbidade administrativa, infração penal, ato tipificado como causa de inelegibilidade ou nepotismo.

O uso de redes sociais é outro ponto abordado na lei orgânica, mas a proposta não traz detalhes do que é permitido ou não no ambiente virtual. O texto também traz uma preocupação com a paridade de gênero, ao prever que as funções comissionadas da PF devem ser ocupadas por mulheres em proporção idêntica, ou superior, à porcentagem de ocupação feminina nos cargos efetivos.

Começam oitivas de testemunhas do caso Marielle

Flávia Maia
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou na segunda-feira (12) a ouvir as testemunhas no processo de homicídio da vereadora Marielle Franco (Psol), do motorista Anderson Gomes, e da tentativa de homicídio da assessora Fernanda Chaves, em março de 2018. Essa é a primeira vez que testemunhas prestam depoimento depois que o STF tornou réus Chiquinho Brazão; Domingos Brazão; Rivaldo Barbosa; o ex-major Ronald Paulo Alves Pereira e Robson Fonseca, assessor de Domingos conhecido como Peixe.

A primeira a prestar depoimento foi a vítima Fernanda Chaves e, na sequência, o assessor jurídico e administrativo de Marielle Franco em seu mandato como vereadora, Arlei de Lourival Assucena. No entanto, por um pedido da defesa e acolhido pelo desembargador Airton Vieira, que conduziu os depoimentos, foi retirado o compromisso de Assucena em dizer a verdade como testemunha, pois ele se disse amigo íntimo de Marielle. Na prática, o depoimento do assessor se torna uma prova mais frágil.

As oitivas voltam nesta terça, e o primeiro depoimento será de Guilhermo de Paula Machado Catramby, delegado de Polícia Federal. Ao todo, 11 pessoas serão ouvidas, entre eles os delatores Ronnie Lessa e Élcio Vieira De Queiroz.

Nesta fase processual, o Ministério Público Federal e os advogados podem fazer perguntas às testemunhas para a instrução processual. A ideia é trazer mais elementos aos autos, com outras versões e possíveis contradições das testemunhas, na tentativa de fornecer melhores informações para os ministros tomarem a decisão.

Nos depoimentos de segunda, tanto Fernanda Chaves quanto Arlei de Lourival Assucena corroboraram com o relatório apresentado pela Polícia Federal e a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) no sentido de que Marielle Franco tinha preocupação com moradia social e regularização fundiária e que a participação dela nesses assuntos começou a incomodar colegas da Câmara de Vereadores, como Chiquinho Brazão.

De acordo com Assucena, Chiquinho Brazão teria mudado a sua forma cordial de tratamento com os funcionários do gabinete de Marielle Franco depois que ela se posicionou contrariamente ao projeto de lei de Brazão que prorrogava a flexibilização da regularização de áreas em Jacarepaguá.

Fernanda Chaves afirmou que Marielle tinha uma assessora específica para assuntos fundiários e urbanísticos. "A defesa à moradia era uma pauta crucial para a Marielle", afirmou. Chaves contou um episódio em que Chiquinho Brazão teve um atrito com um funcionário do gabinete de Marielle.

Na visão de Assucena, Marielle passou a incomodar Brazão depois que ela começou a se posicionar contra o despejo de populações vulneráveis em áreas de interesse de grileiros e milicianos, principalmente em regiões na Zona Oeste valorizadas depois dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, de 2016.

A defesa de Chiquinho Brazão vem defendendo que Marielle e Chiquinho não tinham atritos na atuação como vereadores e que tinham um relacionamento cordial. Além disso, o advogado de Chiquinho Brazão Cléber Lopes tem afirmado que a vereadora assassinada não tinha bandeira fundiária e que não se opunha a Chiquinho na pauta imobiliária.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	0,25	0,26	-0,25	0,46	0,66	0,72	0,17	-0,01
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	1,3	0,4	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	1,2	0,9	0,3	1,0	1,9	-0,7	0,3	-0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	-0,3	0,8	2,1	-2,0	2,5	-0,1	1,2	-0,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,0	0,3	0,6	-0,8	0,4	0,5	0,6	-0,3
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,48**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,79**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência jul/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**433,9**	**389,2**	**11,48**	**67,1**	**59,7**	**12,45**
Imposto de renda pessoa física	39,7	31,4	26,19	5,9	6,3	-6,69
Imposto de renda pessoa jurídica	170,0	165,9	2,44	16,9	15,5	9,27
Imposto de renda retido na fonte	224,2	191,9	16,88	44,3	37,9	16,92
Imposto sobre produtos industrializados	36,3	29,6	22,74	5,9	5,0	17,86
Imposto sobre operações financeiras	31,9	29,6	7,84	5,5	5,0	10,47
Imposto de importação	33,4	26,8	24,70	6,6	4,4	51,67
Cide-combustíveis	1,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	199,1	160,5	24,04	35,6	27,8	28,12
CSLL	90,7	85,4	6,20	9,5	9,0	5,75
PIS/Pasep	55,0	45,0	22,14	9,6	7,7	23,47
Outras receitas	416,7	376,7	10,62	68,8	61,9	11,14
Total	**1.298,5**	**1.142,8**	**13,62**	**208,8**	**180,5**	**15,72**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**

	mar/24 Valor	mar/24 Var. %*	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	mar/23 Valor	mar/23 Var. %*
INSS	**50,9**	**6,25**	**47,9**	**-7,38**	**45,4**	**3,05**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

	jul/24	jun/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice jul/24	Número índice jun/24	Número índice dez/23	Número índice jul/23
IBGE									
IPCA	0,38	0,21	2,87	4,62	4,50	6.967,89	6.941,51	6.773,27	6.667,94
INPC	0,26	0,25	2,95	3,71	4,06	7.159,57	7.141,00	6.954,74	6.880,17
IPCA-15	0,30	0,39	2,82	4,72	4,45	6.833,52	6.813,08	6.645,93	6.542,57
IPCA-E	-	0,39	2,52	4,72	4,06	-	6.813,08	6.645,93	6.542,57
FGV									
IGP-DI	0,83	0,50	1,95	-3,30	4,16	1.127,10	1.117,79	1.105,54	1.082,11
Núcleo do IPC-DI	0,32	0,34	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	0,93	0,55	1,43	-5,92	4,10	1.312,82	1.300,66	1.294,35	1.261,15
IPA-Agro	0,72	1,52	2,17	-11,34	4,04	1.824,08	1.811,00	1.785,32	1.753,26
IPA-Ind.	1,01	0,19	1,15	-3,77	4,12	1.107,16	1.096,06	1.094,53	1.063,37
IPC-DI	0,54	0,22	3,01	3,55	4,12	755,73	751,69	733,67	725,85
INCC-DI	0,72	0,71	3,55	3,49	4,67	1.126,92	1.118,83	1.088,31	1.076,63
IGP-M	0,61	0,81	1,71	-3,18	3,82	1.143,31	1.136,41	1.124,07	1.101,20
IPA-M	0,68	0,89	1,16	-5,60	3,72	1.349,62	1.340,52	1.334,20	1.301,20
IPC-M	0,30	0,46	2,96	3,40	3,90	737,65	735,41	716,46	709,98
INCC-M	0,69	0,93	3,34	3,32	4,42	1.122,45	1.114,75	1.086,15	1.074,90
IGP-10	0,45	0,83	1,63	-3,56	3,38	1.161,97	1.156,82	1.143,35	1.123,94
IPA-10	0,49	0,88	1,06	-6,02	3,14	1.381,26	1.374,57	1.366,78	1.339,16
IPC-10	0,24	0,54	2,98	3,43	3,88	742,33	740,54	720,87	714,60
INCC-10	0,54	1,06	3,27	3,04	4,20	1.105,16	1.099,18	1.070,21	1.060,64
FIPE									
IPC	0,06	0,26	1,93	3,15	3,17	688,31	687,92	675,27	667,19

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 1ª prévia ago/24 0,33% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana ago/24 0,14%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

Quota	Vencimento	No prazo legal: Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração	2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	jun/23 Valor	jun/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59
Necessidades de financiamento do setor público / Fluxos acumulados em 12 meses	**jun/24 Valor**	**jun/24 % do PIB**	**mai/24 Valor**	**mai/24 % do PIB**	**jun/23 Valor**	**jun/23 % do PIB**
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24 Valor	jun/24 Var. %	mai/24 Valor	mai/24 Var. %	jun/23 Valor	jun/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noninimais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

INÊS 249

Política

Eleições Prefeito e candidato à reeleição afirma que PF decidiu apurar suspeitas contra ele por suposta lavagem de dinheiro quando era vereador em período eleitoral

Nunes nega ligação com 'máfia das creches' e diz não ter sido indiciado

Cristiane Agostine
De São Paulo

O prefeito de São Paulo e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), negou nessa segunda-feira (12) ter ligação com a "máfia das creches" na capital e vinculou a investigação da Polícia Federal (PF) sobre o caso a uma suposta motivação eleitoral. Em entrevista ao g1, Nunes minimizou também as suspeitas de conluio de empresas em contratos emergenciais da cidade, que tiveram uma forte expansão durante seu governo.

Ao ser questionado sobre a "máfia das creches", o prefeito reiterou que não foi indiciado no inquérito e reclamou da decisão da PF de apurar suspeitas contra ele por suposta lavagem de dinheiro quando era vereador. "Eu não tenho nenhuma acusação. Um processo de cinco anos, tem mais de 20 mil folhas, não aparece meu nome como acusado em absolutamente nada", disse. "Houve a conclusão do inquérito faltando dois meses para a eleição, ok, normal… As pessoas foram indiciadas e eu não fui indiciado e isso é importante a gente deixar aqui claro", afirmou Nunes, reforçando que "não existe indiciamento" nem acusação contra ele.

A PF indiciou 116 pessoas por suspeitas de desvio de dinheiro público de creches conveniadas da Prefeitura de São Paulo. Segundo a investigação, o esquema movimentou R$ 1,5 bilhão entre 2016 e 2020. A PF identificou uma remessa de R$ 35 mil para uma conta do prefeito e para a Nikkey Serviços, empresa da família de Nunes. O valor teria saído de uma empresa investigada por emitir notas frias.

O inquérito da "Operação Daycare" foi concluído em 30 de julho. No relatório, a PF pediu autorização da Justiça para continuar investigando o suposto envolvimento da empresa da mulher e da filha do prefeito no caso.

Na entrevista ao g1, o prefeito foi questionado sobre o aumento dos gastos da prefeitura, sob sua gestão, com obras sem licitação, que foram de R$ 335 milhões em 2021 para R$ 2,9 bilhões em 2023. O Tribunal de Contas do Município analisa supostos indícios de conluio entre empresas, para a combinação de preços nessas obras. Nunes disse não ter "compromisso com o erro" e esquivou-se de eventuais problemas nessas contratações. "Se por acaso teve conluio, de quem foi o conluio? É da empresa prestadora de serviço", afirmou. "Não é o envolvimento da prefeitura." De 307 contratos para obras emergenciais, ao menos 223 teriam indícios de combinação de preços, segundo reportagem do UOL, que embasou a abertura da investigação do TCM sobre o caso.

Nunes evitou também detalhar uma apuração da prefeitura sobre a suspeita de ligação do Primeiro Comando da Capital (PCC) com empresas de ônibus da capital. O prefeito disse ter recebido um relatório da Controladoria do Município que investiga a suposta participação do crime organizado em contratos da área de transporte. Ao falar sobre as empresas UPBus e Transwolff, investigadas pelo Ministério Público de São Paulo por suspeitas de lavarem dinheiro para o PCC, Nunes tentou atribuir o problema ao ex-prefeito Celso Pitta e a gestões do PT. No entanto, a licitação que escolheu as concessionárias de transporte, como a UPBus e a Transwolff, foi feita em 2019, na gestão Bruno Covas.

Aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Nunes disse ainda que o fechamento do serviço de aborto legal no Hospital Maternidade Vila Nova Cachoeirinha, uma referência nacional, foi uma decisão "técnica" e não política.

REPRODUÇÃO VÍDEO



Ricardo Nunes em sabatina ao g1: "Houve a conclusão do inquérito faltando dois meses para a eleição, ok, normal..."

valor.com.br
Ver o que é #Fato ou #Fake no site
https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/08/12/veja-o-que-fato-ou-fake-na-entrevista-de-ricardo-nunes-para-o-assunto.ghtml

Prefeito declara patrimônio menor neste ano

Lilian Venturini
De São Paulo

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, candidato à reeleição pelo MDB, declarou à Justiça Eleitoral patrimônio de R$ 4.843.350,91. O valor é menor do que o informado pelo candidato em 2020, quando disputou a eleição como vice de Bruno Covas (PSDB).

Há quatro anos, o então vereador declarou R$ 4.836.716,54 em bens. Se corrigido pela inflação, aquele patrimônio hoje seria equivalente a cerca de R$ 6,1 milhões. A exemplo de 2020, os bens que concentram mais valor são aplicações financeiras, como R$ 1,1 milhão em um fundo de investimento e R$ 999 mil em previdência privada.

Quatro anos atrás, o prefeito declarou nove terras nuas (imóvel rural sem investimento). Agora constam três, um deles identificado como uma "fazenda Minas Gerais", avaliada em R$ 105,785 mil. Os terrenos aumentaram. Eram dois em 2020 e agora são seis. Os valores variam de R$ 11 mil a R$ 390 mil. O mais caro fica em Campinas, no interior de São Paulo.

Cinco dos terrenos ficam em Parelheiros, zona sul da capital, onde o prefeito também declarou ter dois terrenos rurais (ambos de R$ 29 mil) e um sobrado avaliado em R$ 228 mil.

Nunes tem o terceiro maior patrimônio declarado entre os seis candidatos a prefeito que já registraram sua candidatura. Os postulantes têm até quinta-feira para informar seus dados à Justiça Eleitoral, que são públicos e podem ser acessados na página oficial de divulgação de candidaturas.

O empresário Pablo Marçal (PRTB) declarou R$ 193,5 milhões em bens. O segundo maior patrimônio é o da economista Marina Helena (Novo), com R$ 9,7 milhões. O menor valor até o momento é o do deputado Guilherme Boulos (Psol), que informou ter R$ 199.596,87 em bens. Ricardo Senes (UP) declarou R$ 444 mil e Altino Prazeres (PSTU), R$ 385 mil.

'Foi tudo feito em cima da hora', diz Datena

De São Paulo

Candidato à Prefeitura de São Paulo pelo PSDB, o apresentador José Luiz Datena afirmou na noite de segunda-feira (12) que seu plano de governo foi feito "em cima da hora" e que mal conversou com técnicos que têm elaborado suas propostas. Ao participar do programa "Roda Viva" da TV Cultura, Datena disse ainda que se não for para o segundo turno, não apoiará nem o prefeito da capital e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), e o deputado federal Guilherme Boulos (Psol).

Em seu 11º partido e depois de desistir quatro vezes de disputar as eleições, o apresentador afirmou que desta vez pretende, realmente, concorrer, mas disse que as decisões de sua campanha à prefeitura paulistana foram tomadas às pressas, em cima da hora. "A nossa campanha começou tardia. Eu tive contato duas vezes com esses técnicos, com as pessoas que estão fechando o plano de governo, porque foi tudo feito em cima da hora", disse. Datena relatou ter ficado irritado durante uma dessas reuniões. "Fiquei cinco horas ouvindo. Pedi para dar um tempo. Tem um cara só ouvindo", afirmou.

Questionado sobre divergências que vieram à tona entre o que pensa para a cidade e o que técnicos de campanha já anunciaram, Datena recomendou os jornalistas a perguntarem para seu vice na chapa, o presidente do diretório paulistano do PSDB, José Aníbal.

O postulante afirmou ainda não ter conhecimento sobre dados da prefeitura, como o caixa, porque, em sua avaliação, esses recursos seriam aplicados no mercado financeiro. Esse montante, no entanto, é público.

Durante a entrevista, o apresentador foi questionado sobre quem poderá apoiar em um eventual segundo turno, se não participar da disputa, e afirmou que não apoiará nem Nunes nem Boulos, candidatos que lideram a disputa paulistana, segundo as pesquisas. Em relação ao candidato do Psol, disse que foi convidado a ser vice, mas afirmou que tem ideias divergentes às do parlamentar.

O apresentador falou da ligação do crime organizado com as empresas de transporte público e disse que o prefeito Ricardo Nunes "tem medo" do Primeiro Comando da Capital (PCC). "Eu não tenho medo. Vou tirar o PCC do transporte público. Acho que esse cara [Nunes] pode ser, no mínimo, refém do PCC", declarou.

Datena não quis responder se vai garantir o serviço de aborto legal na rede pública municipal. "Posso não responder a sua pergunta?", disse, ao ser questionado. "Quem tem de falar de aborto é a mulher. Não quero me intrometer em assunto da mulher", disse.

O apresentador demonstrou desconforto ao falar sobre problemas judiciais enfrentados por lideranças do PSDB, como o ex-presidente nacional Aécio Neves e o atual presidente, Marconi Perillo. "Eles foram condenados e estão livres por algum motivo. Se é justo ou não, não sei", disse. "Todos que participaram do caixa dois deveriam ser presos".

Sobre propostas, Datena afirmou que pretende armar a guarda civil metropolitana com fuzil. Questionado sobre o "Minhocão", defendeu derrubá-lo e usar o que "sobrar" para construir moradias. "É obra obsoleta e ultrapassada". Datena disse ainda que não pretende permitir indicações políticas nas subprefeituras e que não ficará refém dos vereadores. No entanto, não explicou como pretende governar. Disse apenas que "denunciará" a falta de apoio a projetos aos meios de comunicação. *(CA)*

REPRODUÇÃO VÍDEO/TV CULTURA



Datena: candidato do PSDB disse que, caso não passe para o 2º turno, nem Nunes, nem Boulos terão seu apoio

Escolhas em SP são por falta de opção, diz Datafolha

Joelmir Tavares
Folhapress, de São Paulo

A maior parte dos eleitores que declara ao Datafolha intenção de votar em Ricardo Nunes (MDB) diz que escolhe o candidato à reeleição porque não há opção melhor. Essa é a resposta de 61% dos apoiadores do prefeito, enquanto 37% deles dizem que tomaram a decisão porque ele é o candidato ideal.

Entre os eleitores de Guilherme Boulos (Psol), a situação se inverte, com 56% afirmando que o apoiam por considerá-lo o candidato ideal e 43% declaram que votam nele por falta de opção melhor.

Nunes e Boulos lideram a pesquisa para a Prefeitura de São Paulo, empatados, com 23% e 22% de intenções de voto, respectivamente. Na sequência, aparecem José Luiz Datena (PSDB) e o influenciador Pablo Marçal (PRTB), ambos com 14%, e a deputada federal Tabata Amaral (PSB), com 7%.

O instituto ouviu 1.092 pessoas na capital paulista na terça (6) e na quarta (7). A margem de erro do levantamento, encomendado pela Folha e registrado sob o número SP-03279/2024 na Justiça Eleitoral, é de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Nunes pleiteou o apoio de Jair Bolsonaro (PL), numa estratégia para evitar que o ex-presidente tivesse candidato próprio na disputa e provocasse uma divisão entre os eleitores de centro e direita.

Apesar da indicação de Bolsonaro para que sua base vote no emedebista, Pablo Marçal lançou-se na corrida disposto a representar o bolsonarismo e tem atraído a simpatia de parcelas mais radicalizadas da direita, que rejeitam Nunes por não considerá-lo suficientemente conservador.

A entrada de Marçal e de Datena bagunçou o clima de polarização antecipada que se desenhava até poucas semanas atrás, com Nunes e Boulos liderando o primeiro pelotão de candidatos com folga sobre os demais e estimulando uma repetição da polarização entre Bolsonaro e Lula (PT).

Boulos, que é aliado do presidente e tem o PT na vice com a ex-prefeita Marta Suplicy, aglutinou a maior parte da esquerda na primeira eleição na capital desde a redemocratização sem um petista na cabeça de chapa. O deputado tem a maior rejeição no Datafolha, com 35% dos eleitores dizendo que não votariam nele de jeito nenhum.

No caso de Datena, 52% de seus eleitores dizem que optam pelo jornalista porque não existe uma opção melhor, e 45% por enxergá-lo como o postulante ideal para assumir o governo municipal. O apresentador já ensaiou entrar na vida pública outras vezes, mas em quatro delas desistiu na última hora.

Marçal, por sua vez, é visto como o candidato ideal por 58% dos que pretendem votar nele, enquanto 41% admitem a escolha pela ausência de nome melhor. Também neófito na política, o empresário e ex-coach adota um tom antissistema, combinando discurso motivacional e propostas mirabolantes.

Tabata tem percentual maior de eleitores que a escolhem porque não há opção melhor (59%) do que aqueles que veem a candidata como a ideal para representá-los (39%). A deputada se esforça para ampliar sua taxa de conhecimento, hoje no patamar de 58%, e aposta que assim conquistará mais apoio.

Na média geral do quadro de candidatos, o Datafolha mostra os paulistanos divididos sobre a convicção de sua escolha para prefeito. São 52% os que assumem terem tomado a decisão de voto por falta de alternativa melhor, e 47% os que apoiam seu candidato por julgarem que ele é a opção ideal.

Valor Econômico Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br ou ligue 0800 701 8888

INÊS 249

Oriente Médio Pentágono disse que está enviando um submarino nuclear armado com mísseis, além de acelerar chegada de um segundo porta-aviões

Israel declara alerta para reação do Irã e EUA se reforçam na região

Omar Abdel-Baqui, Dov Lieber e Nancy A. Youssef
Dow Jones, de Dubai, Tel Aviv e Washington

Israel colocou suas forças armadas em alerta máximo e o Pentágono disse que está enviando um submarino nuclear armado com mísseis guiados para o Oriente Médio, além de acelerar a chegada de um segundo porta-aviões. As medidas foram tomadas com o aumento das preocupações com uma possível reação iraniana e do Hezbollah ao assassinato de líderes militantes em Teerã e Beirute.

Israel estabeleceu o nível de alerta máximo para seus militares pela primeira vez este mês, após observar os preparativos do iranianos e de membros do Hezbollah para realizar ataques, disse ontem uma fonte a par dos acontecimentos. Israel não sabe se os ataques são de fato iminentes e está procedendo com cautela, acrescentou a fonte.

O chefe do estado-maior israelense, Herzi Halevi, aprovou os planos ainda ontem e disse que os preparativos ofensivos e defensivos estão em andamento, segundo o exército israelense.

"Estamos nos dias de vigilância e prontidão", disse Yoav Gallant, ministro da Defesa de Israel. "As ameaças de Teerã e Beirute podem se materializar e é muito importante explicar para todos que prontidão, preparação e vigilância não são sinônimos de medo nem de pânico", disse ele.

Os EUA compartilharam informações que reuniram sobre a mudança de posturas da força iraniana, segundo disse uma fonte. Mas autoridades americanas disseram que identificar a movimentação de ativos militares não fornece informações suficientes para determinar o momento de um possível ataque.

"Nossa avaliação é consistente com a que os israelenses divulgaram neste fim de semana — ao menos em relação ao eles estão projetando que aconteça", disse John Kirby, porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, referindo-se à visão de que "algo poderá ocorrer já nesta semana da parte do Irã e de seus representantes".

Os EUA e quatro aliados europeus pediram ao Irã que recue em suas ameaças de um ataque militar, segundo consta em uma declaração conjunta com o Reino Unido, Alemanha, França e Itália divulgada pela Casa Branca.

O secretário de Defesa, Lloyd Austin, disse a Gallant por telefone, no domingo, que as mobilizações anunciadas pelos EUA fortalecem sua posição militar no Oriente Médio, diante das tensões recentes e refletem um "compromisso de adotar todas as medidas possíveis para defender Israel".

Dois assassinatos de alto perfil nas capitais do Líbano e Irã aumentaram a ameaça de um conflito mais amplo após dez meses de guerra em Gaza entre Israel e o Hamas, um aliado iraniano.

Um ataque aéreo israelense em Beirute matou um alto dirigente do Hezbollah no fim do mês passado. Horas depois, Ismail Haniyeh, o líder político do Hamas e a face do grupo nas negociações de cessar-fogo com Israel, foi morto em um ataque a uma casa de hóspedes da Guarda Revolucionária Islâmica em Teerã, pouco depois de ele comparecer à posse do novo presidente do Irã.

O Irã atribuiu o ataque a Israel e prometeu vingança, enquanto Israel não comentou publicamente o assassinato.

Em toda a região, a população espera há duas semanas por uma resposta, às vezes preenchendo o vazio com humor negro. Os EUA e Israel intensificaram os preparativos militares para se defender de qualquer ataque, como fez uma coalizão liderada pelos EUA quando o Irã lançou mais de 300 mísseis e drones contra Israel em abril.

Os EUA estão preocupados tanto com a retaliação contra Israel pelo Irã e seus aliados, como contra forças dos EUA no Iraque e Síria, segundo Brian Finucane, consultor sênior do programa dos EUA no International Crisis Group, um grupo de reflexão sobre resolução de conflitos. Cinco membros das forças armadas dos EUA e dois contratados ficaram feridos em um ataque com foguete a uma base dos EUA no Iraque na semana passada.

"Prontidão, e vigilância não são sinônimos de medo"
Yoav Gallant

O bombardeio pelo Irã em abril foi o primeiro ataque direto do país contra Israel, lançado em resposta a uma ofensiva a um complexo diplomático iraniano na Síria que matou um de seus generais. Segundo diplomatas americanos e árabes, o Irã havia sinalizado esse ataque. A maioria dos mísseis e drones foi derrubada antes de alcançar Israel, e ninguém morreu, o que evitou uma escalada maior do conflito.

O Irã e sua milícia aliada libanesa Hezbollah ainda têm motivos para evitar uma guerra mais ampla. Mas o Irã manteve os diplomatas na dúvida sobre seus planos desta vez, despertando preocupações de que os danos causados por um ataque iraniano, ou um erro de cálculo iraniano sobre como Israel responderia, poderiam desencadear uma nova rodada de escalada.

Alguns observadores políticos e analistas esperam que a resposta do Irã seja calibrada sob o presidente recém-eleito, o moderado Masoud Pezeshkian, que concorreu como reformista e sinalizou disposição para retomar o diálogo com o Ocidente.

No domingo, entretanto, Pezeshkian propôs um gabinete que inclui uma mistura de moderados e radicais. Isso desapontou muitos iranianos e ilustra o espaço limitado de manobras do presidente em um sistema em que as decisões de segurança nacional são tomadas pelo líder supremo Ali Khamenei e muito influenciadas pelos militares do país, especialmente a Guarda Revolucionária.

Em Beirute, o clima está cada vez mais tenso, em meio a temores de retaliações dos militares israelenses a qualquer ataque do Hezbollah. Caças israelenses regulamente voam baixo sobre a cidade, provocando estrondos sônicos e abalando os moradores de uma cidade já à beira de um colapso.

Bares e restaurantes dos bairros mais movimentados da cidade permanecem abertos, mas vazios, com Djs tocando para pistas de dança desertas. Muitos moradores mais abastados vêm buscando refúgio em casas de férias nas montanhas. Os voos para fora do país estão lotados.

Putin exige de militares a expulsão dos inimigos



GAVRIIL GRIGOROV, SPUTNIK/POOL VIA AP

O presidente Vladimir Putin ordenou ontem a seus militares para que "ajam adequadamente" para "chutar" as forças ucranianas que invadiram na semana passada o território de Kursk, na Rússia. O governo de Moscou anunciou ter retirado 133 mil pessoas da área russa perto da fronteira com a Ucrânia, enquanto Kiev diz controlar 1.000 km² em Kursk. "A prioridade agora é expulsar os inimigos e garantir a boa proteção da fronteira do Estado", afirmou Putin, na reunião com oficiais militares (foto, com Putin à esq.), na qual também disse que vai investigar as falhas de segurança que permitiram a invasão. Na visão de analistas, a Ucrânia pretende forçar o recuo de tropas russas que avançam em seu território e reforçar sua posição em futuro diálogo de paz.

Estratégia de Kiev de invadir a Rússia é arriscada, mas pode gerar bons ganhos

Análise

Financial Times

A contraofensiva surpresa da Ucrânia na região de Kursk, na Rússia — que é o maior avanço de qualquer dos dois lados desde que Kiev conseguiu liberar rapidamente o território ocupado pela Rússia em Kharkiv, no fim de 2022 — é mais do que nada ousada. Também é uma aposta enorme. Tirar da defesa da frente oriental algumas de suas melhores tropas pode parecer imprudente. Mas se Kiev puder evitar que a contraofensiva se torne um esforço custoso demais, é possível que as vantagens consigam superar muito os riscos.

O avanço da Ucrânia de mais de 30 quilômetros para além de sua fronteira começou na terça-feira passada e marca a primeira vez em que a Rússia é invadida por tropas estrangeiras desde a 2ª Guerra. O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, só a confirmou no sábado e falou pouco sobre seus objetivos. Mas tentar virar o jogo contra um agressor ou acabar com um impasse militar por meio de uma investida de grande impacto no território do adversário é uma tática que tem longa tradição. Neste caso, ela poderia tirar algumas forças russas da região de Donbass, onde Moscou tem tido ganhos seguidos, embora custosos, este ano, e aliviar um pouco a pressão sobre as defesas da Ucrânia.

A operação também expõe e explora a maior vulnerabilidade da Rússia: suas vastas fronteiras. E pode obrigar Moscou a deslocar tropas e equipamentos que seriam usados na Ucrânia para defender essas fronteiras contra incursões semelhantes em outras áreas. Um presidente Vladimir Putin visivelmente irritado não vai querer permitir que isso aconteça de novo.

De fato, talvez o maior impacto do avanço da Ucrânia seja psicológico. Para os ucranianos cansados dos quase dois anos e meio de guerra, que as pesquisas sugerem que se tornaram mais abertos a negociações de paz, a contraofensiva é uma demonstração de que seu exército ainda é capaz de choques positivos. Na Rússia, ela abre um rombo na narrativa de invencibilidade que o Kremlin se esforça tanto para manter. Algumas notícias de meios de comunicação locais sugerem medo e confusão em Kursk e na região vizinha de Belgorod, com milhares de pessoas evacuadas das áreas da fronteira.

A Ucrânia também aprendeu que o êxito no campo de batalha é a melhor maneira de convencer seus aliados internacionais a aumentar o fornecimento de equipamentos e ajuda militar. Ao executar um ataque que parece ter grande mobilidade com o uso de veículos blindados e defesas aéreas fornecidos pelo Ocidente, Kiev passa às capitais ocidentais a mensagem de que seu apoio não é em vão. E, embora existam grandes dúvidas sobre se o país tem pessoal e equipamentos suficientes para manter seus ganhos a longo prazo, ocupar uma parte do território russo pode fortalecer sua posição em eventuais negociações com Moscou.

Um grande risco da operação da Ucrânia é que ela não só pode ser desalojada à força de Kursk, como perder tropas e equipamentos em tal quantidade que prejudique sua capacidade de conter os russos em outras regiões. Outro risco é que a Rússia, sob a alegação de que sua integridade territorial está em perigo, suba o tom das hostilidades. Putin não precisa de grandes pretextos para brandir a ameaça de seu considerável poder nuclear.

No entanto, apesar de todo o valor que isso tem para Kiev em termos de propaganda, na realidade tomar parte de uma região russa dificilmente pode ser considerado como uma ameaça à sobrevivência da Rússia. E existe um valor dissuasório no fato de aliados ocidentais demonstrarem sua disposição de apoiar uma ação decisiva de Kiev. Capitais ocidentais, que parecem ter sido pegas de surpresa pela contraofensiva ucraniana, indicaram, corretamente, sua aprovação implícita em comentários públicos. Elas defenderam o direito de Kiev de usar armas fornecidas pelo Ocidente em suas operações em Kursk — e observaram que a lei internacional prevê que um país que se está se defendendo de um ataque estrangeiro também pode fazê-lo no território do agressor.

O avanço da Ucrânia na Rússia ainda pode se revelar um ponto de virada, um erro estratégico ou nenhum dos dois. Mas conseguir um êxito militar, ou ganhos militares suficientes para sustentar uma ação diplomática eficaz, muitas vezes exige jogadas ousadas. O presidente da Ucrânia acaba de fazer uma, e não pela primeira vez.

Curtas

Opep vê demanda menor

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) reduziu sua previsão para o aumento da demanda de petróleo, citando a queda nas expectativas de crescimento para a China. O grupo agora prevê que a demanda aumentará 2,11 milhões de barris por dia neste ano, em comparação com a previsão anterior de 2,25 milhões de barris por dia.

PIB da Alemanha

A Alemanha enfrenta a perspectiva de quase nenhum crescimento este ano, após a contração da economia no segundo trimestre, segundo economistas. O Produto Interno Bruto (PIB) aumentará 0,1% em 2024, abaixo da previsão anterior de 0,2%, mostra a previsão mediana de uma pesquisa mensal da Bloomberg.

Ex-mulher acusa peronista

Fabiola Yañez, ex-mulher do ex-presidente argentino Alberto Fernández, ratificou ontem na Justiça as queixas contra ele por violência doméstica. O escândalo está monopolizando a atenção da mídia argentina e aprofundando as divisões no peronismo.

Greves e protestos se espalham na China

C. K. Tan
Nikkei Asia Review, de Tóquio

As disputas trabalhistas nos setores industrial e imobiliário da China têm se intensificado diante da desaceleração do crescimento econômico e colocado em evidência as preocupações de trabalhadores de colarinho azul com a rede de segurança social do país.

Raramente os problemas trabalhistas são noticiados pelos meios de comunicação do país em razão do controle rigoroso exercido pelo governo, mas ainda assim alguns sinais das dificuldades e do descontentamento público vêm à tona.

Entre os recentes incidentes, houve o protesto de um ex-soldado que se sentou no topo de um prédio na famosa rua comercial de Wangfujing, em Pequim, na noite de 1º de agosto. Em um vídeo publicado na plataforma de relacionamento social on-line, o homem, de uniforme militar completo, mostra uma faixa branca na qual acusa uma repartição pública na cidade de Kumming, província de Yunnan, de "sufocar um soldado que serviu por 12 anos".

Dois dias antes, outro manifestante exibiu uma faixa em um viaduto no condado de Xinhua, província de Hunan, na qual pedia liberdade e eleições. Em um vídeo que se disseminou pelo X, a pessoa se identificou como Fang Yirong e disse ser alvo das autoridades desde o verão chinês passado por apoiar a democracia. Disse ter participado dos protestos dos "papéis brancos" em 2022 contra a rigorosa política de combate à covid-19 na China, nos quais mostrar uma folha de papel sem nada escrito se tornou uma forma de criticar a censura no país.

No primeiro semestre de 2024, o número de greves trabalhistas na China aumentou 3% na comparação anual, para 719 incidentes, de acordo com o China Labor Bulletin (CLB), uma organização não governamental de defesa dos trabalhadores com sede em Hong Kong. Incidentes envolvendo os setores industrial e imobiliário aumentaram 12% e representaram 80% do total.

"O aumento das greves é um reflexo da crescente pressão social, uma vez que a economia enfrenta dificuldades para melhorar", disse Max J. Zenglein, economista-chefe do centro de estudos Mercator Institute for China Studies, na Alemanha.

O crescimento econômico da China encolheu para 4,7% no segundo trimestre, em comparação aos 5,3% do primeiro, afetado pela continuidade do declínio do setor imobiliário e pela fraca demanda interna. O baixo crescimento interno levou alguns setores, como o de painéis solares e o automotivo, a intensificar as exportações, enquanto os afetados pelas tensões comerciais com os EUA tentaram transferir a produção para o exterior.

A inquietação trabalhista parece ser reflexo dessas crescentes pressões. Entre os incidentes destacados no relatório do CLB está o caso da fabricante de painéis solares Akcome Technology, relacionado a cortes salariais e à retirada das contribuições para a seguridade social. A Akcome, que tem ações negociadas em Shenzhen, entrou com pedido de recuperação judicial para uma de suas subsidiárias em 29 de julho, argumentando não ter condições para pagar dívidas.

"Aumento das greves é reflexo da crescente pressão social"
Max J. Zenglein

Não foi indicado o número de manifestantes na Akcome, mas em relatório sobre outra greve, a CLB destacou que houve a participação de mais de 1 mil trabalhadores em uma fábrica de calçados na província de Jiangsu, que conta com clientes como Nike, Adidas, Asics, New Balance, Timberland e Salomon. O motivo dos problemas da Yangzhou Baoyi Shoe Manufacturing, em novembro, esteve ligado à remuneração de trabalhadores demitidos após a empresa transferir sua produção para a Indonésia.

"Até agora, em 2024, não houve uma melhora notável na economia, com um mercado de trabalho fraco sendo uma importante fonte de insegurança para o consumidor, o que está pesando sobre o consumo", disse o economista Zenglein.

A maior parte de protestos (344 incidentes) foi de trabalhadores da construção civil exigindo melhores salários, de acordo com o CLB. Isso não é surpresa, segundo Zenglein, tendo em vista o crescente número de incorporadoras imobiliárias que enfrentam problemas financeiros e reverberam na situação da economia.

Em geral, as greves na China são realizadas por trabalhadores insatisfeitos com longas jornadas de trabalho e baixos salários, de acordo com o CLB. Os problemas também colocam em evidência a disparidade entre a cobertura da seguridade social dos trabalhadores urbanos e a dos migrantes que chegam às cidades. Ao contrário dos que contam com registro domiciliar em uma cidade, muitas pessoas vindas de áreas rurais trabalham sem contratos formais, embora formem a espinha dorsal econômica das cidades que adotaram.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Pesquisa do BC com empresas indica demanda aquecida

O Banco Central (BC) fechou uma lacuna importante no capítulo das expectativas econômicas. Ontem, divulgou os resultados de sua primeira pesquisa com empresas sobre suas previsões para o comportamento da economia, inflação, custos e margens de resultados. As pesquisas serão trimestrais, sempre feitas após a reunião do Copom mais recente. Em sua amostragem mais recente, de maio, coletou 92 respostas, pouco mais da metade das que colhe de 170 instituições financeiras e consultorias que participam do boletim Focus. O Firmus, como foi batizado, começou a procurar empresários em novembro de 2023.

Os primeiros números dissipam presunções difundidas, que se transformaram em críticas ao BC, fora e mesmo dentro do governo. Elas apontavam que o BC não se importava com o setor produtivo e que apenas sentia o pulso do mercado financeiro, pelo qual tabulava suas expectativas de inflação, um dos insumos determinantes para decisões de política monetária. Haveria um viés favorável ao setor financeiro, expresso em projeções sempre mais pessimistas da inflação — o que não ocorreria no mesmo grau se o setor real da economia fosse consultado. Da mesma forma, o Focus, ao errar quase sempre para baixo no cenário prospectivo do desempenho econômico, subestimaria constantemente o PIB.

Nas três pesquisas feitas até agora, porém, sobre a inflação, "a mediana das expectativas de inflação informadas pelas empresas na Firmus foi consistentemente maior que a mediana correspondente da pesquisa Focus", concluiu o BC. Ao lidar com a produção material, as empresas teriam melhor condição de aferir com mais precisão o desempenho real da economia. Mas as medianas das expectativas para o crescimento do PIB em 2024 "ficaram virtualmente iguais nas duas pesquisas".

O fato relevante é que o BC passou a ter mais informações, ainda que em grande parte indiretas, sobre temas que influem na determinação dos juros. O Federal Reserve faz isso, de forma diferente. Para a confecção do Livro Bege, um grande mapa da situação econômica feito pelos Fed regionais, que serve de base para as reuniões do banco que definem a taxa de juros, feita oito vezes por ano, são ouvidos diretamente empresários, economistas e especialistas de mercado de várias setores.

Nos grandes números, a mediana das empresas prevê IPCA de 4% este ano (44,6% das respostas) e no próximo (48,9%). Nestes dois anos, a inflação não atingirá a meta e há maior chance, embora fraca, disso ocorrer em 2026 (17,4% das respostas colocaram o IPCA em 3%). Na pesquisa Focus, as projeções são de 4,2% e 3,97%, respectivamente. O PIB crescerá 2% para a maioria dos pesquisados (51%).

Uma das preocupações do Copom é o comportamento do mercado de trabalho, que exibe agora a menor taxa de desemprego em dez anos, com aumento da renda do trabalho e da massa de rendimentos. Os empresários sentiram um aumento da demanda expressivo. Na comparação com seu plano de negócios, a procura projetada 12 meses à frente por seus produtos estava alinhada com o que foi planejado para 55,4% dos pesquisados e com discreto crescimento para 36,5% deles (dados de fevereiro). Questionados sobre o crescimento previsto para seus negócios em relação ao PIB de 2024, as empresas indicaram perspectivas muito positivas. A evolução está acima do esperado para 34,8%, muito acima para 13% e dentro da expectativa para 30,4%.

O Firmus mostra pressão salarial já nas respostas dadas em fevereiro (últimas disponíveis). Custos de mão de obra subiram acima ou muito acima da inflação para 50%, mas devem arrefecer de alguma forma nos próximos 12 meses, quando a parcela dos pesquisados que apontaram um cenário de alta moderada ou forte dos salários caiu para 36,5%.

Já na mais recente pesquisa de maio, outro dado relevante foi o do comportamento esperado dos preços dos produtos fornecidos pelas empresas em relação à expectativa sobre o IPCA nos próximos 12 meses. Ao menos 38% apontaram aumento acima do índice de inflação e 41,3%, pelo menos igual à inflação. Na mesma direção seguiram as respostas sobre o que as empresas esperam que vá ocorrer com sua margem de resultados. Em maio, 34,8% afirmaram que ela seria maior que a atual, enquanto 45,9% esperavam mantê-la e apenas 16,2%% viam uma pequena redução.

Ambos os resultados sugerem que os empresários acreditam que possa haver um bom espaço para repasse de seus custos ao consumidor e aumento dos lucros. Esses dados podem mostrar que o Copom está correto ao presumir que os bens industriais pararam de colaborar para a desaceleração da inflação e que a demanda, após a economia deixar de ter capacidade ociosa, permitirá tanto aumento dos custos salariais quanto da rentabilidade das empresas. O Firmus ainda será bastante aperfeiçoado, mas o que revelou indica mais trabalho à frente para o BC levar a inflação à meta — uma confirmação por outras vias, e de setores mais amplos da economia, dos grandes números do Focus e da necessidade de o governo conter gastos.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Após quatro anos do novo marco, há desafios para alcançar metas de universalização. Por **Marina Schneider**

A evolução do saneamento foi a possível

A Lei 14.026/2020, conhecida como o Novo Marco Legal do Saneamento Básico, completou quatro anos de vigência no mês de julho. Nesse período, o saneamento conquistou um protagonismo inédito nas discussões sobre políticas públicas e investimentos, o que não é pouco em um país que tem tantos temas urgentes. O Novo Marco buscou reestruturar o setor por meio do estímulo à concorrência, da regionalização como forma de assegurar escala e viabilidade econômica, da uniformização das regras e da criação da ambiciosa meta de universalização dos serviços de água e esgoto até 2033.

O aumento substancial dos investimentos privados no saneamento básico foi um dos principais avanços proporcionados pela Lei 14.026/2020. Em 30 de junho de 2024, segundo a Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon-Sindcon), os operadores privados atendiam, individualmente ou em parceria com companhias estatais, 52,6 milhões de pessoas em 881 municípios. Desde a edição do Novo Marco, foram realizados 44 leilões em 19 Estados brasileiros, que resultaram em um investimento total contratado, incluindo outorgas, de R$ 103 bilhões. Estamos longe da universalização, mas é um enorme avanço.

A decisão de exigir eficiência e competitividade dos prestadores de serviços de água e esgoto — seja por meio de capacidade econômico-financeira, seja pela definição de parâmetros de qualidade e cobertura — gerou oportunidades para operadores e investidores que até então não tinham acesso a esses contratos. Como resultado, desde 2020 o número de municípios atendidos por operadores privados cresceu 203%, segundo dados da Abcon-Sindcon. Os dados mais recentes disponíveis no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) indicam que o percentual de brasileiros com acesso a abastecimento de água subiu de 83,7% em 2019 para 84,9% em 2022. O acesso ao tratamento de esgoto subiu de 54,1% em 2019 para 56% em 2022.

Outro importante avanço foi conquistado pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). A lei delegou à ANA a competência para estabelecer normas de referência para as entidades infranacionais que regulam os serviços de saneamento básico nos Estados e municípios. Após idas e vindas na definição de suas competências, a agência tem hoje posição bem definida e avança com qualidade no processo de normatização do setor, tendo cinco normas de referência publicadas até esta data. Pode parecer pouco, mas é preciso notar que cada norma é precedida de tomada de subsídios e audiência pública, etapas em que são ouvidos todos os stakeholders e é assegurada a participação da sociedade. Somente após todas as etapas é editada a norma final.

Entretanto, o cenário não é isento de desafios. A polarização política em torno do Novo Marco tem sido um empecilho desde antes de sua aprovação. No cerne da questão está o futuro das empresas estatais que ainda hoje dominam a prestação de serviços de água e esgoto. O Novo Marco estabelece que as empresas que não comprovarem capacidade financeira para os investimentos necessários à universalização não poderão manter ou renovar seus contratos.


CRISTIANO MARIZ/O GLOBO

Em menos de 90 dias, o governo federal editou dois decretos regulamentando essa disposição legal, com regras absolutamente discrepantes. Ao final, prevaleceu um prazo adicional tão extenso para as empresas estatais sem condições econômicas de prestar o serviço de saneamento que desnatura a obrigação legal. Há outros exemplos que ilustram a neutralização de regras basilares do Novo Marco.

Entre os pilares do Novo Marco, o menos avançado parece ser a regionalização. Diversos Estados da federação aprovaram em lei alguma forma de regionalização. Na prática, porém, muitas dessas estruturas existem apenas formalmente, dado que não resultaram em nova contratação ou nova organização da prestação dos serviços. Vale dizer ainda que há estruturas de regionalização claramente contrárias à Lei 14.026/2020 e cuja constitucionalidade está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal, ainda sem definição. Aqui, vale um apelo para que tais ações sejam julgadas: para atrair investimentos, previsibilidade é essencial.

A desigualdade regional permanece uma barreira crítica para a universalização dos serviços de saneamento. Enquanto Estados como São Paulo apresentam avanços notáveis e lideram o ranking de acesso a serviços básicos, as regiões Norte e Nordeste ainda enfrentam dificuldades para a expansão. A tarifa social, aprovada pela Lei 14.898, de 2024, resolve parcialmente a questão. É preciso pensar em formas de compensação para assegurar a viabilidade econômica dos serviços em certas localidades. Investimentos em tecnologia e soluções alternativas necessariamente serão parte da solução para o atendimento a áreas mais distantes.

Há desafios relevantes a serem vencidos, tais como a execução dos investimentos contratados, a resiliência dos contratos para que sigam viáveis à luz das mudanças demográficas, comportamentais e climáticas, a governança das entidades interfederativas, o volume expressivo de investimentos necessários à universalização e o baixo número de operadores privados, entre outros. Sem falar nos demais setores abrangidos pelo Novo Marco, em particular coleta e manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana, essa última reconhecida como urgente após os eventos extremos que atingiram o Rio Grande do Sul.

Com a complexidade que tem o setor, os avanços obtidos em quatro anos merecem ser celebrados. O Brasil teve, entre 2020 e 2022, a maior média trienal de investimentos no setor de saneamento dos últimos 12 anos, totalizando R$ 19 bilhões, segundo dados da Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI). O saneamento entrou para a pauta, foram entregues bons projetos, há investimentos relevantes contratados, a regulação evolui e, mais importante, mais gente passou a receber água tratada e a ter esgoto coletado e tratado.

Os avanços até aqui foram os possíveis, e temos um caso de sucesso. Manter a segurança jurídica conquistada com o Novo Marco Legal do Saneamento é fundamental para o desenvolvimento do setor e para garantir que o saneamento básico, um direito fundamental, seja também universal.

Marina Anselmo Schneider é advogada especializada em Infraestrutura e Operações Financeiras e sócia do Mattos Filho Advogados.

Uma boa proposta do Brasil ao mundo

Ingo Ploger



O Brasil lançou sua proposta às lideranças das 20 economias mais poderosas do mundo para combater a fome e a miséria como uma prioridade humanitária de urgência, por ocasião de sua liderança no G20. Estando na liderança, o país anfitrião tem a prerrogativa de propor a agenda de sua preferência. O Brasil optou por endereçar o desenvolvimento sustentável sob a premissa de erradicar a fome e a pobreza, além de propor medidas econômicas, sociais e ambientais. E lançou a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

O Brasil tem autoridade no assunto, não só por ter fome e pobreza em seu país, mas por já ter endereçado por mais de oito governos diferentes, desde Fernando Henrique Cardoso, soluções de Estado, que focam na redução desta mazela. Não é admissível para um país como o Brasil, exportador de alimentos, e altamente competente em suas cadeias produtivas alimentares, conviver com este flagelo. A sociedade brasileira se mostra sensível ao tema, e em especial em casos extremos como o foi na pandemia da covid-19 ou nas catástrofes naturais, como as recentes enchentes no Rio Grande do Sul, reagindo solidariamente e instantaneamente no auxílio e no amparo destes mais necessitados.

A reação brasileira na covid de disponibilizar recursos adicionais, em menos de três semanas, para cadastrar e distribuir auxílios emergenciais a mais de 30 milhões de brasileiros, além do Bolsa Família, demonstrou competência na gestão e comprometimento dos envolvidos.

A evolução do Bolsa Família, oferecendo amparo financeiro ao mais necessitado centralizado na mulher, cuidadora da família, com contrapartidas educacionais dos filhos, fez com que mais de 20 milhões de pessoas se beneficiassem de recursos hoje em torno de US$ 120/mês. Liberado pelas prefeituras, após verificação da frequência escolar dos filhos, recebe um cartão de crédito, que a possibilita sacar em um caixa eletrônico de sua cidade e usá-lo no mercado local para sua mais premente necessidade: alimentação, saúde e sobrevivência.

Como consequência, as regiões onde mais se utilizaram esses recursos progrediram economicamente entre 1-2% de PIB superior à média brasileira. Por esta metodologia, não se aplicam subsídios regionais a alimentos, que inibem a evolução da microeconomia local, mas pelo contrário, se estimula mais o comércio, a produção local e o empreendedorismo e a empregabilidade.

A crítica justificada é o quanto este auxílio pode estimular o acomodamento em não buscar uma melhora de vida. Efeitos colaterais não desejáveis se encontram quando o emprego formal com seus descontos está abaixo do limite do auxílio social. O Sistema do Bolsa Família precisa estar em permanente avaliação, não só aos entrantes, mas aos que permanecem, avaliando quantos podem sair dele por já terem conseguido superar o mínimo necessário seja pela empregabilidade ou pelo empreendedorismo. Mas isso não invalida o modelo, isso desafia o administrador a estar à frente dos fatos de sua realidade local.

O histórico brasileiro de enfrentamento à fome e à miséria mostra ao mundo que temos capacidade e legitimidade de propor algo que faria a diferença. Mas, para tal, é preciso fazer as seguintes perguntas: Qual é o Mapa da Fome? E qual a jornada contra a pobreza (Road Map)?

A FAO estabeleceu um padrão da insegurança alimentar em escalas de leve, moderada e severa. Abaixo da severa é fome e morte, em que o indivíduo não tem acesso físico, econômico e social ao alimento e à água. Define-se um valor abaixo de US$ 1/ dia como sendo o da fome, miséria e morte. A cada semana falecem no mundo 150.000 crianças por fome e doenças facilmente erradicáveis. Devemos nos concentrar naquilo que é insegurança alimentar severa, ou seja, fome e morte. Só neste foco teremos muito a conquistar, fazendo com que ninguém sofra de fome. Portanto, estabelecer o Mapa da Fome é fundamental.

Não é ao presidente que se deve perguntar onde estão as pessoas que passam fome, mas sim aos prefeitos. É espantoso quão poucos prefeitos sabem responder esta pergunta com precisão. Se o prefeito de uma comunidade não souber onde encontrar este cidadão, as soluções serão pouco eficazes. Socializam-se as responsabilidades no sistema, da prefeitura ao Estado é à União, e no final o grande número é suficiente para se elucubrar políticas macroeconômicas, que fogem da eficácia. É nos municípios que se combate a fome, é nele que está o Mapa da Fome. E é por esta razão que os programas exitosos, como o Bolsa Família, são executados nos municípios.

É espantoso quão poucos prefeitos sabem responder com precisão à pergunta de onde estão as pessoas que passam fome

A proposta denominada de G20-Aliança Global contra a fome e a pobreza é um chamado a países e instituições que queiram aderir a uma Declaração de Compromisso aberta a governos, organizações internacionais, instituições de conhecimento, financeiras e filantrópicas. Através de Parcerias Públicas Privadas, conforme orientações do país implementador, haverá a participação da sociedade civil nestes programas. Os países que aderirem vão poder adotar as propostas de políticas e programas da Aliança e vão receber apoio político, técnico e financeiro dos membros.

As instituições multilaterais como o Banco Mundial, BIRD, BID entre outras já anunciaram sua adesão. O receituário terá políticas bem sucedidas, como explica o presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, em desenvolver uma "cesta de políticas contra a fome" fazendo inclusive menção ao Bolsa Família do Brasil, que deverá inspirar políticas públicas. O brasileiro Ilan Goldfajn, presidente do BID, se pronunciou apoiando a erradicação da fome na América Latina até 2030.

Se, de um lado, a Aliança estimula governos a adotarem políticas eficazes, em aberto ainda está a questão do financiamento. A proposta de taxar os super ricos, até recebe simpatias, mas se não for dirigida diretamente a estes programas com credibilidade e transparência, não será adotada. O Brasil precisa ser mais concreto nesta proposta, tornando as instituições multilaterais as fiduciárias destes programas. Em outras palavras, garantindo que a taxação dos super ricos com esta finalidade não entre na arrecadação geral governamental dos países e tornando-as dotações "carimbadas" para servirem exclusivamente aos programas de fome zero, cofinanciadas e controladas pelas instituições multilaterais.

Servir ao bem da humanidade inicia por pensar em favor de outrem. O Brasil tem tudo para mostrar que o projeto do combate à fome não é de governo, mas de uma nação que sabe compartilhar com responsabilidade e desenha uma governança eficaz.

Ainda nos resta um pouco de tempo para mostrar a que viemos ... será que conseguiremos?

Ingo Ploger é empresário e presidente do Conselho Empresarial da América Latina (Ceal), capítulo Brasil.

Frase do dia

"Rigor fiscal é social. Não é economicista, é social, porque com ele vamos ter mais investimento e emprego".

De Gabriel Galípolo, diretor do Banco Central, ao dizer que governo cumprirá metas ditadas pelo novo regime fiscal

Cartas de Leitores

Olimpíada de Paris

Chega ao fim a Olimpíada de Paris e nossos medalhistas merecem reverência, assim como os 277 atletas, comissão técnica e outros da nossa delegação que fizeram o possível para representar bem o nosso país.

É verdade que esperávamos em Paris, conquistar mais do que 20 medalhas, como 3 de ouro, 7 prata e 10 de bronze. Diferente de 2020, em Tóquio, no Japão, quando conquistamos 21 medalhas, sendo 7 de ouro, 6 prata e 8 de bronze. Porém, é bom lembrar que, por falta de estrutura ou de mais centros olímpicos que permitam mais oportunidades para crianças e jovens praticar esportes em várias modalidades, é que estamos retrocedendo quando já poderíamos ser uma potência olímpica. Há décadas nossos governantes pouco ou nada fizeram para incentivar a juventude a práticas esportivas sob a assistência de especialistas. Portanto, urge a construção de centros poliesportivos pelo país, principalmente em regiões em que se concentram a população de baixa renda. Além de criar empregos contratando especialistas para as modalidades olímpicas, certamente vamos tirar milhares de jovens da criminalidade, dar estudos, e forjar um grande número de campeões. Recursos não faltam.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

•

Os Jogos Olímpicos, cujo objetivo maior é a confraternização entre os povos, independe de cor, raça, religião e formas de governo. O espírito olímpico também envolve igualdade, honestidade, lealdade, lisura e respeito, conforme o preceito de Pierre de Coubertin.

Pela terceira vez ela se realizou em Paris (1900, 1924 e 2024), sob os holofotes mundiais. Apesar dos transtornos climáticos, transcorreu exemplarmente e encerrou dentro da normalidade.

Aos vencedores, medalhas de ouro, prata e bronze, mas a maior honraria olímpica, consagrada a 21 atletas, dentre eles o maratonista brasileiro, bronze em Atenas-2004. Vanderlei Cordeiro de Lima (liderava a prova, quando foi atacado pelo padre irlandês Cornelius Horan) e, premiando o espírito Olímpico, a Medalha Pierre de Coubertin.

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

•

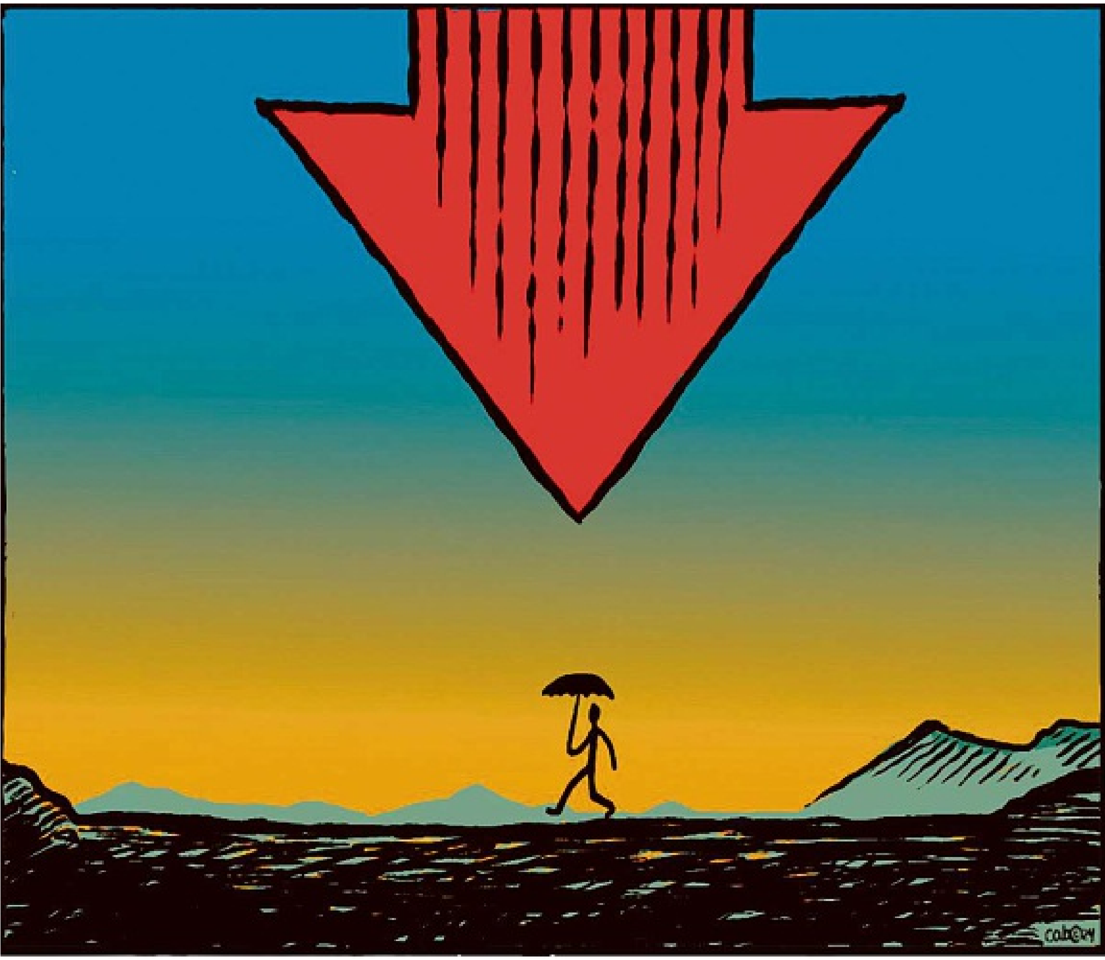
Será que daqui a quatro o país contará com melhores condições de identificar veredas capazes de levar a um número maior de premiações nos vários setores carentes, o esportivo incluído, ou ainda continuará a debater trivialidades e vendetas particulares sem consideração ao crescimento consistente, único caminho garantidor da promoção do padrão de vida do seu povo? Oxalá que sim.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Guinada de políticas monetária nos EUA e Japão provocam turbulências. Por **John Plender**

A grande liquidação de 'carry trade'



À primeira vista as oscilações violentas nos mercados globais nos últimos dez dias parecem ter sido motivadas pelo temor crescente de uma recessão nos Estados Unidos e pelo fato de o Federal Reserve (Fed) ter sido pego de surpresa. Dados fracos sobre o mercado de trabalho, juntamente com evidências sombrias sobre a situação do setor industrial do país, induziram fraqueza em áreas do mercado acionário, como a de tecnologia, que estavam exuberantemente supervalorizadas. Em resumo, um exército de "operadores de tendência" (momentum traders) foi drasticamente pego de surpresa pela extrema volatilidade dos mercados fracos de agosto.

No entanto, a fixação pela recessão beira a perversidade, visto que a economia estava crescendo 2,8% no segundo trimestre e que um mercado de trabalho mais fraco é uma precondição para se chegar à meta de inflação de 2% do Fed. Isso nos lembra que um dos perigos da política monetária dependente de dados — o discurso do Fed para a condução pelo espelho retrovisor — é a reação exagerada constante à divulgação de novos dados.

Um ponto mais fundamental por trás da volatilidade altíssima é a mudança relativa da política monetária entre os EUA e o Japão. Enquanto o presidente do Fed, Jerome Powell, sinalizou claramente que um ciclo de corte nas taxas de juros começará em setembro, seu colega japonês, Kazuo Ued, mudou agressivamente a política na semana passada. Além de aumentar a taxa referencial de juro, ele indicou que mais aperto virá por aí.

A consequente alta do iene provocou um desmanche dramático de operações de carry trade de ienes, em que os investidores tomam ienes emprestados a taxas de juros baixas, para investir em ativos de rendimentos maiores em outros lugares, como as ações de tecnologia dos EUA. Após anos de fraqueza do iene e taxas de juros negativos, esse tipo de operação aumentou muito. Por falta de bons dados, é difícil entender a dinâmica de desinvestimento. Mas a TS Lombard estima que os investidores poderão ter que encontrar até US$ 1,1 trilhão para quitar os empréstimos relacionados às operações de carry trade de iene.

A alta do iene provocou desmanche dramático de operações de carry trade de ienes. Após anos de fraqueza do iene e juros negativos, esse tipo de aposta aumentou muito. A TS Lombard estima poderá ser preciso encontrar até US$ 1,1 trilhão para quitar a conta do carry trade

O risco agora é que os cortes do Fed para lidar com os mercados de trabalho fracos e a ameaça de recessão levem ao desmanche de mais operações de carry trade, com mais perturbações nos mercados globais.

Tudo isso marca uma grande mudança na evolução do ciclo de negócios. Durante este século e na memória da maioria das pessoas que operam hoje nos pregões, as recessões foram precipitadas por booms financeiros que se transformaram em crises. Os bancos centrais então agiram como emprestadores e formadores de mercado de última instância para enfrentar a instabilidade financeira resultante. Tal ação ocorreu contra o pano de fundo da inflação contida, cortesia da globalização, e da corrosão do poder de precificação do trabalho e das empresas.

Por outro lado, nas décadas de 80 e 90 as recessões foram induzidas por um aperto na política monetária para controlar a inflação. Como as instituições financeiras eram mais fortemente regulamentadas, havia menos instabilidade financeira. A inflação era o principal parâmetro para julgar a sustentabilidade das expansões econômicas, em oposição aos desequilíbrios financeiros.

Uma combinação da pandemia e da guerra na Ucrânia criou circunstâncias econômicas muito parecidas com as do final do século XX. Mas graças à liberalização financeira, o escopo para perturbações financeiras em um ciclo de aperto monetário é muito maior, como os colapsos do Silicon Valley Bank e outros bancos demonstraram no ano passado.

Quanta vulnerabilidade financeira a mais poderá ser exposta neste ciclo é uma questão em aberto. Por causa do longo período de taxas de juros ultrabaixas desde a crise financeira de 2008, muitos empréstimos do setor privado estão com taxas fixas e prazos de vencimento longos, de modo que o estresse de crédito decorrente dos aumentos acentuados dos juros nos últimos dois anos foi adiado. E então há uma enorme incerteza em torno da extensão da tomada de risco no crescente setor financeiro não bancário.

Ainda assim, há motivos para reconsiderar o retrocesso nas ações como uma correção saudável. A vivacidade do mercado este ano vem dependendo demais de uma empolgação em torno da Inteligência Artificial (IA) nas chamadas "Magnificent Seven", um grupo de ações de tecnologia. Vale ressaltar que Elroy Dimson, Paul Marsh e Mike Staunton estabeleceram nos Anuários de Retornos de Investimentos Globais da UBS que ao longo de mais de um século os investidores tendem a atribuir um valor inicial muito alto às novas tecnologias, supervalorizando o novo e subvalorizando o antigo.

Uma característica benigna da correção é que as correlações de preços entre os bônus e as ações passaram de positivas para negativas. Ou seja, elas não se movem mais em sincronia e fornecem aos investidores o benefício da diversificação porque agem como "hedge" (proteção) uma contra a outra. Isso é importante porque a diversificação ajuda a resolver o problema da concentração de mercado e do peso excessivo das ações de tecnologia no mercado dos EUA.

Em um ano de eleições presidenciais acirradas nos EUA, é seguro apostar que a volatilidade não irá embora, embora a história nos mostre que, no longo prazo, ela tende a se estabilizar. Para os investidores que procuram refúgios, o ouro foi uma decepção esta semana, caindo junto com as ações. Mas isso provavelmente refletiu investidores vendendo ativos para cumprir chamadas de margem em ativos mais arriscados.

Em períodos mais longos e contra o pano de fundo de turbulências geopolíticas e uma contínua instabilidade financeira, o metal amarelo vai oferecer uma diversificação valiosa, como tem feito ao longo dos séculos. Não espere nada remotamente comparável dos criptoativos. ***(Tradução de Mário Zamarian)***

John Plender é colunista do Financial Times.

INÊS 249

Especial

Urbanismo Especialista Francesco Tonucci, idealizador da Rede Mundial de Cidade das Crianças, quer influenciar prefeitos brasileiros a priorizar primeira infância

'Cidades são muito custosas em todos os níveis porque pessoas vivem mal'

Rafael Vazquez
De São Paulo

As cidades precisam ser planejadas de acordo com as necessidades das crianças, especialmente as que têm até 6 anos de idade. Isso traria benefícios a todos os grupos, além de vantagens econômicas para a sociedade e redução de custos para os gestores públicos a longo prazo. Este é o conceito central da proposta que o pensador e pedagogo italiano Francesco Tonucci leva a prefeitos de todo o mundo há três décadas por meio da "Rede Mundial de Cidade das Crianças".

O projeto idealizado pelo italiano atualmente reúne 200 cidades no mundo que buscam planejar e executar políticas públicas para integrar as crianças à vida urbana. "Hoje a grande maioria das cidades é muito custosa em todos os níveis porque as pessoas estão vivendo mal. Olhemos para os temas ambientais, por exemplo. A maneira como as cidades foram construídas produz um efeito negativo impressionante sobre a saúde pública, e a saúde é uma das áreas que geram mais gastos para a sociedade", observa Tonucci, que veio ao Brasil para participar do 2º Encontro Brasileiro de Cidades das Crianças e Fórum Internacional das Infâncias. O evento iniciou ontem e vai até sábado em Jundiaí, interior de São Paulo, uma das cidades brasileiras que fazem parte da rede.

Segundo Tonucci, embora nenhuma cidade do mundo possa ser considerada, de fato, como uma cidade da criança, incentivar os gestores públicos a pensarem na primeira infância é uma estratégia de mudança estruturante para resolver todos os outros problemas sociais, econômicos e de mobilidade. Leia a entrevista concedida ao **Valor** dias antes de chegar ao Brasil.

Valor: *A ideia de transformar cidades priorizando desejos e necessidades de crianças, que não votam, não encontra resistências de grupos políticos?*

Francesco Tonucci: O projeto por si mesmo, sendo uma ideia de melhora das cidades, é compatível com qualquer alinhamento político. Mas a ideia filosófica por trás dele é uma mudança de parâmetro. As cidades assumiram como parâmetro o homem adulto trabalhador e fizeram as cidades para eles. Isso significa que quem não é homem, adulto e tem emprego vive mal. Em outras palavras, é o mesmo que dizer que a maioria vive mal, pois sobram as mulheres, as crianças, os idosos, os deficientes e inclusive os homens adultos desempregados. É um desenho de cidade muito seletivo. Dito isso e considerando que a política de direita costuma ser uma política de conservação, e não de mudança, alguém pode imaginar que uma política de esquerda, progressista, seja mais próxima ao projeto. Mas, na nossa história de 33 anos, colaboramos com gestões de características distintas.

Valor: *Transformar cidades pensando prioritariamente em crianças traz vantagens econômicas?*

Tonucci: Eu não sou economista, mas James Heckman é um ganhador do prêmio Nobel de Economia que demonstrou que oferecer serviços de qualidade para a primeira infância, principalmente escolas, produz efeitos econômicos impressionantes. Em seus estudos, ele acompanhou um grupo de crianças de bairros carentes dos EUA com altas taxas de criminalidade e nível econômico muito baixo, que estudaram em escolas de alto nível dos três aos seis anos de idade. Ele identificou 20 anos depois que, dentro desse grupo observado, os registros de criminalidade envolvendo essas ex-crianças foram 70% menores do que o das crianças da mesma região que não tiveram as mesmas oportunidades. Além disso, os que participaram do grupo estudando em uma escola de alta qualidade tiveram progressos interessantes em suas carreiras profissionais, acima da média dos vizinhos. Para mim, que sou um educador sensível a problemas sociais, essas evidências são suficientes, custe o que custar. Mas reforço que o Heckman é economista e, em cima desses estudos que fez, calculou um retorno de US$ 7 para cada US$ 1 investido na primeira infância.

Valor: *Quais outras áreas, além da economia, se beneficiariam?*

Tonucci: Hoje a grande maioria das cidades é muito custosa em todos os níveis porque as pessoas estão vivendo mal. Olhemos para os temas ambientais, por exemplo. A maneira como as cidades foram construídas produz um efeito negativo impressionante sobre a saúde pública e a saúde é uma das áreas que geram mais gastos para a sociedade. E muito foi gasto para tornar as cidades exageradamente adaptadas para os carros, que poluem o ar. Não é curioso pensar como a política atual investe sobre o que produz gastos, e não vantagens?

Valor: *O conceito de cidades para crianças, então, não se trata apenas de construir um parque em vez de um prédio ou shopping center...*

Tonucci: Exatamente. O que estamos dizendo é que os parques meramente infantis são um equívoco de uma cidade que, não sendo mais adequada para crianças, produz espaços artificiais para colocar as crianças. É típico das cidades modernas, hoje, separar públicos por faixas etárias. Fazem isso também com a gente, os idosos. Mas isso é feito para a comodidade dos jovens adultos, especialmente os homens. Essencialmente, as cidades se desenvolveram como espaços para homens trabalhadores.

Valor: *É comum ver cada vez mais espaços e serviços, públicos e privados, destinados às crianças. Isso não é bom?*

Tonucci: Sim, hoje temos serviços infantis estupendos, inclusive lugares e escolas onde passam seis, oito ou até mais horas ao dia. Mas será que isso corresponde aos desejos e necessidades de uma criança? Eu tenho certeza que não. É claro que é importante que as crianças tenham lugares para passar o tempo com outras crianças, até porque os pais hoje vivem cansados e sem tempo, mas também não é ótimo que passem o dia todo interagindo somente em ambientes infantis.

Valor: *Além da falta de tempo dos pais ou tutores, em países como o Brasil convivemos com problemas de segurança. O conceito de cidades para crianças não fica inviabilizado em cidades inseguras, o que é comum fora de países desenvolvidos?*

Tonucci: É um tema importante, mas temos que avaliar cientificamente. Em gerações anteriores, em todos os países, as crianças brincavam quase que livremente nas ruas. O ponto que devemos olhar é se uma determinada cidade, hoje, realmente é menos segura do que era décadas atrás. Confirmar se realmente aumentou assim o número de delitos e acidente. Obviamente, isso exige uma análise individualizada. Mas o que quero dizer aqui é que, na maioria das vezes, o medo está amparado na percepção, e não na ciência. O que eu peço para as cidades que fazem parte da nossa rede é que averiguem esses dados.

Valor: *Ok, mas o fato é que violência contra as crianças também acontece nas ruas, mesmo que sejam casos mais isolados estatisticamente. Como tutores e governos devem agir diante da consciência de que esse tipo de crime já aconteceu e pode acontecer de novo?*

Tonucci: Esse é o grande ponto. Até 40 anos atrás, as crianças voltavam da escola e passavam as tardes brincando entre elas pelas ruas porque os vizinhos, os comerciantes se conheciam, conheciam as crianças do bairro, e se ajudavam. Uns olhavam aos outros. Uma das nossas propostas, por exemplo, é que as crianças já comecem a ir para a escola sozinhas a partir dos seis, sete anos. Sozinhas ou com os amigos. Estudos internacionais nos EUA e na Dinamarca mostram que crianças que chegam a escola caminhando desenvolvem um nível de atenção mais alto do que as outras que vão de carro com seus pais. Portanto, podemos dizer que a autonomia das crianças faz bem para a escola e para a vida delas.

Valor: *Ainda considerando a questão da insegurança, os técnicos da sua rede não encontram diferenças quando conversam com prefeitos de países desenvolvidos e de países emergentes, onde os índices de violência urbana são mais altos?*

Tonucci: Encontramos prefeitos que entendem o valor das nossas propostas tanto em países como França, Itália e Espanha como na Argentina e no Brasil. Um exemplo que gosto de mencionar é o de Hermes Binner, que foi prefeito da cidade argentina de Rosário [de 1995 a 2003] e depois governador da província de Santa Fé [de 2007 a 2011]. Ele morreu recentemente, mas me contava que aprendeu a fazer políticas públicas com o nosso projeto porque se trata de fazer algo que promove mudanças transversais. Rosário era e ainda é uma cidade com um nível de perigo social alto, mas ele absorveu as nossas ideias.

Valor: *Os prefeitos de países emergentes não são mais receosos a incentivar que crianças circulem desacompanhadas nas ruas do que os de países desenvolvidos?*

Tonucci: Entendo que o tema que está levantando ainda é a questão do medo. É um efeito transversal que a mídia causa sobre a opinião pública e que supera as diferentes características de países e cidades. O que quero dizer com isso é que temos o mesmo medo de deixar uma criança sair às ruas sozinha em uma cidade europeia ou latino-americana. Ou mesmo em uma cidade de 5 mil habitantes e uma de milhões de habitantes. Parece impossível que as sensações sejam as mesmas, mas isso acontece justamente porque é uma resposta não à realidade, mas sim a uma cultura que se criou, a cultura do medo. A atração perversa que muitos veículos de mídia e boa parte da sociedade tem com as notícias de tragédias ajudam a fomentar isso. Hoje em dia o que eu digo aos nossos prefeitos da rede é que temos que convencer os habitantes que nossas cidades não merecem esse descuido, esse medo. São boas cidades que podem melhorar e temos que melhorá-las em benefício das crianças, o que significa benefícios para todos.

Valor: *E o que a rede propõe para que crianças possam a ir para a escola sozinhas, por exemplo, sem que seus pais enlouqueçam de preocupação, seja por violência, seja por acidente de trânsito?*

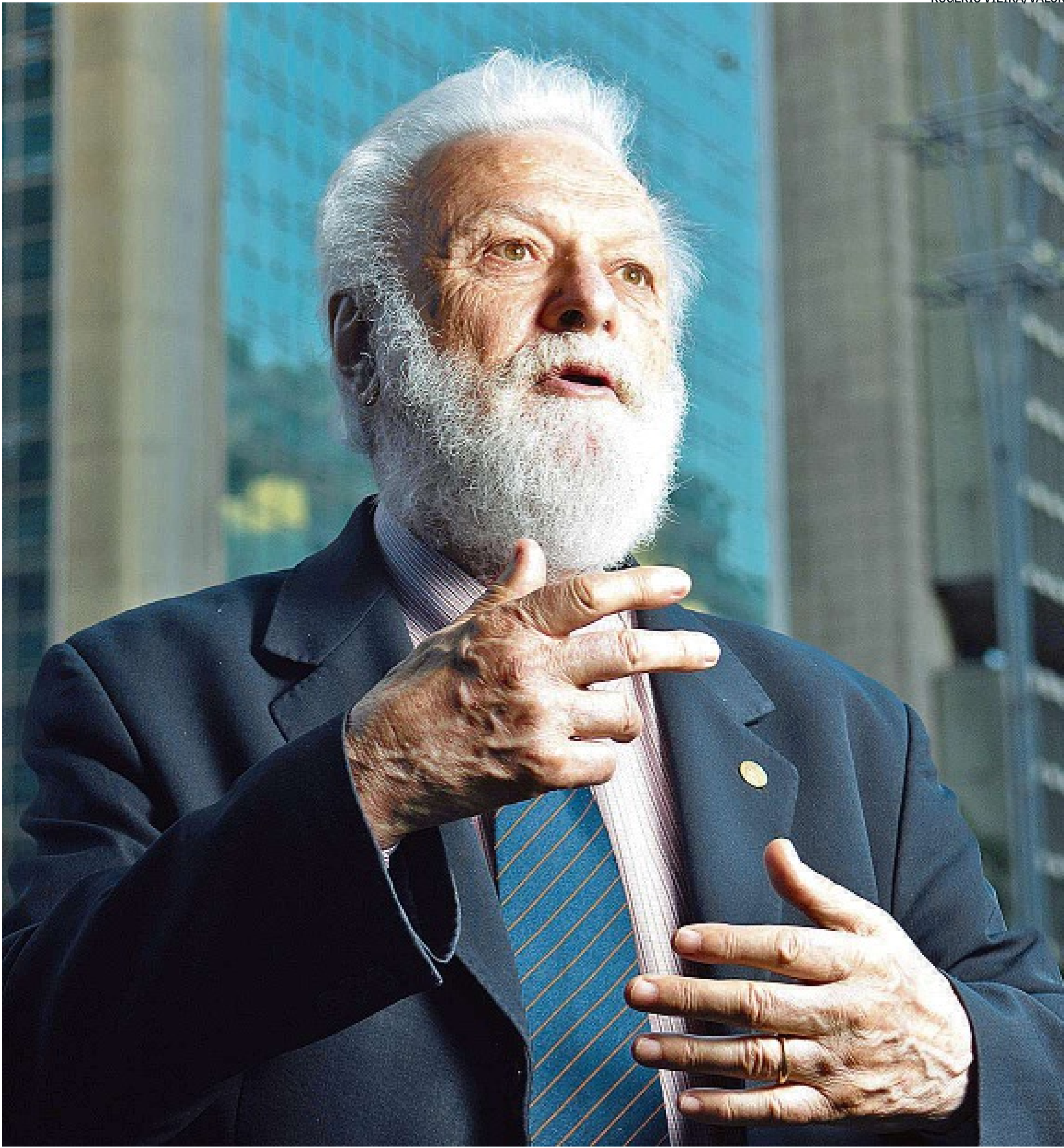
Tonucci: A questão se trata um pouco de explicar aos pais que é normal ter um pouco de medo, mas que é preciso temer outros riscos que hoje estão até mais próximos das crianças do que o de andar na rua. Um deles é o celular, por exemplo, em que as crianças estão mais vulneráveis do que na rua onde ninguém está olhando. Sem falar nos problemas de saúde que podem ter futuramente por inatividade física. Mas reforço que criar uma cidade segura para crianças andarem até uma escola envolve, entre outras coisas, criar uma cultura entre os moradores e os comerciantes que deem atenção a elas, incentivando a um cuidado geral. Essa atenção dos habitantes tende a ser mais efetiva do que policiamento ostensivo ou câmeras. Câmeras são bem-vindas, mas elas são úteis depois do incidente para saber o que aconteceu. Para evitar incidentes com as crianças, o melhor é promover um ambiente favorável a elas. Já sobre o trânsito, veja, a cidade de Pontevedra, na Espanha, assumiu um compromisso para que nenhum habitante mais morresse de acidente de trânsito e conseguiram. Faz mais de 13 anos que não há vítimas por acidente de trânsito e isso não aconteceu por casualidade. Um prefeito [Miguel Anxo Fernandez Lores, no cargo desde 1999] assumiu isso como seu compromisso e já se reelegeu sete vezes devido à aprovação da população. Ele dificultou a cidade para os carros e facilitou a circulação para quem caminha, inclusive incentivando os cidadãos a seguirem a orientação da Organização Mundial da Saúde [OMS] de dar ao menos 10 mil passos por dia. Mas essa parte do desenvolvimento da autonomia das crianças é a que encontramos mais dificuldade de levar adiante.

Valor: *Já tem alguma cidade no mundo que possa ser fielmente classificada como uma Cidade da Criança hoje?*

Tonucci: Não. Nenhuma cidade do mundo pode dizer que já é uma Cidade da Criança. Mas há várias que já estão no caminho. Como o conceito envolve ser uma cidade democrática no sentido de que esteja pensada para todos os que a habitam, não podemos dizer que já temos uma referência completa.

Valor: *E por que colocar a criança como a referência do conceito, e não outros públicos, como as mulheres, os idosos ou pessoas com deficiência física?*

Tonucci: Porque as mudanças que queremos para beneficiar as crianças já vão querer beneficiar todos os outros públicos. Além disso, precisamos considerar que todos os países ratificaram a Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU. É uma lei internacional de alto nível jurídico e determina que o interesse da criança é superior. Mas isso não é levado em conta nunca e precisamos começar a respeitar a convenção.


ROGERIO VIEIRA/VALOR

"A maneira como as cidades foram construídas produz um efeito negativo"
Francesco Tonucci

Finanças
Galípolo volta a endurecer discurso e diz que alta da Selic está na mesa
C2

INÊS 249

Conectividade Investimentos das teles recuam aos níveis históricos, afirma Ferrari, do Conexis B5

Urbanismo Revisão da operação Faria Lima, em São Paulo, divide especialistas B2

Farmácias Associadas à Abrafarma projetam passar dos R$ 100 bi em vendas brutas B4

Eletroeletrônico Chinesa Honor ensaia entrada no mercado brasileiro de celulares B6

Cosméticos Negócio avaliado em R$ 500 milhões será vendido para os fundos Lazuli e Vydia

Vinci negocia a venda de 50% da Farmax

Beth Koike
De São Paulo

A Vinci Partners está próxima de fechar a venda de 50% da Farmax — fabricante de cosméticos e itens de cuidados pessoais controlada pela gestora de private equity desde 2021 — para os fundos Lazuli Partners e Vydia por R$ 500 milhões, segundo o **Valor** apurou.

A Lazuli é uma gestora criada por Carlos de Barros e Bruno Alves (ambos ex-Gávea), em 2022. Já a Vydia foi fundada por Rodrigo Galindo (presidente do conselho da Cogna), em 2023, e tem recursos de alguns 'familiy offices' como do empresário David Feffer, da Suzano.

Nessa transação, a Lazuli está aportando R$ 250 milhões e a outra fatia vem da Vydia, sendo a maior parte da família Feffer, ainda segundo fontes.

As três gestoras — Vinci, Lazuli e Vydia — vão compartilhar o controle da empresa. No começo das conversas, o objetivo era adquirir o controle, mas a Vinci não quis abrir mão de continuar com uma fatia relevante.

Parte dos recursos vai para a Vinci e outra parcela é destinada à expansão da Farmax. Em 2023, a fabricante fechou com receita bruta da ordem de R$ 850 milhões e a expectativa é chegar em 2027 com faturamento de R$ 1,1 bilhão.

Com uma unidade fabril na cidade de Divinópolis, em Minas Gerais, a Farmax foi fundada há quase 45 anos e produz itens como protetor solar, hidratante, soro, água oxigenada, suplemento alimentar, entre outros, de marcas como Hidraderm, Farmax, Moskitoff, Vasemax, Sunless, Be Veg, totalizando 450 produtos.

A empresa também é responsável pela fabricação de produtos de higiene e beleza de marcas próprias de redes farmacêuticas como RaiaDrogasil, grupo DPSP, Araújo, entre outras.

No primeiro semestre do ano passado, a Farmax fez duas importantes aquisições. Uma delas foi a Sanavita, uma das três maiores empresas de suplemento alimentar com receita anual de aproximadamente R$ 100 milhões. Com essa transação, a fabricante entrou num novo mercado, que faz parte da estratégia de expansão.

Outro negócio foi a compra da Negra Rosa, empresa de produtos para cabelo, maquiagem e cremes. Em entrevista ao **Valor**, no ano passado, Ronaldo Ribeiro, presidente da Farmax, disse que a empresa planeja investir R$ 100 milhões para expansão da Negra Rosa.

A empresa está presente em mais de 95% das farmácias do país, o que é um facilitador para a inclusão de produtos de suas recentes aquisições no canal de drogarias. Segundo pesquisa da Kantar, o tíquete médio dos clientes de farmácia com produtos de higiene e beleza é de R$ 174,95, o que representa 53% a mais do que é gasto com medicamentos sem prescrição (OTC).

> Fabricante tem receita de R$ 850 milhões e um portfólio com mais de 450 itens de cosméticos e cuidado pessoal

Ainda segundo fontes, a Farmax vinha sendo analisada pela Lazuli há algum tempo. A gestora de Carlos de Barros, que foi CEO da Dasa até 2022 após sua passagem pela Gávea, procurou Galindo para uma sociedade. O presidente do conselho da Cogna levantou, no ano passado, em poucos meses mais de R$ 500 milhões e estava procurando ativos não ligados à área de educação para evitar conflitos.

Em dezembro do ano passado, Galindo havia recebido 112 ofertas, sendo que 17 tinham sido escolhidas para serem analisadas com mais detalhes. A estratégia do fundo Vydia contempla a aquisição de empresas de médio porte que já são boas geradoras de caixa.

A Lazuli, por sua vez, já adquirido a Blue Health, maior empresa de locação de equipamentos médicos, em conjunto com o Kinea, do Itaú, e EB Capital, de Pedro Parente e Eduardo Sirotsky Melzer. A Lazuli tem recebido muitas ofertas de ativos ligados à saúde devido à experiência de Barros na Dasa, DNA Capital e Gávea, onde também atuava no mercado de medicina.

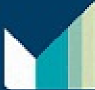
A Vinci é assessorada pelo UBS e Pinheiro Neto.

A Farmax vem tendo crescimento expressivo desde a entrada da Vinci Partners, em 2021. Em 2020, a empresa, que até então era uma companhia familiar e iniciou um processo de profissionalização há cerca de seis anos, tinha uma receita de aproximadamente de R$ 300 milhões. No ano passado, a receita já havia pulado para R$ 850 milhões, com meta de ultrapassar a casa de R$ 1 bilhão em 2027 (sem incluir aquisições). Entre 2022 e 2023, o faturamento subiu cerca de 30% e de 20% no ano passado — percentuais acima do setor.

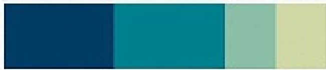
A indústria de produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos movimentou US$ 1,74 bilhão em todo o ano passado no Brasil, o que representa uma alta de 14,5% em relação à corrente de comércio internacional de 2022, de acordo com dados da ABIHPEC, entidade do setor.

A Farmax, que começou produzindo removedor de esmalte e soro fisiológico e hoje tem um portfólio com mais de 450 itens, atua num mercado de tíquete baixo, o que é interessante em momentos de crise econômica. Há uma tendência de marcas da base da pirâmide de ofertar produtos com maior valor agregado incluindo, por exemplo, cremes com àcido hialurônico, protetor solar em bastão, cremes e cosméticos veganos — lançados, inicialmente, por marcas premium — e que atraem a clientela.

Procuradas pela reportagem, a Farmax e as gestoras de private equity Vinci, Vydia e Lazuli informaram que não comentam rumores de mercado.



Imagina só: um ônibus sem minerais.



Do chassi ao motor, dos componentes eletrônicos aos cabos, **a maior parte dos materiais que constroem um ônibus vêm dos minerais.**

Eles estão presentes no nosso dia a dia, servindo como matéria-prima para indústrias, **contribuindo para o desenvolvimento e possibilitando que o mundo evolua de maneira sustentável**, com tecnologia e inovação.






Minerais. Presentes no que você imaginar.

MINERAÇÃO DO BRASIL



Urbanismo Área muito valorizada para escritórios ganha mais potencial construtivo e inclui favelas, mas especialistas veem 'populismo' e sobrecarga

Revisão da operação Faria Lima deve atrair mais prédios

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

Uma das áreas mais valorizadas de São Paulo, o entorno da avenida Faria Lima pode ganhar mais prédios nos próximos anos. A região que vai da avenida até a marginal Pinheiros (*veja mapa ao lado*) integra a Operação Urbana Consorciada Faria Lima (OUCFL), criada em 1995 para incentivar construções e o desenvolvimento de infraestrutura local.

A OUCFL só tinha sido revista em 2004, mas no fim de julho o prefeito Ricardo Nunes (MDB) sancionou uma nova revisão, que acrescentou mais 250 mil m² de potencial construtivo.

A operação urbana prevê um estoque limitado de metros quadrados que podem ser erguidos, mediante o pagamento de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), leiloados pela prefeitura. Para conseguir viabilizar um empreendimento, é preciso ter os Cepacs necessários para o projeto.

No entanto, nos últimos anos o potencial construtivo e os Cepacs foram se esgotando no perímetro da Faria Lima. Denis Espinosa, diretor da área de "land services" da consultoria imobiliária CBRE, afirma que uma liberação de mais metragem e novos Cepacs era prometida ao mercado, mas demorou a chegar. Enquanto isso, projetos perderam viabilidade na região, que foi se valorizando conforme a vacância dos prédios corporativos caía.

Há prédios corporativos por ali que já cobram mais de R$ 300 por metro quadrado locado, lembra Espinosa, enquanto a média da cidade é R$ 170 para edifícios de alto padrão.

Os 250 mil m² adicionais são divididos entre os quatro setores que compõem a OUCFL, mas não de forma igualitária. "Nitidamente incentivam a região da Hélio Pellegrino, que é mais nova e tem mais disponibilidade de terreno", afirma Espinosa. Essa área ganhou 101.750 m². Já o setor Faria Lima, no miolo da operação, terá apenas 41.000 m² adicionais. Para o setor Pinheiros foram destinados 53.850 m², enquanto no setor Olimpíadas haverá mais 53.400 m².

> "Incentivam a área da Hélio Pellegrino, mais nova e com mais terrenos"
> *Denis Espinosa*

Uma inovação, ressalta o diretor, é que não há uma delimitação sobre se o empreendimento que usará a metragem terá que ser residencial ou comercial, o que dá liberdade ao mercado.

A quantidade de prédios deve aumentar, mas Espinosa afirma que o processo deve ser gradual, já que os Cepacs são leiloados em lotes — o último certame ocorreu em 2021 e ainda não há uma previsão para o próximo — e as empresas que desenvolvem os empreendimentos levam anos para formar terrenos naquela área.

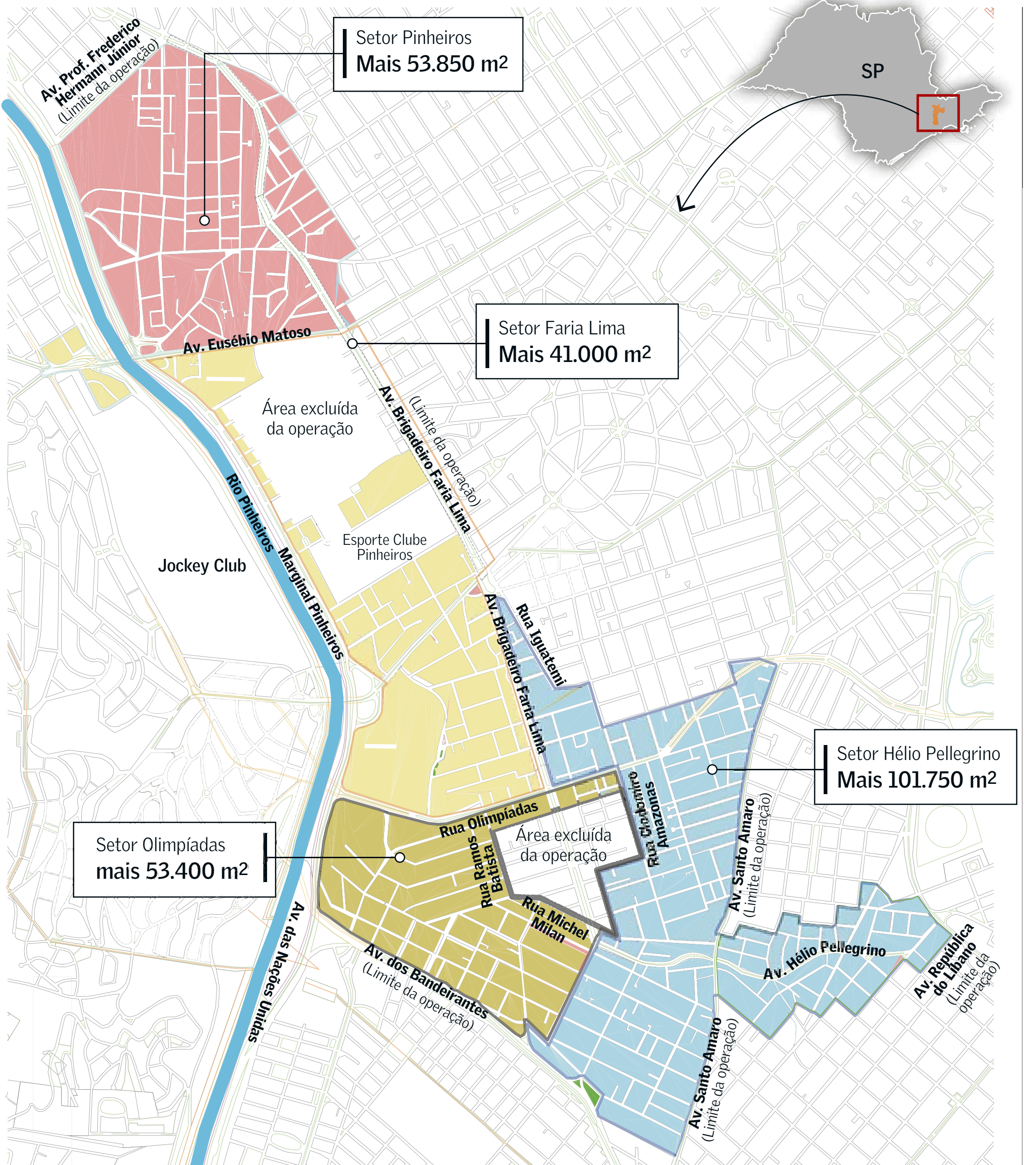
Os 250 mil m² correspondem a 13% do que já foi construído só de prédios corporativos na região da Faria Lima, segundo a CBRE. "E isso vai ser consumido em muitos anos", diz Espinosa.

Os recursos arrecadados com Cepacs na OUCFL já foram usados na remodelação do largo da Batata, no prolongamento da Faria Lima e na construção da sua ciclovia, nos conjuntos habitacionais Real Parque 1 e 2 e em túneis, entre outras obras.

O perímetro total da operação cresceu mais do que os 250 mil m². Foram acrescentadas as favelas Paraisópolis, Panorama, Jardim Colombo, Porto Seguro, da Rua Coliseu e do Real Parque. Isso foi feito porque o dinheiro arrecadado com a venda de Cepacs nas operações deve ser usado em melhorias dentro da própria região. Com essa manobra, a prefeitura definiu que ao menos 35% dos recursos obtidos na OUCFL irão para obras de urbanização e melhorias nessas comunidades.

Cristina Wehba, urbanista ligada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP e representante do Instituto de Arquitetos do Brasil de São Paulo (IABsp) no grupo de gestão da OUCFL, ressalta a importância de atender o complexo de Paraisópolis, mas analisa que a proposta é "aparentemente populista", porque não há previsão de quais obras serão efetivamente feitas nas comunidades, do valor a ser arrecado com os Cepacs e se o montante será suficiente para elas. Na sua visão, é uma forma de "justificar a ampliação de potencial construtivo".

Mudanças na Operação Urbana Consorciada Faria Lima
Área ganhou mais potencial construtivo



Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (Smul)

Esse potencial teria sido retirado da OUCFL na sua criação, em 1995, e agora estaria voltando sem a atualização de estudos, como o de impacto ambiental, afirma. Wehba critica, ainda, a falta de interlocução com o grupo de gestão da operação, órgão consultivo e deliberativo. "O projeto foi encaminhado diretamente à Câmara pelo prefeito", diz.

As operações urbanas recebem críticas há anos por nem sempre levarem a participação popular em conta, por promoverem uma elitização das áreas e por priorizarem obras viárias.

Viviane Rubio, professora da FAU do Mackenzie, que participou dos primeiros projetos da OUCFL, vê as inclusões como positivas, mas lembra que urbanizar favelas é "muito complexo" e que é preciso considerar os desejos dos moradores. "Paraisópolis é uma megafavela, com muita área de risco, vão remover as famílias e colocar onde?", questiona.

Segundo a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) de São Paulo, o "complexo Paraisópolis", que inclui comunidades no seu entorno, tem mais de 100 mil famílias.

A revisão da operação também passou a incluir parte de uma área que antes ficava de fora do perímetro, entre as ruas Clodoromiro Amazonas e Ramos Batista. Para Rubio, o incentivo a mais construções pode causar impactos em vários níveis, como o aumento do trânsito e da área impermeável. Ela também questiona a capacidade da infraestrutura de água e esgoto, e qual tipo de construção será atraído para lá.

A SMUL destaca que agora edifícios que estavam irregulares por falta de Cepacs poderão ser regularizados. Nesse caso, o dinheiro arrecadado irá para habitação de baixa renda.

Urbanista se opõe a planos diretores como são hoje

De São Paulo

Há algo de errado com a forma de se fazer planejamento urbano hoje, segundo o francês Alain Bertaud, que já foi urbanista-chefe do Banco Mundial e é pesquisador sênior do Marron Institute of Urban Management e do Stern Urbanization Project, da Universidade de Nova York (NYU), onde vive atualmente.

Em meio ao desenvolvimento tecnológico e a mudanças cada vez mais rápidas nos modos de se viver, não faria sentido ter regulações que são revistas em intervalos longos de tempo, como os dez anos regulares entre um Plano Diretor e a sua revisão. O plano da cidade de São Paulo, por exemplo, foi elaborado em 2014, passou por uma revisão intermediária no ano passado e só será totalmente revisto em 2029.

Para Bertaud, as revisões de políticas de urbanismo precisam ser feitas com mais frequência, por uma equipe dedicada de cada prefeitura, que esteja todo o tempo avaliando o desempenho local em indicadores como acessibilidade financeira da moradia e duração do transporte entre casa e trabalho. "Deve existir uma equipe que monitore o que está acontecendo a cada trimestre ou mesmo a cada mês", diz.

Uma das cidades onde o urbanista trabalhou recentemente foi Vancouver, no Canadá. Apesar de elogiar a zeladoria do município, Bertaud chama a atenção para o alto custo da casa própria, que exige 12 anos de um salário médio, enquanto um valor equilibrado seria de dois a três anos. Para ele, é "sinal de alerta" quando a classe trabalhadora não consegue comprar ou alugar uma casa perto do trabalho e vai viver em cidades periféricas, sem a mesma qualidade de vida.

> "Uma equipe deve monitorar o que ocorre a cada trimestre ou mês"
> *Alain Bertaud*

"Um critério [das cidades] deve ser que um professor de escola, em início de carreira, deve conseguir ter uma casa a menos de 40 minutos de onde trabalha", afirma. "Se não estiver assim, é preciso entender o que está acontecendo e ajustar os parâmetros".

O urbanista tem uma visão liberal sobre o mercado imobiliário. O erro, para ele, é que Vancouver demorou para perceber o problema, que teria várias causas, como a dificuldade para conseguir alvarás de construção e o excesso de regulação sobre o que pode ser construído. Ele defende que quanto mais as construções forem facilitadas, menor será o custo de moradia — oferta e demanda.

Bertaud se opõe a regulações que estipulem, por exemplo, tamanho mínimo para o terreno e a área útil dos imóveis. Também afirma que moradias sociais construídas pelos governos podem se tornar "armadilhas de pobreza", por usarem terrenos baratos, que ficam longe da oferta de empregos. Para ele, moradias sociais deveriam ser feitas apenas para os mais pobres dentre os pobres.

Sobre regulações urbanísticas, Bertaud afirma que só deveriam existir para controlar "o que não pode ser visto" pelo futuro morador, como a qualidade dos materiais de construção e a segurança contra incêndios. Outras questões, como acesso ao transporte público, tamanho e incidência de sol deveriam ser selecionadas pelos próprios moradores, ao avaliarem custos e benefícios.

Ele participou, em julho, de um encontro promovido pelo Instituto Cidades Responsivas, de Porto Alegre. Para Bertaud, as cidades devem ser mais dinâmicas — prédios que não são mais eficientes devem ser demolidos e substituídos, dando lugar a construções projetadas para as necessidades atuais, com tecnologias novas e menos poluentes.

O urbanista estudou o Plano Piloto de Brasília e, apesar de considerar Lúcio Costa e Oscar Niemeyer "gênios", afirma que é um exemplo de cidade desenhada para atingir um "ponto ótimo" de eficiência dos 1950, que não é o mesmo de hoje. "Ela está congelada para sempre, e não funciona muito bem hoje", diz.

Bertaud questiona até visões mais populares no urbanismo, como a associação entre densidade populacional e eficiência das cidades. Citando o exemplo de Hong Kong e de Dallas, afirma que as características das cidades (a primeira é montanhosa e a segunda, plana) permitem que ambas sejam eficientes, mesmo que na primeira a maior parte da população use transporte público e viva em ambientes adensados e a segunda seja espalhada e voltada ao carro. "A densidade é só um dos aspectos". *(ALT)*

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de **Nizan Guanaes**.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Brall Comércio de Produtos Alimentícios e Limpeza Ltda. -** CNPJ: 26.219.331/0001-00 - Endereço: Av. Emílio Checchinato, 3895, Galpão 02, Bairro São Roque da Chave, Itupeva/sp - Requerente: Brl Securitizadora S/A - Vara/Comarca: 2a Vara de Campinas/SP - Observação: Pedido redistribuído.
Requerido: **Mobelie Ambientes Planejados Ltda. -** CNPJ: 19.951.407/0001-22 - Endereço: Trecho Sia Trecho 04, S/nº, Lote 2000, Sala 108, Zona Industrial de Guará - Requerente: Mobelie Ambientes Planejados Ltda. - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF - Observação: Pedido de auto falência.
Requerido: **Serralheria e Vidraçaria Nossa Senhora da Aparecida Ltda. -** CNPJ: 41.712.274/0001-90 - Endereço: Av. São Sebastião, 495, Galpão B, Bairro Campinho - Requerente: Denner Khalil Mendes de Sá - Vara/Comarca: 1a Vara de Sete Lagoas/MG
Requerido: **Vioaco Soluções Metálicas Ltda. -** CNPJ: 00.285.607/0001-65 - Endereço: Av. Ademar Vecchi, 985, Lotes 15 e 16, Bairro São Bernardo Iv, Mirassol/sp - Requerente: Fs Tatuí Securitizadora S/A - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Falências Decretadas

Empresa: **Mercado Soares Eireli -** CNPJ: 34.133.534/0001-08 - Endereço: Rua Capistrano de Abreu, 707, Quadra 105, Lote 01, Bairro Jardim Los Angeles - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Compasso Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Mercado Soares Eireli, Filial 2 -** CNPJ: 34.133.534/0003-70 - Endereço: Rua Mansour Contar, 117, Bairro Jardim Los Angeles - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Compasso Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Mercado Soares Eireli, Filial 3 -** CNPJ: 34.133.534/0004-50 - Endereço: Rua Antonio Carlos Novais Marques, 87, Bairro Jardim Los Angeles - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Compasso Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Mercado Soares Eireli, Filial 4 -** CNPJ: 34.133.534/0005-31 - Endereço: Av. Dos Cafezais, 1637, Bairro Jardim Bálsamo - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Compasso Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.
Empresa: **Oncofarma Comércio Atacadista de Medicamentos Ltda. -** CNPJ: 01.529.206/0001-76 - Endereço: Av. Vereador José Diniz, 3300, Cjto. 508, Bairro Santo Amaro - Administrador Judicial: Exm Partners Serviços de Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP
Empresa: **Supermercado Soares Ltda. -** CNPJ: 42.017.371/0001-26 - Endereço: Rua Catiguá, 2002, Bairro Jardim Paulo Coelho Machado - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Compasso Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Gold Life Apoio Administrativo Ltda. -** CNPJ: 42.770.357/0001-07 - Endereço: Rua João Caetano, 339, Bairro da Mooca - Requerente: Auto Posto Primeira Parada Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do acordo entabulado entre as partes.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Atacado Barbosa e Alves Ltda. -** CNPJ: 04.793.202/0001-99 - Endereço: Av. Francisco Antonio de Souza, 2376, Centro, Bandeirantes - Administrador Judicial: Ex Lege Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Breno Augusto Pinto de Miranda - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS
Empresa: **Atacado Barbosa e Alves Ltda., Filial 1, Nome Fantasia Atacarejo Casa Barbosa -** CNPJ: 04.793.202/0002-70 - Endereço: Av. Francisco Antonio de Souza, 2526, Centro, Bandeirantes/ms - Administrador Judicial: Ex Lege Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Breno Augusto Pinto de Miranda - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS
Empresa: **Central do Adubo Comércio e Representação Ltda. -** CNPJ: 02.560.903/0001-52 - Endereço: Rua José Gomes da Silva Campos, 436, Bairro Parque Das Américas - Administrador Judicial: Inocêncio de Paula Sociedade de Advogados, Representada Pelo Dr. Rogeston Inocêncio de Paula - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Uberaba/MG
Empresa: **Gaby Supermercados Ltda. -** CNPJ: 10.341.960/0001-79 - Endereço: Av. Paulo Vieira Barbosa, 1179, Centro, Corguinho/ms - Administrador Judicial: Ex Lege Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Breno Augusto Pinto de Miranda - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS
Empresa: **Gaby Supermercados Ltda., Filial 1 -** CNPJ: 10.341.960/0002-50 - Endereço: Rua Leão Zardo, 3402, Bairro Jardim Santa Emília - Administrador Judicial: Ex Lege Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Breno Augusto Pinto de Miranda - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS
Empresa: **Gaby Supermercados Ltda., Filial 2 -** CNPJ: 10.341.960/0003-30 - Endereço: Rua Zacarias de Paula Nantes, 1061, Parque Residencial União - Administrador Judicial: Ex Lege Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Breno Augusto Pinto de Miranda - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS
Empresa: **Gaby Supermercados Ltda., Filial 3 -** CNPJ: 10.341.960/0004-11 - Endereço: Av. Brasil, 995, Centro, Rio Negro/ms - Administrador Judicial: Ex Lege Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Breno Augusto Pinto de Miranda - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS
Empresa: **Gaby Supermercados Ltda., Filial 4 -** CNPJ: 10.341.960/0005-00 - Endereço: Rua Francisco Antonio de Souza, 2376 B, Centro, Bandeirantes/ms - Administrador Judicial: Ex Lege Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Breno Augusto Pinto de Miranda - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais de Campo Grande/MS
Empresa: **Marquezan Construtora Ltda., Nome Fantasia El Shaddai -** CNPJ: 40.312.636/0001-93 - Endereço: Rua Balbino José da Costa, S/nº, Loja 01, Setor Ceccatto, Alto da Boa Vista/mt - Administrador Judicial: Grj Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Otávio Pereira Marques - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **T D T Transportes e Logística Ltda. -** CNPJ: 16.621.827/0001-52 - Endereço: Rua Doze, S/nº, Quadra B, Lote 125 B, Setor Chácara, Querência/mt - Administrador Judicial: Grj Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Otávio Pereira Marques - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT
Empresa: **Valdineia Marquezan, Empresária Individual -** CNPJ: 24.548.211/0001-21 - Endereço: Rua Balbino José da Costa, S/nº, Loja 01, Setor Ceccatto, Alto da Boa Vista/mt - Administrador Judicial: Grj Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Otávio Pereira Marques - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Homologação de Desistência de Recuperação Judicial

Empresa: **B H da Silva Souza Lava Rápido e Polimentos -** CNPJ: 26.581.855/0001-47 - Endereço: Rua Flor de Jesus, 650, Bairro Ricardo - Vara/Comarca: 5a Vara de Londrina/PR

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Comercial de Combustíveis Adecreol Ltda. -** CNPJ: 77.708.576/0001-32 - Endereço: Av. Eugênio Bastiani, 704, Centro - Vara/Comarca: Vara Cível de Faxinal/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Citro Sudeste Distribuidora e Representação Comercial Ltda. -** CNPJ: 27.374.044/0001-38 - Endereço: Rua Marginal, D.i.2, S/nº, Galpão 01, Distrito Industrial - Vara/Comarca: Vara Única de Conchal/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Citro Sudeste Indústria, Comércio e Representação Ltda. -** CNPJ: 26.111.228/0001-42 - Endereço: Rua Marginal, D.i.2, S/nº, Galpão 02, Distrito Industrial - Vara/Comarca: Vara Única de Conchal/SP - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Rca Participações e Investimentos Ltda., Nome Fantasia Rca Holding -** CNPJ: 48.657.179/0001-80 - Endereço: Rua José Gomes da Silva Campos, 436, Sala 02, Barro Parque Das Américas - Vara/Comarca: Vara Empresarial de Uberaba/MG - Observação: Face não reunir as condições exigidas para a ação.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Beleza Processo de reestruturação em estudos pela Natura&Co para os ativos da marca na Europa, Ásia e África foi suspenso

Subsidiária da Avon pede proteção aos credores nos EUA

Ana Luiza de Carvalho e Mônica Scaramuzzo
De São Paulo

A Avon Products Inc. (API), subsidiária não operacional da Natura e holding da marca de beleza nos EUA, entrou ontem com pedido de proteção aos credores (Chapter 11) na Justiça de Delaware. O grupo brasileiro pretende fazer uma oferta no processo de recuperação judicial pelos ativos operacionais da marca, no valor de US$ 125 milhões.

Os ativos operacionais da companhia estão sob o guarda-chuva da Avon presente em 37 países na Europa, Ásia e África.

A Natura pretende fazer um empréstimo de US$ 43 milhões para essa subsidiária durante o seu processo de recuperação e quer usar os créditos no leilão de compra desses ativos, se for a melhor proposta à mesa no processo. A Natura é a maior credora dessa holding.

No início do ano, a Natura anunciou planos de segregar os ativos da Avon Internacional dos negócios da América Latina.

Com o pedido de proteção aos credores na Justiça americana, os estudos estratégicos para uma possível separação dos ativos da companhia internacional com a da Natura serão suspensos até que a reestruturação da companhia de beleza seja concluída.

A ideia era listar os ativos fora da América Latina na bolsa, vender fatia ou mesmo os ativos separadamente.

A compra da Avon pela Natura, anunciada em maio de 2022, que avaliava os ativos à época em cerca de US$ 2 bilhões, era mais um passo importante ao processo de internacionalização do grupo brasileiro. A operação foi aprovada no ano seguinte.

No processo de aquisição, feito por troca de ações, os acionistas da Avon ficaram com 24% do negócio — o restante ficou nas mãos do grupo brasileiro. A API deixou de ser listada e passou a ser uma subsidiária integral da Natura&Co.

No entanto, desde a pandemia, as aquisições da Natura fora do país pesaram no endividamento da companhia. De lá para cá, o grupo vendeu dois importantes símbolos do processo de internacionalização da companhia — a marca de luxo Aesop, por US$ 2,6 bilhões para a francesa L'Oréal, e The Body Shop, por 207 milhões de libras, para a gestora Aurelius, por um quinto do 1 bilhão de libras pago pelo ativo.

> A Natura tinha planos de segregar os ativos da Avon Internacional dos negócios da AL

O desafio estava na reestruturação da Avon Internacional, presente em 37 países na Europa, Ásia e África.

Com a venda dos dois importantes ativos fora do Brasil, os planos da Natura são focar os seus esforços nas operações da América Latina. A companhia vê sinergia entre as operações da Natura e Avon na região latino-americana.

Do pacote de 37 países da Avon Internacional, são poucos os mercados mais relevantes para essa divisão de negócio, como parte do leste europeu, África, Oriente Médio e a Ásia. A Rússia tornou-se um ponto sensível, sobretudo com a guerra na Ucrânia. Em algumas regiões, a Avon deve limitar sua presença à distribuição de produtos.

A venda da Aesop foi importante para reduzir a alavancagem — já com o desinvestimento da The Body Shop, o objetivo foi a simplificação estratégica do grupo, uma vez que essa marca tinha uma atuação menor no varejo no Brasil, mas muito grande, especialmente na Inglaterra, Estados Unidos e Austrália, e foi duramente impactada pela covid-19, como as operações de varejo de forma geral.


DANIELA BRAUN/VALOR
A Natura pretende fazer empréstimo de US$ 43 milhões para a subsidiária durante o seu processo de recuperação

O processo de reestruturação da Natura&Co tem sido conduzido pelo executivo Fabio Barbosa, que estava no conselho de administração da companhia, foi chamado pelos três fundadores da Natura — Antônio Seabra, Guilherme Leal e Pedro Passos — para reestruturar a empresa, altamente endividada em 2022 e com resultados fracos.

No mercado brasileiro, a Natura quer popularizar as vendas da Avon também no varejo físico. A companhia de beleza anunciou uma parceria com a Soneda para comercializar os produtos da Avon em lojas na capital paulista e também no interior de São Paulo.

> **37**
> **países têm ativos operacionais**

Em 2023, a Natura teve lucro líquido de R$ 2,9 bilhões, revertendo prejuízo de R$ 2,8 bilhões do ano anterior, e encerrou o ano com caixa líquido de R$ 1,7 bilhão. O quarto trimestre, porém, teve prejuízo de R$ 2,7 bilhões. Com a venda da Aesop, R$ 7,6 bilhões foram para pagar dívidas, que, em 2022, estavam em R$ 7,4 bilhões. A companhia anunciou pagamento de dividendos de quase R$ 1 bilhão.

"O Instituto CCR acredita que promover um impacto positivo na saúde das pessoas – um dos pilares da atuação da entidade – é uma forma poderosa de transformar o futuro. É por isso que estamos engajados em apoiar iniciativas e entidades que atuam nesta frente, como o Hospital Pequeno Príncipe, que não só oferece assistência em saúde de qualidade, mas também contribui para a construção de um mundo melhor, pautado pela humanização e pelo cuidado com as pessoas."

Renata Ruggiero – Diretora-Executiva do Instituto CCR e Diretora de Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Inovação do Grupo CCR

CCR

O **incentivo fiscal** permite que **empresas e cidadãos** destinem **parte do seu Imposto de Renda** a **projetos relevantes**, possibilitando que eles participem ativamente do processo de **transformação** e **melhoria** da **sociedade**.

No **Pequeno Príncipe** – maior hospital pediátrico do Brasil e instituição filantrópica com 60% dos seus atendimentos voltados a pacientes do SUS –, os investimentos sociais colaboram para a manutenção de **atendimentos em saúde** com **excelência técnico-científica e humanização**, beneficiando milhares de crianças e adolescentes de todo o país.

Investimentos como o feito pela **CCR** – uma das maiores companhias de infraestrutura e mobilidade da América Latina – são essenciais para promover um impacto positivo nos indicadores de saúde. Apoiadora do Hospital Pequeno Príncipe por cinco anos, a empresa tem contribuído para o desenvolvimento de **pesquisas científicas** voltadas à **saúde infantojuvenil**, para o **cuidado integral** e para o **fortalecimento do vínculo familiar**, ajudando a viabilizar uma série de **serviços complementares**, como atendimento psicossocial e acompanhamento escolar dos pacientes durante o internamento.

Se a sua empresa é tributada pelo lucro real e está recolhendo imposto, entre em contato conosco e faça como a CCR: ajude a transformar e salvar a vida de milhares de crianças e adolescentes de todo o país.

(41) 2108-3874 | doeifpj@hpp.org.br | doepequenoprincipe.org.br

100 anos
HOSPITAL pequeno PRÍNCIPE

INÊS 249

Consumo Avanço do digital, crise em lojas menores e envelhecimento da população explicam avanço; desafio é gerar mais eficiência

Grandes farmácias devem chegar a R$ 100 bi em venda

Adriana Mattos
De São Paulo

As grandes farmácias no país parecem um negócio fora do atual cenário do comércio brasileiro. Neste ano, as 29 empresas associadas à Abrafarma, a principal organização do setor, projetam ultrapassar os R$ 100 bilhões em vendas brutas. Em cinco anos, as varejistas terão quase dobrado de tamanho (*veja tabela ao lado*), num ritmo de expansão superior, inclusive, ao atacado alimentar, segmento que cresce ancorado no preço baixo em tempos de crise.

Essas companhias representaram cerca de 45% do bolo total de faturamento das farmácias em 2023, e neste ano, a taxa foi a 46,5%, uma expansão em cima das drogarias de bairro, controladas por famílias, com baixa escala, mais alavancadas e menor acesso à capital e linhas de crédito.

No ano passado, o varejo farmacêutico movimentou R$ 199 bilhões no país, pelos dados da IQVIA, consultoria e empresa de dados de saúde, incluindo lojas de todos os portes, e associadas da Abrafarma venderam R$ 90 bilhões.

"Estimamos que, crescendo como estamos, em uns três anos iremos representar mais de 50% do faturamento total do país", diz Sergio Mena Barreto, presidente da Abrafarma. Não parece ser uma concentração desprezível, já que as 29 cadeias associadas são donas de 10,3 mil pontos, de um total de 92 mil drogarias espalhadas no país. As 29 redes cobrem 70% da população urbana brasileira.

Apesar disso, o setor diz que há uma acirrada disputa por mercado entre as próprias redes líderes, especialmente nos mercados mais ricos, como São Paulo e Rio de Janeiro, e também entre as líderes e as médias que operam por meio de associativismo (por exemplo, compram de forma conjunta para ter preços melhores).

Os negócios menores, com uma ou duas lojas, são quase 56% do total de pontos no Brasil, mas apenas 16% do volume vendido.

Dados que devem ser divulgados hoje — quando começa o evento anual do setor, em São Paulo — mostram que, de janeiro a junho, as redes de drogarias ligadas à associação se expandiram 14,2% em termos nominais sobre 2023, para R$ 49,6 bilhões. E neste ano, o reajuste de preços de medicamentos atingiu até 4,5%, autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

A estimativa da associação para 2024 é que as cadeias fechem o período com expansão nesta faixa de 14%, em cima já de uma aceleração de 12,7% em 2023. Se isso acontecer, equivalerá a um ganho real (descontada a inflação) entre 9,5% a 10%. É a maior alta real desde, pelo menos 2019, pelos cálculos do **Valor** a partir daquele ano.

A Raia Drogasil avançou mais — 15,4% de janeiro a junho —, a paranaense Nissei, com 430 lojas, cresceu 14,5% e a Pague Menos, a maior do Nordeste, cresceu menos, 10%

Há aspectos estruturais e outros relacionados com o cenário atual do setor, que explicam esse movimento. O fato de o Brasil estar envelhecendo de forma mais acelerada na última década pesa diretamente nesse desempenho. Segundo o índice de envelhecimento da população, há 55 pessoas com 65 anos ou mais para cada 100 crianças de 0 a 14 anos. Esse número era de 30 a cada 100 em 2010, segundo o IBGE

Além disso, como o país ainda tem um atendimento básico à saúde precário, milhares de consumidores de certas regiões transformaram os pontos com atendimento de farmacêuticos no único acesso a algum serviço na área, dizem consultores da área. Isso, mesmo com as limitações legais, que farmacêuticos e atendentes têm que seguir — é vedada a indicação de medicamento nas lojas.

Neste momento, ainda há aspectos estratégicos que explicam a boa fase hoje, diz Ana Paula Tozzi, presidente da AGR Consultoria. "O segmento é notável pela resiliência. Por vender itens essenciais, ele 'rouba' a receita de outros setores em tempos de crise. Mas somado a isso, de alguns anos para cá, é impressionante a quantidade de novos produtos vendidos, focados em bem-estar, e a carteira de serviços ofertados nas lojas", diz.

Desde agosto de 2023, as empresas estão autorizadas pela Anvisa, órgão regulador da área, a comercializar exames clínicos nas lojas, e o serviço de vacinação existe em São Paulo, por exemplo, desde 2018, mas ganhou tração no país mesmo após a pandemia. "Isso ainda nem está perto do potencial de geração de receita que pode existir dentro das varejistas", diz Barreto.

Sobre os exames, a lista inclui desde aqueles simples (sangue, dengue), aos complexos, como de DNA, já oferecidos por cadeias como Panvel, Raia e Drogaria São Paulo. Ainda há um trabalho forte que tem sido feito para atrair o cliente que compra medicamentos de uso contínuo, perfil de comprador disputado pelas redes de forma acirrada.

Nessa conta do setor, também há o impacto do avanço do digital, que antes da covid vendia R$ 1 bilhão ao ano e hoje alcança R$ 12 bilhões. Esse movimento ocorreu de forma mais acelerada nas redes de maior porte, com capital para bancar a disputa de preços e as margens mais baixas no on-line nos primeiros anos de atuação.

Relatório da IQVIA mostra que, no início deste ano, o investimento das redes em promoções no Brasil já voltou ao nível verificado antes da pandemia, e no país isso ocorreu mais rapidamente do que na Colômbia e no México, por exemplo.

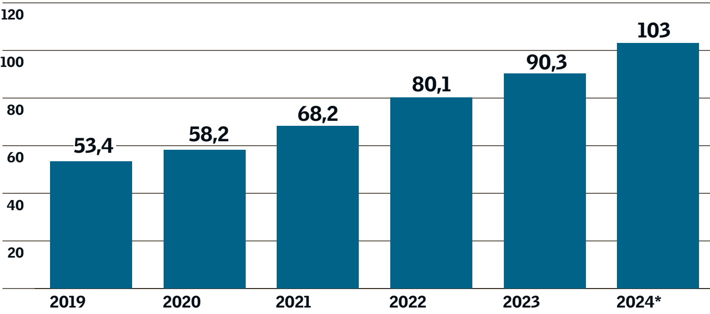
Ao mesmo tempo, nesse ambiente de forte disputa, cadeias com marcas populares perderam força ou entrarem em grave crise — Poupa Farma e a rede Santa Marta pediram recuperação judicial (*leia matéria ao lado*).

Barreto diz que as grandes cadeias não vivem "numa ilha" frente ao cenário vivido pelo varejo brasileiro após 2021, com a alta dos juros e a elevação do endividamento das famílias, que afetou renda e vendas.

Ele cita, por exemplo, que há na agenda do segmento discussões que precisam avançar, como a necessidade de melhorar eficiência para as cadeias conseguirem não só faturar, mas gerar mais resultados. Nesse debate, diz ele, está a necessidade de implementar o projeto de bula digital, que reduz custos da indústria, e é apoiado pelo varejo.

O tema foi aprovado em forma de projeto piloto pela Anvisa, após dura discussão com o setor de gráficas, que imprimem as bulas, segundo fontes. O assunto será debatido no evento "Abrafarma Future Trends", que ocorre entre hoje e amanhã na capital paulista, assim será discutida a necessidade de enfrentar desafios centrais relacionados com problemas de rupturas de produtos nas lojas e no on-line, que elevam perdas.

Balcão cheio
Dados das vendas das associadas da Abrafarma, em R$ bilhões



Fonte: Abrafarma (*) Projeção, considerando a manutenção no ano da alta de 14% verificada de janeiro a junho

Rede Nissei compra 32 lojas da Santa Marta

De São Paulo

O grupo Nissei fechou a compra de até 32 lojas da Rede Drogaria Santa Marta por R$ 30,1 milhões. Com dívidas concursais de quase R$ 100 milhões, a varejista goiana está em recuperação judicial desde 2011.

A operação marca a entrada da companhia paranaense na região Centro-Oeste, especialmente em mercados de alta renda, como Brasília e Goiânia. Apesar do bom momento do mercado de drogarias, a Santa Marta sentiu o excesso de alavancagem após crescimento.

A Nissei teve direito de preferência no processo competitivo na modalidade de carta proposta, numa negociação que ocorreu no âmbito da recuperação judicial da rede. O **Pipeline**, site de negócios do **Valor**, antecipou o interesse na aquisição e o valor oferecido no fim de junho.

> Nissei tem registro de companhia aberta, desde 2020, mas não tem ações no mercado

Trata-se da segunda aquisição da Nissei de operações de farmácias em dificuldades financeiras no último ano — a rede comprou 51 pontos da Poupafarma em outubro de 2023, numa operação que teria chegado a R$ 20 milhões, apurou o **Valor**. E há dois anos adquiriu a Merco, distribuidora de medicamentos de alta complexidade, nutrição e vacina. A Nissei tem registro de companhia aberta, numa operação concluída em 2020, mas não tem ações no mercado.

A empresa confirmou a transação com a Santa Marta em fato relevante na quinta-feira (8). Segundo comunicado divulgado nesta segunda-feira (12) pela Nissei, a previsão é de que as lojas Santa Marta sejam reinauguradas sob a nova bandeira a partir de setembro. São 26 lojas em Goiás e seis no Distrito Federal.

No segundo trimestre, a Nissei registrou receita de R$ 738,8 milhões, alta de 17,6% na comparação anual, e prejuízo de R$ 20,1 milhões, revertendo lucro de R$ 18,5 milhões. ***(AM)***

Transição energética une empresas de diferentes setores

ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR



Ramos (esq.), Koga e Formigoni dizem que objetivo é ter solução completa

Ambiente

Kariny Leal
Do Rio

A alemã Siemens se juntou às consultorias Arcadis e Clean Energy Latin America (CELA) para promover soluções a empresas que queiram desenvolver projetos em transição energética. Atendendo demandas desde a viabilidade financeira, captação de recursos até a infraestrutura e softwares, as companhias pretendem dar suporte a iniciativas voltadas para frentes como hidrogênio verde e outras energias limpas.

A parceria começou em julho e tem como primeiro projeto uma iniciativa de hidrogênio verde. O objetivo é que as três companhias participem de todo o desenho dos projetos para os clientes, da primeira à última etapa, disseram os executivos da Siemens, Arcadis e CELA ao **Valor**.

"Existe uma complementaridade nos enfoques de cada empresa, desde o surgimento do projeto até o fornecimento de tecnologias", disse Fábio Koga, diretor de eletrificação e automação da Siemens. Na visão do executivo, o formato é inédito: "A Siemens participa de várias discussões de projetos grandes no exterior que tem uma escala de cerca de 10% do que estamos discutindo dentro dessa parceria em complexos de hidrogênio verde, por exemplo. O potencial brasileiro em relação à disponibilidade de recursos renováveis é maior do que se tentarmos fazer uma unidade equivalente na Europa."

Alguns projetos focados em transição energética enfrentam entraves no Brasil. O hidrogênio de baixa emissão não tinha regulação própria até 2 de agosto, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o marco legal.

A parceria busca especialmente clientes de setores que têm dificuldade de reduzir a emissão de gases de efeito estufa, como mineração, transporte e data center, que consome grande volume de energia.

Em 2023, a Siemens investiu globalmente € 6,2 bilhões em pesquisa e desenvolvimento, o equivalente a 8% do faturamento da companhia: "Isso mostra o empenho em estar à frente de projetos inovadores. Os clientes vão se beneficiar desses investimentos", diz Koga.

Os valores pagos pelos clientes que contratam as soluções podem variar a depender da dimensão do projeto e dos objetivos. Um projeto de hidrogênio verde, por exemplo, pode estar na faixa de US$ 1 bilhão a US$ 5 bilhões.

A butique de investimentos CELA, que presta assessoria financeira e consultoria estratégica a empresas e investidores em transição energética na América Latina, atua mais na criação do projeto, avaliando se existe viabilidade financeira e na tomada de decisão do investimento, além de auxiliar na captação de recursos.

> **8%**
> **da receita é aplicada em P&D na Siemens**

"Existe um potencial de expandir a produção de energia renovável para descarbonizar setores industriais", disse Camila Ramos, presidente da CELA. "O setor de fertilizantes é um exemplo de demanda, uma vez que o Brasil importa a maior parte do que consome. O Brasil tem um diferencial na transição energética como um todo pelo potencial de geração."

Karin Formigoni, diretora-presidente da holandesa Arcadis, afirma que a parte da consultoria dentro do projeto é o desenvolvimento, como etapas relacionadas a licenciamento ambiental e sustentabilidade. "De maneira conjunta, conseguimos oferecer uma solução completa para o cliente", disse. "Alguns dos clientes que atuam no Brasil têm operações fora, então existe o potencial de apoiarmos projetos em outras localidades."

Curtas

MRV&Co tem prejuízo

A MRV&Co fechou o segundo trimestre com R$ 71,3 milhões de prejuízo líquido atribuível aos controladores, revertendo lucro de R$ 181,1 milhões no mesmo período de 2023. O resultado é o consolidado da área de incorporação, que reúne as marcas MRV e Sensia, e das subsidiárias Urba (loteamentos), Luggo (construção de residenciais para locação) e Resia (construção de residenciais para locação nos EUA). Já o lucro líquido ajustado foi de R$ 29,3 milhões, revertendo prejuízo de R$ 20,3 milhões. O indicador não contabiliza a recompra de ações da MRV e a marcação a mercado de swap de dívidas. Foram R$ 2,3 bilhões de receita líquida, alta de 25%. A margem bruta ficou em 26,4%, alta de 4,2 pontos. A dívida líquida da operação brasileira caiu 23%, para R$ 2,6 bilhões. Já a dívida da Resia subiu 68%, para R$ 3,6 bilhões. Na operação brasileira, a relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido ficou em 45,3%, recuo de 18,9 pontos. O mesmo indicador na Resia foi de 188,5%, alta de 52,3 pontos. Na soma da divisão de incorporação e das subsidiárias nacionais, a MRV queimou R$ 73,5 milhões em caixa. Na Resia, a queima foi de R$ 370 milhões. A incorporação nacional da MRV teve recorde de vendas, de R$ 2,5 bilhões, alta de 14%. Os lançamentos subiram 73,7%, para R$ 2,2 bilhões.

Lucro da Direcional sobe

A incorporadora Direcional registrou lucro de R$ 146,2 milhões no segundo trimestre, alta de 40% em relação a um ano antes. No mesmo período, a receita atingiu o recorde de R$ 844,2 milhões, expansão de 39,4%. O valor geral de vendas (VGV) lançado chegou a R$ 1,2 bilhão, alta de 9,9%. As vendas líquidas somaram R$ 1,26 bilhão, alta de 71,7%. Os distratos avançaram 45%, para R$ 99 milhões. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) chegou a R$ 200 milhões, alta de 36,4%. No trimestre, a Direcional registrou resultado financeiro positivo de R$ 3,5 milhões, ante negativo de R$ 1,1 milhão um ano antes.

Prejuízo na Quero-Quero

A varejista de material de construção Quero-Quero reportou no segundo trimestre prejuízo líquido de R$ 56,4 milhões, ante prejuízo de R$ 5,9 milhões no mesmo período de 2023. A receita líquida subiu 13,9%, para R$ 638,3 milhões. A margem bruta atingiu 34,7%, alta de 1,1 ponto. O resultado financeiro foi um prejuízo de R$ 53,7 milhões, ante prejuízo de R$ 29,2 milhões. De abril a junho, houve alta de 10,3% no indicador de vendas nas mesmas lojas, ante queda de 6,4% há um ano. O crescimento total de vendas foi de 12,8%. A base de lojas cresceu 4,3% em um ano, para 562 unidades — dez lojas foram abertas no trimestre.

Índice Abramat cresce

O faturamento da indústria de material de construção cresceu 5% em julho, na comparação com o mesmo mês de 2023. Em relação a junho deste ano, a alta é de 1%. Os dados são do índice Abramat, elaborado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) para a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção. De janeiro a julho, o faturamento subiu 3,5%. "A retomada de investimentos em infraestrutura e na construção civil podem acelerar ainda mais esta positividade", afirmou Rodrigo Navarro, presidente da Abramat, em nota. A entidade prevê encerrar 2024 com alta de 3% no faturamento, ante queda de 2,1% em 2023.

Prejuízo da Azul

A companhia aérea Azul fechou o segundo trimestre com prejuízo líquido de R$ 3,8 bilhões, revertendo os ganhos de R$ 23,9 milhões de igual trimestre do ano anterior. Esse foi o maior prejuízo da empresa em quatro anos, segundo levantamento do Valor Pro. No geral, os resultados foram influenciados pela depreciação do real contra o dólar. Já a crise no Rio Grande do Sul e atraso na entrega de aviões levaram o grupo a cortar projeções. O balanço foi mal recebido pelo mercado e as ações caíram 11,95%, para R$ 7. No trimestre a empresa registrou receita operacional de R$ 4,2 bilhões, 2,3% abaixo do registrado um ano antes.

Saneamento Concessão prevê obras de R$ 8,6 bi; projeto será revisto e fica para setembro, diz governo

Leilão no Piauí é adiado por falta de proposta

Taís Hirata
De São Paulo

O leilão de saneamento do governo do Piauí, que estava marcado para quarta-feira (14), não recebeu propostas e foi adiado, segundo fontes que acompanham o processo. A concessão previa em torno de R$ 8,6 bilhões de investimentos para a universalização dos serviços de água e esgoto.

O projeto também exigia o pagamento de uma outorga mínima de R$ 1 bilhão, que teria que ser desembolsada antes da assinatura do contrato pelo vencedor. Para pessoas a par do processo, esse foi o principal problema. Pela regra do edital, a disputa se daria por um critério híbrido, que combinaria um desconto sobre a tarifa cobrada dos usuários e a possibilidade de um ágio sobre a outorga — porém, o R$ 1 bilhão seria um pagamento obrigatório.

A avaliação de grupos que estudaram o edital é que o valor ficou alto demais, considerando que teria que ser pago de uma só vez, antes da assinatura — o que também gerava risco —, e que o volume de obras exigido seria elevado. Atores do setor observam que, em geral, as concessões que demandam outorga preveem um desembolso em etapas.

Ao menos dois grandes grupos chegaram a avaliar a licitação: Aegea e Iguá. Porém, segundo fontes, nenhuma oferta foi entregue na última sexta-feira (9), data em que as propostas seriam recebidas na sede da B3, em São Paulo.

O governo do Piauí anunciou que a licitação será adiada para setembro e disse que a decisão se deve a "adequações que serão feitas no edital, em função dos questionamentos recebidos". Questionada sobre a ausência de ofertas, a gestão não quis comentar.

O projeto, que prevê prazo de 35 anos, inclui todos os 224 municípios do Estado, mas três cidades que já têm concessões — Teresina (operada pela Aegea) e os municípios de Landri Sales e Antonio Almeida — ficarão de fora e serão incorporados apenas ao término dos contratos vigentes.

> Exigência de outorga de R$ 1 bi antes do contrato afastou ofertas, dizem fontes

Nos últimos dias, a Aegea tentou impugnar o edital e apresentou diversas críticas ao projeto, mas teve os pleitos negados. O principal questionamento se refere à outorga de R$ 1 bilhão. A empresa questionou a cobrança elevada do pagamento, citando o fato de que o projeto optou por postergar a universalização dos serviços de água esgoto para 2040, em vez de definir o prazo para 2033. A empresa também apontou que o edital prevê aumento de tarifa de até 16,2% e disse, em seu pedido de impugnação, que o modelo "prestigia o pagamento de outorga à vista em detrimento de um desconto real na estrutura tarifária" e que isso pode ser um entrave para o financiamento de bancos federais.

Outro questionamento apresentado pela Aegea se refere a uma falta de informações relativas a obras de saneamento que estão sendo realizadas pelo poder público, que teriam que ser mais bem detalhadas no estudo. Além disso, houve críticas aos critérios de reajuste das tarifas.

Segundo fontes, os temores da Aegea foram compartilhadas por outros grupos do setor.

Para Ewerton Henriques, sócio da SH Consultoria, a ausência de propostas não foi uma surpresa. "A leitura do mercado é que seria um processo complicado devido à assunção de riscos e à outorga elevada na cabeça. O mercado já esperava uma competitividade baixa ou um leilão deserto."

Procuradas, Aegea e Iguá não quiseram comentar.

Além do leilão do governo do Piauí, o mercado de saneamento básico aguarda outra grande licitação nas próximas semanas, da concessão em Sergipe. A licitação, que está sendo estruturada pelo BNDES, foi marcada para o dia 4 de setembro. O contrato prevê cerca de R$ 6,3 bilhões de investimentos para a universalização.

Investimento de teles cai em termos reais no 1º tri

Conectividade

Rodrigo Carro
De São Paulo

Após reforço nos investimentos no período de 2020 a 2022, as operadoras de telecomunicações desaceleraram seus desembolsos no primeiro trimestre deste ano, conforme indica levantamento do sindicato Conexis Brasil Digital. Entre janeiro e março, os investimentos totalizaram R$ 7,6 bilhões, o que representa — em termos nominais — alta de 2,7% na comparação com o mesmo período de 2023. Só que em termos reais, descontada a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o investimento das operadoras encolheu 1,3% na mesma base de comparação.

Depois de alcançarem R$ 9,6 bilhões em valores reais no primeiro trimestre de 2021, os investimentos das operadoras caíram para R$ 8,9 bilhões em igual período de 2022 e para R$ 7,7 bilhões um ano depois (janeiro a março de 2023).

"Os investimentos vêm voltando aos níveis históricos", resume Marcos Ferrari, presidente-executivo do Conexis Digital Brasil, sindicato que reúne as maiores operadoras do país. Ferrari explica que o aumento da demanda por serviços de telecomunicações durante a pandemia, somada ao lançamento comercial do 5G no país em 2022, alavancou os investimentos nos últimos anos.

Na esteira desses desembolsos, a receita gerada pelos serviços de banda larga fixa saltou de R$ 13,6 bilhões no primeiro trimestre de 2020 para R$ 22,7 bilhões nos três primeiros meses de 2024, expansão de 67% em termos nominais. No mesmo período, a receita de telefonia móvel teve expansão nominal de 21,7%.

Entre janeiro e março de 2024, o faturamento das empresas com serviços de banda larga cresceu quase 7% na comparação com igual trimestre do ano anterior. O percentual é menor que o verificado entre o primeiro trimestre de 2023 e o mesmo período do ano anterior: alta de 17%.

Na telefonia móvel, o total de antenas 5G instaladas no país somava 23.088 ao fim de março, acréscimo de aproximadamente dez mil unidades ao longo de um ano. "Eram cerca de 13 mil no fim do primeiro trimestre de 2023", compara o presidente-executivo do Conexis.

Ao todo, o número de antenas de telefonia móvel no país, considerando não só a 5G, chegou a 98 mil em março, avanço de quase 11% em termos anuais. O número de antenas no país já foi maior. Em março de 2021, eram 103,2 mil, mas Ferrari lembra que nesse meio tempo ocorreu a venda da Oi Móvel e a posterior consolidação da rede da operadora, adquirida por Claro, TIM Brasil e Vivo.

Apesar da expansão da banda larga fixa e do aumento da cobertura 5G, a receita bruta do setor de telecomunicações continua em queda, descontada a inflação. No primeiro trimestre deste ano, o faturamento total alcançou R$ 69,8 bilhões, retração de 1,4% ante igual período de 2023, em valores reais. A comparação com o mesmo período de 2022, 2021 e 2020 também mostra quedas sequenciais no faturamento.

"Essa queda de faturamento em nível nacional não reflete o que vemos nas empresas listadas na bolsa", ressalta Leonardo Olmos, diretor-executivo do UBS e analista de telecomunicações, mídia e tecnologia responsável por América Latina. "Temos visto crescimento de 5% a 10% nas grandes 'telcos' e maior de 10% nas operadoras regionais. Acreditamos que elas vão continuar crescendo acima da inflação em 2025", acrescentou.

Na visão de Olmos, a queda de faturamento do setor pode estar ligada a subsegmentos de telecomunicações, como talvez o de torres, e não necessariamente a serviços de conectividade.

ROGERIO VIEIRA/VALOR



"Havia no país pouco mais de 23 mil antenas 5G no fim de março" *Marcos Ferrari*

O MUNDO MUDOU
AUTO ESPORTE
NEGÓCIOS
QUAL O SEGREDO?
GLOBO RURAL
FUTURO DA LARANJA
Empresas & Negócios
O PAÍS DAS FINTECHS
ENTENDA O FUTURO DA MOBILIDADE, DO TRABALHO, DO EMPREENDEDORISMO E DO AGRO. GARANTA JÁ SEU EXEMPLAR E FAÇA PARTE DAS COMUNIDADES MAIS CONECTADAS COM O MUNDO DIGITAL.
AGOSTO 2024
NAS BANCAS
NO SITE
NO APP GLOBO+
OS NEGÓCIOS TAMBÉM

INÊS 249

Rede social Advertências mentirosas incluem desastres naturais e difamação pela cantora Taylor Swift

TikTok envia alertas com notícias falsas

Stephanie Stacey
Financial Times, de Londres

O TikTok tem enviado informações enganosas e imprecisas, no estilo de alerta de notícias, aos telefones dos usuários, como uma advertência sobre um desastre ocorrido semanas antes e afirmações falsas sobre Taylor Swift, o que intensifica os temores sobre o aumento da desinformação na popular plataforma de compartilhamento de vídeos.

Entre os alertas vistos pelo “Financial Times” havia um identificado como “URGENTE”, sobre um tsunami no Japão que foi publicado no fim de janeiro, três semanas após um terremoto ter ocorrido.

Outras notificações declaravam falsamente que “Taylor Swift Cancelou Todas as Datas da Turnê no [Estado] que Ela Chamou de ‘Flórida Racista’” e chamavam a atenção para uma “suspensão” de cinco anos para um jogador de beisebol nos Estados Unidos, algo que havia se originado como uma brincadeira do dia da mentira.

PEXELS POR PIXABAY



Para pesquisadores, formato visa elevar engajamento, mas pode tornar usuários menos críticos sobre a veracidade do conteúdo e mais sujeitos à desinformação

As notificações, que às vezes contêm resumos de publicações feitas por usuários, aparecem na tela no estilo de um alerta de notícias. Segundo pesquisadores, esse formato, que costuma ser usado para aumentar o engajamento e inclui recomendações personalizadas de vídeos, pode tornar os usuários menos críticos quanto à veracidade do conteúdo e mais suscetíveis à desinformação.

“As notificações têm essa imagem adicional de autoridade”, disse Laura Edelson, pesquisadora da Universidade Northeastern, em Boston. “Quando você recebe uma notificação sobre algo, muitas vezes se presume que é algo que passou por uma curadoria da plataforma e não apenas algo aleatório do seu ‘feed’.

“Plataformas de relacionamento social on-line, como TikTok, X e Meta, estão cada vez mais sob holofotes para que policiem suas plataformas, em especial em um ano de grandes eleições nacionais, como a de novembro nos Estados Unidos. A ascensão da inteligência artificial (IA) se soma a essa pressão, uma vez que a tecnologia evolui a passos acelerados e torna mais rápido e fácil espalhar a desinformação, inclusive por meio de conteúdos sintéticos, como os “deepfakes”.

O TikTok, que tem mais de 1 bilhão de usuários no mundo, prometeu diversas vezes intensificar os esforços para combater a desinformação em resposta à pressão de autoridades pelo mundo, como as do Reino Unido e da União Europeia. Em maio, a plataforma de compartilhamento de vídeos se comprometeu a se tornar a primeira grande plataforma social on-line a colocar de forma automática avisos indicando que alguns dos conteúdos são gerados por IA.

A afirmação falsa sobre o cancelamento da turnê de Swift na Flórida, que também circulou no X, repetia um artigo publicado em maio no jornal satírico “The Dunning-Kruger Times”, embora a publicação no TikTok não o tenha identificado diretamente como tal nem colocado seu link.

Pelo menos 20 pessoas disseram em um tópico de comentários terem clicado na notificação e sido redirecionadas a um vídeo no TikTok repetindo a afirmação, embora não seguissem a conta. Pelo menos uma pessoa no tópico disse ter pensado, de início, que a notificação “era um artigo noticioso”.

Swift ainda tem três shows marcados em Miami em outubro e não chamou publicamente a Flórida de “racista”.

Outra notificação afirmava incorretamente que um arremessador japonês do time Los Angeles Dodgers havia sido suspenso da MLB, a liga profissional de beisebol dos EUA: “Shohei Ohtani foi BANIDO da MLB por cinco anos após ser investigado por apostas [...]”.

As palavras correspondiam diretamente à descrição de uma publicação feita como uma brincadeira de 1º de abril. Dezenas de pessoas que comentaram o vídeo original, no entanto, relataram ter recebido alertas a respeito cerca de duas semanas depois. Vários disseram ter acreditado de início, até verificarem outras fontes.

Usuários também relataram ter recebido notificações que pareciam conter atualizações de notícias, mas que foram geradas semanas após o evento em questão.

Um usuário recebeu um alerta em 23 de janeiro que dizia: “URGENTE: Um alerta de tsunami foi emitido no Japão após um grande terremoto”. A notificação parecia se referir a um alerta de desastre natural divulgado mais de três semanas antes, após um terremoto atingir a península de Noto, no Japão, na virada do ano.

O TikTok comunicou ter removido as notificações específicas apontadas pelo “FT”.

Os alertas parecem extrair automaticamente as descrições das publicações que vêm tendo, ou provavelmente terão, altos níveis de engajamento no aplicativo de vídeos pertencente à chinesa ByteDance, segundo pesquisadores. Eles parecem ser personalizados para o interesse dos usuários, de forma que cada alerta provavelmente é limitado a um pequeno grupo de pessoas.

“Pela maneira como esses alertas são posicionados, pode parecer que é a plataforma falando diretamente com [os usuários] e não apenas” algum usuário que fez uma publicação, disse Kaitlyn Regehr, professora associada de humanidades digitais na Universidade College London.

O TikTok não quis revelar como o aplicativo determina quais vídeos promover por meio de notificações, mas o grande volume de recomendações de conteúdo personalizado só pode ser “gerado por algoritmos”, disse Dani Madrid-Morales, colíder do Disinformation Research Cluster, da Universidade de Sheffield.

Edelson, que também é codiretora da iniciativa Cybersecurity for Democracy, sugeriu que um algoritmo responsável por notificações poderia ser orientado para usar fontes confiáveis, como autoridades ou usuários verificados. “A questão é: Eles estão escolhendo algo de alto tráfego de uma fonte com autoridade?”, ponderou. “Ou isso é apenas algo para [ganhar] alto tráfego?” ***(Colaboraram Hannah Murphy, em San Francisco, e Cristina Criddle, em Londres)***

Os 10 países que mais usam o TikTok
Brasil é o 3º com mais usuários (milhões de pessoas/2024)

País	Usuários
Indonésia	127,5
Estados Unidos	121,52
Brasil	101,8
México	77,93
Vietnã	69,67
Paquistão	59,63
Federação Russa	58,22
Tailândia	53,43
Filipinas	48,03
Bangladesh	39,79
Turquia	38,4
Arábia Saudita	35,93

1,56 bilhão
É o número global de usuários do TikTok acima de 18 anos

€ 345 milhões
Valor da multa aplicada ao TikTok pela Comissão de Proteção de Dados da Irlanda

Fonte: Statista, ByteDance e Comissão de Proteção de Dados da União Europeia

Brasil é o terceiro maior mercado da plataforma

De São Paulo

O Brasil conta com a terceira maior base de usuários do TikTok no mundo, com 101,8 milhões de pessoas conectadas à plataforma de vídeos em abril, segundo dados da empresa de pesquisas alemã Statista. Em primeiro lugar está a Indonésia, com 127,5 milhões de usuários, seguida pelos Estados Unidos (121,5 milhões).

A plataforma de vídeos da ByteDance é a quarta mais acessada pelos brasileiros conectados com idade entre 16 e 64 anos. Mensalmente, 65,1% acessam o TikTok, segundo disseram à pesquisa “Digital 2024”, de janeiro. Os dados são compilados anualmente pela plataforma DataReportal, da consultoria Kepios, em parceria com as empresas We Are Social e Meltwater.

Globalmente, o TikTok conta com uma audiência de 1,56 bilhão de pessoas com idade a partir de 18 anos, segundo dados da ByteDance. Em 2023, o TikTok informava alcançar 1,05 bilhão de pessoas.

À frente do TikTok estão as três plataformas da Meta: o aplicativo WhatsApp, em primeiro, acessado por 93,4% dos brasileiros, seguido pelas redes sociais Instagram e Facebook, com 91,2% e 83,3% dos acessos mensais no país, respectivamente.

Segundo a própria ByteDance, o TikTok contava com 98,6 milhões de usuários no Brasil em janeiro, um avanço de mais de 16 milhões de pessoas em relação à base de 82,2 milhões um ano antes, destaca o “Digital 2024”.

Os dados da ByteDance consideram pessoas conectadas com idade acima de 18 anos. Na prática, entretanto, a presença de perfis e usuários menores de idade no TikTok foi motivo de uma nota técnica da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) à ByteDance, em agosto de 2023, pedindo melhor verificação de perfis pela rede social. Na Europa, o TikTok foi multado em € 345 milhões, em setembro, pela Comissão de Proteção de Dados da Irlanda, por falhar na proteção de menores. ***(DB)***

Curtas

Rebeca Andrade e os fãs

Maior medalhista olímpica da história do Brasil, a ginasta Rebeca Andrade lidera o ranking de atletas que conquistaram maior número de seguidores no Instagram durante os Jogos Olímpicos de Paris 2024. O crescimento foi de 284%, com 7,9 milhões de novos fãs, de acordo com dados divulgados pela BR Media. Com isso, Andrade superou a marca de 11 milhões de seguidores. A maior adversária de Andrade no esporte, a americana Simone Biles, ficou em segundo lugar na lista de atletas com crescimento de seguidores na rede social durante o período, com 3,4 milhões de novos fãs. Ela soma, atualmente, 12,5 milhões de seguidores no Instagram.

Destaque nacional

Apesar de figurar em 20º lugar no quadro de medalhas conquistadas durante os Jogos Olímpicos de Paris 2024, o Brasil se destacou nas redes sociais no maior evento esportivo do mundo. Com um aumento de 10% no investimento do Comitê Olímpico do Brasil (COB) na área de marketing, em comparação à edição de Tóquio 2020, a entidade informou que os perfis do Time Brasil no Instagram, TikTok, Facebook e X publicaram mais de 4 mil posts durante os dias de 26 de julho a 11 de agosto, e registraram um aumento de 42% no número de seguidores, somando 2,5 milhões de seguidores.

Marca chinesa de celular, Honor pesquisa o mercado local

Estratégia

Daniela Braun
De São Paulo

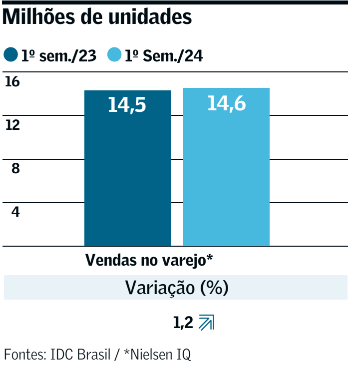
A fabricante chinesa de eletroeletrônicos Honor, uma das líderes em vendas de celulares na China, ensaia uma estreia no disputado mercado brasileiro de celulares, para abrir espaço entre marcas que lideram o mercado como Samsung, Motorola, Apple e as conterrâneas chinesas Xiaomi, Infinix, Realme e, mais recentemente, a Oppo.

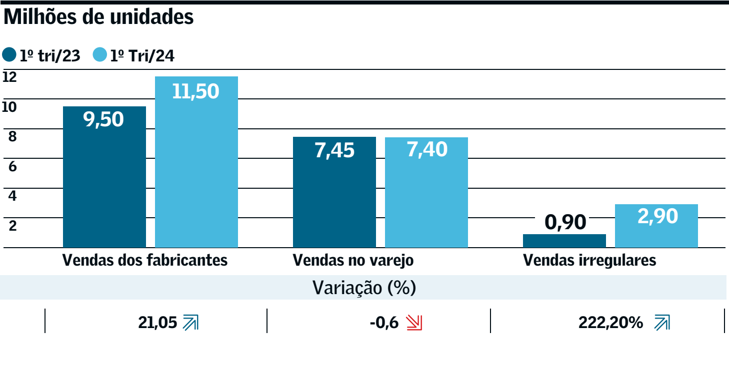
“Estamos estudado o consumidor e o ambiente do Brasil, mas ainda não iniciamos negócios no país”, disse um porta-voz da empresa ao **Valor**. “Vamos esperar a hora certa.”

O momento é de recuperação das vendas de celulares no Brasil. As 14,5 milhões de unidades vendidas no varejo no primeiro semestre representam alta de 1,2% ante a primeira metade de 2023, segundo a consultoria Nielsen IQ. No primeiro trimestre foram vendidas 7,4 milhões de unidades no varejo.

As vendas trimestrais dos fabricantes para distribuidores e varejistas, por sua vez, somaram 11,5 milhões de unidades no país, entre janeiro e março, alta de 21% em base anual, segundo os dados mais recentes da consultoria IDC Brasil.

Vendas de celulares
Aparelhos vendidos no varejo, por fabricantes e mercado irregular no Brasil





Fontes: IDC Brasil / *Nielsen IQ

Apesar do avanço das vendas, o mercado brasileiro é considerado saturado, elevando o desafio para entrantes pouco conhecidos. “É um mercado que cresce por substituição de celulares quebrados ou ultrapassados”, alerta o diretor de pesquisas da consultoria IDC na America Latina, Reinaldo Sakis. “Geralmente, o consumidor tende a trocar o aparelho por uma marca que já usa, então não ter uma marca conhecida é uma desvantagem”.

Para se estabelecer no país, a Honor terá que fazer um investimento pesado em construção de marca. Criada em 2013 como uma divisão da gigante Huawei, a empresa foi vendida em 2020, após o embargo aos produtos chineses pela gestão Trump. Quem comprou foi o consórcio Shenzhen Zhixin Technology Co., Ltd., que tem subsídios do governo chinês.

No fim de julho, a empresa realizou um evento em São Paulo para apresentar um celular com tela dobrável a jornalistas e influenciadores, mas a data de chegada ao país não está confirmada. A estratégia, segundo o porta-voz, é se aproximar de formadores de opinião para tornar a marca conhecida pelo brasileiro, antes da estreia.

> “O consumidor tende a trocar o aparelho por uma marca que já usa
> *Reinaldo Sakis*

A Honor argumenta que seu diferencial é alta tecnologia e uma linha de modelos enxuta, “para não confundir o consumidor”. No entanto, para se diferenciar aos olhos do brasileiro, entre as opções de smartphones com sistema operacional Android à venda, a empresa tem que preparar um investimento significativo, de médio e longo prazo, em construção de marca no Brasil, observa o diretor de atendimento de Tecnologia e Bens Duráveis da consultoria Nielsen IQ GfKBrasil, Ricardo Moura.

“Considerando que mais de 60% das vendas de smartphones são presenciais, a marca precisa firmar acordos com varejistas para ter espaço em prateleira, contratar promotores nas lojas, ter acordos com operadoras, entre outras ações”, cita o especialista. “É um jogo difícil, que requer consistência. Sem consideração de marca, a empresa não gera vendas”.

A Honor não deixou claro se pretende fabricar aparelhos localmente, se ingressar no Brasil. “Vamos sempre operar de acordo com as regras e os padrões locais do mercado”, disse o porta-voz.

Atualmente, a Honor vende seus aparelhos fabricados em Shenzhen, na China, em vizinhos latino-americanos do Brasil, incluindo o México, onde a empresa possui escritório, Chile, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Uruguai e Paraguai.

Por aqui, as principais marcas do mercado possuem fábricas próprias ou parcerias de manufatura local. As exceções são aparelhos da Xiaomi e Realme.

O avanço das vendas ilegais de celulares é outra barreira para entrantes no mercado brasileiro. No primeiro trimestre, foram vendidos 2,9 milhões de celulares sem recolhimento de impostos no país, informa a consultoria IDC. O volume representou 25% das vendas totais de 11,5 milhões de unidades entre janeiro e março. No primeiro trimestre de 2023, os 900 mil aparelhos irregulares representaram 9,5% das vendas totais (9,5 milhões de unidades).

Balanço Ganho líquido foi de R$ 145,6 milhões no segundo trimestre; estratégia de diversificação assegurou elevação do resultado, diz a empresa

Mesmo com queda de preços, lucro da 3Tentos cresce 89%

Fernanda Pressinott
De São Paulo

A diretoria da 3tentos sempre diz que a empresa atua em todo o ecossistema do agronegócio e que a diversificação de atividades traz bons resultados. Foi o que se viu no segundo trimestre. Em um cenário de queda dos preços das commodities, que reduziu o apetite dos produtores por insumos, a companhia gaúcha fechou o intervalo de abril a junho com lucro líquido de R$ 145,64 milhões, um resultado 89,3% maior que o do mesmo período de 2023.

Na mesma base de comparação, o lucro antes de taxas, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) subiu 648,6%, para R$ 400,5 milhões, e a margem Ebitda teve um aumento de 11,3 pontos percentuais, para 14,3%. A receita líquida, por sua vez, cresceu 58,9%, para R$ 2,8 bilhões. No primeiro semestre, o lucro líquido cresceu 67,6%, o Ebitda, 46%, e a receita, 53,6%.

"O agronegócio é feito de ciclos. Sabendo disso, diversificamos as linhas de atuação e chegamos à maturidade dos negócios", disse ao **Valor** Luiz Osório Dumoncel, o CEO da empresa. Ele acrescentou que cada uma das áreas de atuação — indústria, originação de grãos e insumos — responde por 33,3% do faturamento. Com esses resultados, a companhia revisou para cima suas projeções para este ano para originação de soja e produção de farelo e biodiesel.

Na área de grãos, a crescimento da safra de soja no Rio Grande do Sul em 2023/24 e o aumento da participação da empresa em Mato Grosso fizeram a originação de soja crescer 172% no segundo trimestre em relação ao mesmo período de 2023. Os volumes de milho e trigo caíram 48% e 5,2%, respectivamente, mas a 3tentos espera que haja uma compensação nos próximos trimestres, com a chegada da safrinha em Mato Grosso e início da colheita de trigo no Rio Grande do Sul.

> "Diversificamos e chegamos à maturidade dos negócios"
> *Luiz Dumoncel*

Segundo Dumoncel, a 3tentos já começou a inaugurar centros para recebimento de grãos na BR-158, na região de Alto Araguaia, próximo onde será instalada a indústria de processamento de milho para etanol da companhia, em Porto Alegre do Norte. Sobre essa construção, ele informou que, até 30 de junho, os desembolsos foram de R$ 128 milhões.

Na área de indústria, a produção de biodiesel da 3tentos cresceu 110% no segundo trimestre e 109% no primeiro semestre, enquanto a produção de farelo aumentou 117% no trimestre e 114% no semestre.

Em razão dos investimentos nas três unidades de produção e da alta demanda, a 3tentos elevou de 427 mil metros cúbicos para 490 mil as estimativas de produção de biodiesel para 2024. A projeção para farelo passou de 1,43 milhão de toneladas para 1,53 milhão.

A área de insumos da companhia foi a única em que o desempenho caiu trimestre — o volume de comercialização de sementes recuou 49% no segundo trimestre e 44% no primeiro semestre. No caso de fertilizantes, as vendas recuaram 17% no trimestre e 9% no semestre, enquanto o volume de defensivos caiu 4% no trimestre e 59% no semestre.


DIVULGAÇÃO
Luiz Osório Dumoncel, da 3tentos: originação de grãos, insumos e indústria têm pesos idênticos na receita da empresa

"Se levarmos em consideração apenas os preços dos insumos, eles caíram 20% de um ano a outro. Além disso, com os impactos climáticos e a queda dos preços das commodities, os produtores têm postergado a decisão de compra para o último momento e estudado talhão a talhão", disse Dumoncel. "Mas as demais áreas de atuação da 3tentos compensaram as perdas em insumos".

Apesar da retração no balanço, ele acredita que as vendas de insumos vão se recuperar no segundo semestre, quando o produtor não poderá mais adiar a aquisição dos produtos. "Já temos uma carteira de pedidos robusta para a soja, cujo plantio começa nos próximos meses", afirmou. Em torno de 30% das vendas da 3tentos ocorre no modelo de barter.

O executivo acrescentou que, além de manter os projetos de expansão, a 3tentos vai acentuar os investimentos na TentosCap, seu braço financeiro, que pode ser o quarto pilar de faturamento no futuro. "Em vez de buscar um parceiro, preferimos aos poucos desenvolver essa vertente que vai assessorar o produtor e manter mais um vínculo entre ele e a 3tentos", explicou Dumoncel. A TentosCap oferece assessoria financeira, capital de giro, seguro rural e cartão de crédito, entre outros serviços.

Resultado líquido da São Martinho teve baixa de 51,7%

Nayara Figueiredo
De São Paulo

A companhia de açúcar e etanol São Martinho teve lucro líquido de R$ 106,3 milhões no primeiro trimestre da safra 2024/25 de cana, um resultado 51,7% menor do que o do mesmo período do ciclo anterior. O recuo, segundo a empresa, deveu-se a efeitos não caixa, uma vez que o desempenho operacional foi positivo.

Um desses efeitos não caixa foi a variação no preço do ativo biológico. De acordo com o CEO da companhia, Fabio Venturelli, trata-se de um cálculo contábil que indica quanto vale o canavial que está no campo. No primeiro trimestre da safra passada, os preços do açúcar deram impulso a esse valor. "No primeiro trimestre do ano [safra] passado, foi uma 'mais valia' muito expressiva no ativo biológico", afirmou o executivo.

Felipe Vicchiato, diretor financeiro da São Martinho, acrescentou que outro efeito não caixa que afetou o lucro foi a marcação a mercado do swap de dívidas. "A gente tem algumas operações em que captamos [recursos] no mercado, em debêntures, e tivemos impacto principalmente de uma variação muito grande na taxa de juros", disse.

Por outro lado, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado da companhia teve um aumento de 20,7% no primeiro trimestre da safra, para R$ 672,3 milhões.

Nos três primeiros meses da temporada, a receita líquida da São Martinho cresceu 22,3% em relação ao mesmo período de 2023, para R$ 1,65 bilhão. "A safra andou bem, todas as unidades que processaram cana produziram suas metas, em etanol e açúcar, com preços melhores. Nossa planta de etanol de milho ainda diluía os custos dos estoques de passagem de milho, mas operacionalmente foi muito bem", disse Venturelli.

O processamento de cana da empresa cresceu 16,6% no primeiro trimestre do ciclo 2024/25, para 8,85 milhões de toneladas, sendo 5,79 milhões de cana própria e o restante, de terceiros. Na mesma linha, a produtividade média do período cresceu 11,8%, para 91,7 toneladas por hectare.

Apesar do mix de produção mais alcooleiro, uma característica da São Martinho, a produção de açúcar avançou 26,4% no período, para 535,4 mil toneladas. A fabricação total de etanol (de milho e cana) subiu 17,2% e alcançou 393,7 mil metros cúbicos.

O biocombustível do milho representou 50,8 mil metros cúbicos no trimestre, mas foi o que mais cresceu: o volume de produção aumentou 37,2%.

Na avaliação de Felipe Vicchiato, o destaque nos próximos trimestres será justamente a operação de etanol de milho. "Vai ter custo menor, volume de vendas de DDGS [coproduto] maior e mais consumo de etanol", estimou o executivo. Com o recuo dos preços do milho, espera-se redução de custo.

"Os níveis de consumo de etano estão bastante relevantes", acrescentou o CEO da São Martinho.

Uma preocupação para o segmento sucroenergético como um todo é a ocorrência do fenômeno climático La Niña, que deixou o inverno ainda mais seco no Centro-Sul do Brasil. "Já sabíamos que essa virada aconteceria. Trabalhamos por dois anos na seleção de variedades [de cana-de-açúcar], ajuste das rotinas e da colheita, e operacionalmente não estamos prevendo impactos sobre a empresa. Mas a indústria, no geral, perdeu produtividade", afirmou Venturelli.

BemAgro recebe aporte de Suzano e Atvos

Agro 4.0

Marcos Fantin
De São Paulo

A BemAgro, startup que utiliza Inteligência Artificial (IA) para transformar dados em informações que ajudam na tomada de decisões nas propriedades, concluiu uma rodada de investimentos de R$ 15 milhões com a participação da Suzano, maior fabricante de celulose do mundo, e da Atvos, uma das maiores produtoras de biocombustíveis do Brasil.

A captação é a segunda de 2024, depois de um investimento em fevereiro de R$ 10,2 milhões, liderado pela CNH, com a participação da Rural Ventures, MMAgro e Agroven.

De acordo com Johann Coelho, CEO da BemAgro, houve uma extensão da rodada de aportes devido à procura por parte de novos investidores.

Além dos aportes recebidos, a agtech totaliza R$ 35 milhões em contratos comerciais com a CNH e Atvos, número que deve crescer com a finalização de projetos desenvolvidos em conjunto com a Suzano para o setor florestal. "Isso trouxe os players que, além do aporte financeiro, já utilizam nossas tecnologias", disse Coelho. Sem informar valores, ele projetou que o faturamento da companhia deve triplicar este ano em relação a 2023.

A agtech tem 400 clientes ativos distribuídos em onze países e com os novos aportes — financeiro e mercadológico —, a meta é ambiciosa. "Em sete anos, temos o objetivo claro de atingir 10 milhões de hectares sob gestão", disse. Hoje são cerca de dois milhões de hectares monitorados.

Na avaliação de Coelho, com os três grandes players, líderes em diferentes setores do agronegócio, no capital da BemAgro, o novo ciclo será de geração de novas receitas e investimentos. Os aportes, disse, devem ser destinados a inteligência artificial e visão computacional para monitorar lavouras com drones, tratores e satélites.


DIVULGAÇÃO

> "Em sete anos, temos o objetivo de atingir 10 milhões de hectares sob gestão"
> *Johann Coelho*

Esse é o primeiro investimento da Suzano em uma agtech brasileira e o sétimo no mundo. A companhia viu na BemAgro a oportunidade de utilização da tecnologia de drones na silvicultura, segundo Álvaro Gomez Rodriguez, gerente da Suzano Ventures, braço de investimento em startups da gigante de celulose.

"Além do dinheiro, vamos levar a BemAgro para perto do ecossistema da Suzano, com especialistas na silvicultura, e acessar as nossas áreas de plantio para treinamento e visibilidade", afirmou Rodriguez.

Já a Atvos enxergou no aporte na BemAgro uma forma de ajudar a acelerar sua transformação digital. Alexandre Maganhato, diretor de tecnologia da companhia produtora de etanol, afirmou que, depois que o fundo Mubadala adquiriu 10% das ações da Atvos, a empresa voltou a fazer investimentos.

Segundo o executivo, essa é a segunda startup investida, e há mais cinco em negociação. "Só vamos investir em empresas que acelerem nossa transformação digital", afirmou.

Maganhato avalia que a Atvos é capaz de dar volume ao portfólio de serviços da BemAgro, uma vez que já são o maior cliente do setor sucroalcooleiro.

A BemAgro será uma plataforma de dados para a Atvos, disse o diretor, com informações sobre todos os sistemas agronômicos da empresa, como por exemplo o controle de plantio e o mapeamento de talhões. "A gente quer discutir com a BemAgro e os sócios que aportaram [recursos] um plano de negócio mais amplo para levar a discussão a outro patamar", acrescentou.

A tecnologia desenvolvida pela BemAgro cria 180 cenários possíveis, que são capazes de reduzir em cerca de 80% o uso de defensivos e em 25% o número de manobras com maquinário no campo, segundo Johann Coelho. Além disso, permite aumentar entre 5% e 10% o número de plantas na mesma área.

valor.com.br

Balanço
Terra Santa fecha 2º trimestre com perdas

A Terra Santa fechou o segundo trimestre com prejuízo líquido de R$ 694 mil — um ano antes, tivera lucro líquido de R$ 5,4 milhões. O desempenho foi afetado pela receita de arrendamento menor devido à queda nos preços da soja e por perdas com derivativos em função do câmbio.

valor.com.br/agro

Dívidas no RS
Governo vai ampliar prazo de suspensão

O governo federal vai oficializar nesta semana a extensão do prazo de suspensão da cobrança de parcelas de crédito rural de produtores gaúchos até 16 de setembro. Atualmente,, a cobrança das parcelas de financiamentos dos produtores está suspensa até 15 de agosto.

valor.com.br/agro

Valor ECONÔMICO
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

INÊS 249

Mercado Temor com os impactos das baixas temperaturas nos cafezais levou os contratos a subirem 3,6% ; Alta Mogiana Paulista e Cerrado Mineiro foram afetados

Geada no Brasil faz o preço do café arábica ter forte alta na bolsa de NY

Isadora Camargo, Paulo Santos e Cibelle Bouças
De São Paulo e Belo Horizonte

A formação de geadas em áreas produtoras de café arábica do Brasil fez os preços futuros da commodity fecharem com forte alta ontem na bolsa de Nova York. Como o Brasil é o maior produtor mundial de arábica, o risco de as lavouras serem prejudicadas pelas geadas estressou o mercado, o que levou os contratos com vencimento em dezembro, os mais negociados atualmente, a subiram 3,60%, para US$ 2,3855 a libra-peso.

As baixas temperaturas da madrugada de domingo e de segunda-feira atingiram regiões cafeeiras importantes, segundo relatos de produtores. Houve formação de geadas no Cerrado Mineiro e na Alta Mogiana paulista.

Em Pedregulho (SP), município que faz parte da Alta Mogiana, áreas do cafezal do produtor Marco Pagliaroni foram afetadas pelas geadas. "Só com o tempo para avaliarmos quanto teremos que sacrificar das lavouras, depois de uma forte seca e um susto de geada", disse ao **Valor**.

De acordo com Pagliaroni, é difícil estimar perdas, mas ele calcula que cerca de 50 hectares de café foram afetados com queima das folhagens, condição que pode causar a morte da planta e a consequente perda de produção na próxima safra, a 2025/26.

"Esses hectares que sofreram com a geada da madrugada eram os mesmos que passaram pela última [geada] de 2021 e que tínhamos acabado de recuperar. Em dez anos, houve três geadas que afetaram a mesma área. Isso faz com que repensemos se vamos continuar plantando café naquele lugar ou não", afirmou.

Vicente Zotti, analista do mercado de café da Pine Agronegócios, afirmou que as geadas dos últimos dias afetaram especialmente as áreas de baixada, que são as mais suscetíveis ao fenômeno climático.

"Não dá para falar que a geada atingiu 1% do parque cafeeiro, mas para quem teve a área afetada o cenário atual é péssimo", afirmou Zotti, acrescentando que a última vez que o frio extremo atingiu os cafezais em agosto foi em 1978, ano em que o fenômeno ficou conhecido como 'geada negra' e dizimou plantas em áreas do Paraná.

O diretor executivo da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, Juliano Tarabal, confirmou a ocorrência de geada em áreas de baixada do Cerrado Mineiro. Ele disse que houve registro de geadas pontuais em municípios como Rio Paranaíba, Patrocínio, Araxá, Ibiá e Indianópolis. "Foram casos de geada na madrugada de sábado para domingo e de domingo para segunda-feira. Mas foram casos isolados, nada que assuste ou tenha proporção mais elevada", afirmou Tarabal.

Segundo ele, embora não haja registro de folhagem queimada em cafeeiros, a geada pode ter impacto na formação dos botões florais. "É cedo ainda para calcular o impacto. A frente fria está projetada até terça-feira [hoje]. Temos mais uma noite para acompanhar", afirmou.

A Rural Clima alerta para possíveis novas geadas em regiões cafeeiras do sul de Minas Gerais e de São Paulo. "O tempo está mais aberto e a perda de radiação solar está alta. Com isso, há possibilidade de geadas mais amplas amanhã [hoje]", disse Marco Antônio Santos, da Rural Clima.

Na Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé), os técnicos agrícolas estão em campo no momento, levantando eventuais perdas, mas "em princípio não há nada que aponte alguma gravidade", informou a cooperativa, em nota.

Em meio a um cenário de apreensão com o frio extremo em áreas cafeeiras, Vicente Zotti, da Pine, afirmou que o sul de Minas, principal região produtora de arábica do país, até o momento, não foi prejudicado pelas baixas temperaturas, conforme relatos colhidos por ele com cafeicultores e cooperativas.

As previsões de frio são um combustível para novas altas do grão em Nova York, mas caso elas não se confirmem, o mercado pode tomar uma direção contrária, observou Zotti. "Se não tivermos formação de geada em áreas de baixada até sexta-feira [16] podemos ver em Nova York uma devolução dessa alta causada por todo esse prêmio de risco".

ARQUIVO PESSOAL/MARCO PAGLIARONI



Lavoura de café atingida por geada em Pedregulho, na Alta Mogiana paulista

Clima no Brasil
Preços futuros* do café em NY (em centavos de US$/libra-peso)



Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data. * Segunda posição

Embarque do grão cresceu 26%

Gabriella Weiss
De São Paulo

O Brasil exportou 3,774 milhões de sacas de café de 60 quilos no mês passado, uma alta de 25,7% em comparação com julho de 2023, quando foram embarcadas 3 milhões de sacas, segundo o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé).

No acumulado de janeiro a julho, as exportações totalizaram 28,1 milhões de sacas, um recorde para o período e 46,3% acima de igual intervalo de 2023.

Os embarques da espécie canéfora (conilon e robusta) tiveram alta de 82,2% sobre 2023, somando 900.818 sacas. O avanço no mercado reflete, sobretudo, a menor oferta dos principais concorrentes, como Vietnã e Indonésia segundo Márcio Ferreira, presidente do Cecafé.

No caso do arábica, houve alta de 13% na exportação, para 2,491 milhões de sacas. As vendas externas de café solúvel subiram 26%, para 376.524 sacas, e as de torrado e moído 47%, para 5.552 sacas.

De acordo com o Cecafé, as exportações em julho geraram receita de US$ 932,5 milhões, um avanço de 47,9% em relação ao mesmo mês de 2023. A receita acumulada de janeiro a julho foi de US$ 6,277 bilhões, um aumento de 50%.

46,3%
foi a alta nos embarques até julho

Na rota da soja, assentados cultivam hortas e agrofloresta

Diário de Bordo

Mariana Grilli
Para o Valor, de Cláudia (MT) e Castelo dos Sonhos (PA)

Entre os municípios de Sinop e Cláudia, em Mato Grosso, uma estrada de terra saindo da BR-163 leva ao Assentamento 12 de Outubro. Cercada por um dos grandes polos produtores de soja do país, a comunidade rural tem algumas casas de madeira, um posto de saúde e uma escola, ambos bem simples.

Embora seja uma área reconhecida pelo governo federal como Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), a realidade é que a especulação imobiliária e o passivo ambiental, deixado por garimpos, madeireiras e desmatamentos ilegais, pressionam a hortifruticultura.

Mas mesmo diante da descrença de produtores do entorno, o agricultor Calixto Crispim dos Reis garante um cultivo livre de agrotóxicos. Na horta no fundo de casa, ele e a esposa Alessandra Siqueira da Costa plantam legumes, verduras e frutas. Ela é presidente da Coopervia, cooperativa que faz a comercialização dos hortifrútis para Sinop — município que se tornou sinônimo da soja no Mato Grosso. "Atendemos pessoas que querem consumir esse alimento orgânico, do campo à mesa", afirma Calixto.

Enquanto mais de 123 mil hectares foram plantados apenas com soja na safra 2023/24 em Sinop, segundo o Instituto de Defesa Agropecuária do estado (Indea-MT), boa parte da hortaliça dos mercados do município é comprada de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, conforme relata o agricultor, que também é pedagogo.

"Não dá para competir com o preço. Procuramos os mercados para colocar nosso produto, mas nesses Estados o clima favorece muito, lá se produz monocultivo de hortaliça", diz. A uma distância de 50 quilômetros do comércio e em face ao lucro do mercado sobre o produtor, o custo-benefício é apertado.

Uma das alternativas para ter outras fontes de receita é investir na construção de uma agroindústria para o beneficiamento da castanha, a fabricação das polpas de frutas e a farinha de mandioca. Trabalho que a Coopervia pretende começar no próximo ano, segundo Alessandra Siqueira.

"Também pretendemos atender mais as pessoas da região com o PAA [Programa de Aquisição de Alimentos] e o PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar]", afirma.

As políticas têm o papel de garantir a venda dos produtos e a renda constante. Somente na Escola Florestan Fernandes, são 150 crianças e adolescentes, que fazem de duas a três refeições de segunda a sexta-feira. Atualmente, no entanto, sem o PNAE, a alimentação é majoritariamente ultraprocessada, mesmo com a horta ali perto.

No Assentamento Brasília, considerado um PDS no distrito de Castelo dos Sonhos, no Pará, a regularização fundiária é aguardada há cerca de 20 anos. Enquanto isso não acontece, produtores como Marcio Silva de Quadros se mantêm da renda de feijão verde, pepino, melancia e pimenta, sem conseguir acessar financiamento para melhorias na produção.

"Eu faço irrigação, porque a seca aqui dura seis meses e não temos como manter a renda se não for assim, mas é um custo alto", ele afirma. Os equipamentos tiveram que ser custeados com financiamento na taxa Selic. Se houvesse o reconhecimento das terras, Marcio e os outros produtores poderiam acessar o Pronaf, o programa para a agricultura familiar, que tem taxas de juros mais baixas.

Cada lote do assentamento tem 20 hectares produtivos e é nesse espaço que Mariana Rodrigues administra uma agrofloresta. Sem financiamento público, ela conseguiu acessar recursos do Sicredi e do Fundo Dema, entre outros, para plantio de cacau, melancia, pequi do Xingu, banana, além de uma criação de galinhas e frangos.

Ela observa que o PDS é uma modalidade de assentamento com responsabilidade ambiental, por isso não faz sentido haver monocultura ou criação de gado. "Queremos mostrar que é possível ter uma atividade rentável em poucos hectares, mas falta a regularização fundiária para acessar as políticas públicas e incentivar essa diversidade", diz.

FERNANDO MARTINHO/VALOR



Calixto Crispim e Alessandra Siqueira Costa na estufa onde cultivam produtos orgânicos em assentamento em MT



PATROCÍNIO



Balanço
Lucro líquido da 3tentos cresceu quase 90% no segundo trimestre
B7

INÊS 249

Balanço
C6 Bank, de Philippe Katz, amplia lucro no trimestre e tem rentabilidade elevada C3



Regulação
BC e CVM apostam na inovação para aumentar a concorrência C6

Política monetária
Galípolo reforça mensagem dura do Banco Central e mexe com juros C2

Travelex Bank
SEU BANCO PARA TRANSAÇÕES INTERNACIONAIS.
travelexbank.com.br
(11) 3004-0490

Finanças

Instituições financeiras Pesquisa da Futura Inteligência mostra novato digital ganhando a preferência fora do eixo Rio-São Paulo

Nubank desafia Caixa em rincões dos grandes bancos

Adriana Cotias
De São Paulo

Fora do eixo Rio-São Paulo, no top 5 dos bancos mais utilizados nas capitais estão Caixa, Banco do Brasil, Bradesco e Itaú, instituições que em décadas construíram sua capilaridade via redes de agências e correspondentes bancários. Mas nesse rol já aparece um novato no setor, o Nubank, nativo digital sem presença física e que vem ganhando a preferência dos consumidores de serviços financeiros. Já é o banco mais bem avaliado em Aracaju (SE), Goiânia (GO) e Vitória (ES). A marca mais lembrada — em sete das 12 capitais— é, porém, a Caixa, que é também a instituição mais usada em dez delas.

Em Manaus (AM), o Nubank aparece como o banco principal (21,8%), com a Caixa na sequência (20,2%). Em Belém (PA), com 19,5%, e, em Brasília, com 19,9%, o Nubank fica em segundo lugar, com a instituição pública mencionada por 22,5% da população. No extremo Norte, em Boa Vista (RR), o BB lidera (25,6%), bem como em Florianópolis (SC), com 25,7%.

Esse recorte faz parte do projeto 100% Cidades, elaborado pela Futura Inteligência em parceria com a plataforma de investimentos e serviços financeiros Apex Partners. O objetivo é estudar os maiores municípios brasileiros saindo dos bolsões de riqueza tradicionais do Sudeste. Nessa etapa, foram entrevistadas 5,3 mil pessoas no Centro-Oeste e 4,4 mil nas capitais. O mapa inclui ainda Curitiba (PR), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Goiânia (GO) e Salvador (BA).

"Chama a atenção que, em termos de utilização, em três capitais o Nubank tem empate técnico com a Caixa, inclusive em Brasília, centro do funcionalismo público", diz Rafael Andaku, sócio e diretor de pesquisa da Apex, um dos autores do estudo. "Há uma tendência de crescimento de 'market share', um fenômeno novo que já coloca o banco como o melhor avaliado."

Numa escala de 0 a 10, tanto nas capitais (8,75) quanto nas demais cidades do Centro-Oeste (8,82), o Nubank recebeu a nota mais alta. O Itaú Unibanco aparece como a segunda melhor pontuação, com 8,50 no Centro-Oeste e 8,44 nas capitais, próximo de BB, com 8,40 e 8,48, respectivamente.

Enquanto a população geral tem pouca exposição a produtos e serviços financeiros — investimentos, financiamentos e assessoria —, alcance maior aparece entre pessoas com renda acima de dez salários mínimos. Nas capitais, 65,2% das pessoas de alta renda possuem investimentos, 31,7% relatam ter algum tipo de financiamento e 27,3% contam com aconselhamento. Esses indicadores caem, respectivamente, para 25,3%, 16,5% e 6,1% quando se analisa a amostra como um todo.

Quase três quartos da população consomem os serviços financeiros de forma on-line, sendo 73,2% nas cidades do Centro-Oeste e 74,7% nas capitais, entre pessoas com até 44 anos, ensino superior e renda acima de dois salários mínimos. O banco mais utilizado por esse perfil é o Nubank (22,5% nas capitais e 22,9% no Centro-Oeste).

Quem usa a Caixa — perfil típico acima de 45 anos, com ensino fundamental e renda de até um salário mínimo — prefere a agência física (41,1% no Centro-Oeste e 40,7% nas capitais). Seus correntistas tendem a usar mais o dinheiro em espécie (29,5% no Centro-Oeste e 27,4% nas capitais), enquanto os do Nubank têm uma proporção de uso do Pix superior, de 71,4% e 75,3%, respectivamente.

"Pode ser tanto pela facilidade de uso do app quanto pelo fato de explorar outras formas de crédito, além do cartão, isso ajuda o Nubank a ter uma boa avaliação", afirma Andaku. "Entre o público jovem e mais escolarizado, ele já é líder. Talvez o público de renda mais alta, quando envelhecer, tenha boas chances de continuar a ser cliente no futuro."

Ter nascido com a ambição de "colocar uma instituição financeira no bolso das pessoas" proporcionou ao Nubank uma série de vantagens num ambiente cada vez mais digital. Foi assim que conquistou alcance nacional, sem barreiras geográficas, segundo Franklin Maia, diretor do segmento de varejo no Brasil da instituição.

"As regiões fora do eixo Rio-São Paulo representam um terreno fértil para o Nubank, especialmente porque muitas dessas áreas podem ter acesso menos amplo aos serviços financeiros tradicionais ou enfrentam dificuldades nas interações com redes físicas de agências, como no caso de localizações afastadas de centros urbanos", diz Maia. Não há um direcionamento para crescer em regiões específicas, mas sim desenvolver soluções e um portfólio diversificado para atender o cliente não importa onde ele esteja.

O executivo diz não perceber demanda específica por uma rede física e que o atendimento de qualidade, eficiente e humano independe dessa presença. O suporte pelos canais digitais precisa ser acessível, de qualquer lugar e a qualquer hora, diz.

Operadora de programas como o Bolsa Família, o seguro desemprego e o pagamento do FGTS, a Caixa tem presença física em 98,7% dos municípios brasileiros, e presta atendimento itinerante com 11 caminhões e duas agências-barco, chegando a populações ribeirinhas da Ilha do Marajó e do Amazonas. Tem ainda parceria com os Correios em localidades mais isoladas e em grandes cidades. Apesar da capilaridade, está "num movimento robusto de transformação digital", convergindo toda a rede de canais com novas ferramentas, segundo Carlos Vieira, presidente da instituição.

> "Há uma tendência de crescimento de 'market share', um fenômeno que já coloca o banco como o melhor avaliado"
> *Rafael Andaku*

"O banco é parceiro da população não só para inclusão financeira. Também está ao lado do cidadão para a bancarização e a inclusão digital", diz Vieira, citando a recém-lançada conta para o microempreendedor individual (MEI), com abertura 100% digital pelo aplicativo Caixa Tem.

Os beneficiários do Bolsa Família, continua, dispõem de cartão de débito físico e virtual para realizar transações no comércio, saques e pagamento de contas também via app. É uma abordagem que busca oferecer "jornadas cada vez mais personalizadas e partindo da premissa que a escolha do canal é do cliente", diz.

Com o programa "Pé de Meia", do governo federal para incentivar jovens a concluírem o ensino médio, a Caixa ganhou um empurrão para rejuvenescer a base. Nessa faixa, a jornada é 100% digital. "Apoiamos milhões de estudantes, damos um passo fundamental para diminuir a evasão escolar e, ao mesmo tempo, promovemos a conscientização e educação financeira dos alunos", diz Vieira.

Já o BB, embora seja a marca financeira mais lembrada em quatro das 12 capitais avaliadas, aparece como o banco mais usado somente em duas. No cômputo geral é o terceiro. Fica atrás do Nubank, mas à frente de Itaú e Bradesco.

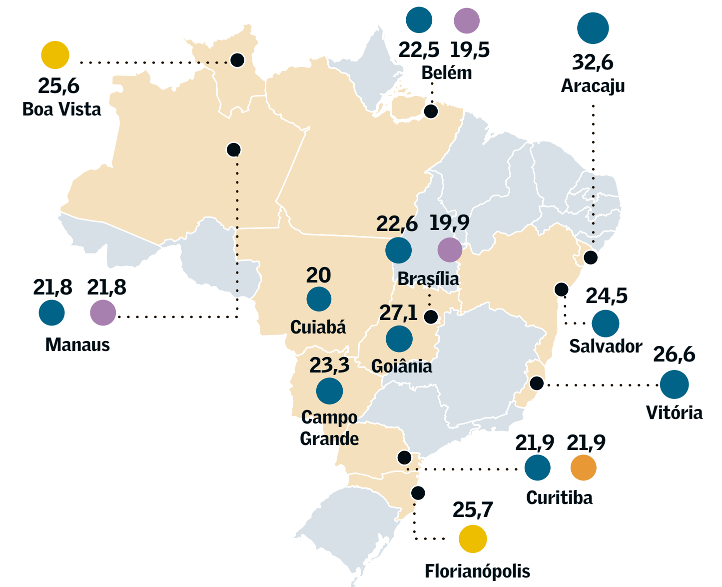
"Somos um banco global com atuação regionalizada. Isso quer dizer que, mesmo tendo ampla capilaridade no país, presente em cerca de 93% dos municípios, ainda temos como foco um atendimento personalizado de acordo com as características e necessidades de cada praça", diz Larissa Novais, diretora de clientes do BB.

Com uma rede que conta com 53 mil pontos de atendimento, entre agências próprias (4,2 mil) e parceiros, a executiva diz que o banco trabalha na convergência entre o físico e o digital. "Não é novidade que a sociedade pede por um atendimento resolutivo e ágil por meios tecnológicos", diz. "Mas o atendimento humano é insubstituível, seja presencialmente, seja por meio de canais digitais. Acreditamos na estratégia figital."

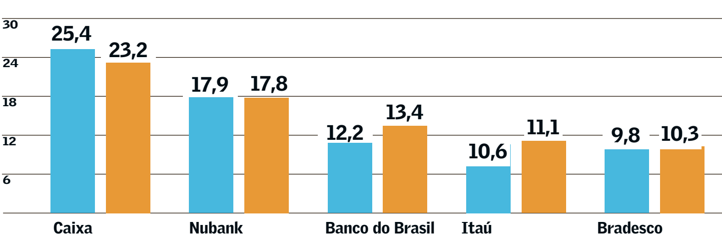
Uma vitrine disso, cita, foi a inauguração, no fim de março, de um novo modelo de agência bancária, no centro histórico do Recife (PE), o Ponto BB (.BB). No espaço, as pessoas são recebidas pelo robô Ana e têm acesso a cabines virtuais de atendimento. É um local também para o banco realizar parcerias com empreendedores, incentivando a economia local. Torna-se uma experiência que vai além do serviço bancário tradicional, diz Novais.

"No .BB o cliente pode, por exemplo, fazer um aluguel de celular por assinatura, comprar produtos da Livelo, ou realizar compras de varejistas parceiros, por meio do shopping BB", diz. "Com isso, já verificamos aumento na satisfação do cliente e incremento de abertura de novas contas."

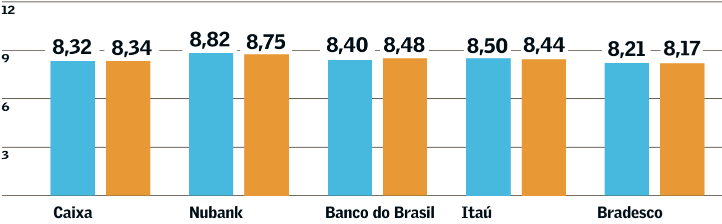
Novo personagem nos mercados regionais
Instituições financeiras mais usadas



Top 5 dos bancos mais utilizados



A nota que o cliente dá a cada banco
"Em uma escala de 0 a 10, como você avalia os serviços do banco?"



Produtos e serviços financeiros mais usados

Tipo de Investimento	% Centro-Oeste	% Capitais
Renda Fixa	35,4	21,7
Poupança	27,4	45,4
Bolsa	22,4	9,9
Consórcio	19,9	13,7
Investimento imobiliário	19,2	20,5
Criptomoedas	18,3	31,0
Fundos de Investimento	15,2	20,0
Previdência Privada	14,2	15,3
Seguro	11,3	23,6
Outros	5,4	5,0

Fonte: Futura Inteligência/Apex Partners

Poupança, renda fixa, 'cripto' e seguros são destaque

De São Paulo

Poupança (45,4%), investimentos em renda fixa (21,7%), criptomoedas (31%) e seguros (23,6%) são os produtos financeiros mais populares em capitais fora do Sudeste, segundo pesquisa da Futura Inteligência em parceria com a Apex Partners. O perfil é de pessoas com renda acima de 10 salários mínimos, em sua maioria homens, na faixa entre 35 e 39 anos, com ensino superior completo.

Nas cidades do Centro-Oeste, renda fixa (35,4%), bolsa (22,4%) e consórcios (19,9%) aparecem como destaque. Investimentos imobiliários têm a preferência de 20,5% dos entrevistados nas capitais e de 19,2% nas cidades do Centro-Oeste.

O mapeamento faz parte do projeto 100% Cidades que busca radiografar os principais municípios brasileiros. A última rodada contemplou entrevistas em cidades como Anápolis, Aparecida de Goiânia (GO); Dourados (MS); Rondonópolis e Várzea Grande (MT) e as capitais Brasília (DF), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Goiânia (GO), Aracaju (SE), Belém (PA), Boa Vista (RR), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Manaus (AM), Salvador (BA) e Vitória (ES).

"Chama a atenção que nas capitais, apesar da rentabilidade [menor], a poupança lidere", diz Rafael Andaku, sócio e diretor de pesquisa da Apex, um dos autores do estudo. "Lógico que tem o benefício da segurança, mas em tese o CDB também teria." Curiosamente, é nas capitais também que os investidores demonstram uma maior exposição aos criptoativos.

Embora os pesquisadores não tenham feito a abertura de preferência de investimentos por instituição financeira, a presença física da Caixa na ponta da poupança e o avanço pela via digital do Nubank nos mercados regionais podem explicar esses extremos na régua de risco.

Segundo Franklin Maia, diretor-geral do segmento de varejo no Brasil do neobanco, a plataforma "cripto" registrou um crescimento de 1.500% no volume de transações entre março de 2023 e março de 2024. O investimento por meio das chamadas "caixinhas", que sintetizam objetivos financeiros, quadruplicou no ano passado, para R$ 25 bilhões. "As caixinhas têm servido como porta de entrada para investimentos, com 70% dos investidores regulares iniciando por elas."

Para o perfil de alta renda, na segmentação "Ultravioleta" que tem buscado cativar, o Nubank vem oferecendo CDBs com taxas superiores e fundos de investimentos exclusivos.

Como mostram os dados do projeto 100% Cidades, o Nubank tem conseguido capturar o público de maior renda, os jovens e pretende continuar a expandir a sua oferta de investimentos. Uma das inovações previstas é a construção de uma "assistente pessoal" na sua "Money Platform", com tecnologia de ponta e que será capaz de "dar recomendações imparciais e personalizadas para todos", segundo Maia.

Na Caixa, os investimentos da pessoa física somam cerca de R$ 600 bilhões no conjunto e a caderneta segue como um produto importante para a estratégia negocial do banco, segundo o presidente Carlos Vieira. "Para atender os investidores brasileiros, em toda sua diversidade sociodemográfica, atuamos com estratégia de distribuição de investimentos com assessoria financeira por meio de nossos gerentes."

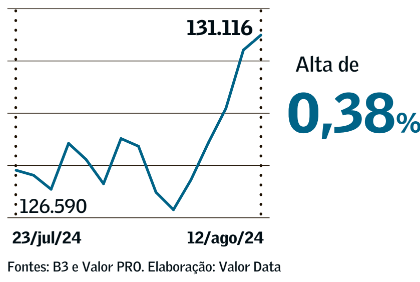
No Banco do Brasil, a combinação de atendimento físico com digital também busca endereçar todos os perfis em diferentes regiões na oferta de investimentos, segundo a diretora de clientes Larissa Novais. "Acreditamos na diversificação como caminho para buscar uma melhor relação risco retorno e por isso temos implementado diversas estratégias que colocam um portfólio completo e sofisticado ao alcance de todos os investidores", diz. "Nossa assessoria está preparada para entender o perfil, necessidades e objetivos dos nossos clientes, apresentando estratégias customizadas e otimizadas", afirma ela.

A executiva cita que o banco zerou a taxa de corretagem na negociação digital de renda variável e que a "Estratégia Radar" sinaliza oportunidades de entrada e saída em bolsa. Investir no Tesouro Direto via WhatsApp virou realidade recente para os clientes do BB. A instituição também publica desde 2019 suas carteiras sugeridas de alocação nas diversas classes de ativos, conteúdo que pode ser acessado por clientes e não clientes.

O Itaú, um dos bancos bem avaliados na pesquisa da Futura Inteligência/Apex nos mercados regionais mapeados, escreve em nota que no segmento de pessoas físicas, oferece "a estrutura de assessoria de investimentos dos escritórios Íon, com 29 unidades distribuídas em 14 Estados, atendendo a mais de 600 mil clientes. Para os clientes de alta renda, que igualmente valorizam os canais digitais e o atendimento humano, inauguramos no último ano 17 espaços físicos em todo o país, sendo 12 agências e cinco Investment Centers do Itaú Personnalité". *(AC)*

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos



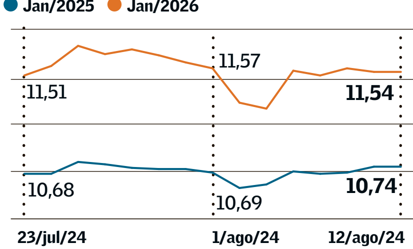
Alta de **0,38%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

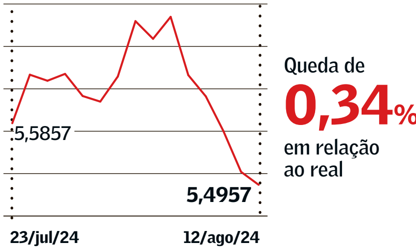
Bolsas internacionais
Variações no dia 12/ago24 - em %

Dow Jones	-0,36
S&P 500	0,00
Euronext 100	0,14
DAX	0,02
CAC-40	-0,26
Nikkei-225	Feriado
SSE Composite	-0,14

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

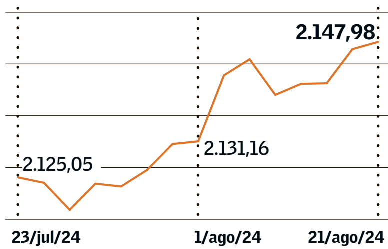


Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Queda de **0,34%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Mercados Tensão com possível conflito no Oriente Médio limitou queda do dólar, mas impulsionou bolsa pelas ações da Petrobras

Juros futuros avançam com Galípolo e alta do petróleo

Victor Rezende, Arthur Cagliari, Maria Fernanda Salinet e Gabriel Caldeira
De São Paulo

A manutenção de um tom conservador ("hawkish") pelo diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, na sessão de ontem, alimentou mais a sensação entre participantes do mercado de que o BC pode retomar o ciclo de aperto de juros caso seja necessário. Isso deu suporte para que as taxas futuras abandonassem um movimento de queda observado no início da sessão e passassem a avançar. A alta também recebeu apoio da valorização dos preços do petróleo, diante da perspectiva de possíveis ataques do Irã a Israel.

No fim dos negócios de segunda-feira, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 avançava de 10,745% no ajuste anterior para 10,765% e a do contrato para janeiro de 2027 passava de 11,555% para 11,56%.

O mercado até esboçou um movimento de retirada de prêmios de risco da curva de juros ao longo do dia, mas não sustentou o viés de baixa das taxas. Durante a tarde, a piora no humor no exterior, diante da escalada das tensões no Oriente Médio, e os sinais mais conservadores emitidos por Galípolo provocaram forte ajuste nas taxas futuras, que, na maioria dos vértices, abandonaram quedas de mais 0,1 ponto percentual e passaram a subir.

Os preços do petróleo, com o barril do Brent novamente acima de US$ 80, deram apoio à incorporação de prêmios ao longo da curva, especialmente nos trechos mais curtos, em um movimento que também coincidiu com novas falas duras adotadas por Galípolo em evento da Warren Investimentos. "Soou 'hawk' [duro] e a curva 'andou', mesmo sem grandes novidades. Está bem claro que a chance de uma alta de juros está sobre a mesa", afirma um gestor de renda fixa em condição de anonimato.

Desde a semana passada, a possibilidade de alta da Selic ganha adeptos tanto entre aqueles que já preveem algum ajuste ainda neste ano, como Itaú Asset, Legacy Capital, Novus Capital e JGP e Reag Investimentos, quanto em algumas casas que acreditam que o BC só será forçado a promover algum ajuste na Selic em 2025 — casos da Apex Capital e da Kinea Investimentos.

11,56% foi a taxa do DI para janeiro de 2027 no fim da sessão

Ontem, foi a vez de a Oriz Partners se juntar ao primeiro grupo, ao projetar quatro elevações de 0,25 ponto percentual, com início já na reunião de setembro, o que levaria a Selic a 11,25% em dezembro e a 11,5% no início do próximo ano. "Essa subida de tom [na ata do Copom] nos faz acreditar que o mais provável, em setembro, é que tenhamos um ajuste de 0,25 ponto na Selic", diz o economista-chefe da Oriz Partners, Marcos De Marchi.

"[Galípolo] fez afirmações bastante incisivas na semana passada", diz o economista. Para o profissional da Oriz, as sinalizações da ata e as falas recentes "bastante duras" do diretor do BC "sugerem que, dadas as condições correntes — expectativas desancoradas, câmbio pressionado e, principalmente, hiato do produto fechado, ou seja, economia operando acima do potencial —, o quadro já demandaria um aperto de juros em breve".

Se de fato o BC voltar a aumentar os juros, o real pode receber suporte adicional para a recuperação que vem registrando nas últimas sessões, segundo avaliação do diretor de tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt. "Mas não acredito que isso venha ocorrer. Se segurar a Selic em 10,50% já é bem restritivo", diz. "Ainda mais considerando que agora o mundo inteiro está cortando as taxas. O México cortou os juros na semana passada; os Estados Unidos provavelmente vão cortar três vezes até o final do ano."

Ontem, o dólar à vista registrou a quinta sessão consecutiva de depreciação contra o real, ao cair 0,34% e terminar o pregão a cotado a R$ 5,4957. Operadores avaliam que a queda do dólar poderia ter sido ainda maior, caso não houvesse o temor com um possível conflito no Oriente Médio. Apesar de limitar o movimento do câmbio, a preocupação com a questão geopolítica fortaleceu o petróleo, beneficiando as ações da Petrobras e impulsionando a bolsa brasileira. O Ibovespa, assim, teve alta de 0,38%, fechando aos 131.116 pontos.

Sem gatilhos macroeconômicos no exterior, a expectativa pelas leituras de julho dos índices americanos de preços dominou as mesas. Após dados fracos do mercado de trabalho dos Estados Unidos elevarem a precificação por um início mais agressivo do ciclo de corte de juros do Federal Reserve, os agentes esperam agora dados de inflação para avaliar uma flexibilização contundente.

Autoridades do Copom minimizam ajuda do Fed

Análise

Alex Ribeiro
De São Paulo

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e o campeão das apostas para sucedê-lo no cargo, Gabriel Galípolo, minimizaram ontem a possível ajuda que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) poderá dar ao Brasil com o início do seu ciclo de corte de juros.

Por que isso é importante: o Comitê de Política Monetária (Copom) disse que vai acompanhar a evolução dos dados até a sua próxima reunião, em setembro, para decidir se mantém ou sobe os juros, e a política monetária americana é um dos principais fatores que analistas do mercados dizem que podem ajudar a ter juros menores no Brasil.

Em um evento pela manhã na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV/EESP), Campos Neto disse que cortes mais agressivos nos juros americanos dependeriam de uma recessão, algo que por enquanto não está claro.

"Chegou, em algum momento, a precificar um 'front load' , ou seja, cortar mais na frente, mais do que 25 pontos-base", disse Campos Neto. "Para que isso aconteça, teria que ter alguma coisa que de fato sinalizasse uma recessão. Não parece ser o que o Fed está indicando."

Galípolo, diretor de política monetária do Banco Central, foi na mesma linha que Campos Neto, procurando esfriar um pouco as esperanças de que a política monetária nos Estados Unidos possa ajudar o Brasil, levando a uma apreciação do real.

"Boa parte das expectativas sobre cortes da política monetária americana podem estar no preço. É preciso relembrar disso", afirmou. Para ele, portanto, uma eventual concretização dos cortes de juros pode não representar, necessariamente, uma mudança no cenário para o Brasil.

O Copom se reuniu pela última vez em fins de julho, antes das notícias mais recentes sobre a fragilidade da atividade econômica nos Estados Unidos que alimentaram receios do mercado sobre uma possível recessão.

A ata dessa reunião diz que o cenário central do Copom pressupõe desaceleração dos EUA e o início de flexibilização. "Vislumbra-se um cenário de redução gradual da inflação e da atividade e um início cauteloso da flexibilização monetária", afirma o documento, que foi divulgado na semana passada,

Galípolo chegou a dizer que, dependendo de como ocorrer, uma desaceleração mais forte da economia americana poderia ter um efeito negativo, e não apenas positivo, como grande parte do mercado acredita. "Você pode ter um processo de desaceleração tão abrupta que pode chegar a um momento de aversão a risco e acabar sendo ainda pior para países emergentes", disse, em evento da Warren Investimentos.

Galípolo voltou a falar que o Copom está olhando mais coisas na sua decisão do que o dólar e citou, em especial, o aquecimento da economia e a alta inflação do setor de serviços. Alguns analistas acreditam que a estratégia do BC seja aproveitar eventuais ganhos de ventos externos, sem baixar a guarda na política monetária, para fazer as expectativas convegirem à meta de inflação.

Taxas dos Treasuries devem resistir a ceder

Eduardo Magossi
De São Paulo

Mesmo que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) realize cortes agressivos nos juros dos EUA, os rendimentos dos Treasuries podem não acompanhar o mesmo ritmo de queda, principalmente os de longo prazo, segundo analistas. Inflação resiliente, falta de clareza das políticas dos bancos centrais, tensões geopolíticas, crescimento da dívida pública são alguns dos motivos citados para a manutenção dos retornos em níveis elevados.

Benjamin Schroeder, estrategista do ING, avalia que o rendimento de T-Note de 10 anos parece estar um pouco elevado girando em torno de 4% em relação ao nível de 3,6% do início da semana passada em reação ao forte aumento do desemprego, considerando as perspectivas de cortes mais agressivos nos juros pelo Fed. "Porém, não está. Há razões para validar rendimentos mais elevados no futuro. No curto prazo, as taxas podem cair devido a oscilações de risco. Mas não há muito espaço no sentido estrutural para taxas muito baixas em um horizonte maior de tempo", disse.

Nos últimos doze meses, o retorno de 10 anos saiu de 4,01% para 3,997% no fechamento de ontem. Já o de 2 anos caiu de 4,80% para 4,01% e o de 30 anos subiu de 4,17% para 4,22%, o Wells Fargo. Schroeder diz que, à primeira vista, os mercados parecem estar se acalmando, mas as medidas de volatilidade seguem altas e podem impactar os retornos. "Com o crescimento aparentemente desacelerando, os juros vão cair, mas o ritmo potencial da flexibilização dos bancos centrais segue incerto."

Para o economista, reduzir a volatilidade exigiria uma orientação mais clara sobre a economia dos EUA, o que demanda mais dados em um momento em que qualquer indicador provoca um impacto expressivo nos mercados. "A economia está desacelerando, não entrando em colapso e o sistema financeiro está bem, então esse pânico não é necessário mesmo se as bolsas decidirem cair novamente."

Schroder aponta que, em termos de valor justo, é necessário considerar que o piso para os Fed funds está um pouco acima de 3%. "Temos que adicionar pelo menos 1 ponto percentual a esta curva, o que soma cerca de 4% de valor justo para o yield de 10 anos." Segundo ele, o retorno pode até cair a 3,5% quando o Fed começar a cortar os juros, mas depois disso vai voltar para os 4% e pode facilmente subir para 4,5%, avalia.

Para Jonas Goltermann, da Capital Economics, com o início dos cortes o retorno de curto prazo irá cair de forma mais expressiva, enquanto o de 10 anos ficará estável em torno do atual nível de 4%, o que irá provocar a "desinversão" da curva de juros. Ele não acredita que essa desinversão seja um sinal de recessão. "A trajetória precificada agora pelo mercado prevê cortes um pouco mais rápidos do que nossa estimativa. Mas pensamos que a permanência dos rendimentos de longo prazo em torno do seu nível atual é consistente com essa previsão, dado que a taxa de fim de ciclo precificada é semelhante à esperada em 2025.

"O cenário para os yields de 10 anos está sendo definido pelos cortes do Fed, o que derruba os rendimentos, mas a redução dos riscos de recessão irá reverter parcialmente essas quedas", afirmou David Kohl, economista-chefe do Julius Baer. Segundo ele, os retornos dos Treasuries de 10 anos irão voltar a crescer, mas mais moderadamente do que o esperado anteriormente.

Diretor do BC volta a endurecer tom e diz que alta da Selic está na mesa

Gabriel Shinohara e Gabriel Roca
De São Paulo

DIVULGAÇÃO



Após ter emitido sinais bastante conservadores sobre o ambiente inflacionário na semana passada, o diretor de política monetária do BC, Gabriel Galípolo, repetiu as duras mensagens em aparição pública feita ontem, em evento em São Paulo. Diante da avaliação do dirigente de que o cenário atual é "desconfortável" para cumprimento da meta de inflação e de dizer explicitamente que a possibilidade de elevar os juros está na mesa do Comitê de Política Monetária (Copom), o que se viu no mercado de juros foi uma elevação das taxas curtas, em um sinal de que os agentes têm visto uma maior probabilidade de alta da Selic no curto prazo.

Em sua palestra em evento promovido pela Warren Rena, Galípolo destacou que ficou satisfeito com a interpretação feita por sua última fala pública. A declaração foi considerada bastante "hawkish" [inclinada a uma política monetária mais restritiva] por participantes do mercado e contribuiu para uma valorização do real e para uma queda nos juros de longo prazo nos últimos dias.

Galípolo reforçou que os diretores novos são menos conhecidos e que precisam ganhar credibilidade. Isso passaria, segundo ele, por um processo em que "as falas e ações são coerentes", o que deu ainda mais força à interpretação de que o Copom estaria aberto à retomada do processo de aperto monetário, caso ela seja necessária.

Galípolo também apontou, textualmente, que uma elevação na taxa básica de juros, a Selic, está na mesa do Copom e voltou a afirmar que classifica o balanço de riscos para a inflação como assimétrico. "Isso reflete que o Copom, hoje, vê uma maior chance de um custo maior do processo de desinflação e que a gente vem tendo dados que têm deixado a gente numa situação mais desconfortável", avaliou.

"Quando se colocou o cenário alternativo [de Selic estável pelo horizonte relevante], é importante reforçar que fizemos essa transição justamente para não pegar o mercado no contrapé. Saímos de um ciclo de cortes e passamos a dizer que estamos dispostos a viver com uma taxa restritiva por mais tempo. Isso foi lido como uma retirada da mesa da probabilidade de alta de juros. Isso não é verdade; a possibilidade de alta de juros ainda está na mesa", afirmou.

Galípolo disse que se alinha à visão de que o cenário é desconfortável e que "gostaria de ver uma melhora nas variáveis para questão do cumprimento da meta".

Mesmo assim, o diretor reforçou que a ata do Copom deixou claro que não há "guidance" (orientação futura) para a próxima reunião, que acontece em setembro, e que suas falas recentes também vão na mesma direção. "Estamos abertos para seguir vendo a evolução dos dados para tomada de decisão em todas as alternativas que já foram elencadas".

Já o presidente do BC, Roberto Campos Neto, falou ontem pela primeira vez sobre política monetária desde a última decisão do Copom, em palestra na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na quinta-feira, ele já havia feito uma fala pública, mas sem tratar especificamente do Copom.

Campos Neto disse que, independentemente de quem seja o presidente ou de qual seja o mandato, a autoridade monetária fará o que for necessário para atingir a meta de inflação. "Não importa se eu vou estar lá ou se eu não vou estar, ou quem vai estar lá, que o BC vai agir sempre de forma técnica." O presidente também compartilhou a avaliação que a inflação está rodando acima da meta e as expectativas estão desancoradas, e que isso é um "fator de preocupação".

"É importante reforçar que fizemos a transição [cenário alternativo] para não pegar o mercado no contrapé."
Gabriel Galípolo

Tanto Campos Neto quanto Galípolo comentaram sobre o resultado do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de julho. Em 12 meses, o índice ficou em 4,50%, o teto do intervalo de tolerância da meta, estabelecida em 3% com uma banda de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

O presidente do BC ressaltou que a inflação cheia, no acumulado em 12 meses, vinha caindo, mas recentemente "subiu um pouquinho" para 4,5% ao ano. Por outro lado, ressaltou que, ao olhar os núcleos da inflação, eles estão relativamente comportados. "A gente consegue ver que tem uma 'correlaçãozinha' na ponta entre mão de obra apertada e alguns setores que são mais intensivos em serviços, mas não é nada nesse momento que preocupa muito", apontou.

Já Galípolo reforçou que o dado veio com um "headline" maior e uma composição "que traz uma série de alertas.

Campos Neto voltou a destacar a importância da credibilidade, tanto do ponto de vista da política fiscal quanto da política monetária, para a redução nos prêmios de risco embutidos nos preços de mercado. No fiscal, ele ressaltou que o governo tem feito um esforço fiscal grande e que é necessário entender qual vai ser a dinâmica daqui para frente. "À medida que a gente consiga demonstrar esse esforço de forma mais clara, acho que o prêmio de risco deve diminuir."

Sobre o fiscal, o presidente do Banco Central afirmou que "às vezes não é tão bom quanto parece, mas também não é tão ruim quanto parece. Tem muito exagero no que tem sido dito. Agora, realmente o Brasil tem que fazer um esforço extra olhando o médio prazo para fazer com que as pessoas acreditem que a gente vai ter uma convergência de dívida", apontou.

Campos Neto disse que o país continua registrando números bons em termos de atividade econômica, tem surpreendido para cima e até "se disseminado um pouco mais na surpresa". O presidente do BC também avaliou que o desemprego está "muito, muito baixo".

Balanço Carteira do banco, concentrada em consignado e veículos, teve alta anual de 24,9% e chegou a R$ 47,9 bilhões; provisões de crédito devem se estabilizar à frente

C6 reforça lucro e bate retorno de 57%

Álvaro Campos
De São Paulo

O C6 Bank, que atingiu o equilíbrio entre receitas e despesas —"breakeven" — em novembro do ano passado e teve seu primeiro lucro no início deste ano, reforçou os resultados positivos no segundo trimestre. O lucro somou R$ 508,1 milhões, com alta de 10,2% no trimestre e revertendo o prejuízo de R$ 285,3 milhões de igual período de 2023.

No primeiro semestre, o resultado totalizou R$ 969 milhões, com um retorno sobre o patrimônio (ROE) anualizado de 57%. Com provisões para devedores duvidosos (PDD) estáveis e carteira de crédito e receitas de tarifas subindo, a expectativa é que os resultados sigam crescentes nos próximos períodos e que o banco, que completou cinco anos na semana passada, tenha uma rentabilidade elevada.

"Os números demonstram mais uma vez a consistência do modelo de negócio do banco", diz Philippe Katz, vice-presidente financeiro do C6. Ele aponta que o banco tem uma oferta completa, com receitas diversificadas e baixo custo, o que permite expandir exponencialmente a alavancagem operacional. A receita líquida somou R$ 4,145 bilhões no semestre, com alta anual de 57,4%. Já as despesas operacionais e com comissões pagas a correspondentes bancários atingiram R$ 2,292 bilhões, com queda anual de 3,5%. O índice de eficiência — quanto menor, melhor — ficou em 55%, de 75% um ano antes.

A carteira de crédito do banco fechou junho em R$ 47,95 bilhões, o que representa uma expansão de 3,6% no trimestre e de 24,9% em 12 meses. O crescimento foi impulsionado pelo financiamento de veículos (23% da carteira) e crédito consignado (48%). As despesas com PDD ficaram em R$ 538 milhões no segundo trimestre, com alta de 4,9% no trimestre e queda de 13,9% em um ano. A inadimplência caiu para 3,1%, de 3,2% em março e de 4,3% em junho de 2023.

Segundo Katz, o C6 já vinha sinalizando que a PDD pararia de cair e se estabilizaria, e foi o que aconteceu. Agora, a tendência é que tanto provisões como a inadimplência fiquem mais ou menos estáveis perto dos patamares atuais. "Desde o início de 2022 estávamos com um movimento de reduzir PDD e hoje estamos com um balanço limpo, continuamos com expectativa de crescer a carteira, de maneira saudável e sustentável."

Para o executivo, apesar das turbulências recentes nos mercados financeiros, o cenário macroeconômico como um todo não trouxe grandes surpresas este ano em relação ao que o banco estava esperando. "Estamos relativamente tranquilos. Para nós, em termos de inadimplência, o pior já passou."

O C6 não deu detalhes sobre a base de clientes neste trimestre, afirmando apenas que ela está em "cerca de 30 milhões". No trimestre anterior, o CEO e fundador do banco, Marcelo Kalim, havia dito que eram "mais de 30 milhões de usuários" e que a base deveria continuar expandindo em ritmo forte.

Para Katz, houve alguma desaceleração no ritmo de crescimento da base, mas atualmente há outros indicadores mais importantes para o banco. "O número de clientes em si diz muito pouco sobre a operação. Temos feito um trabalho ao longo do último ano para aumentar a principalidade do cliente. No segmento de alta renda, antes demorávamos até 12 meses para atingir 50% de 'share of wallet' do cliente de cartão, depois caiu para nove meses e, agora, seis meses. É muito mais importante termos clientes satisfeitos e com boa representatividade do que ter 10 mil, 15 mil clientes a mais na base."

Com o lucro e uma emissão de dívida que o banco fez na virada do ano, o índice de Basileia subiu de 12,1% em março para 12,8% em junho. No trimestre anterior, Kalim não descartou uma eventual nova capitalização. "Se houver mais oportunidades de crescimento do que capital, os sócios estão dispostos a prover mais capital."

Este ano o C6 tem investido bastante em clientes pessoa jurídica (PJ). O banco tem hoje 1,5 milhão de contas PJ e espera terminar 2024 com cerca de 2 milhões. "Temos uma prateleira de produtos e serviços bem completa. Trouxemos a conta global para o público PJ, o que foi algo inovador. Hoje em dia, 50% dos que abrem conta PJ com agente vem através da conta PF, o que mostra que o cliente está satisfeito aqui", aponta o CFO. O portfólio de crédito para PJ já é 8% da carteira geral do banco.

DIVULGAÇÃO



"Hoje estamos com um balanço limpo e continuamos com expectativa de crescer a carteira"
Philippe Katz



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

CNPJ/ME 09.248.608/0001-04 - NIRE 33.3.0028479-6

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2022

I - Data, Hora e Local: No dia 18 de abril de 2022, às 17 horas, realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma digital, cujo link para acesso individual foi enviado às Seguradoras Acionistas, conforme descrito no Edital de Convocação ("Plataforma Digital"), nos termos da Lei 14.030/2020. **II - Convocação, Publicações e Disponibilização de Documentos:** O Edital de Convocação foi publicado nas edições dos dias 01, 04 e 05 de abril de 2022, Praça: Rio de Janeiro - RJ do Jornal **Valor Econômico - Plataforma Digital,** Caderno: Finanças - Circulação Nacional e na Página Plataforma Digital; **Valor Econômico - Jornal Impresso,** Caderno: Finanças - Circulação Nacional, Página: dia 01 - Pág. C5, dia 04 - Pág. C3 e dia 05 - Pág. C7. A Proposta da Administração da Companhia, enviada por *e-mail* aos Acionistas, e a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia e as informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos para participação e/ou votação à distância na Assembleia foram disponibilizadas às Seguradoras Acionistas da Companhia em 07 de abril de 2022, na página https://governancaexterna.seguradoralider.com.br/ da rede mundial de computadores, conforme determina a Lei 14.030/2020. **III - Presença:** Presentes Seguradoras Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social votante da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia"), conforme se verifica: (i) pela participação por meio da Plataforma Digital; e (ii) pelos boletins de voto à distância válidos recebidos pela Companhia. Presentes também: (a) o Sr. Leandro Martins Alves, Diretor-Presidente; e (b) o Sr. Helio Bitton Rodrigues, Diretor Jurídico. **IV - Mesa de Trabalho:** Na forma do Artigo 8º, § 5º, do Estatuto Social da Companhia (em fase de homologação pela SUSEP – Processo 15414.614649/2021-51), assumiu a Presidência da Mesa o Sr. Sven Robert Will, em seguida, convidou o Sr. Helio Bitton Rodrigues para secretariá-lo. **V - Ordem do Dia:** Alterar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, conforme deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de janeiro de 2022, que aprovou a extinção do Comitê de Auditoria a partir de abril de 2022, e a deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 30 de março de 2022: 1) Deliberar sobre a exclusão do Capítulo VI do Estatuto Social – Comitê de Auditoria; 2) Deliberar sobre a exclusão do Inciso (vi) e alteração do Inciso (xxiv), ambos do Artigo 15 do Estatuto Social; 3) Deliberar sobre a exclusão do Parágrafo Primeiro do Artigo 15 do Estatuto Social; e 4) Deliberar sobre a renumeração dos Capítulos, Artigos, Parágrafos, Incisos e remissões decorrentes das alterações efetuadas. **VI - Deliberações:** Inicialmente, o Secretário informa às Seguradoras Acionistas presentes que a Assembleia seguirá as seguintes regras e procedimentos para organização dos trabalhos: **(i)** todos os representantes devem manter suas câmeras ligadas durante toda a Assembleia, para fins de identificação e registro das manifestações das Acionistas; **(ii)** os microfones devem ser mantidos no mudo; **(iii)** a lavratura da Ata na forma de sumário, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas; e **(iv)** as Seguradoras Acionistas que desejarem aprovar a respectiva matéria deverão permanecer como estão, não havendo necessidade de manifestação; a ausência de manifestação será considerada como aprovação e, caso desejem proferir voto contrário ou abstenção, devem solicitar a palavra através do *chat* da plataforma, para manifestar a votação verbal. As declarações de voto, protestos e dissidências por escrito, porventura apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa, de maneira digital, sendo anexadas à Ata e ficando arquivadas no ambiente computacional da Seguradora Líder, nos termos do Artigo 130, § 1º, da Lei 6.404/1976, não havendo qualquer objeção por parte das Acionistas presentes. Em seguida, o Presidente submeteu as matérias constantes da Ordem do Dia à discussão e deliberação pelas Seguradoras Acionistas, as quais deliberaram: Aprovar, pelos votos da maioria absoluta das Seguradoras Acionistas da Seguradora Líder, incluídos os boletins de voto à distância válidos recebidos, a alteração e consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar de acordo com o texto consolidado, que constitui o **ANEXO II** da presente ata; **(1)** Aprovar a exclusão do Capítulo VI do Estatuto Social – Comitê de Auditoria: ***"Capítulo VI - Comitê de Auditoria - Artigo 17*** *- A Companhia terá um Comitê de Auditoria.* ***Parágrafo Primeiro*** *- O Comitê de Auditoria é órgão técnico de assessoramento permanente ao Conselho de Administração, o qual terá as prerrogativas, atribuições e encargos previstos na legislação e regulamentação em vigor e demais normas aplicáveis.* ***Parágrafo Segundo*** *- O Comitê de Auditoria terá um Regimento Interno, que será aprovado pelo Conselho de Administração, e disciplinará as regras de seu funcionamento, assim como suas específicas responsabilidades e atribuições.* ***Parágrafo Terceiro*** *- Caberá ao Comitê de Auditoria emitir parecer sobre a nomeação e destituição dos auditores independentes da Companhia, bem como sobre os resultados dos trabalhos destes.* ***Parágrafo Quarto*** *- Caberá ao Comitê de Auditoria opinar sobre as atribuições e funcionamento da Auditoria Interna, bem como sobre a nomeação, destituição e desempenho do Chefe Executivo da Auditoria Interna.* ***Artigo 18*** *- O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, conforme definido pelo Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 147 da Lei 6.404/76.* ***Parágrafo Primeiro -*** *Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 3 (três) anos, sendo permitida a sua reeleição até o limite de 5 (cinco) anos, na forma da legislação e dos regulamentos em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.* ***Parágrafo Segundo -*** *Os membros do Comitê de Auditoria tomarão posse mediante assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua eleição, devendo ainda assinar a adesão ao Código de Ética e Declaração de Conformidade com a Companhia.* ***Parágrafo Terceiro -*** *É indelegável a função de integrante do Comitê de Auditoria."* **(2)** Aprovar a exclusão do Inciso (vi) e alteração do Inciso (xxiv), ambos do Artigo 15 do Estatuto Social: *"(vi) eleger, destituir, estabelecer o número de membros e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;"* O Inciso (xxiv) passa a viger com a seguinte redação: *"(xxiv) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto confiram ao Conselho. Parágrafo Único - Relativamente ao processo de avaliação de desempenho citado no inciso (xxiii) deste artigo, cada Conselheiro avaliará individualmente o Conselho de Administração para posterior consolidação."* **(3)** Aprovar a exclusão do Parágrafo Primeiro do Artigo 15 do Estatuto Social: *"Parágrafo Primeiro - Para assessorar a deliberação do Conselho de Administração, as propostas de fixação das atribuições e de regulamentação da Auditoria Interna, referida no inciso (xxii), deverão conter prévia recomendação do Comitê de Auditoria."* **(4)** Aprovar a renumeração dos capítulos, artigos, parágrafos, incisos e remissões no texto consolidado do estatuto social em decorrência das alterações efetuadas. **VII - Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a Assembleia. Os acionistas que participaram por meio da plataforma digital e por meio de boletim de voto à distância são considerados assinantes desta Ata, sendo certo que o seu registro em ata foi realizado pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei 14.030, de 28 de julho de 2020. A presente ata é assinada isoladamente pelos integrantes da Mesa, pelo Presidente, Sr. Sven Robert Will e pelo Secretário, Sr. Helio Bitton Rodrigues, ainda nos termos da Lei 14.030, de 28 de julho de 2020. O Presidente da Mesa declara que a Assembleia atendeu a todos os requisitos para a sua realização, especialmente aqueles previstos na Lei 14.030, de 28 de julho de 2020. **Mesa: Sven Robert Will -** Presidente. **Helio Bitton Rodrigues -** Secretário. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** - NIRE: 333.0028479-6, Protocolo: 2024/00639523-0, Data do protocolo: 31/07/2024. Certifico o Arquivamento em 01/08/2024 sob o nº 00006375512. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral. **Anexo I - Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. - NIRE 33.3.0028479-6 - CNPJ/ME 09.248.608/0001-04 – Estatuto Social – Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração – Artigo 1º** – A **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A.** (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar no ramo de seguros de danos, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Rio Branco, nº 115, 19º andar, Centro, CEP: 20040-004. **Parágrafo Único** – A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria Executiva, criar, modificar e encerrar filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer lugar do território nacional, conforme inciso (XIII) do artigo 18 deste Estatuto Social. **Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Capital Social e Ações – Artigo 5º** – O capital social é de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal. **Parágrafo Único** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação. **Capítulo III – Assembleia Geral – Artigo 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei. **Artigo 8º** – A Assembleia Geral realizar-se-á, mediante convocação do Conselho de Administração, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral será convocada na forma da lei e o instrumento de convocação conterá informações precisas sobre o local, a data, o horário de sua realização, bem como enumerará, expressamente, na ordem do dia, as matérias a serem deliberadas. **Parágrafo Segundo** – Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Terceiro** – É vedada a inclusão, na pauta da Assembleia Geral, da rubrica "outros assuntos", ou "assuntos gerais", ou expressões equivalentes. **Parágrafo Quarto** – A Companhia deverá disponibilizar, no máximo até a data da primeira convocação, para todos os acionistas, a ordem do dia da Assembleia Geral e os materiais e documentos necessários para a análise das respectivas matérias constantes na ordem do dia, respeitados os casos específicos previstos em lei. **Parágrafo Quinto** – A mesa da Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência deste, por um acionista escolhido pela maioria dos votos. **Parágrafo Sexto** – O Presidente da Assembleia nomeará até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata. **Parágrafo Sétimo** – Os representantes legais e os procuradores constituídos com poderes especiais, para que possam comparecer às Assembleias, deverão depositar os respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data de realização da Assembleia. **Parágrafo Oitavo** – Ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número. **Parágrafo Nono** – As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata, observadas as disposições legais. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais. **Parágrafo Dez** – Os documentos ou propostas submetidas à Assembleia, assim como as declarações de voto ou dissidência, referidos na ata, devem ser numerados seguidamente, autenticados pela mesa e arquivados na Companhia. As manifestações de voto, se apensadas à ata e nela não transcritas, devem ser levadas ao registro de comércio e disponibilizadas aos acionistas em conjunto com a ata, na forma do parágrafo 11 desse mesmo artigo. **Parágrafo Onze** – Todas as atas de Assembleia Geral estarão disponíveis aos acionistas na sua sede, na forma da lei, bem como em área reservada no sítio da Companhia. **Parágrafo Doze** – Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias. **Capítulo IV - Administração da Companhia – Artigo 9º** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. **Parágrafo Primeiro** – Os Conselheiros e os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua eleição, devendo ainda assinar a adesão ao Código de Ética e Declaração de Conformidade com a Companhia, observado ainda o disposto no artigo 147 da Lei 6.404/76. **Parágrafo Segundo** – O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores. **Parágrafo Terceiro** – As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso. **Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão. **Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração. **Parágrafo Sexto** – O Conselho de Administração tem, na forma prevista em lei e neste Estatuto Social, atribuições estratégicas, eletivas e de controles, não abrangendo funções operacionais ou executivas. **Parágrafo Sétimo** – A representação da Companhia é privativa da Diretoria Executiva, em estrita conformidade das competências administrativas estabelecidas neste Estatuto Social. **Parágrafo Oitavo** – Os órgãos de administração da Companhia serão compostos por membros dotados de experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o cargo, observados os requisitos previstos na Lei 6.404/76 e demais normas aplicáveis. **Capítulo V - Conselho de Administração – Artigo 10** – O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 8 (oito) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo Único** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com assunto a ser deliberado, não poderá participar das discussões e nem exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. **Artigo 11** – Caberá ao Conselho de Administração, por maioria de votos, a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho. **Parágrafo Único** – O Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários e, nas ausências deste, por outro membro, titular ou suplente, indicado pelo Presidente do Conselho. **Artigo 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo. **Parágrafo Único** – No caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, o suplente assumirá o cargo até o término do mandato. Caberá ao Conselho de Administração nomear o novo suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral após a ocorrência da vacância. **Artigo 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, e devidamente formalizadas em atas, contendo a transcrição das decisões tomadas. **Parágrafo Primeiro** – O Presidente do Conselho de Administração em exercício terá direito a voto e, também, terá a atribuição de proferir o voto de qualidade nas decisões em que houver empate. **Parágrafo Segundo –** Cada membro titular do Conselho de Administração, desde que presente, terá direito a 1 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração. O membro suplente somente terá direito a voto quando estiver presente na reunião em substituição ao seu respectivo membro titular. **Artigo 14** – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou a pedido de, no mínimo, 3 (três) de seus membros. **Parágrafo Primeiro** – Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho, e escolher o secretário da reunião, o qual preferencialmente não será membro do Conselho de Administração. **Parágrafo Segundo** – Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração, para prestar esclarecimentos ou informações sobre as matérias em apreciação ou quaisquer assuntos de interesse da Companhia. **Parágrafo Terceiro** – As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou *e-mail* a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. **Parágrafo Quarto** – O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia. **Parágrafo Quinto** – Na impossibilidade de participação presencial, será admitida aos membros ausentes a participação por intermédio de videoconferência ou outro meio que lhes assegure a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O conselheiro, nesta hipótese, será considerado presente a reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião, a qual, após aprovada, deverá ser assinada por todos os membros. **Parágrafo Sexto** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus membros em exercício, titulares ou suplentes, desde que a reunião tenha sido regularmente convocada. **Parágrafo Sétimo** – Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes. **Artigo 15** – Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei: (I) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e manifestar-se sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas; (II) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definir sobre as diretrizes e aprovar as políticas e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia; (III) aprovar o orçamento anual, o plurianual, bem como definir o direcionamento estratégico, aprovar e monitorar o planejamento estratégico da Companhia; (IV) garantir que os temas de sustentabilidade estejam vinculados às escolhas estratégicas, aos processos decisórios, aos impactos na cadeia de valor e aos relatórios periódicos; (V) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia; (VI) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva; (VII) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal; (VIII) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício; (IX) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração; (X) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais; (XI) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários; (XII) decidir sobre a aquisição das próprias ações da Companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis; (XIII) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos; (XIV) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da Companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização; (XV) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros; (XVI) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética e de Conduta da Companhia; (XVII) zelar pela adequação da Estrutura de Gestão de Riscos e do Sistema de Controles Internos; (XVIII) zelar pela efetividade do sistema de *compliance* da Companhia; (XIX) aprovar o seu Regimento Interno, que definirá claramente as suas responsabilidades e atribuições e prevenções de situações de conflito de interesses; (XX) decidir, para melhor desempenho de suas funções, sobre a criação, a extinção e o funcionamento dos comitês de assessoramento não estatutários no âmbito do próprio Conselho de Administração ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas designadas dentre os membros do Conselho de Administração e/ou terceiros; (XXI) aprovar os Regimentos dos comitês de assessoramento vinculados ao Conselho de Administração, bem como eleger e destituir seus respectivos membros, quando necessário; (XXII) definir as atribuições da Auditoria Interna, regulamentar o seu funcionamento, bem como nomear e dispensar o seu titular; (XXIII) avaliar formalmente, ao término de cada ano, o seu próprio desempenho, dos Diretores Estatutários e do Chefe Executivo da Auditoria Interna; e (XXIV) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto confiram ao Conselho. **Parágrafo Único** – Relativamente ao processo de avaliação de desempenho citado no inciso (xxiii) deste artigo, cada Conselheiro avaliará individualmente o Conselho de Administração para posterior consolidação. **Artigo 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração: (I) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho; (II) presidir as reuniões e supervisionar as atividades administrativas do Conselho e das Assembleias Gerais; (III) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e (IV) zelar pela preservação do Estatuto Social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração. **Capítulo VI – Diretoria Executiva – Artigo 17** – A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor-Presidente e por até 2 (dois) Diretores sem designação específica, devendo ser atribuídas entre eles as funções específicas determinadas pela legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados, por área de atividade, conforme a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia. **Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto. O Conselho de Administração tomará as medidas necessárias em caso de ausência temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberará sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores. **Artigo 18** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda: (I) administrar os bens e serviços da Companhia; (II) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral; (III) zelar pelo fiel cumprimento do presente Estatuto Social e das políticas internas da Companhia; (IV) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (V) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia; (VI) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia; (VII) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (VIII) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração; (IX) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração; (X) admitir e dispensar o pessoal administrativo; (XI) decidir sobre a criação, extinção, funcionamento e atribuições de comissões de assessoramento à Diretoria Executiva, bem como a aprovação de seus regimentos internos; (XII) representar a Companhia em juízo ou fora dele; (XIII) criar, modificar e encerrar filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer lugar do território nacional; e (XIV) monitorar periodicamente os riscos a que a Companhia está exposta, bem como avaliar a eficácia da Estrutura da Gestão de Riscos, reportando ao Conselho de Administração. **Artigo 19** – Compete ao Diretor-Presidente, além de supervisionar, orientar e coordenar as atividades dos demais Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: (I) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva; (II) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral; (III) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades financeiras da Companhia, através da apresentação de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia; (IV) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações; (V) propor um código de ética para a Companhia, consistente com aquele aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro; (VI) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando as suas conclusões ao Conselho de Administração; (VII) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e (VIII) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 20 -** A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que entender necessário, lavrando-se ata no livro próprio. **Parágrafo Único** – A Diretoria Executiva encaminhará ao Conselho de Administração cópias das atas de suas reuniões e prestará as informações que permitam avaliar o desempenho das atividades da Companhia. **Artigo 21** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por: (I) dois Diretores; (II) qualquer Diretor em conjunto com um procurador; (III) dois procuradores com poderes especiais. **Parágrafo Único** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras: (a) é lícito à Companhia fazer-se representar por procuradores, constituídos por meio de procuração, assinada por dois Diretores Executivos Estatutários, devendo ser especificados, no respectivo instrumento de mandato, os atos ou operações que os mandatários poderão praticar e a duração do mandato, observados os limites de alçadas aprovados pelo Conselho de Administração. A procuração com cláusula "*ad judicia*" pode ser outorgada por prazo indeterminado. (b) permanecem válidos os prazos e os poderes outorgados na procuração, independentemente do término do prazo do mandato do Diretor Executivo que a firmou, salvo se expressamente revogada a procuração. **Capítulo VII – Conselho Fiscal – Artigo 22** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei, bem como demais normas aplicáveis. **Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo** – Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua eleição, devendo ainda assinar a adesão ao Código de Ética e Declaração de Conformidade com a Companhia. **Parágrafo Terceiro** – Observadas as disposições deste Estatuto Social, o Conselho Fiscal, por maioria de seus membros, elegerá o seu Presidente e aprovará o seu Regimento Interno. **Parágrafo Quarto** – O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente e reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês, e, extraordinariamente sempre que necessário, mediante convocação de seu Presidente. **Parágrafo Quinto** – Todas as deliberações do Conselho Fiscal, feitas nas competentes reuniões, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, e devidamente formalizadas em atas, contendo a transcrição das decisões tomadas. **Parágrafo Sexto** – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observados os limites legais aplicáveis. **Parágrafo Sétimo** – A investidura dos membros do Conselho Fiscal observará o disposto no artigo 162 da Lei 6.404/76. **Parágrafo Oitavo** – O Conselho Fiscal far-se-á representar por, pelo menos, um de seus membros às Assembleias Gerais que tratarem de assuntos pertinentes àquele Conselho. **Parágrafo Nono** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho Fiscal, caberá ao seu suplente substituí-lo. **Parágrafo Dez** – No caso de vacância de membro do Conselho Fiscal, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente na primeira Assembleia Geral. No caso de vacância de cargo de suplente do Conselho Fiscal, um novo membro será eleito na primeira Assembleia Geral da Companhia após a ocorrência. **Capítulo VIII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros – Artigo 23** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 24** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes: (a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; (c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei 6.404/76, com a redação dada pela Lei 10.303/01). **Artigo 25** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Artigo 26** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio. **Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. **Capítulo IX - Liquidação – Artigo 27** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto 60.459, de 13 de março de 1967. **Capítulo X – Disposições Gerais – Artigo 28** – É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia. **Artigo 29** – A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas. **Artigo 30** – A Companhia resguardará seus administradores, dirigentes, conselheiros fiscais e membros do Comitê de Auditoria, presentes e passados, de todas e quaisquer perdas, despesas, prejuízos, danos, multas e custos de qualquer natureza, em razão de ação, processo judicial, medida extrajudicial ou qualquer reclamação de terceiros, relacionados com ou decorrentes do exercício dos seus cargos na Companhia, exceto se decorrente de atos ou omissões praticadas fora do exercício de suas atribuições, com má-fé, dolo ou mediante fraude, ou interesse próprio ou de terceiros em detrimento do interesse social da Companhia. **Parágrafo Único** – Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) em favor de seus administradores, dirigentes, conselheiros fiscais e membros do Comitê de Auditoria para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, excetuando-se os riscos excluídos e não cobertos e demais condições da respectiva apólice, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos. **Artigo 31** – As disputas ou controvérsias que envolvam a Companhia, seus acionistas, administradores e membros dos comitês deverão ser resolvidas por mediação, renunciando desde já a qualquer outro foro por mais privilegiado que seja, nos termos do Regulamento de Mediação do CBMA – Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Candelária, nº 09 – Salas 801 a 803, Centro, e sob a administração do mesmo. **Artigo 32** – Caso a disputa ou controvérsia não seja resolvida por Mediação, qualquer das Partes poderá instaurar Arbitragem, nos termos do respectivo Regulamento de Arbitragem do CBMA – Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem, e sob a administração do mesmo. **Parágrafo Primeiro** – O Tribunal Arbitral será constituído de 3 (três) árbitros. A escolha dos árbitros seguirá as seguintes etapas: (a) cada uma das partes nomeará um árbitro; (b) o terceiro árbitro, que exercerá as funções de Presidente do Tribunal Arbitral, será nomeado de comum acordo pelos árbitros indicados pelas partes; (c) não havendo consenso entre os árbitros indicados pelas partes, caberá ao CBMA – Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem nomear o terceiro árbitro; e (d) toda e qualquer controvérsia ou omissão relativa à indicação dos árbitros pelas partes, bem como à escolha do terceiro árbitro, será dirimida ou suprida pelo CBMA. **Parágrafo Segundo** – A sede da Arbitragem e da prolação da Sentença será a cidade do Rio de Janeiro. **Parágrafo Terceiro** – A Arbitragem deverá aplicar as disposições contidas na Lei 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pela Superintendência de Seguros Privados e demais leis brasileiras aplicáveis à disputa. **Parágrafo Quarto** – Aplicar-se-á ao processo arbitral o previsto no Regulamento de Arbitragem do CBMA – Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem e na Lei Federal 9.307, de 23 de setembro de 1996, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as Partes, a qual não admitirá recurso. **Parágrafo Quinto** – Em caso de extinção do CBMA – Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem, caberá à Assembleia Geral a escolha de nova Câmara Arbitral. **Parágrafo Sexto** – Todas as Partes envolvidas, incluindo os acionistas, administradores e membros dos comitês da Companhia deverão manter confidencialidade e comprometem-se a não divulgar e a não permitir a divulgação de toda e qualquer informação ou documento referente a qualquer situação ou caso submetido à mediação ou arbitragem, incluindo informações sobre a sua existência, com exceção dos casos em que: (a) o dever de divulgar tais informações decorrer da Lei; (b) a revelação de tais informações for requerida ou determinada por uma Autoridade Competente; (c) a divulgação de tais informações for necessária para a execução judicial das decisões proferidas pela decisão arbitral; ou (d) tais informações tornarem-se públicas por qualquer outro meio não relacionado à violação da obrigação de confidencialidade ora prevista. Toda e qualquer controvérsia relacionada à obrigação de manter sigilo, incluindo a condenação pelos danos oriundos de sua quebra, será resolvida pelo CBMA – Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem, de forma final e vinculante.

INÊS 249

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 12/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.090,5095330	0,04	0,31	5,82
IRF-M	1+**	20.516,4845630	0,06	1,09	2,88
IRF-M	Total	18.611,1351400	0,06	0,83	3,72
IMA-B	5***	9.425,4811580	0,02	0,70	5,00
IMA-B	5+****	11.732,1717160	0,31	3,13	1,10
IMA-B	Total	10.198,0594180	0,17	1,95	2,94
IMA-S	Total	6.815,5005730	0,04	0,32	6,65
IMA-Geral	Total	8.326,4625310	0,08	0,89	4,74

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	29/07	26/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	31,40	31,50	31,48	29,38	29,38	34,53
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,55	25,63	26,48	24,27	24,27	24,67
Conta garantida pré - a.a.	52,20	48,69	53,30	47,85	47,85	49,95
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,48	20,78	21,50	21,65	21,65	27,19
Vendor pré - a.a.	15,10	15,28	15,74	16,40	16,40	18,39
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,63	16,96	16,69	18,22	18,22	20,77
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,11	19,55	17,21	17,78	17,78	18,84
Conta garantida pós - a.a.	24,58	24,60	24,75	24,76	24,76	28,18
ACC pós - a.a.	8,23	8,30	8,11	8,34	8,34	8,83
Factoring - a.m.	3,26	3,25	3,22	3,27	3,27	3,47

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	12/08/24	09/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3200	5,3800	5,3400	5,3000
1 mês	-	5,3535	5,3528	5,3512	5,3381	5,1885
3 meses	-	5,3647	5,3638	5,3612	5,3553	5,1295
6 meses	-	5,3921	5,3916	5,3905	5,3875	4,9707
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6630	3,6640	3,6530	3,6610	3,6530
1 mês	-	3,6683	3,6681	3,6681	3,6674	3,4799
3 meses	-	3,7705	3,7847	3,7943	3,8445	3,3269
6 meses	-	3,8659	3,8714	3,8781	3,9038	3,0222
1 ano	-	3,9123	3,9119	3,9106	3,8966	2,0536
Euribor ***						
1 mês	-	3,618	3,569	3,630	3,625	3,638
3 meses	-	3,557	3,584	3,647	3,664	3,781
6 meses	-	3,437	3,494	3,579	3,662	3,928
1 ano	-	3,176	3,238	3,390	3,564	4,056
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,37	5,38	5,35	5,37	5,37	5,40
T-Bill (3 meses)	5,21	5,21	5,20	5,27	5,34	5,43
T-Bill (6 meses)	4,98	4,95	4,89	5,09	5,18	5,48
T-Note (2 anos)	4,03	4,05	3,94	4,26	4,45	4,90
T-Note (5 anos)	3,75	3,80	3,65	3,91	4,10	4,31
T-Note (10 anos)	3,91	3,94	3,80	4,03	4,18	4,16
T-Bond (30 anos)	4,20	4,22	4,08	4,31	4,40	4,26

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	ago/24*	jul/24	Mês jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	12 meses**
Selic	0,31	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,50	11,50
CDI	0,31	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,50	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	0,83	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	3,72	8,37
IMA-B	1,95	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	2,94	4,38
IMA-S	0,32	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	6,65	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	2,71	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	-2,29	4,68
Índice Small Cap	5,71	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-8,67	-13,36
IBrX 50	2,45	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	-0,79	6,82
ISE	5,03	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	-2,94	-4,44
IMOB	6,47	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-7,19	-8,60
IDIV	1,83	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	0,22	11,06
IFIX	-0,39	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	1,23	5,25
Dólar Ptax (BC)	-3,02	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	13,42	19,42
Dólar Comercial (mercado)	-2,80	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	13,26	19,56
Euro (BC) (4)	-2,09	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	12,13	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	-1,82	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	11,87	17,68
Ouro (BC)	-1,56	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	35,03	46,76
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,21	0,46	0,38	0,16	2,87	4,50
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 12/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 07/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.607.384,75					5.122,70	5.039,50	262.003,72	272.606,94
RF Indexados (2)	144.045,03	0,07	0,57	4,02	7,75	-29,77	-253,52	-12.575,22	-16.291,65
RF Duração Baixa Soberano (2)	686.442,17	0,04	0,18	5,88	10,57	785,09	720,11	40.421,92	43.011,57
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	878.402,37	0,04	0,20	6,70	12,06	988,87	5.432,15	72.303,26	80.346,45
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	186.871,78	0,04	0,05	6,78	12,13	-81,90	1.098,68	78.458,66	83.378,18
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.421,57	0,05	0,28	5,54	9,32	290,40	199,20	-3.782,78	-5.389,45
RF Duração Livre Soberano (2)	217.889,49	0,04	0,29	5,59	10,00	258,87	-1.290,46	-12.909,84	-28.805,92
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	649.739,08	0,03	0,26	6,06	10,81	1.637,06	-1.821,64	-32.691,03	-39.655,86
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	383.524,62	0,04	0,36	6,18	11,32	696,65	601,86	94.385,90	139.067,18
Ações	617.910,17					-71,73	-983,97	-3.676,34	38.972,61
Ações Indexados (2)	10.237,53	1,01	0,04	-4,83	6,51	9,23	119,17	238,30	-898,09
Ações Índice Ativo (2)	30.396,37	1,39	0,65	-5,23	4,17	-7,33	-249,15	-5.564,73	-5.142,34
Ações Livre	225.514,80	1,43	0,36	-2,62	4,56	-24,99	-480,14	-196,30	-5.257,20
Fechados de Ações	123.690,73	0,73	0,18	-4,60	-4,02	0,00	7,86	-1.915,89	29.633,94
Multimercados	1.660.205,96					570,21	-4.635,71	-107.006,00	-231.451,28
Multimercados Macro	140.236,38	0,09	-0,05	2,12	6,03	-103,14	-1.966,64	-38.133,81	-59.532,01
Multimercados Livre	625.568,53	0,15	0,26	5,31	9,84	-765,96	-2.688,35	-18.039,82	-73.348,20
Multimercados Juros e Moedas	48.637,65	0,07	0,28	5,91	10,96	-12,61	-108,33	-9.407,11	-15.554,09
Multimercados Invest. no Exterior (2)	764.368,60	0,21	0,11	6,91	12,16	1.429,28	199,80	-42.430,14	-78.863,91
Cambial	6.727,66	-0,31	0,01	19,97	21,75	10,34	352,78	-328,27	-1.082,00
Previdência	1.458.996,78					129,23	1.593,02	24.757,71	42.131,94
ETF	42.399,68					147,55	29,27	-2.497,96	-3.313,97
Demais Tipos	2.058.510,96					680,65	1.492,23	67.917,72	75.561,60
Total Fundos de Investimentos	**7.393.625,00**					**5.908,32**	**1.394,89**	**173.252,86**	**117.864,25**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.786.034,18**					**1.669,51**	**6.032,40**	**89.735,15**	**147.660,10**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.481,47**					-	-	-	-
Total Geral	**9.230.140,65**					**7.577,83**	**7.427,28**	**262.988,01**	**265.524,35**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	12/08/24	09/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,13
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8836
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,20
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9641
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,53	10,53	10,46	10,50	10,45	12,78
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,92	10,90	10,66	10,83	10,60	12,14
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,42	10,41	10,42	10,41	13,10
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,48	10,47	10,43	10,45	10,43	12,97
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,55	10,54	10,46	10,50	10,45	12,80
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,66	10,65	10,52	10,59	10,48	12,56
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,92	10,88	10,65	10,81	10,60	12,17
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,40	11,37	11,02	11,38	10,90	10,99

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 12/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.412,53	10,405	94.681	10,404	10,410	10,408
Vencimento em out/24	98.590,39	10,448	205.989	10,436	10,454	10,452
Vencimento em nov/24	97.688,43	10,505	7.782	10,460	10,514	10,514
Vencimento em dez/24	96.929,94	10,599	21.740	10,555	10,620	10,605
Vencimento em jan/25	96.070,15	10,744	635.514	10,690	10,765	10,765
Vencimento em fev/25	95.165,25	10,872	2.041	10,820	10,910	10,905
Vencimento em mar/25	94.323,74	11,009	1.700	10,940	11,050	11,050
Vencimento em abr/25	93.527,74	11,114	153.418	11,025	11,150	11,140
Vencimento em mai/25	92.699,88	11,196	1.019	11,135	11,205	11,190
Vencimento em jun/25	91.842,84	11,258	6.516	11,175	11,270	11,270
Vencimento em jul/25	91.013,27	11,335	385.216	11,230	11,370	11,360
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em set/24	5.513,97	-0,12	255.810	5.483,00	5.536,00	5.507,50
Vencimento em out/24	5.530,69	-0,12	50	5.515,00	5.532,50	5.527,00
Vencimento em nov/24	5.550,24	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.566,69	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.586,35	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em set/24	6.032,93	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.059,18	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.089,36	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/24	131.375	0,39	69.825	130.875	131.815	131.440
Vencimento em out/24	133.496	0,39	19.555	133.340	133.925	133.590
Vencimento em dez/24	135.644	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 12/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4905	5,4911	-0,37	-3,02	13,42	12,25
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,4951	5,4957	-0,34	-2,80	13,26	12,08
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5364	5,7164	-0,11	-2,42	13,25	12,20
Euro (BC) - (R$/€)	5,9995	6,0007	-0,33	-2,09	12,13	11,93
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,0064	6,0070	-0,23	-1,82	11,87	11,92
Euro Turismo (R$/€)	6,0896	6,2696	0,09	-1,47	11,81	11,92
Euro (BC) - (US$/€)	1,0927	1,0928	0,04	0,96	-1,14	-0,28
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	434,0316	434,0791	0,73	-1,56	35,03	44,20
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.471,88	1,81	1,06	19,69	29,17
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.442,10	0,77	0,93	18,41	27,32

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	12/08/24	09/08/24	No fim de jul/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	170.054,08	169.537,43	164.489,50	173.997,89	0,30	3,38	-2,27
Valor-Coppead Mínima Variância	102.792,07	102.133,35	101.224,36	93.533,91	0,64	1,55	9,90

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 12/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 12/08/24

Índice	12/08/24	09/08/24	Em 31/07/24	29/12/23	12/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	179,79	179,96	185,23	165,54	156,43	-0,10	-2,94	8,61	14,93
S&P BNY Emergentes	351,57	350,18	350,11	312,75	295,31	0,40	0,42	12,41	19,05
S&P BNY América Latina	193,35	192,38	189,19	225,28	200,58	0,51	2,20	-14,17	-3,60
S&P BNY Brasil	192,88	191,27	186,11	232,95	200,13	0,84	3,64	-17,20	-3,62
S&P BNY México	291,34	293,77	295,36	331,67	320,87	-0,83	-1,36	-12,16	-9,20
S&P BNY Argentina	246,70	241,61	223,58	178,27	153,60	2,10	10,34	38,39	60,61
S&P BNY Chile	135,44	135,77	139,05	162,12	169,49	-0,24	-2,59	-16,45	-20,09
S&P BNY Índia	3.033,43	3.050,02	3.096,48	2.923,01	2.814,18	-0,54	-2,04	3,78	7,79
S&P BNY Ásia	210,66	210,13	218,49	189,60	178,72	0,25	-3,58	11,11	17,87
S&P BNY China	312,14	308,09	306,01	336,11	349,49	1,31	2,00	-7,13	-10,69
S&P BNY África do Sul	196,85	201,94	221,65	199,87	205,05	-2,52	-11,19	-1,51	-4,00
S&P BNY Turquia	35,11	35,64	36,85	22,45	22,31	-1,50	-4,72	56,36	57,34

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
24/07 a 24/08	0,0754	0,5758	0,5758	0,8470
25/07 a 25/08	0,0710	0,5714	0,5714	0,8105
26/07 a 26/08	0,0673	0,5676	0,5676	0,7737
27/07 a 27/08	0,0671	0,5674	0,5674	0,7716
28/07 a 28/08	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
29/07 a 29/08	0,0745	0,5711	0,5711	0,8454
30/07 a 30/08	0,0744	0,5711	0,5711	0,8452
31/07 a 31/08	0,0743	0,5711	0,5711	0,8442
01/08 a 01/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080
02/08 a 02/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7689
03/08 a 03/09	0,0668	0,5671	0,5671	0,7694
04/08 a 04/09	0,0705	0,5709	0,5709	0,8062
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8430
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8425
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747	0,5747	0,8439
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710	0,5710	0,8068
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674	0,5674	0,7720

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 12/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	131.116	0,38	2,71	-2,29	11,05
IBrX	55.377	0,43	2,73	-1,90	11,47
IBrX 50	22.042	0,51	2,45	-0,79	13,19
IEE	91.389	0,05	2,47	-3,76	3,33
SMLL	2.149	0,00	5,71	-8,67	-7,04
ISE	3.653	0,05	5,03	-2,94	2,79
IMOB	938	-0,21	6,47	-7,19	-4,91
IDIV	9.094	0,61	1,83	0,22	15,86
IFIX	3.352	0,06	-0,39	1,23	4,08
Variação % em dólares					
Ibovespa	23.878	0,76	5,91	-13,85	-1,07
IBrX	10.085	0,80	5,93	-13,51	-0,69
IBrX 50	4.014	0,88	5,64	-12,53	0,84
IEE	16.643	0,43	5,66	-15,15	-7,95
SMLL	391	0,37	9,00	-19,48	-16,96
ISE	665	0,43	8,30	-14,43	-8,43
IMOB	171	0,16	9,79	-18,17	-15,29
IDIV	1.656	0,98	5,00	-11,64	3,21
IFIX	610	0,43	2,72	-10,75	-7,28

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	31/07/24	363.282
jan/24	353.563	01/08/24	364.304
fev/24	352.705	02/08/24	366.356
mar/24	355.008	05/08/24	366.751
abr/24	351.599	06/08/24	365.776
mai/24	355.560	07/08/24	365.067
jun/24	357.827	08/08/24	365.211
jul/24	363.282	09/08/24	365.760

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	12/08/24	09/08/24	08/08/24	07/08/24	06/08/24	05/08/24
Índice	2.147,98	2.146,75	2.140,98	2.140,88	2.139,02	2.145,04
Var. no dia	0,06%	0,27%	0,00%	0,09%	-0,28%	0,13%
Var. no mês	0,81%	0,75%	0,48%	0,48%	0,39%	0,67%
Var. no ano	4,01%	3,95%	3,67%	3,66%	3,57%	3,87%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 12/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	35,1800	35,2100	0,15590	0,15610
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4905	5,4911
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5741	36,6658	0,1497000	0,1501000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9900	0,7855	0,8005
Colon (Costa Rica)	524,9700	534,0000	0,010280	0,010460
Coroa (Dinamarca)	6,8288	6,8292	0,8040	0,8041
Coroa (Islândia)	138,1300	138,4200	0,03967	0,03975
Coroa (Noruega)	10,7882	10,7921	0,5088	0,5090
Coroa (Rep. Tcheca)	23,0450	23,0580	0,2381	0,2383
Coroa (Suécia)	10,5249	10,5287	0,5215	0,5217
Dinar (Argélia)	133,9424	135,2626	0,04059	0,04100
Dinar (Kuwait)	0,3062	0,3063	17,9252	17,9331
Dinar (Líbia)	4,7981	4,8204	1,1390	1,1444
Direitos Especiais de Saque ***	1,3341	1,3341	7,3249	7,3257
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6727	3,6733	1,4947	1,4951
Dirham (Marrocos)	9,8107	9,8157	0,5594	0,5597
Dólar (Austrália)***	0,6594	0,6595	3,6204	3,6214
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4905	5,4911
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7004	2,7480
Dólar (Canadá)	1,3739	1,3744	3,9948	3,9967
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5754	6,6559
Dólar (Cingapura)	1,3245	1,3247	4,1447	4,1458
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4905	5,4911
Dólar (Hong Kong)	7,7908	7,7909	0,7047	0,7048
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6019	0,6020	3,3047	3,3056
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7493	6,8260	0,8044	0,8136
Euro (Comunidade Européia)***	1,0927	1,0928	5,9995	6,0007
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0168	3,0771
Franco (Suíça)	0,8673	0,8675	6,3291	6,3313
Guarani (Paraguai)	7552,0300	7571,0800	0,0007252	0,0007271
Hryvnia (Ucrânia)	41,2700	41,3700	0,1327	0,1331
Iene (Japão)	147,5500	147,6000	0,03720	0,03722
Lev (Bulgária)	1,7896	1,7901	3,0671	3,0683
Libra (Egito)	49,2700	49,3700	0,1112	0,1114
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2771	1,2772	7,0119	7,0132
Naira (Nigéria)	1540,0000	1640,0000	0,00335	0,00357
Lira (Turquia)	33,5576	33,5618	0,1636	0,1636
Novo Dólar (Taiwan)	32,4260	32,4440	0,16920	0,16930
Novo Sol (Peru)	3,7445	3,7478	1,4650	1,4664
Peso (Argentina)	938,5000	940,0000	0,00584	0,00585
Peso (Chile)	932,6800	933,2700	0,005883	0,005887
Peso (Colômbia)	4060,3400	4062,0600	0,001352	0,001352
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2288	0,2288
Peso (Filipinas)	57,3000	57,3200	0,09579	0,09583
Peso (México)	18,9975	19,0080	0,2889	0,2890
Peso (Rep. Dominicana)	59,4700	59,8500	0,09174	0,09233
Peso (Uruguai)	40,2100	40,2400	0,13640	0,13660
Rande (África do Sul)	18,2218	18,2254	0,3013	0,3013
Rial (Arábia Saudita)	3,7533	3,7539	1,4626	1,4630
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001307	0,0001307
Ringgit (Malásia)	4,4500	4,4620	1,2305	1,2340
Rublo (Rússia)	91,1705	91,1795	0,06022	0,06023
Rúpia (Índia)	83,9190	83,9740	0,06538	0,06543
Rúpia (Indonésia)	15950,0000	15960,0000	0,0003440	0,0003443
Rúpia (Paquistão)	278,5000	278,7000	0,01970	0,01972
Shekel (Israel)	3,7814	3,7874	1,4497	1,4521
Won (Coréia do Sul)	1369,6700	1370,2300	0,004007	0,004009
Yuan Renminbi (China)	7,1744	7,1760	0,7651	0,7654
Zloty (Polônia)	3,9364	3,9374	1,3944	1,3950
	Cotações Ouro Spot (2)	**Paridade (3)**	**Em R$(1) Compra**	**Venda**
Dólar Ouro	2459,29	0,01265	434,0316	434,0791

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	12/08/24	09/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	39.357,01	39.497,54	-0,36	-3,64	4,42	11,55	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	18.542,03	18.513,10	0,16	-4,24	10,20	23,38	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	16.780,61	16.745,30	0,21	-4,65	11,79	22,98	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.344,39	5.344,16	0,00	-3,22	12,05	19,72	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	22.398,93	22.311,30	0,39	-3,08	6,87	9,76	18.737,39	23.110,81
México	Cidade do México	IPC	53.040,35	53.051,54	-0,02	-0,18	-7,57	-0,38	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.330,28	1.310,45	1,51	-1,15	11,30	15,93	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	89.439,56	91.648,25	-2,41	-0,83	54,65	149,16	35.796,91	94.058,81
Chile	Santiago	IPSA	6.326,05	6.320,96	0,08	-1,78	2,07	1,10	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.615,52	28.633,29	-0,06	-3,12	10,23	21,95	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.588.905,09	1.583.894,88	0,32	5,38	70,90	230,85	470.380,51	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.435,76	1.433,76	0,14	-3,59	2,88	5,19	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	17.726,47	17.722,88	0,02	-4,23	5,82	11,96	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.250,67	7.269,71	-0,26	-3,73	-3,88	-1,22	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	31.928,32	31.782,23	0,46	-5,44	5,19	12,92	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.040,47	4.059,75	-0,47	-2,17	8,97	9,65	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.670,23	2.726,50	-2,06	-2,96	16,93	24,82	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	10.646,20	10.638,50	0,07	-3,78	5,39	12,85	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.398,20	1.383,31	1,08	-5,41	8,12	8,65	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	885,65	883,37	0,26	-3,80	12,56	15,75	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.352,07	72.028,77	0,45	-2,29	19,35	28,94	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	82.027,10	79.603,18	3,05	-2,75	4,55	16,34	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.556,34	6.550,61	0,09	-2,27	2,50	8,44	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	996,32	1.036,57	-3,88	-7,45	-8,04	-0,46	982,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.460,90	2.458,59	0,09	-5,69	2,62	11,69	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	11.873,71	11.865,93	0,07	-3,60	6,61	7,15	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	9.828,56	9.907,38	-0,80	-7,61	31,57	27,41	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.972,74	-	-1,17	-1,27	5,17	3,14	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	80.560,81	Feriado	-0,22	-2,66	4,77	4,66	69.451,97	82.765,12
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	Feriado	35.025,00	-	-10,43	4,66	7,86	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.028,50	7.990,70	0,47	-3,51	2,54	6,28	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.546,57	1.553,93	-0,47	-3,99	-15,85	-22,76	1.433,10	2.041,41
China	Xangai	SSE Composite	2.858,20	2.862,19	-0,14	-2,74	-3,92	-10,38	2.702,19	3.254,56
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.618,30	2.588,43	1,15	-5,50	-1,39	1,04	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.111,65	17.090,23	0,13	-1,34	0,38	-10,29	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	79.648,92	79.705,91	-0,07	-2,56	10,26	21,93	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.297,63	7.257,00	0,56	0,58	0,34	6,07	6.642,42	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	Feriado	1.297,07	-	-1,80	-8,39	-15,51	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.773,26	21.469,00	1,42	-1,92	21,43	31,15	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Valor ECONÔMICO
Informação, análises e conteúdo aprofundado. Tudo isso você lê no Valor.
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

FERTILIZANTES HERINGER

FERTILIZANTES HERINGER S.A.
COMPANHIA ABERTA
DE CAPITAL AUTORIZADO
CNPJ/MF Nº 22.266.175/0001-88

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 22 dias do mês de setembro de 2023, às 10h00, de forma exclusivamente digital. Nos termos do artigo 5º, §3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), esta Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia" ou "AGE") da Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia") foi considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Paulínia, Estado de São Paulo, na Avenida Irene Karcher, 620 - Bairro Betel, CEP 13.148-906. **2. Convocação:** O Edital de Convocação foi publicado nos termos dos Artigos 124 e 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), no jornal Valor Econômico nas edições (impressa e online) dos dias 01, 04 e 05 de setembro de 2023, páginas C5, C3 e A10, respectivamente, com divulgação simultânea na página da internet do mesmo jornal, bem como disponibilizadas nos websites da CVM e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia (nos termos do art. 13 combinado com o art. 27, parágrafo único do Estatuto Social da Companhia), o Sr. Gustavo Bastide Horbach, e secretariados pelo Sr. Luiz Felipe Fleury Vaz Guimarães. **4. Presença:** Presentes acionistas detentores de ações que representam 80% (oitenta por cento) do capital social com direito a voto da Companhia, conforme registros do sistema eletrônico de participação à distância, nos termos do artigo 47, inciso III da Resolução CVM 81, quórum, portanto, superior ao necessário para instalação desta Assembleia. **5. Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(a)** alteração do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia para alterar o capital autorizado da Companhia, de modo que o capital social possa ser aumentado em até 64.628.741 (sessenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e oito mil e setecentas e quarenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária; **(b)** alteração do Estatuto Social da Companhia, para adequá-lo às novas regras do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") , com a consequente: (1) alteração do: (i) Artigo 18º, alíneas "a", "b"; (ii) Artigo 20º, Parágrafo único; (iii) Artigo 30º, Parágrafo 1º; e (iv) Artigo 38º caput e Parágrafo 1º; (2) exclusão dos seguintes dispositivos: (i) Artigo 10º; (ii) Artigo 18º, alínea "w"; (iii) Artigo 38º, Parágrafos 2º, 3º e 4º; (iv) Artigo 40º; (v) Artigo 41º; (vi) Artigo 42º; (vii) Artigo 43º; (viii) Artigo 44º; (ix) Artigo 45; (x) Artigo 46º; (xi) Artigo 47º; (xii) Artigo 48º; (xiii) Artigo 49º; (xiv) Artigo 50º; (xv) Artigo 51º; e (3) inclusão dos seguintes novos dispositivos (i) Artigo 9º, Parágrafo 3º e (ii) Artigo 39º; e **(c)** reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia em decorrência das alterações acima propostas. **6. Lavratura da Ata:** Após a verificação do quórum de instalação da Assembleia, foi autorizada, por unanimidade dos acionistas presentes, a dispensa da leitura do Edital de Convocação, o qual ficará à disposição para consulta dos acionistas presentes, e foi aprovada, pela unanimidade dos presentes, a lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme dispõe o artigo 130, §1º, da Lei das S.A., bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas, na forma do artigo 130, §2º, da Lei das S.A. **7. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os acionistas da Companhia deliberaram o quanto segue: **(a)** Aprovar, por unanimidade dos votos, conforme mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, tendo sido computados 43.073.646 votos a favor, a alteração do Artigo 6º, do Estatuto Social da Companhia para alterar o capital autorizado da Companhia **de** R$800.000.000,00 **para** até 64.628.741 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O Artigo 6º passará a ter a seguinte redação: "***Artigo 6º*** *- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 64.628.741 (sessenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e oito mil e setecentas e quarenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, incluídas as ações ordinárias já emitidas, independentemente de reforma estatutária, sem guardar proporção entre as ações já existentes."* **(b)** Aprovar, por unanimidade dos votos, conforme mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, tendo sido computados 43.073.646 votos a favor, a alteração Estatuto Social para adequá-lo às novas regras do Regulamento do Novo Mercado da B3, de forma a: (1) alterar o: (i) Artigo 18º, alíneas "a", "b"; (ii) Artigo 20º, Parágrafo único; (iii) Artigo 30º, Parágrafo 1º; e (iv) Artigo 38º caput e Parágrafo 1º; (2) excluir os seguintes dispositivos: (i) Artigo 10º; (ii) Artigo 18º, alínea "w"; (iii) Artigo 38º, Parágrafos 2º, 3º e 4º; (iv) Artigo 40º; (v) Artigo 41º; (vi) Artigo 42º; (vii) Artigo 43º; (viii) Artigo 44º; (ix) Artigo 45; (x) Artigo 46º; (xi) Artigo 47º; (xii) Artigo 48º; (xiii) Artigo 49º; (xiv) Artigo 50º; (xv) Artigo 51º; e (3) incluir os seguintes novos dispositivos (i) Artigo 9º, Parágrafo 3º e (ii) Artigo 39º; e **(c)** Aprovar, por unanimidade dos votos, conforme mapa de votação constante do **Anexo I** à presente ata, tendo sido computados 43.073.646 votos a favor, a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir as matérias aprovadas acima (conforme **Anexo III**). **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A. Reabertos os trabalhos, foi a presenta ata lida, achada conforme e assinada pela Mesa, conforme o artigo 47, §2º, da Resolução CVM 81. Foram considerados signatários da ata, nos termos do artigo 47, §1º, da Resolução CVM 81, os acionistas que registraram a sua presença no sistema eletrônico de participação à distância, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído. Os Mapas Finais de Votação Sintéticos e a Lista de Acionistas Presentes constam dos **Anexos I e II** a esta ata. Por fim, a gravação das Assembleias e os votos manifestados por meio dos boletins de voto à distância foram arquivados na sede social da Companhia. Paulínia, SP, 22 de setembro de 2023. *Confere com a original, lavrada em livro próprio.* **Mesa:** Gustavo Bastide Horbach - Presidente; Luiz Felipe Fleury Vaz Guimarães - Secretário. JUCESP sob nº 294.691/24-8 em 31/07/24. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 10.338.320/0001-00 - NIRE Nº 33.300.288.279
COMPANHIA ABERTA - RG. CVM 02217-9

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A., REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Aos 20 (vinte) dias do mês de junho do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 08:00, por escrito e sem sessão. **PRESENÇA**: Presentes os senhores Conselheiros da Companhia Ana Teresa Lafuente González, Fulvio da Silva Marcondes Machado, Solange Maria Pinto Ribeiro, Leonardo Pimenta Gadelha. **CONVOCAÇÃO:** Convocações endereçadas aos senhores Conselheiros da Companhia por meio de correio eletrônico nos termos do Estatuto Social. **ORDEM DO DIA:** Informações e deliberações acerca do seguinte assunto: **(1)** Distribuição de Juros sobre Capital Próprio. **DELIBERAÇÕES:** Dando-se início aos trabalhos, sendo abordado o item **(1) da Ordem do Dia**, os senhores Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a distribuição de Juros sobre Capital Próprio, com data base em 30/06/2024, no valor de R$ 8.027.000,00 (oito milhões e vinte e sete mil reais), correspondentes a R$ 0,1272416291 por ação ordinária, sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024. Terão direito ao recebimento todos aqueles acionistas constantes da base acionária das Companhias em 25/06/2024, sendo que as ações serão negociadas "ex-proventos" na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") a partir do dia 26/06/2024, inclusive, conforme aplicável. **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA**: Fica registrado que os materiais pertinentes ao item da **Ordem do Dia** encontram-se arquivados na sede da Companhia. Foi, então, declarada como encerrada a reunião e lavrada a presente ata no livro próprio, a qual foi lida e assinada pelos senhores Conselheiros presentes. Rio de Janeiro, 20 de junho de 2024. Confere com original lavrado em livro próprio. **Marcela Veras -** Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.. Certifico o arquivamento em 17/07/2024 sob o nº 00006347661. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário Geral.

IRB(Re) 85 anos

IRB-Brasil Resseguros S.A.

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

Companhia Aberta

Ata da 335ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: Ao 1° dia do mês de abril de 2024, às 08 horas, reuniu-se, extraordinariamente, por meio de vídeo conferência, o Conselho de Administração do IRB-Brasil Resseguros S.A. ("IRB Re" ou "Companhia"), com a participação do Presidente do Conselho de Administração, Maurício Quintella Malta Lessa, e dos demais conselheiros, Antônio Cássio dos Santos, Antonio Francisco de Lima Neto, Bruno Camara Soter da Silveira, Cibele Castro, Henrique José Fernandes Luz, Israel Aron Zylberman, Ivan Gonçalves Passos e Wilson Toneto. Pela Diretoria Estatutária da Companhia, participou o Diretor Jurídico, Bernardo Netto Arruda. A reunião contou, ainda, com a participação da Gerente de Governança Corporativa, Daniela Tavares, na qualidade de Secretária. **Convocação:** Dispensada a convocação, face à presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 22, § 4º, do Estatuto Social da Companhia. **Assunto para Deliberação: 1) Eleição do novo Diretor Vice-Presidente Financeiro do IRB Re:** Em consonância com a nova estrutura organizacional da Companhia, aprovada por este Conselho de Administração, na reunião ordinária realizada em 26.02.2024, o Colegiado elegeu o Sr. **Marcos Pessôa de Queiroz Falcão**, atual Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, para acumular, de forma transitória, o cargo de Diretor Vice-Presidente Financeiro do IRB Re, em substituição ao Sr. **Rodrigo de Souza Lobo Botti**, o qual passará a ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente de Inovação e Tecnologia. **2) Alteração e Ratificação dos Cargos na Diretoria Estatutária do IRB Re:** O Conselho aprovou: (i) a alteração dos cargos ocupados pelos seguintes membros da Diretoria Estatutária: (a) **Marcos Pessôa de Queiroz Falcão**, o qual passará a ocupar os cargos de Diretor-Presidente; Diretor Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; e (b) **Rodrigo de Souza Lobo Botti**, o qual passará a ocupar o cargo de Diretor Vice-Presidente de Inovação e Tecnologia; bem como (ii) a ratificação dos cargos ocupados pelos seguintes membros da Diretoria Estatutária: (a) **Hugo Daniel Castillo Irigoyen**, na qualidade de Diretor Vice-Presidente de Resseguros; (b) **Bernardo Netto Arruda,** na qualidade de Diretor Jurídico; (c) **Daniel Volpe**, na qualidade de Diretor Técnico de Subscrição; e (d) **Thais Ricarte Peters**, na qualidade de Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade. Diante das deliberações acima, segue abaixo a nova composição da Diretoria Estatutária da Companhia, com os cargos ocupados por cada um dos seus membros: **- Marcos Pessôa de Queiroz Falcão**, brasileiro, divorciado, economista, portador da carteira de identidade n° 4.740.688-9, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o n° 914.007.167-72, na qualidade de Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; **- Hugo Daniel Castillo Irigoyen**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da carteira de identidade n° 2005594979, expedida pelo SSP/RS e inscrito no CPF sob o n° 193.921.410-68, na qualidade de Diretor Vice-Presidente de Resseguros; - **Rodrigo de Souza Lobo Botti**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade n° 18.711.189-3 expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF sob o n° 169.267.318-10, na qualidade de Diretor Vice-Presidente de Inovação e Tecnologia; - **Bernardo Netto Arruda**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira OAB/RJ n° 123.060, inscrito no CPF sob o n° 082.263.217-94, na qualidade de Diretor Jurídico; - **Daniel Volpe**, brasileiro, casado, atuário, portador da carteira de identidade n° 6.621.944-5 expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF sob o n° 008.842.239-90, na qualidade de Diretor Técnico de Subscrição; - **Thaís Ricarte Peters**, brasileira, divorciada, economista, portadora da carteira de identidade n° 2427500, expedida pelo SSP/DF, inscrita no CPF/MF sob o n° 715.348.651-87, na qualidade de Diretora de Controles Internos, Riscos e Conformidade; e - **Willy Otto Jordan Neto**, brasileiro, divorciado, economista, portador da carteira de identidade n° 09578730-5, expedida pelo IFP-RJ, inscrito no CPF sob o n° 025.989.347-17, na qualidade de Diretor sem Designação Específica. Os referidos membros da Diretoria Estatutária da Companhia, eleitos em 03.07.2023 para mandato unificado de dois anos, atendem às exigências previstas nos artigos 147 e 149 da Lei n° 6.404/1976 e aos artigos 43 e 44 da Resolução CNSP n° 422/2021, bem como possuem endereço comercial na Avenida República do Chile nº 330, 4º andar, Bairro Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP nº 20.031-170. **3. Designação dos Diretores Estatutários Responsáveis perante a SUSEP:** Diante das posições acima mencionadas, o Conselho de Administração, por unanimidade, aprovou a seguinte designação dos Diretores Estatutários responsáveis perante a SUSEP, por área de atividade, na observância dos normativos abaixo citados: **(i) Circular SUSEP n° 234, de 28.08.2003 - art. 1°**: I) Responsável pelas relações com a SUSEP: Sr. Bernardo Netto Arruda; II) Responsável administrativo-financeiro: Sr. Marcos Pessôa de Queiroz Falcão; e IV) Responsável pelo combate à lavagem de dinheiro (também requerido pela Lei n° 9.613, de 03.03.1998 e Circular SUSEP n° 612/20): Sra. Thais Ricarte Peters; **(ii) Circular SUSEP n° 590, de 29.07.2019 - art. 2º:** Responsável pelo combate a fraudes: Sra. Thais Ricarte Peters; **(iii) Resolução CNSP n° 416, de 20.07.2021 - art. 9°:** Responsável pelos controles internos: Sra. Thais Ricarte Peters; **(iv) Resolução CNSP n° 432, de 12.11.2021 - art. 3º**, **Inciso III**: Responsável pela contabilidade: Sr. Marcos Pessôa de Queiroz Falcão; **(v) Resolução CNSP n° 432, de 12.11.2021 - art. 3º, Inciso II**: Responsável técnico: Sr. Marcos Pessôa de Queiroz Falcão; **(vi) Resolução CNSP n° 143, de 27.12.2005 - art. 2º**: Responsável pelas apólices e endossos: Sr. Hugo Daniel Castillo Irigoyen; e **(vii) Resolução CNSP n° 383, de 20.03.2020 - art. 13:** Responsável pelo SRO: Sr. Hugo Daniel Castillo Irigoyen. **Encerramento**: Por unanimidade dos votos dos presentes, foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme e assinada pelos conselheiros presentes. Rio de Janeiro, 01 de abril de 2024. **Maurício Quintella Malta Lessa -** Presidente, **Antônio Cássio dos Santos -** Conselheiro, **Antonio Francisco de Lima Neto -** Conselheiro, **Bruno Camara Soter da Silveira -** Conselheiro, **Cibele Castro -** Conselheira, **Henrique José Fernandes Luz -** Conselheiro, **Israel Aron Zylberman -** Conselheiro, **Ivan Gonçalves Passos -** Conselheiro, **Wilson Toneto -** Conselheiro. Ata registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00006382139 em 06/08/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral da JUCERJA.

Valor Econômico
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Neoenergia Elektro

ELEKTRO REDES S.A.

CNPJ/MF Nº 02.328.280/0001-97 - NIRE 35.300.153.570
COMPANHIA ABERTA - CVM nº 01748-5

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 12 (doze) de abril de 2024, às 14:00 horas, na sede social da Elektro Redes S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Jardim Nova América, no Município de Campinas, Estado de São Paulo ("Assembleia"). **2. CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação publicado, de acordo com o artigo 124 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), no jornal Valor Econômico, impresso e digital, nos dias 22, 23, 24, 25 e 26 de março de 2024; e encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, através do Sistema IPE, no dia 21 de março de 2024. **3. PUBLICAÇÕES:** Efetuadas em obediência ao artigo 133 da Lei das S.A., no jornal Valor Econômico, impresso e digital. O Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e o Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditor independente da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, foram publicados no Jornal Valor Econômico, no dia 08 de fevereiro de 2024. Tais documentos foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da CVM e da Companhia com mais de 1 (um) mês de antecedência da presente data, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável. Os demais documentos e informações relativos à ordem do dia, nos termos da Resolução da CVM nº 81 ("Resolução CVM 81") e da Resolução da CVM nº 80 ("Resolução CVM 80"), ambas de 29 de março de 2023, foram divulgados aos acionistas da Companhia, mediante a apresentação à CVM nos termos da regulamentação aplicável. **4. PRESENÇAS:** Participaram da Assembleia acionistas representando 99,97% do capital social votante da Companhia e 99,53% das ações preferenciais de emissão da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas no Livro de Presença de Acionistas e pelos Boletins de Voto a Distância recebidos nos termos da Resolução CVM 81. Em atendimento ao disposto no artigo 134, § 1º da Lei das S.A., participaram, ainda, o Sr. **Felipe Coimbra Renzo**, representante da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditor independente da Companhia, e o Sr. **Antonio Casanova**, Diretor Presidente e representante da Administração da Companhia, que ficaram à disposição para prestar esclarecimentos a respeito das matérias objeto da Assembleia. **5. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Verificado o quórum legal, foi instalada a Assembleia, tendo a Sra. **Juliana Turchetto Pimentel** assumido a presidência e o Sr. **Matheus Oriani Braidotti** a secretaria dos trabalhos, que foram escolhidos na forma prevista no artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. **6. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e votar as seguintes matérias: **I – Em Assembleia Geral Ordinária: (1)** Apreciação das contas e do relatório anual dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; **(2)** Proposta para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31/12/2023 e a distribuição de dividendos; **(3)** Ratificação da eleição de membro do Conselho de Administração; **(4)** Definição do número de membros que irá compor o Conselho Fiscal e eleição dos seus membros; e **(5)** Fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia e do Conselho Fiscal. **II – Em Assembleia Geral Extraordinária: (6)** Programa de Incentivo de Longo Prazo referente ao Ciclo 2023-2025. **7. LAVRATURA DA ATA:** Foi dispensada, pela unanimidade dos acionistas, a leitura do mapa de votação sintético consolidado dos votos proferidos por meio de Boletins, consoante o artigo 48, §4º da Resolução CVM 81, uma vez que tal documento foi divulgado ao mercado pela Companhia em 11 de abril de 2024. Além disso, por proposta da Presidente da Mesa, foi dispensada, por unanimidade dos acionistas, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia, uma vez que foram previamente disponibilizados e são de inteiro conhecimento dos acionistas. Os acionistas também autorizaram, por unanimidade, a lavratura da presente ata na forma de sumário e a publicação da ata desta Assembleia com omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §1º e §2º da Lei das S.A. **8. DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão dos assuntos constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o seguinte: **I – Em Assembleia Geral Ordinária: 1)** Por 91.855.825 votos favoráveis, 367 abstenções ou impedimentos e 0 votos contrários, aprovar integralmente e sem ressalvas, as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **2)** Por 91.855.825 votos favoráveis, 367 abstenções ou impedimentos e 0 votos contrários, aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2023, no valor de R$ 971.124.435,54 (novecentos e setenta e um milhões, cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), da seguinte forma: **(i)** Aprovar a não constituição da Reserva Legal tendo em vista que, no referido exercício social, o saldo da Reserva Legal, acrescido do montante das Reservas de Capital, excede de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme estabelecido no artigo 193, § 1º da Lei das S.A.; **(ii)** Ratificar a declaração intermediária de Juros Sobre o Capital Próprio, no montante total bruto de R$ 191.859.000,00 (cento e noventa e um milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil reais), tendo sido (i) o montante de R$ 101.746.000,00 (cento e um milhões, setecentos e quarenta e seis mil reais) declarado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2023, e (ii) o montante de R$ 90.113.000,00 (noventa milhões, centro e treze mil reais) declarado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de dezembro de 2023, os quais foram atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios; sendo que o montante indicado no item (i) já foi integramente pago e o montante indicado no item (ii) será pago até 31 de dezembro de 2024, sem qualquer correção ou atualização monetária, líquido de impostos, com base na posição acionária de 4 de janeiro de 2024; **(iii)** Ratificar a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), declarados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de julho de 2023, os quais já foram integralmente pagos em dezembro de 2023; **(iv)** Aprovar a distribuição adicional de dividendos no montante de R$ 419.265.435,54 (quatrocentos e dezenove milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), a serem pagos pela Companhia até 31 de dezembro de 2024;

Descrição	2023
Lucro líquido do exercício	**971.124.435,54**
Juros sobre capital próprio	191.859.000,00
Dividendos intermediários	360.000.000,00
Dividendos adicionais propostos	419.265.435,54
Total da remuneração distribuída	**971.124.435,54**

(v) Aprovar a distribuição adicional de dividendos no montante de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) relativos à reserva de lucros de exercícios anteriores, a serem pagos pela Companhia até 31 de dezembro de 2024. Foi apresentada solicitação escrita de esclarecimentos pelo acionista minoritário Rubens dos Santos, titular de 95.920 ações preferenciais, representativas de 0,09% das ações preferenciais da Companhia. A Administração da Companhia prestou os devidos esclarecimentos ao acionista, tendo tais manifestações sido recebidas e autenticadas pela Mesa e anexadas à presente Ata. **3)** Por 91.855.825 votos favoráveis, 367 abstenções ou impedimentos e 0 votos contrários, aprovar a ratificação da nomeação da conselheira **Ana Teresa Lafuente González**, espanhola, engenheira, portadora de passaporte espanhol nº PA0677835, com endereço à Calle Tomás Redondo, 1, 28033, Madri, Espanha, para o cargo de Membro Titular e Presidente do Conselho de Administração, conforme a indicação realizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 27 de fevereiro de 2024, com mandato coincidente com os demais Conselheiros de Administração, ou seja, até a realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar acerca das contas do exercício social de 2024. **4)** Por 91.855.825 votos favoráveis, 367 abstenções ou impedimentos e 0 votos contrários, aprovar a fixação de 4 (quatro) membros titulares (efetivos) e igual número de suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia para o próximo mandato, e **eleger para compor o Conselho Fiscal**, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, os seguintes membros: **Como membros titulares – (1) Francesco Gaudio,** italiano naturalizado brasileiro, casado, contador, portador do documento de identidade RG nº 2.041.880 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 128.804.777-00, domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Rua Sá Viana, nº 99/ 201, Grajaú; **(2) Eduardo Valdés Sanchez,** espanhol, casado, engenheiro, portador do documento de identidade RNE nº V284913W, inscrito no CPF/MF sob nº 055.017.167-39, domiciliado na cidade de Salvador, estado da Bahia, no Largo da Vitória, nº 36, apt. 900; **(3) João Guilherme Lamenza,** brasileiro, casado, contador, portador da Carteira de Identidade nº 062643309, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 835.606.707-30, domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Vargas, 463/6º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ; e **(4) Fabiano Romes Maciel**, brasileiro, casado, economista, portador da célula de identidade nº 26.262.781-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 679.715.639-49, domiciliado no SQN 211 - bloco F - apto 203 - Asa Norte – Brasília/DF. **Como membros suplentes, respectivamente – (1) José Antonio Lamenza**, brasileiro, casado, graduado em ciências contábeis, portador da cédula de identidade nº 054037-0 expedida pela CRC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 708.961.787-49, domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Rua Itacurujá, 19/405, Tijuca; **(2) Glaucia Janice Nitsche**, brasileira, casada, graduada em ciências contábeis, portadora da Carteira de Identidade nº 29.976.677-4 expedida pelo Detran/RJ e inscrita no CPF/MF sob o nº 629.348.210-72, domiciliada na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, 321, andar Térreo, sala C, Jd. Nova América; **(3) Antônio Carlos Lopes**, brasileiro, casado, graduado em ciências contábeis, portador da Cédula de Identidade 10.202657-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n° 898.205.508-82, domiciliado na cidade e estado de São Paulo, com endereço na Rua Boa Vista, 254,10° Andar, Cj.1001, Centro; e **(4) Nilo José Panazzolo**, brasileiro, divorciado, aposentado, portador da célula de identidade nº 12055891-1, inscrito no CPF/MF sob o nº 166.417.280-72, domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Prudente de Morais, 938 / 101 – Ipanema. Em votação em separado, por 115.720 votos favoráveis, 0 abstenções ou impedimentos e 0 votos contrários, a maioria dos acionistas titulares de ações preferenciais participantes desta Assembleia elegeram, como membro titular, o Sr. **Ricardo Magalhães Gomes**, brasileiro, solteiro, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade nº 08.014.552-7 expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.729.747-86, domiciliado na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, 116, Sala 1.803, Botafogo, e o Sr. **João Antônio de Oliveira Junior**, brasileiro, em união estável, advogado, portador da carteira de identidade nº 20.027.200-7, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 321.698.658-61, domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Cayowaá, 777, apto. 53, Perdizes, como seu respectivo suplente. Considerando a eleição em separado de membro do Conselho Fiscal realizada, fica consignada a fixação de 5 (cinco) membros para compor o Conselho Fiscal da Companhia. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos tomarão posse, nos termos da Lei das S.A., mediante a assinatura do respectivo termo de posse, ocasião na qual declararão à Companhia o preenchimento dos requisitos de elegibilidade previstos na Lei das S.A. e o seu desimpedimento para o exercício dos respectivos cargos. Em razão do resultado da eleição dos membros do Conselho Fiscal ora deliberada, o Conselho Fiscal passa a apresentar a seguinte composição:

Membros eleitos pela votação majoritária		
Membro titular (efetivo)	**Membro Suplente**	**Mandato**
Francesco Gaudio	José Antonio Lamenza	Até a primeira Assembleia Geral Ordinária que vier a se realizar após a sua eleição
Eduardo Valdés Sanches	Glaucia Janice Nitsche	
João Guilherme Lamenza	Antonio Carlos Lopes	
Fabiano Romes Maciel	Nilo José Panazzolo	
Membros eleitos pela votação em separado (preferencialistas)		
Membro titular (efetivo)	**Membro Suplente**	**Mandato**
Ricardo Magalhães Gomes	João Antônio de Oliveira Junior	Até a primeira Assembleia Geral Ordinária que vier a se realizar após a sua eleição

5) Por 91.855.825 votos favoráveis, 367 abstenções ou impedimentos e 0 votos contrários, aprovar a fixação da remuneração anual global dos administradores e do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024, sendo a remuneração do Conselho Fiscal fixada nos termos no § 3º do artigo 162 da Lei das S.A., líquida de encargos sociais, no valor de até R$ 3.986.072,09 (três milhões, novecentos e oitenta e seis mil, setenta e dois reais e nove centavos), da seguinte forma: (i) Remuneração dos membros da Diretoria Estatutária: até R$ 3.266.697,89 (três milhões, duzentos e sessenta e seis mil, seiscentos e noventa e sete reais e oitenta e nove centavos); (ii) Remuneração dos membros do Conselho de Administração: até R$ 384.199,20 (trezentos e oitenta e quatro mil, cento e noventa e nove reais e vinte centavos); e (iii) Remuneração dos membros do Conselho Fiscal: até R$ 335.175,00 (trezentos e trinta e cinco mil, cento e setenta e cinco reais). **II – Em Assembleia Geral Extraordinária: 6)** Por 91.855.825 votos favoráveis, 367 abstenções ou impedimentos e 0 votos contrários, aprovar, integralmente e sem ressalvas, a adesão ao Programa de Incentivo de Longo Prazo referente ao Ciclo 2023-2025 da Administração ("Programa 2023-2025"), observados os moldes e o Regimento do Programa. A remuneração referente ao Programa 2023-2025 será adicional e suplementará a remuneração devida, fixa e/ou variável, conforme aplicável. A implementação do Programa 2023-2025, por meio desta Assembleia, não implica alteração no valor nominal da remuneração global anual dos Administradores para o exercício social de 2024, ora aprovada. **ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO E ASSINATURAS:** Não havendo qualquer outro pronunciamento, o Sr. Presidente considerou encerrados os trabalhos da Assembleia, determinando que fosse lavrada a presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes. AA. Mesa: Presidente, **Juliana Turchetto Pimentel**; Secretário, **Matheus Oriani Braidotti**. Acionistas: Neoenergia S.A. - representada através do boletim de voto a distância por Fulvio Machado e Juliano Pansanato; Argucia Income Fundo de Investimento em Ações - representado por Raphael Manhães Martins; Argucia Endowment Fundo de Investimento Multimercado - representado por Raphael Manhães Martins; e Rubens dos Santos - representado por Raphael Manhães Martins. Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio. Mesa: **Juliana Turchetto Pimentel -** Presidente da Mesa; **Matheus Oriani Braidotti -** Secretário. JUCESP. Certifico o registro sob o número 264.413/24-6 em 12/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

EDITORA GLOBO

Valor investe

Simuladores, calculadoras e cotações, além de notícias e muito conteúdo de educação financeira em linguagem acessível para quem quer cuidar do seu dinheiro de forma inteligente.

Com o **Valor Investe**, você tem acesso a tudo o que precisa para tomar decisões mais estratégicas sobre seus investimentos.

Acesse
https://valorinveste.globo.com/

INÊS 249

Valor investe

Investimentos Após autoridade ajustar a comunicação, profissionais esperam que Copom materialize discurso de austeridade monetária

Para gestores, BC está mais próximo de subir a Selic



DIVULGAÇÃO

Da esq. para dir., Raduan, Serra e Parreiras: escape da inflação para nível acima da meta torna aperto necessário

Adriana Cotias
De São Paulo

Depois de ajustar o discurso para recompor a credibilidade com a proximidade da transição no Banco Central (BC), o Comitê de Política Monetária (Copom) deve caminhar para aumentar a Selic já a partir da próxima reunião, segundo três gestores de assets de referência no setor: André Raduan, da Genoa Capital; Bruno Serra Fernandes, da Itaú Asset; e Luiz Parreiras, da Verde Asset.

Ao participarem de evento da Warren Investimentos, os comentários foram na linha de que desde as falas do diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, na semana passada, incluindo a do evento de ontem, os ativos domésticos reagiram à leitura de quem quer que assuma o comando do BC, no lugar de Roberto Campos Neto em 2025, vai seguir o script de preservar a meta de inflação — mesmo que às custas de juros mais altos.

Como os últimos dados do IPCA projetam uma taxa superior já para o ano que vem, o colegiado não deve ter alternativa a não ser confirmar na ação o discurso da austeridade.

O desemprego, sob várias métricas, está abaixo do esperado, afetando salários e renda, a atividade tem se mostrado mais forte, e o próprio modelo do BC aponta para uma inflação acima da meta, disse Raduan. "A discussão é meio tranquila de que vai ter que subir os juros, acho que é a decisão correta para ancorar as expectativas e diminuir o prêmio de risco", comentou. "Aí as chances para o ano que vem são de cortes maiores."

Se o câmbio estivesse num intervalo entre R$ 4,90 e R$ 5,00, o BC poderia manter a Selic nos atuais 10,5% ao ano por mais tempo. Mas, com a economia pujante, o desemprego nas mínimas, após forte impulso fiscal no ano passado e neste, se a inflação começar a rodar acima da meta, isso vai jogar as expectativas para cima, segundo Parreiras.

"O câmbio desestabiliza uma figura que já era complexa, talvez vá demandar uma postura mais dura do BC. [O dólar] Saiu de R$ 5 no fim de 2023 para R$ 5,70 recentemente, é quase inexorável e com certeza impactou as expectativas de maneira forte", afirmou Parreiras. "Dificilmente não vai ter uma alta para tomar de volta o controle [inflacionário]."

Serra, ex-diretor de política monetária do BC, disse que vinha pesando a percepção dos investidores em relação ao futuro do BC, porque havia desconfiança de que haveria algum constrangimento para exercer o seu papel institucional. "Os BCs sobem juros quando precisam e caem quando podem, não existe equilíbrio da moeda se há qualquer limitação nesse processo." Como a válvula da incerteza foi a depreciação cambial, houve alta das expectativas inflacionárias. "O câmbio provavelmente estaria muito mais perto de R$ 5 do que de R$ 6 se a gente não tivesse passado por essa dúvida. O fato é que essa dúvida vai ser aos poucos esclarecida, no seu tempo."

> "Banco Central precisa tirar a 'bebida da sala quando os adolescentes' passam do limite"
> *Bruno Serra*

Quando o mercado interpretou que o BC será o mesmo de sempre, rapidamente as taxas longas recuaram. Essa postura foi lida que o próximo passo vai ser subir os juros pelo cenário mais desafiador, afirmou Serra.

Mesmo com a descompressão dos últimos dias, ele não acha que vá tirar o Copom da rota de alta de juros. Parafraseando Galípolo, que falou no painel anterior, ele disse que o BC não pode comemorar o fato de a atividade econômica estar mais forte, tem que prestar atenção "e tirar a bebida da sala quando os adolescentes passam do limite".

Parreiras acrescentou que até a bolsa se valorizou por causa da queda dos juros longos, refletindo-se "num ganho de credibilidade quase instantâneo". O prêmio de risco medido pelo CDS também recuou. "Entre estar num ciclo vicioso e virtuoso parece meio simples, uma coisa mágica da credibilidade. O mercado age rápido quando vira a chave."

Enquanto no Brasil o BC deve caminhar para uma alta de juros, nos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed, o BC americano) tende a iniciar seu ciclo de reduções. Serra acredita que o Fed, de Jerome Powell, não deveria fazer uma redução rápida das suas taxas de referência, precisa ser cuidadoso, não advogar pelo corte acelerado, "deixando o mercado precificar um ciclo mais longo, ele colhe um efeito mais benigno". Ele acrescentou que nos Estados Unidos, o efeito da política monetária na atividade é mais rápido, não tem a mesma defasagem que se observa no Brasil.

Raduan afirmou que a Genoa não trabalha com uma alta probabilidade de recessão porque tanto a população quanto as empresas americanas estão desalavancadas.

Parreiras, da Verde, comentou, contudo, que historicamente o desemprego nos EUA não sobe devagar, a taxa não é linear e esse é o maior risco. "A economia é tão pujante que é difícil olhar as condicionantes micro, é mais atitudinal, é difícil modelar quando acontece o desemprego."

O gestor acha muito provável o Fed fazer até três reduções de juros até 2025. "Na minha cabeça, eventualmente pode ser mais rápido." O argumento para que venha uma primeira redução de 0,50 ponto percentual é que o Fed considerou fazer um corte em julho que não levou adiante, considerou."

Reguladores veem mais concorrência com inovações

Victoria Netto e Lucianne Carneiro
Do Rio

O Banco Central (BC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) estão apostando alto na inovação para aumentar a concorrência, aperfeiçoar produtos e melhorar serviços do mercado de capitais e financeiro. As medidas discutidas estão alinhadas aos movimentos de "open finance" e "open capital markets" de abertura de informações e infraestruturas.

O diretor de regulação do BC, Otávio Damaso, avalia que discutir o futuro das finanças é também debater o processo de "tokenização" de ativos. Para ele, é fundamental trabalhar junto com as tecnologias para chegar aos objetivos..

"A inovação, quando você não abre as portas, ela arrebenta e chega de uma forma disruptiva e até negativa. Então, melhor do que ficar brigando contra o processo de inovação, que muitas vezes começa à margem da regulação, é trabalhar em conjunto e trazer isso para dentro do perímetro regulatório", disse ontem no Rio.

Ele falou sobre a agenda do BC rumo à digitalização, com destaque para a criação da moeda digital Drex — segundo ele, o principal "driver" de crescimento da autoridade monetária. O diretor do BC citou ainda o papel do Pix como um instrumento importante para democratizar o acesso ao sistema financeiro. "É muito interessante ver o open finance conversando de forma intensa com o Pix, e quando o Drex estiver funcionando, essas coisas vão se falar também".

A interoperabilidade — descrita como a possibilidade de compatibilização entre diferentes sistemas — também entrou em debate. O conceito se refere a padrões, protocolos, tecnologias e mecanismos que permitem que os dados fluam entre diferentes sistemas com o mínimo de intervenção humana.

Na avaliação de Damaso, avançar nesse processo entre Brasil e países vizinhos é um "desafio enorme". "O Banco Central se aventurou a abrir toda a tecnologia do Pix para vários países da América Latina, mas a base é diferente, então as soluções são difíceis. Acho que vamos encontrar um meio do caminho, a gente já vê o Pix avançando em países da fronteira, para muitos usos de brasileiros fazendo negócios lá".

> "Melhor do que brigar contra a inovação é trabalhar em conjunto com ela e incorporá-la"
> *Otávio Damaso*

Dentro da agenda de "open capital markets", o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), João Pedro Nascimento, destacou que o órgão regulador trabalha para entregar, no fim do terceiro trimestre, a norma de portabilidade de custódia de investimentos, apelidada de "Pix do mercado de capitais".

"Essa é uma das modificações mais modernizantes que a gente vai ver no mercado de capitais. É a simplicidade que o investidor terá para transferir a custódia do seu investimento entre agentes de mercado. Isso é importante, porque isso empodera o investidor".

Nascimento também destacou o cadastro centralizado como outra "grande entrega" prevista pela CVM. A medida prevê que um cadastro preenchido em uma instituição financeira, por exemplo, possa servir para intermediários, como corretoras.

"Quanto mais a gente reduz a burocracia e simplifica o uso das ferramentas, melhor é o trabalho para que o ambiente funcione de maneira eficiente", destacou o presidente do órgão regulador. "

Também no evento, o presidente da Zetta, Eduardo Lopes, anunciou o lançamento do guia "Como estabelecer as bases de um mercado financeiro competitivo em 10 passos". A associação reúne empresas de tecnologia que oferecem apoio para propostas regulatórias e serviços financeiros digitais.

O documento destaca a importância de infraestruturas públicas digitais, como sistemas de pagamento em tempo real e identidade digital. A experiência brasileira é citada como exemplo de como a regulação estratégica pode transformar o setor.

"Nosso trabalho é muito baseado no que foi feito pelo Banco Central nos últimos anos. Intencionalidade da política pública, olhar para o mercado e coconstruir. Quando olhamos os últimos anos, BC e CVM fizeram dezenas de consultas públicas, é um processo feito com o mercado", disse Lopes.

Ele destacou ainda como positiva a adoção, pelo Brasil, da proporcionalidade regulatória, que analisa o risco que cada instituição agrega ao sistema financeiro.

O Brasil precisa deixar de ser uma promessa

Palavra do gestor



Carlos Takahashi

Já não se discute a urgência da transição para uma economia de baixo carbono. Todos sabemos que o mundo ficará sob sério risco se essa roda não girar, e rápido. O que hoje está na mesa é a busca por soluções inovadoras e escaláveis para as questões de sustentabilidade.

Abrigando a imensidão da Amazônia e outros ecossistemas fundamentais para a estabilidade climática do planeta, o Brasil se apresenta há algum tempo como candidato a protagonista dessa agenda. No entanto, só vai assumir de fato esse papel quando conseguir atrair e direcionar um ingrediente fundamental desse processo: dinheiro.

É necessário direcionar o fluxo de capital para esta mudança. Estamos falando de uma agenda que demandará uma quantidade monumental de recursos. Os cálculos variam, mas uma estimativa do G-20 indica a necessidade de US$ 4,8 trilhões até 2030, que certamente não virá de apenas um bolso. Os financiamentos precisam combinar recursos públicos com montantes de bancos de desenvolvimento e de investidores privados. Nessa última fatia, é enorme a contribuição que pode vir do mercado de capitais. O Brasil, especificamente, tem muito a ganhar com essa dinâmica, e é por isso que os agentes do nosso mercado devem intensificar sua participação nos direcionamentos de recursos para a transição.

Temos avenidas de oportunidades em energias renováveis, projetos para manutenção da floresta em pé, desenvolvimento e exploração de soluções baseadas na natureza e evolução do agronegócio para um modelo mais sustentável, só para citar algumas delas. Tudo isso, ainda considerando o desenvolvimento socioeconômico do país. O fato é que, a despeito dessa diversidade e do potencial, o Brasil ainda não atrai investimentos à altura das possibilidades por questões diversas, como o risco cambial e a baixa oferta de fundos com características sustentáveis.

Uma transformação desse cenário passa, necessariamente, por um urgente letramento do mercado em relação à sustentabilidade e ao recorte ESG. Entendendo do tema, afinal, os agentes poderão enxergar com mais clareza todas as oportunidades que a transição para uma economia de baixo carbono gera em termos de novos produtos e chances de retorno de investimentos.

Nesse aspecto, há muitas boas notícias, como a criação da Rede Anbima de Sustentabilidade, que tem o propósito de conectar os agentes e fomentar o desenvolvimento de produtos, padrões e parâmetros que atendam às demandas de financiamento da transição sustentável. Mais recentemente, foi notável a participação de instituições financeiras, reguladores e autorreguladores na Semana de Sustentabilidade, promovida pelo BID Invest (Banco Interamericano de Desenvolvimento) — não por acaso em Manaus.

Há esforços regulatórios por parte da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) — como a resolução 193, que trata de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade — e autorregulatórios, sob a alçada da Anbima, como o guia para a oferta de títulos ESG e a criação da classificação de fundos sustentáveis.

Apesar desse conjunto de iniciativas, o Brasil continua como promessa. O ponto é como virar esse jogo, transformando o país em uma vitrine de soluções? É preciso, em primeiro lugar, que o mercado de capitais local avance na oferta de estruturas de finanças verdes. Nesse ponto, é de grande relevância o mecanismo de "blended finance" — tema que foi um dos pontos altos do evento do BID —, em que diversos arranjos de financiamento combinam recursos públicos, de bancos de fomento, filantrópicos e de investidores privados conectados pelo mercado de capitais. Essa combinação equilibra a dinâmica de riscos dos projetos, que muitas vezes o capital privado não quer ou não tem condições de assumir sozinho. Além disso, consegue ampliar a capilaridade dos financiamentos.

Os gestores e analistas de ativos precisam mergulhar nos temas de vez. Poucas casas incorporam realmente a variável clima na análise de ativos. É necessário entender os riscos físicos e de transição aos quais os ativos estão sujeitos. Um primeiro passo é quantificar as emissões de carbono financiadas. O mercado de carbono está batendo à porta e, em breve, deve ser aprovado contemplando o modelo "cap and trade", em que as empresas receberão cotas de emissões. Assim, a análise dos ativos deve considerar esse indicador.

Outro fator de grande importância é a internacionalização do nosso mercado. Ampliando os contatos com os grandes investidores globais, ficará mais viável a disseminação de uma narrativa consistente sobre o que o Brasil tem de melhor, mostrando as oportunidades de ativos capazes de realmente fazer a diferença na transição. O Brasil precisa se vender melhor para os estrangeiros e, nisso, todos os agentes, públicos e privados, têm um papel importantíssimo. É urgente uma agenda colaborativa, mas a hora de começar já passou: o momento é de partir para a ação e consolidar uma saudável conexão Amazônia-Faria Lima.

Carlos Cacá Takahashi é diretor da Anbima e coordenador da Rede Anbima de Sustentabilidade
E-mail
carlos.takahashi@ethical.adv.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

INÊS 249

STJ

Banco não deve indenizar por roubo em via pública e longe da agência

valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica

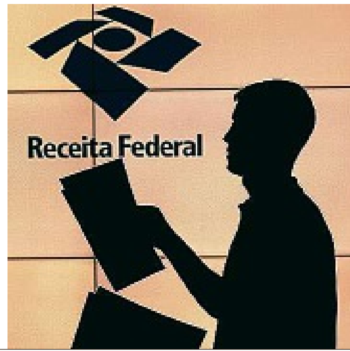
Sociedades anônimas: acionistas sem direitos

E2

Administrativo

Receita facilita defesa em julgamentos

valor.globo.com/legislacao



Tributário Receita não vislumbrou propósito negocial em operação por intermédio de securitizadora

Carf derruba autuação fiscal milionária que cobrava PIS e Cofins do Banco Itaú

Adriana Aguiar
De São Paulo

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) derrubou um auto de infração que cobrava um total de R$ 329 milhões de PIS e Cofins do Banco Itaú, em valores atualizados, após operação bilionária que envolveu a securitizadora da instituição financeira. A decisão unânime é da 2ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção, que afastou a alegação da Receita Federal de planejamento tributário abusivo. Ainda cabe recurso.

A operação analisada pela fiscalização consistiu em transferência de aproximadamente R$ 8,1 bilhões para a Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (Itaú Cia Sec) em março de 2015 e a utilização desse valor, na mesma data do aumento do capital social da securitizadora, para a aquisição de cotas do fundo de investimento exclusivo RT Voyager Renda Fixa Crédito Privado.

As cotas do fundo RT Voyager proporcionaram à Itaú Cia Sec receitas financeiras de R$ 1,1 bilhão, em 2015, e R$ 1,4 bilhão, em 2016. Contudo, essas receitas foram integralmente excluídas das bases de cálculo do PIS e da Cofins, por não estarem relacionadas à atividade típica do objeto social da entidade, que seria a securitização de créditos.

O percentual de participação de cada acionista na Itaú Cia Sec não se alterou com o aumento do capital social — 91% é do Itaú Unibanco, 8% da Provar Negócios de Varejo e uma parcela irrisória do Itaú BBA Participações.

Para a fiscalização, contudo, a aparência meramente formal da securitizadora viabilizou a execução de um planejamento tributário abusivo, baseado em fatos simulados, unicamente para atrair a aplicação de norma tributária benéfica, que resultasse em carga tributária menor.



LEO PINHEIRO/VALOR

Advogado Maurício Faro: julgamento da 2ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção segue alinhado com o entendimento do Supremo Tribunal Federal

Já a defesa do Itaú afirma, no processo, que existe propósito econômico-empresarial para o aumento de capital da Itaú Cia Sec. Isso porque a operação foi realizada um dia antes do Decreto nº 8.426, de 2015, que restabeleceu as alíquotas de PIS e Cofins sobre receitas financeiras no regime não cumulativo. Alega também que não houve fraude.

Ao analisar o caso, a relatora, conselheira Mariel Orsi Gameiro, entendeu que o objetivo de economia tributária é suficiente a embasar e preencher o conteúdo do propósito negocial. "Especialmente porque a operação aqui carrega todos os registros e atendimento às normas jurídicas, contábeis e fiscais", afirma na decisão.

Além disso, a conselheira destaca que existe comprovada existência de um segundo propósito, que é o regulatório. "Tendo em vista que a operação foi realizada também com intuito de observância do Basileia III, face à manutenção do índice de imobilização abaixo do limite de 50% (capital prudencial do grupo)", diz.

A conselheira ainda ressalta que "não houve simulação pelo simples fato de alocação das receitas na Itaú Securitizadora, principalmente porque o embasamento enganoso e estapafúrdio usado pela fiscalização reside num exercício de futurologia de legislação que restabeleceria as alíquotas de receitas não financeiras a partir de 1º de abril de 2015, quando toda operação foi realizada em 30 de março de 2015".

Assim decidiu pela anulação do auto de infração e considerou prejudicada a acusação de fraude, bem como a aplicação da multa qualificada (processo nº 16327.720206/2020-69). Ela foi acompanhada pela maioria dos conselheiros.

Segundo o tributarista Caio Malpighi, do VBSO Advogados, esse é o primeiro precedente de que tem conhecimento, no qual se utiliza uma securitizadora do grupo em planejamento tributário, que não estaria sujeita ao recolhimento de PIS e Cofins sobre as receitas financeiras.

Para Malpighi, a decisão é ainda mais interessante porque reacende a discussão sobre a obrigação de ter ou não um propósito negocial para essas reestruturações. A conselheira relatora, no caso, acrescenta, entendeu que a empresa agiu dentro da legalidade e poderia fazer essa operação mesmo que visando a economia de tributos, apesar de o Itaú ter demonstrado haver outras motivações.

Esse julgamento do Carf, segundo o advogado Maurício Faro, do BMA Advogados, segue alinhado com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), ao validar a chamada "norma geral antielisão", voltada a combater planejamentos tributários considerados abusivos pelo Fisco (ADI 2446). Ele afirma que, na ocasião, a ministra Cármen Lúcia, embora tenha reconhecido a validade do parágrafo único do artigo 116 do Código Tributário Nacional (CTN), entendeu que o contribuinte tem direito de se reorganizar e que essa reorganização com fins a eficiência tributária se justificaria por si só.

No caso analisado pelo Carf, afirma Faro, a maioria dos conselheiros entendeu por anular o auto de infração, tanto pelo direito de se reorganizar do contribuinte, de buscar um planejamento que traduz em eficiência tributária, quanto pelo fundamento regulatório. "Os dois argumentos se sustentam para afastar a alegação de simulação ou fraude", diz.

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou que estuda o caso para um possível recurso. O Itaú afirma, por meio de nota, que "a decisão do Carf confirma a regularidade da operação".

> "Esse é o primeiro precedente com uso de securitizadora em planejamento tributário"
> *Caio Malpighi*

Destaques

Vínculo de emprego

A 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) rejeitou o exame do recurso de um casal de empresários rurais de Nhandeara (SP) contra o reconhecimento de vínculo de emprego de um trabalhador rural originalmente contratado por meio de contratos de parceria de pecuária de leite. Para o colegiado, o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP) fundamentou devidamente sua decisão, principalmente no fato de que o contrato destinava apenas 7% do valor bruto ao trabalhador. Uma parceria efetiva, de acordo com o TRT, pressupõe uma negociação justa e razoável, e não 93% para uma parte e 7% para a outra. No caso, o profissional, contratado em 2005, disse que recebia salário e pagamentos "por fora", e pedia o reconhecimento de horas extras. Segundo ele, as ordenhas eram feitas das 5h às 8h e das 15h às 18h, de segunda-feira a domingo, e, no horário entre as duas, fazia outros serviços, como roça, adubagem e arrumação de cercas. Em sua defesa, os empresários informaram que havia dois contratos distintos: o de trabalho e o de parceria rural. Segundo eles, foram firmados vários contratos de parceria de pecuária de leite com o trabalhador e sua esposa (AIRR-11506-83.2019.5.15.0027).

Receita exige IRPJ sobre oferta restrita de ações

Laura Ignacio
De São Paulo

A Receita Federal entende que incide Imposto de Renda (IRPJ) sobre os resultados positivos da oferta restrita de ações — quando a venda desses ativos acontece fora da bolsa de valores, apenas para investidores qualificados. Nesse tipo de operação, afirma o órgão, o investidor não residente no Brasil deverá pagar a alíquota de 15% sobre o ganho de capital, a diferença entre o custo de aquisição o valor da alienação.

O entendimento, que consta na Solução de Consulta da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) nº 228, publicada recentemente, passa a orientar os fiscais do país. "Os resultados positivos auferidos na alienação de ações no âmbito de Oferta Subsequente de Ações, efetivada nos termos da Instrução CVM [Comissão de Valores Mobiliários] nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (esforços restritos), não estão excluídos da incidência do Imposto de Renda", diz o texto.

Além da Instrução 476 da CVM, a Cosit chegou a sua conclusão com base no artigo 89, inciso II, da Instrução Normativa nº 1.585, editada pela Receita Federal em 2015 (alíquota), e nos parágrafos 1º e 2º, alínea "b.1", do artigo 81 da Lei nº 8.981, de 1995, que trata da tributação de ações em geral (base de cálculo).

Especialistas em tributação de mercado de capitais consultados pelo **Valor** concordam com a orientação. Lembram que a Lei nº 8.981, editada no começo do Plano Real, concedeu isenção fiscal a investidores estrangeiros com o objetivo de os atrair para o ambiente brasileiro, na época visto como de muito risco.

"Uma oferta restrita é a operação feita para propiciar maior acesso de investidores a um determinado papel, mas não é realizada na bolsa e sim diretamente a investidores qualificados", explica a advogada Luciana Alencar, do escritório Alma Law. Investidores qualificados são, geralmente, explica ela, pessoas jurídicas, com alto poder de investimento, que conhecem o mercado e têm apetite para risco.

Para Luciana, a solução de consulta "dá a entender que, para o Fisco, o regime de incentivo fiscal ao não residente só se aplica em relação a operações negociadas em bolsa de valores".



DIVULGAÇÃO

> "Solução de consulta da Receita ganha relevância pelo ineditismo"
> *Matheus Bueno*

O tributarista Matheus Bueno, sócio do escritório Bueno Tax Lawyers, entende que a solução de consulta ganha relevância pelo ineditismo. "Legislações esparsas sobre mercado de capitais tratam do tema, mas a solução de consulta detalha o tratamento dessa situação específica pela Receita", afirma ele.

De acordo com Bueno, no caso, uma entidade investidora localizada nos Países Baixos fez uma troca de ADRs (certificados de ações emitidos por bancos americanos) por ações e parte delas foi vendida (oferta restrita). "Me chamou a atenção que, para a definição da base de cálculo do Imposto de Renda, a Receita Federal decidiu que deve ser considerado o custo da conversão das ADRs em ações", diz.

Pelo texto da solução de consulta, "para fins de apuração da base de cálculo, deve-se utilizar a diferença positiva entre o valor de alienação das ações (em reais) e seu custo de aquisição (em reais), sendo este último calculado a partir do custo por ação em Reais obtido através do contrato de câmbio de ingresso (compra de moeda estrangeira)".

O advogado também destaca o entendimento do Fisco sobre a alíquota do IRPJ, considerando o local onde reside o investidor. "Para o Fisco, Países Baixos não seria país com tributação favorecida, o que elevaria a alíquota de 15% para 25%", afirma.

INÊS 249

Sociedades anônimas: acionistas sem direitos

Opinião Jurídica

Jorge Lobo

Na recuperação judicial da sociedade anônima, os acionistas não têm nenhum direito, pois, na Lei nº 11.101/2005 (LFRE), não há nenhuma norma que defina e regule os seus direitos e interesses. A omissão do legislador, consciente e voluntária, ou por falta de informação ou imprevidência, ou por uma questão de política legislativa, e a lacuna prima facie da LFRE não podem ser supridas pelos meios previstos na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

Apesar da relevância da matéria, os comercialistas não a estudaram, ainda; os tribunais de Justiça não foram instados a julgá-la, por enquanto.

Se os doutos, a jurisprudência, a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito (LINDB, artigo 4º), a equidade (CPC, artigo 140, parágrafo único), a interpretação extensiva e o argumento a contrário não auxiliam o juiz no cumprimento do dever de decidir quando a LFRE "emudece", o que lhe cabe fazer sem ferir o princípio da inafastabilidade da jurisdição (CF, artigo 5º, XXXV), a regra cogente do artigo 140, caput, do CPC e a proibição do non liquit?

O magistrado, adepto da completude do ordenamento jurídico, recorrerá à "regra geral exclusiva", ou "princípio da liberdade", ou "princípio da plenitude hermenêutica", isto é, ao brocardo "tudo que não é proibido é permitido".

É intuitivo o conhecimento de que existem, no direito e na lei, lacunas: a mente é incapaz de conceber o que há por vir, mormente na contemporaneidade devido às revoluções técnico-científicas, biotecnológicas e digitais, o que obriga o juiz a lançar mão do que Carnelutti chama de heterointegração, rectius, de "ordenamentos vigentes contemporâneos", entre os quais se destaca o Direito Comparado.

No vácuo da LFRE, o julgador deve inspirar-se no "direito dos juristas" (Engish), empenhar-se em um "exercício de interpretação construtiva" (Dworkin), "pedir à razão jurídica que lhe revele a norma a seguir" (Clóvis) na "busca da solução justa para o caso concreto (...) com a ajuda da lei, ou sem ela" (Larenz), "quer se encontre no direito nacional, quer no estrangeiro", porquanto o "Direito Comparado, desde que se tornou o fanal dos elaboradores de normas, passou a auxiliar vigorosamente o intérprete" (Carlos Maximiliano).

O Direito Comparado "passou a auxiliar vigorosamente" o juiz não apenas para formar sua convicção, ilustrar seu pensamento e fundamentar sua decisão, mas colmatar o vazio da lei.

O Capítulo 11, do Código de Leis dos Estados Unidos (11USC), garante ao acionista o direito de (a) ser ouvido sobre matérias de seu interesse (artigo 109 (b)); (b) apresentar um plano de reorganização, caso o devedor não o faça em 120 dias do deferimento da suspensão de execuções e pagamentos (automatic stay) (artigo 1121 (c)); (c) opor-se ao plano do devedor se ele (i) não se mostrar viável, (ii) não se provar justo e equitativo em relação a todos envolvidos, (iii) não atender aos melhores interesses dos credores, (iv) não especificar o tratamento dado aos acionistas que não serão prejudicados, (v) não assegurar igualdade entre os acionistas, salvo se o acionista não se opuser a um tratamento menos favorável (artigos 1123, 1123 (a) (2)), 1123 (a) (3) e 1123 (a) (4)), e, the last but not the least, (d) rejeitar o plano (artigo 1126 (a)), ou, (e) se o houver proposto, modificá-lo (artigo 1127(a)).

Individual ou coletivamente, como integrante de comitê, poderá fiscalizar e manifestar-se sobre medidas que impactem a reestruturação do devedor, v.g., emissão de ações e conversão de dívidas em ações, que diluam injustificadamente a sua participação no capital; fusão, incorporação, cisão, transformação, alteração do objeto social; avaliação e venda de ativos etc.

A Lei de Insolvência e Governança Corporativa de 2020 (CIGA 2020), do Reino Unido, estatui que o plano deverá dar tratamento justo e equitativo aos acionistas, porém só votam os que forem prejudicados, por serem considerados out of the money, facultado ao devedor requerer que uma ou mais classes de acionistas não participe da votação do plano (The corporate Insolvency & Governance Act 2020, disp. www.dechert.com; CIGA: 2020. What have we learned from the new insolvency reforms, disp. www.taylorwessing.com).

O Código da Crise da Empresa e da Insolvência (CCII), da Itália, prevê que, se houver oposição, pelos acionistas, às cláusulas e termos do acordo de credores, o juiz, antes de homologá-lo, deve julgar a oposição, apresentada quer por credores, quer por acionistas, a qual poderá questionar matérias como aumento e redução de capital com limitação ou exclusão do direito de preferência; fusão, cisão e transformação, capazes de alterar os direitos dos acionistas; alterações estatutárias que afetem, diretamente, os seus direitos e interesses (artigo 120 ter, 1).

Além de ser fonte para preencher lacunas do direito e da lei, in casu, da LFRE, o Direito Comparado é, indubitavelmente, a melhor e mais confiável fonte de aperfeiçoamento do direito positivo. Destaque-se, por fim: (1º) quando a companhia está "sadia", em plena atividade, o direito de voto dos acionistas minoritários existe somente na teoria, mas é declaradamente inútil na prática, ou seja, proclama, com conhecimento de causa e veemência, Galbraith, "não tem valor"; (2º) quando a companhia está "enferma", em recuperação judicial, os acionistas não têm direito de se defenderem no processo.

Jorge Lobo é advogado

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

AVISO DE LICITAÇÃO



O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:
PE 2024012000332 - Serviços civis e complementares para substituição dos caixilhos de fechamento do deck da piscina infantil da Unidade Santo Amaro. Abertura: 04/09/2024 às 10h30.
PE 2024012000340 - Serviços de substituição dos alambrados e pintura das estruturas metálicas das quadras externas da Unidade Belenzinho. Abertura: 03/09/2024 às 10h30.
A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 128ª E 129ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO (IF 19K1145398 E 19K1145463) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 128ª e 129ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 128ª e 129ª Séries da 4ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A.*", celebrado em 25 de novembro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **3 de setembro de 2024, às 11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A sustação dos efeitos do vencimento antecipado automático dos Créditos Imobiliários e, consequentemente, do Resgate dos CRI, nos termos da Cláusula 4.7 do Termo de Securitização, em razão da verificação do Evento de Vencimento Antecipado Automático previsto na Cláusula 6.1, item (i) da Escritura de Emissão de Debêntures, caracterizado pelo inadimplemento, pela Devedora de obrigação pecuniária, em decorrência do não pagamento dos Créditos Imobiliários, relativos ao mês de junho e julho de 2024. Sendo certo que, caso aprovada a presente matéria, os valores correspondentes ao pagamento dos Créditos Imobiliários referentes aos meses de junho e julho de 2024 serão incorporados nas demais parcelas de pagamento devidas a partir de agosto de 2024, alterando-se, portanto, o Cronograma de Pagamentos constante do Anexo I da Escritura de Emissão de Debêntures e do Fluxo de Pagamentos dos CRI constante do Anexo II do Termo de Securitização, que passará a vigorar, caso aprovada a presente Ordem do Dia, conforme Anexo II à Proposta da Administração que será disponibilizada pela Emissora, na mesma data de publicação deste Edital de Convocação, em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que também constará como anexo à ata da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, fsp@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 128ª e 129ª Série da 4ª Emissão - IF 19K1145398 E 19K1145463), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, fsp@vortx.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação e deverá conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 09 de agosto de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Valor Econômico — Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br Ligue 0800 701 8888

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.



CORUMBAL PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO LTDA.

CNPJ nº 02.809.488/0001-28 - NIRE 35 2 1637809 4

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

DATA: 08 de agosto de 2024. **HORÁRIO:** 09h00min. **LOCAL:** Sede social, Avenida Paulista, nº 2.150, 17º andar, Bela Vista, São Paulo - SP. **PRESENÇA:** Totalidade do capital social. **MESA:** Marcos Lima Monteiro - Presidente. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. **ORDEM DO DIA**: Redução de capital pela Sociedade. **DELIBERAÇÕES:** Os sócios cotistas aprovam por unanimidade de votos a redução de capital proposta nesta reunião pela Diretoria da Sociedade, na importância de R$165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), observando-se o disposto no artigo 1.082, inciso II e no artigo 1.084, ambos do Código Civil. **ENCERRAMENTO:** Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião da qual se lavrou esta ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes, de forma eletrônica, em conformidade com a Medida Provisória 2.200-2 de 2001. **MESA:** Marcos Lima Monteiro - Presidente. Felipe Barbosa da Silveira e Silva - Secretário. SÓCIOS: CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A. Marcos Lima Monteiro. Fabiano Siqueira de Oliveira. ALFA HOLDINGS S.A. Marcos Lima Monteiro. Fabiano Siqueira de Oliveira.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 26.643.937/0001-79 - NIRE nº 35.3.0049854-2

Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 02/22

30/03/2022, às 15h15min, realizada por videoconferência. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração da sociedade. **Deliberações:** Tendo em vista o término do mandato da atual Diretoria, sem ressalvas e por unanimidade, aprovar a reeleição, para compor a Diretoria da Companhia, com mandato pelos próximos 03 anos, os Senhores: **Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho,** RG nº 6.191.720 SSP/SP e CPF/ME sob nº 007.274.888-56, para exercer o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro; e **Paulo Augusto Nepomuceno Garcia,** RG nº 3.316.728 SSP/MG e CPF/ME sob nº 765.634.306-78, para exercer o cargo de Diretor Técnico-Comercial. Tendo em vista o disposto no inciso IX do Art. 142 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S/As), sem ressalvas e por unanimidade, escolher a *Ernst & Young Auditores Independentes S.S* como auditora externa da Companhia para o biênio 2022-2023, conforme material de apoio que, após rubricado pelos presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Fábio Antunes Fernandes - Secretário. **JUCESP** nº 231.319/22-8 em 10/05/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 2ª EMISSÃO (IF 22E1056953) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 23 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 2ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 2ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de maio de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **12 de setembro de 2024, às 11:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **23 de setembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 2ª Emissão – (IF 22E1056953), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90118/2024,** referente ao processo nº **024.00118866/2024-74,** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 28/08/2024 às 10:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 13/08/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90119/2024,** referente ao processo nº **024.00065672/2024-69,** objetivando a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PURIFICADORES DE ÁGUA**, a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 27/08/2024 às 09:00 horas.**
Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 13/08/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.
O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

CNPJ nº 04.416.923/0001-80 - NIRE nº 35.3.0018473-4

Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 02/22

30/03/2022, às 15h45min, realizada por videoconferência. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações:** Tendo em vista o término do mandato da atual Diretoria, aprovar a reeleição, para compor a Diretoria da Companhia, com mandato pelos próximos 03 anos, os Senhores: **(i) Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho,** RG nº 6.191.720 SSP/SP e CPF/ME nº 007.274.888-56, para exercer o cargo de Diretor Administrativo - Financeiro; e, **(ii) Paulo Augusto Nepomuceno Garcia,** RG nº 3.316.728 SSP/MG e CPF/ME nº 765.634.306-78, para exercer o cargo de Diretor Técnico-Comercial. Tendo em vista o disposto no inciso IX do Art. 142 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S/As), sem ressalvas e por unanimidade, escolher a *Ernst & Young Auditores Independentes S.S* como auditora externa da Companhia para o biênio 2022-2023, conforme material de apoio que, após rubricado pelos presentes, ficará arquivado na sede da Companhia. Aprovar, sem ressalvas ou restrições, a contratação de Instituição Financeira, na qualidade de mandatária, com o objetivo de estruturar, coordenar e distribuir publicamente debêntures, na forma e nos termos da legislação aplicável e Instrução CVM nº 476/2009, a fim de captar recursos no mercado local, com o objetivo primordial de, havendo êxito na emissão, reforçar o capital de giro da Companhia; observada as condições gerais previstas no material de apoio o qual, após assinado digitalmente pelos Conselheiros, ficará arquivado na sede da Companhia, podendo a Diretoria, ainda, realizar todos os atos necessários, inclusive contratações, para dar prosseguimento à operação de emissão das debêntures. Convocar a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas para a deliberação da emissão das debêntures. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 30/03/2022. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Fábio Antunes Fernandes - Secretário. **JUCESP** nº 266.256/22-3 em 25/05/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

MOINHO PAULISTA S.A.

Rua Campos Bicudo, 98, conj. 152, sala 1, 15º andar - Itaim Bibi, CEP 04536-010, São Paulo, SP
CNPJ 33.390.527/0001-29 - NIRE 35300386451

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: 19 de julho de 2024, às 17:00h, na sede social da Companhia, à Rua Campos Bicudo, 98, conj. 152, sala 1, 15º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP. **CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação dispensado com base no **parágrafo 4º do art. 124 da Lei 6.404/76. MESA:** José Roberto de Paiva Veríssimo, Presidente; Sra. Carmen Silvia Papazissis, Secretária. **ORDEM DO DIA:** Nos termos da letra "f" do art. 10 do Estatuto Social, deliberar sobre a renúncia e eleição de Membro do Conselho de Administração. **DELIBERAÇÃO: (I)** foi aceita a carta de renúncia apresentada no dia 02.07.24, surtindo seus efeitos a partir do dia 1º.07.24, pelo Sr. **SERGIO DE PAIVA VERÍSSIMO,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.615.623-4 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 037.827.188-10, nascido no dia 14.05.1957, residente e domiciliado em São Paulo, SP, com endereço comercial à Rua Campos Bicudo, 98, conj. 152, 15º andar, sala 1, bairro Itaim Bibi, CEP 04536-010, em São Paulo, SP, ao cargo de Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia, ficando vago o referido cargo para ser preenchido em seguida. Aprovada a proposta do Sr. Presidente para que ficasse constando na presente Ata os agradecimentos ao Sr. Sergio de Paiva Veríssimo pelos importantes serviços prestados à Companhia enquanto no exercício da função acima aludida, desejando-lhe sucesso em suas novas atividades; e **(II)** procedeu-se, então, a eleição para o cargo de Membro Titular do Conselho de Administração da Companhia, com mandato que expirar-se-á com o do atual Conselho de Administração em 17.11.2025, o Sr. **PEDRO SILVA JARDIM VERÍSSIMO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.320.002-8-SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 224.323.228-60, residente e domiciliado em São Paulo, SP, nascido no dia 17.05.1982, com endereço comercial à Rua Campos Bicudo, 98, conj. 152, 15º andar, sala 1, bairro Itaim Bibi, CEP 04536-010, em São Paulo, SP. O Membro do Conselho de Administração, ora eleito declara, sob as penas da lei, que: (i) não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade mercantil; e (ii) será investido em seu cargo, a partir desta data, mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse arquivado na sede da Companhia. **APROVAÇÃO:** As deliberações foram aprovadas por unanimidade de votos, inclusive, autorização para que a ata desta Assembleia Geral seja publicada com a omissão das assinaturas dos Senhores Acionistas, na forma de sumário. São Paulo, 19 de julho de 2024. José Roberto de Paiva Veríssimo, Presidente; Carmen Silvia Papazissis, Secretária. **JUCESP** nº 298.548/24-0 em 06/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DATAS: 1º LEILÃO: 26/AGOSTO/2024, ÀS 15:00h | 2º LEILÃO: 27/AGOSTO/2024, ÀS 15:00h – LEILÃO ONLINE

MARCELO EMÍDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, n.º 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **RESERVA RIVIERA REALIZAÇÕES IMOBILIÁRIAS SPE LTDA.,** inscrita no **CNPJ/RFB sob nº39.998.056/0001-12**, **venderá** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Bem Imóvel, com Parcelamento, Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária em Garantia e Simultânea Anuência para Promessa de Cessão de Créditos do Loteamento Reserva Riviera, celebrado na cidade de Campinas/SP em 01 de abril de 2022, o seguinte **IMÓVEL**: **LOTE Nº 05 DA QUADRA G,** do loteamento **RESERVA RIVIERA**, no município de Campinas/SP, com a seguinte descrição: de quem do cento do lote olha a rua de frente, mede 7,50m de frente para a Rua 1; 19,00m do lado direito, confrontando com o Lote 6; nos fundos em 7,50m confronta com o imóvel registrado sob matricula de nº 138.467 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP, 19,00m do lado esquerdo confrontando com o lote 4 perfazendo uma área total de 142,50m2. Matrícula imobiliária nº 146.744 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP. CCM:3162.23.07.0254.00000. Consolidação da propriedade 26/07/2024**. VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 247.468,98. 2º LEILÃO: R$ 263.661,33.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que se vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está desocupado não existindo construções. Eventual ocupação irregular de desconhecimento da Comitente, desocupação à cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Fica a Fiduciante, **Thamires Aparecida Lopes, CPF:386.510.558-03,** comunicada das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível na plataforma eletrônica da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel, eventuais ônus e ações judiciais em andamento. À Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

ERRATA: Nas publicações deste edital que ocorreram neste jornal nos dias 09 e 12/08/2024, onde se leu: 1º LEILÃO: 26/AGOASTO/2024, ÀS 15:00h - **LEIA-SE: 1º LEILÃO: 26/AGOSTO/2024, ÀS 15:00h.**
ESTA PUBLICAÇÃO CORRIGE AS ANTERIORES.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

EDITORA GLOBO

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 316ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21D0457416) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 25 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 316ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 316ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 12 de abril de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **13 de setembro de 2024, às 11:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de setembro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 316ª Série da 1ª Emissão – (IF 21D0457416), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 13 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) **3117.1000**

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 220 LOTES - DIA: 14/08/2024 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1360 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 14/08/2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: WP0AA2Y12MSA17499 - 98861116XJK190607 - 8AGBN69S0JR115514 - 9BFZD55P8GB840787 - 9BHBG41CAEP182042 - 3HGRM5830DG501508 - 9BFZF55A8C8323809 - 9BWAA05UXBP033522 - 9BD17164LC5817972 - 9BFZF55A1A8486153 - 9BD17350MA4297566 - 9BWAA05W1BP025004 - 9BD17164LA5492683 - 8AWPB05Z99A312396 - 9BFZF26PX78266309 - 93UMC28L964003260 - 9BWCA05W38T098397 - 9BWAA05Z194158397 - 9BFZK53A8DB423962 - 9BD17202LA3542908 - 9BWKB45U9EP173624 - 9BD27803A72531622 - 9BWMF07X6CP028843 - 9C6KE1550F0036162 - 9C2KD0810RR053524 - 9C2KC2200PR202898 - 95V2B1E5PPM000203 - 93ZA01BDZP8955506 - 9BFZH54J3F8173866 - LC0CE4CB3P0044562 - 93YBSR6GH9J238104 - 93YRBB003LJ177198 - 9BFZF26P878006734 - 9BD17164G72906835REM - 8A1LBMC35DL460191 - 9BGKL48U0JB116475 - 93YRBB008RJ776073 - 9BWAG45U4LT060245 - 9BGTD75W07C166553 - 9BGTU75W05C135352 - 8AD3CRFJRBG036982 - 9BGKR48G0GG154790 - 8AD3DRFJ48G020325 - 9BGKS48B0EG272214 - 9BD19713NK3370479 - 9BFZF55A9E8019990 - 9BWAB05Z2A4096588 - 9BFZH55L6M8092180 - 3VWSH49M88M667760 - 9BWDB45U5NT020917 - 9BD17106G85246609 - 9BWAA45Z5D4135527 - 9BHCN51AAMP176380 - 9BWCA05W38T093202 - 9BGEN69H0MG185610 - 9BWCA05W27T082058 - 9BFZF55A5C8290753 - 9BWCA05XX5T203487 - 9C6RH1150P0015568 - 9BD19627NH2301644 - 99KJCK4PKPM120684 - 9C6RH1150R0026177 - 9C2KC2200NR209465 - 99KCPK390RM103672 - 9C2KC2500MR050559 - 988611152GK006223 - 9BGKT69L0FG179529 - 9BFZF55P6D8390124 - 9BWAA05UXBP028854 - 9BD15844AB6539195 - 9BFZH55L2L8404851 - 9BWAA05U9CP036526 - 9BFZH55J6H8422405 - 9BD17140A62631600 - 9BWDB45U4FT093827 - 9BWAA05U1DP044542 - 9BFZE12P378860193 - 9C2KC2500RR077011 - 9C2KC2500MR005965 - 9C2MC4410NR101231 - 9C2KC2200PR401649 - 9C6RG3160P0059651 - 9BWKB45UXEP190271REM - 935FCKFVYAB504342 - 9BWAG45U4NT051824 - 9BHBG51CAFP417020 - 8AP17206LC2213888 - 9BWAG45U1LT020186 - 3FAHP0JA1CR139683 - 9BRBL3HE9J0139510 - 9BWAA45U4FT063913 - WAUUCC8V9EA117097 - 9BWCA05W86P006433 - 9BWBH6BF3N4014485 - 9BD15804AB6542114REM - 9BD17106G85174266 - 9BD195152B0023938 - 9BWAA05Z394015614 - 9BGXM68P09B278217 - 9BFZK53A09B105759 - 9BGAC69M08B304151 - 3GNDL63759S642585 - 9BFZK53A6BB304031REM - 8AP196271D4035629 - 9BGSA19906B197260 - 93YRBB00XJJ018059 - 9BGTD75W08C176162 - 93YBSR7RHBJ750602 - KMHDC51EBAU196387 - 9BWDA05U9AT040822 - 9BHBG51CADP054026 - 9BWJE09A63P055099 - 9BFZF55A5A8038711 - 93HFA65308Z111667 - 9BGTR48W07B191275 - KMHEC41CBCA281866 - 9362PN6AYBB013936 - 9BGSE19NWVC622462 - 9BWCB05X45T186781 - 9BFZF26P288243978 - 9BWLB05U2BP046299 - 9BGXH80G06C208430 - 93YKM263HCJ136521 - 9BGTR69W07B204249REM - 9BWAB45U6DT115570 - 9BWKB05Z184157377 - 9BGTT69V03B137486 - 9BWDC05W76T176479 - 93YBSR7RHBJ507085 - 9BGRX48F0BG141228 - 9BWAB05U0AT247051 - 9BD17106LA5586098 - 9BWDB05U3DT099155 - 9BD17206G83422722REM - 9BGSU19F0BB174258 - 8BCLDRFJYDG502530 - KMHJN81DP8U930994 - WAUHF78P97A227085 - 9BGKL69U0JG300487 - 935FCKFVYCB552119 - 9BFZF55A1A8463276 - 9BD195162B0039736 - 8AD3CN6BTAG017313 - 935FCKFV88B518293 - 8AGSA19909R124047 - 9BGCA80X0CB105913 - 9BFZF55A5E8497663 - 9BD17309C64166867 - 93YLM2N3A8J966143 - 9BD196272F2233957 - 9BGTT69B03B166693 - 9BWAA05W9EP020928 - 935CHRFN26B501336 - 9BWAA05W8AP099308 - 9BD17164G95312160 - 9362NKFWX9B047637 - 9BWAB01J034044251 - 9BD15802784980674REM - 9BGKS48U0KG339986 - 8AFFZZFHA9J270381 - 9BD17164G85271818REM - 9BWLB05UXBP027371REM - 9BD255049B8891392REM - 9BFZK03A29B026855 - 9BD358A1NKYJ06566 - 935FCKFVYBB580677 - 9BD13561382084604 - 9BHBG51DBHP675851 - 93Y5SRD04FJ542018 - 9BHCN51AANP292478 - 9BR72ZEC488715680 - 9BGKT69L0DG294925 - 9BD195A4ZM0895013 - 93YRBB006KJ401482 - 9BHCN51AAPP384958 - 9C2KC2200PR217599 - 9C2KC2210NR019998 - 9C6RG3850N0014786 - 9BFZB55P8E8909171 - LVVDC21B0PD059644 - 9BHPB81BBPP047239 - 94BF1543NNR061309 - 9BM9582079B672358 - 9535J8271AR001338 - 935FCKFV88B555721 - 9BD17301A64172229 - 9BWJB09N18P026600 - 93XHTGK1WPCN06533 - 9BGRP48F0CG354705 - 9BGRX0810AG206231 - SALVA2BG9DH767869 - 9BD195162C0159528 - 9362MKFWXDB014609 - 9BHGA811BLP152651 - 9BD196272D2067947 - 935FCKFVYAB531235 - 3N1DK3CD9EL216874 - 9C2NC6110PR015316 - 9C6DG3320P0122973 - 9C2KC2200LR038502REM - 9C2JC4830LR068566 - 8AJBA3CD7G1574457 - 3FA6P0D93DR286890 - 9BD15844AB6496156 - 9BFZD55P3HB535523 - 9V7VBBHXGMA004532 - 9BGRM69X0BG263119 - 9UK2A3A21G0391030 - 8AFUZZFHCDJ029616 - 9BD19515ZF0673367 - 9BGEB48H0PG200630 - 9BWAG5BZ0LP135652.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

Valor ECONÔMICO
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO DO SENHOR COORDENADOR DA CGA 12/08/2024
Nº do Processo: 024.00125241/2024-69
Interessado: Grupo CODES de Atendimento Técnico
Assunto: Aquisição de processador de som para implante coclear e acessórios - AJ
Trata-se da aquisição de processador de som para implante coclear e acessórios em atendimento à demanda judicial, conforme solicitação do Grupo CODES de Atendimento Técnico, constante dos docs. **0034575741** e 0034702348.
À vista das manifestações presentes nos autos, destacada a Informação 0036182130, cujos termos acolho, **AUTORIZO** a **INEXIGIBILIDADE,** com fundamento no disposto no artigo 74 *caput* e inciso I, da Lei federal nº 14.133/2021, bem como a aquisição do item através da empresa **POLITEC IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.,** no valor total de **R$ 119.442,00 (cento e dezenove mil quatrocentos e quarenta e dois reais),** considerando que a exclusividade de representação e distribuição da marca do produto no país está sob sua responsabilidade doc. **0035095671.**

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00363747632024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90051/2024.
Nº Processo: 024.00056388/2024-00.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 04 (quatro).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 13/08/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: A partir de 14/08/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 26/08/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00363703952024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90054/2024.
Nº Processo: 024.00054168/2024-33.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 07 (sete itens).
Valor Total da Licitação: (sigiloso).
Disponibilidade do Edital: 13/08/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 14/08/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 26/08/2024 às 13h30 no site: www.gov.br/compras.

Valor ECONÔMICO
Notícias em tempo real para quem não desconecta dos negócios.
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

EDITORA GLOBO

INÊS 249

BROTO S.A.

CNPJ nº 49.240.689/0001-10 - NIRE 35.300.608.305

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 01 de agosto de 2024, às 11h00, na sede social da **BROTO S.A**. ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 29° andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000. **PRESENÇA:** Presentes os acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência o Sr. Michel Jorge Samaha, que convidou o Sr. Amauri Aguiar de Vasconcelos para exercer a função de secretário. **(i)** Deliberar sobre o aumento do capital social, mediante emissão de novas ações nominativas e sem valor nominal; **(ii)** Deliberar sobre a alteração e consolidação do estatuto social da Companhia para refletir o aumento do capital social mencionado no item acima; **(iii)** Deliberar sobre a peça orçamentária para o ano de 2024; **(iv)** Deliberar sobre a alteração do Plano de Negócios da Companhia; **(v)** Deliberar sobre a alteração na remuneração mensal dos administradores da BROTO S.A., considerando a aplicação de reajuste no pró-labore de 4,62%, a partir de abril/2024; e **(vi)** Deliberar sobre a celebração de Acordo de Compartilhamento e Segregação de Estruturas, Contratos e Outras Avenças entre a Companhia e as empresas BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A. e BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS. **DELIBERAÇÕES:** A BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS, detentora de 100% (cem por cento) das ações ordinárias, com direito à voto, decide, sem ressalvas: **(i)** Aprovar, nos termos do artigo 166, IV da Lei 6.4046/76, o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações nominativas e sem valor nominal, sendo 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil) ações ordinárias e 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil) ações preferenciais sem direito a voto, com as vantagens e características descritas no Estatuto Social da Companhia, as quais são totalmente subscritas na presente data, a serem integralizadas em até 10 (dez) dias corridos, contados da presente data, conforme boletins de subscrição inseridos nos Anexos I e II. Após a integralização, o capital social atual da Companhia passará a ser de R$ 77.400.000,00 (setenta e sete milhões e quatrocentos mil reais), representado por 77.400.000 (setenta e sete milhões e quatrocentas mil) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 38.700.000 (trinta e oito milhões e setecentas mil) ações ordinárias e 38.700.000 (trinta e oito milhões e setecentas mil) ações preferenciais sem direito a voto, distribuída entre os acionistas, conforme tabela abaixo:

Acionista	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% Capital Total
BB	–	38.700.000	50%
BRASILSEG	38.700.000	–	50%

(ii) Tendo em vista o aumento de capital social da Companhia acima descrito, as acionistas aprovam alterar a redação do caput do Artigo 5° do Estatuto Social da Companhia, passando a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5 -*** *0 capital social, totalmente integralizado, é de R$ 77.400.000,00 (setenta e sete milhões e quatrocentos mil reais), representado por 77.400.000 (setenta e sete milhões e quatrocentas mil) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 38.700.000 (trinta e oito milhões e setecentas mil) ações ordinárias e 38.700.000 (trinta e oito milhões e setecentas mil) ações preferenciais sem direito a voto, com as vantagens e características descritas abaixo."* Considerando a alteração do Artigo 5 acima, os acionistas resolvem consolidar o Estatuto Social da Companhia, conforme Anexo III. **(iii)** Aprovar, nos termos do Art. 10, inciso i do Estatuto Social da Companhia, a peça orçamentária para o ano de 2024; **(iv)** Aprovar, nos termos do Art. 10, inciso ii do Estatuto Social da Companhia, a alteração do Plano de Negócios da Companhia; **(v)** Aprovar, nos termos do Art. 11, parágrafo 5º do Estatuto Social da Companhia, a alteração da remuneração dos administradores da Companhia, considerando a aplicação de reajuste no pró-labore no percentual de 4,62% (quatro vírgula sessenta e dois por cento), a partir de abril/2024. Com referida alteração, o valor da remuneração global anual dos administradores para o período de janeiro a dezembro de 2024 passa a ser de até R$ 2.238.254,24 (dois milhões, duzentos e trinta e oito mil e duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos); e **(vi)** Aprovar, nos termos do Art. 10, inciso iv do Estatuto Social da Companhia, a celebração do Acordo de Compartilhamento e Segregação de Estruturas, Contratos e Outras Avenças entre a Companhia e as empresas BB MAPFRE PARTICIPAÇÕES S.A. e BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** Ficam arquivados na sede da Companhia, na forma do disposto no artigo 130, §1º, "a" da Lei nº 6.404/76, os documentos que respaldaram as deliberações tomadas pelos Acionistas ou que estejam relacionados às informações prestadas durante a reunião. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Michel Jorge Samaha, Presidente da Mesa e Sr. Amauri Aguiar de Vasconcelos, Secretário da Mesa; **Acionistas:** BRASILSEG Companhia de Seguros, por Amauri Aguiar de Vasconcelos, Diretor Presidente e Juan Carlos Lanau Arilla, Diretor Vice-Presidente e Técnico e BANCO DO BRASIL S.A., por Eduardo Luís Esteves da Silva, advogado. **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 01 de agosto de 2024. **Michel Jorge Samaha -** Presidente da Mesa; **Amauri Aguiar de Vasconcelos -** Secretário da Mesa. **JUCESP nº 299.609/24-8 em 07/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Boletim de subscrição relativo à emissão de 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,00 por ação, resultando em um aumento no valor de R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais).

Subscritor	Ações ON	Preço de Emissão por ação (em R$)	Prazo de integralização	Forma de integralização
BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.196.889/0001-43, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 3530018226.0	**7.500.000**	**R$ 1,00**	Até 10 dias corridos, contados da data da Assembleia Geral Extraordinária de 01 de agosto de 2024.	À vista em moeda corrente nacional.

BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS: Amauri Aguiar de Vasconcelos - Diretor Presidente; **Juan Carlos Lanau Arilla -** Diretor Vice-Presidente e Técnico.

ANEXO II

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

Boletim de subscrição relativo à emissão de 7.500.000 (sete milhões e quinhentas mil) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 1,00 por ação, resultando em um aumento no valor de R$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais).

Subscritor	Ações PN	Preço de Emissão por ação (em R$)	Prazo de integralização	Forma de integralização
BANCO DO BRASIL S.A., sociedade por ações, Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote B, 11º andar, Torre Central, Asa Norte, CEP: 70040-912, Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, com seus atos constitutivos arquivados na JUCIS-DF sob o NIRE 5330000063-8.	**7.500.000**	**R$ 1,00**	Até 10 dias corridos, contados da data da Assembleia Geral Extraordinária de 01 de agosto de 2024.	À vista em moeda corrente nacional.

BANCO DO BRASIL S.A. - Eduardo Luís Esteves da Silva - Advogado - OAB/SP nº 195.517. **ANEXO III - ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I. DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO: Artigo 1 -** A Companhia tem a denominação de BROTO S.A. ("Companhia"), sendo regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), pelos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2 -** A Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, n° 14.261, Ala A, 29° andar, Vila Gertrudes, CEP: 04794-000, e poderá, mediante deliberação da Diretoria, abrir e fechar filiais, agências e escritórios em qualquer localidade, no território nacional ou no exterior. **Artigo 3 -** A Companhia tem por objeto (i) a prestação de serviços de intermediação de negócios em geral, incluindo bens e serviços de qualquer natureza, inclusive insumos, máquinas, bens de consumo, bens de capital, produtos financeiros, produtos securitários, dentre outros; (ii) criação, edição, produção, distribuição e comercialização de conteúdos e materiais didáticos impressos ou digitais; (iii) a realização de cursos, eventos ou atividades associadas à difusão de conhecimento, presenciais ou à distância; e (iv) a prestação de serviço de correspondente no País. **Parágrafo 1º -** Fica vedado à Companhia explorar, prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma em operações estranhas ao seu objeto social. **Parágrafo 2º -** Para atingir as finalidades previstas em seu objeto social, a Companhia poderá associar-se a terceiros ou participar no capital social de outras sociedades. **Artigo 4 -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II. CAPITAL SOCIAL E AÇÕES: Artigo 5 -** O capital social, totalmente integralizado, de R$ 77.400.000,00 (setenta e sete milhões e quatrocentos mil reais), representado por 77.400.000 (setenta e sete milhões e quatrocentas mil) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 38.700.000 (trinta e oito milhões e setecentas mil) ações ordinárias e 38.700.000 (trinta e oito milhões e setecentas mil) ações preferenciais sem direito a voto, com as vantagens e características descritas abaixo. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária conferirá ao seu titular direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **Parágrafo 2º -** As ações preferenciais não terão direito a voto. Cada ação preferencial conferirá ao seu titular direito à prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia (sem prêmio). **Parágrafo 3º -** As ações preferenciais participarão do rateio de dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias. Adicionalmente, como não são conferidos dividendos fixos ou mínimos às ações preferenciais, os §§1º e 2º do artigo 111 Lei das S.A. não são aplicáveis. **Parágrafo 4º** - As ações são indivisíveis perante a Companhia. **Parágrafo 5º -** A Companhia não poderá emitir partes beneficiárias. **Artigo 6 -** Na proporção do número de ações que forem titulares, os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis cm ações, na forma do artigo 171 da Lei das S.A. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias contados da respectiva deliberação. **CAPÍTULO III. ASSEMBLEIAS GERAIS: Artigo 7 -** A Assembleia Geral é o órgão superior do governo da Companhia. **Artigo 8 -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, na forma de lei, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das S.A. e, extraordinariamente, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, ou ainda quando assim exigirem as disposições deste Estatuto Social, de Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia ou da legislação vigente. **Parágrafo 1º -** A Assembleia Geral poderá ser convocada por qualquer dos legitimados previstos no artigo 123 da Lei das S.A., observados os ritos legais para convocação, sempre com 8 (oito) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral em segunda convocação. A segunda convocação somente poderá ser realizada após a verificação da não instalação da Assembleia Gera! em primeira convocação. **Parágrafo 2º -** A Assembleia Geral instalar-se-á com a presença do quórum aplicável previsto na Lei das S.A. **Parágrafo 3º -** Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo 4º -** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma prevista na Lei das S.A. **Parágrafo 5º -** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente ou na sua ausência, por qualquer dos presentes que seja escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes. Ao presidente da Assembleia Geral caberá a escolha de um secretário. **Artigo 9 -** Ressalvadas as exceções previstas em lei. neste Estatuto Social e em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital social votante presente à respectiva Assembleia Geral, não se computando os votos em branco. **Parágrafo Único -** A Assembleia Geral Ordinária será realizada, necessariamente, até o dia 31 de abril de cada ano, para: (i) tomar as contas da Diretoria; (ii) discutir e votar as demonstrações financeiras; (iii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e sobre a distribuição dos dividendos, se aplicável; (iv) eleger os membros da Diretoria (quando for o caso); (v) decidir sobre a instalação do Conselho Fiscal; e (vi) fixar os montantes globais anuais de remuneração dos Diretores e membros do Conselho Fiscal, conforme aplicável. **Artigo 10 -** À Assembleia Geral competirá deliberar privativamente sobre as matérias atribuídas à sua competência pela Lei das S.A., bem como sobre: (i) aprovação do orçamento anual relativo à Companhia, bem como eventuais propostas de alteração do orçamento anual que reduzam o resultado orçado ou aumentem o montante global de dispêndios ou montante alocado às linhas de despesas com pessoas e folha de pagamentos; (ii) aprovação e alteração do plano de negócios relativo à Companhia, o qual conterá, dentre outras matérias, a orientação geral dos negócios da Companhia; (iii) declaração de dividendos anuais, intermediários ou intercalares, bem como de juros sobre o capital próprio; (iv) celebração, alteração ou rescisão, pela Companhia, de contratos, negócios ou operações entre, de um lado, a Companhia e, de outro lado, qualquer de suas partes relacionadas (conforme definidas nas normas contábeis então em vigor) que envolvam, em pagamento único ou distribuído ao longo de até 12 (doze) meses, valores superiores a R$3.000.000,00 (três milhões de reais) ou equivalentes a 1% (um por cento) da receita operacional líquida da Companhia apurada nas últimas demonstrações financeiras aprovadas, o que for maior; (v) celebração, alteração ou rescisão, pela Companhia, de contratos, negócios ou operações não previstos de forma expressa no orçamento anual e que envolvam valores superiores a R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), em pagamento único ou distribuído ao longo de até 12 (doze) meses ou equivalentes a 1% (um por cento) da receita operacional líquida da Companhia apurada nas últimas demonstrações financeiras aprovadas, o que for maior; (vi) respeitada a remuneração global anual, aprovação das diretrizes, formas e montantes de remuneração variável dos administradores da Companhia; e (vii) qualquer matéria que seja avocada pela Assembleia Geral por deliberação majoritária. **CAPÍTULO IV. ADMINISTRAÇÃO: Artigo 11 -** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 2 (dois) diretores, sendo, necessariamente, um deles o Diretor Presidente e o outro com o cargo ou a designação que a Assembleia Geral determinar (podendo ser Diretor sem designação específica), acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral poderá, a seu critério, determinar a alocação de competências, atribuições e responsabilidades específicas aos membros da Diretoria. **Parágrafo 1º -** Os membros da Diretoria da Companhia serão eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. **Parágrafo 2º -** As pessoas que desempenharem o cargo de Diretor devem ser pessoas físicas de reconhecida reputação e prestígio em sua atividade profissional e comercial, com a qualificação técnica ou experiência profissional compatível com o cargo ou função que deva desempenhar na Companhia, e dotadas de reputação. **Parágrafo 3º -** Os membros da Diretoria serão investidos nos seus cargos mediante assinatura de termo de posse no Livros de Atas de Reunião da Diretoria, dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, estando dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Parágrafo 4º -** O mandato dos membros da Diretoria da Companhia se estenderá até a investidura dos respectivos substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral. **Parágrafo 5º -** A remuneração dos administradores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, anual ou mensal, podendo ser revista, a qualquer tempo, cabendo à Assembleia Geral a alocação e distribuição dos valores pagos à conta de remuneração, quando a Assembleia Geral fixá-la de forma global. **Artigo 12 -** Sem prejuízo da competência da Assembleia Geral prevista pela legislação aplicável, pelo Estatuto Social e em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, compete à Diretoria a prática dos seguintes atos, dentre outros necessários ao desempenho de suas funções: (i) zelar pelo cumprimento do plano de negócios e do orçamento anual da Companhia; (ii) representar ativa e passivamente a Companhia perante quaisquer terceiros, observado o disposto neste Estatuto Social; (iii) cumprir e fazer cumprir as determinações da Assembleia Geral da Companhia; (iv) formular e, na medida em que exigido pelos Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia e por este Estatuto Social, submeter à aprovação da Assembleia Geral da Companhia o plano de negócios e o orçamento anual, bem como analisar periodicamente a situação de cumprimento de tais objetivos e estratégias e adotar as medidas necessárias para sua consecução; (v) formular os pressupostos anuais de receitas, despesas e resultados, assim como as previsões anuais da situação financeira e patrimonial da Companhia, bem como analisar periodicamente a situação de cumprimento de tais pressupostos e previsões e adotar as medidas necessárias para sua consecução; (vi) identificar os principais riscos da Companhia, adotando as medidas necessárias para sua adequada prevenção e gestão; (vii) receber e analisar informações sobre incidentes operacionais de caráter fiscal, fiscalizações, inspeções ou interposição de defesas e recursos; e (viii) criar e extinguir agências, filiais, sucursais e/ou escritórios de representação da Companhia, caso julgado apropriado e consistente com seu plano de negócios. **Parágrafo Único -** Na execução do orçamento anual, será permitido aos Diretores, diante de circunstâncias concretas que o justifiquem, remanejar e promover realocações de investimentos e despesas entre diferentes linhas do orçamento, desde que o montante global do orçamento aprovado em Assembleia Geral seja respeitado, ressalvadas apenas alterações que reduzam o resultado orçado e aumentos no montante global de dispêndios com (ou no montante alocado a) despesas com pessoal e folha de pagamentos, as quais dependerão de prévia aprovação da Assembleia Geral conforme artigo 10, inciso "i" deste Estatuto Social. **Artigo 13 -** As deliberações da Diretoria e os atos dos respectivos Diretores, no exercício regular de seus cargos, obrigam a Companhia, na forma da lei e do Estatuto Social, ficando os Diretores, em caso de violação, solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados a terceiros e acionistas. **Artigo 14 -** Qualquer ato ou negócio jurídico que implique responsabilidade ou obrigação da Companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados por seus 2 (dois) Diretores em conjunto. A Companhia poderá, ainda, ser representada pela assinatura conjunta **(i)** de um Diretor e de um procurador, ou **(ii)** de dois procuradores, em atos ordinários inerentes ao curso normal dos negócios e que não impliquem decisões de gestão estratégica ou assunção de riscos, tais como movimentações bancárias, pedidos de compras ordinários, pedidos costumeiros de registros e licenças perante órgãos governamentais, dentre outros, sempre nos estritos limites dos poderes expressamente outorgados no instrumento de mandato em questão. No caso de mandatos *ad judicia,* a Companhia poderá ser representada isoladamente ou conjuntamente por seus patronos devidamente constituídos perante as autoridades judiciais ou administrativas aplicáveis. **Parágrafo Único -** A nomeação de procurador(es) da companhia dar-se-á pela assinatura de 2 (dois) Diretores, nos termos do *caput,* agindo em conjunto. Os instrumentos de mandato deverão especificar os poderes conferidos aos procuradores e ser outorgados com prazo de validade não superior a 1 (um) ano, exceto em relação às procurações com finalidade exclusiva *"ad judicia"*, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Artigo 15** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, a prática de atos por qualquer dos Diretores ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **CAPÍTULO V. CONSELHO FISCAL: Artigo 16 -** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos, e igual número de suplentes, o qual funcionará em caráter não permanente. **Parágrafo 1º -** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, a pedido de acionistas, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **Parágrafo 2º -** Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio. **Parágrafo 3º -** Os membros do Conselho Fiscal somente farão jus à remuneração que lhe for lixada pela Assembleia Geral, durante o período em que o órgão funcionar e estiverem no efetivo exercício das funções. **Parágrafo 4º -** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. **CAPÍTULO VI. ACORDOS DE ACIONISTAS: Artigo 17 -** A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, cabendo à Administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias às suas disposições e, caso aplicável, ao presidente das Assembleias Gerais abster-se de computar os votos lançados em infração a tais acordos, bem como tomar as demais providências dos §§ 8º e 9º do artigo 118 da Lei das S.A. ("Acordos de Acionistas"). **Parágrafo Único -** Os administradores deverão cumprir e zelar pelo cumprimento dos Acordos de Acionistas e dos planos de negócios e orçamentos anuais aprovados nos termos dos Acordos de Acionistas e deste Estatuto Social. **CAPÍTULO VII. EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS: Artigo 18 -** O exercício social inicia-se a 1º de janeiro e encerra-se a 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente. **Artigo 19 -** A Diretoria deverá deliberar, no prazo máximo de dois meses a partir do fechamento de cada exercício, sobre as contas anuais e a proposta de aplicação do resultado do exercício. **Parágrafo Único -** Após prévia análise e manifestação dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, caso esteja instalado, nos termos da lei, as contas anuais e a proposta de aplicação do resultado do exercício deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária. **Artigo 20 -** O resultado do exercício apurado após a dedução dos prejuízos acumulados se houver, e da provisão para o imposto de renda, constituirá o lucro líquido do exercício, e terá a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, observado o disposto no artigo 193 da Lei das S.A.; (ii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório, no montante equivalente a 25% do lucro líquido do exercício; e (iii) o saldo, se houver, terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral. **Artigo 21 -** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como, mediante deliberação da Assembleia Geral, pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços, nos termos da legislação aplicável. A Companhia poderá, ainda, mediante deliberação da Assembleia Geral, pagar dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Artigo 22 -** Os dividendos intermediários ou intercalares e os juros sobre capital próprio distribuídos constituirão antecipação do dividendo e serão sempre imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 23 -** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos estabelecidos pela Assembleia Geral, respeitados os prazos máximos previstos em lei. Os dividendos e juros sobre o capital próprio, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados data em que tenham sido colocados à disposição do acionista prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 24 -** A Companhia poderá pagar participação nos lucros e/ou resultados a seus empregados e administradores, mediante deliberação da Assembleia Geral, nos montantes máximos fixados pela Assembleia Geral, observados os limites legais. **CAPÍTULO VIII. DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO: Artigo 25 -** A Companhia dissolver-se-á, liquidar-se-á ou transformar-se-á nos casos estabelecidos pela lei ou por deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo Único -** A própria Assembleia Geral estabelecerá a forma que se dará a dissolução, nomeando, para tanto, um ou vários liquidantes, cujo número deverá ser, sempre, ímpar, e fixar sua remuneração. **Artigo 26 -** A Companhia poderá transformar seu tipo societário mediante deliberação de acionistas representantes da maioria do capital social presente à respectiva Assembleia Geral, observado o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. **CAPÍTULO XI. ARBITRAGEM: Artigo 27 -** Toda e qualquer disputa ou controvérsia envolvendo a Companhia, seus acionistas, membros da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal, decorrente da interpretação, aplicação, violação ou execução dos termos deste Estatuto Social, ou de qualquer modo a ele relacionado, inclusive quanto à sua existência, validade, eficácia, cumprimento ou extinção ("Disputa"), que não seja resolvida amigavelmente na forma do Parágrafo 1º abaixo, será resolvida por arbitragem na forma prevista neste artigo. **Parágrafo 1º -** Na hipótese de verificação de uma Disputa, qualquer das partes envolvidas poderá dar início a procedimento de tratativas amigáveis mediante notificação neste sentido às outras partes envolvidas na Disputa, caso em que as partes envidarão esforços comercialmente razoáveis para resolver, de boa fé e em conformidade com seus interesses mútuos, a Disputa objeto da notificação. Não sendo possível resolver amigavelmente a Disputa dentro de 30 (trinta) dias contados do envio da notificação acima referida, qualquer das partes poderá iniciar o procedimento de arbitragem tratado a seguir. Para fins de esclarecimento, nada aqui contido será interpretado de modo a obrigar as partes a conduzir procedimento de mediação na forma da Lei n° 13.140/15. cuja instauração dependerá sempre de mútuo acordo entre as partes, a seu exclusivo critério. **Parágrafo 2º** - A arbitragem será administrada pelo Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC") acordo com o regulamento de arbitragem da CCBC ("Regulamento") em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem, com exceção das alterações aqui previstas. **Parágrafo 3º -** A arbitragem será conduzida por três árbitros ("Tribunal Arbitral"), sendo um nomeado pelo requerente e outro nomeado pelo requerido, na forma do Regulamento. Se houver mais de um requerente e/ou mais de um requerido, os requerentes e/ou requeridos deverão indicar em conjunto seu respectivo árbitro. Os dois árbitros assim indicados nomearão, de comum acordo, o terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, na forma do Regulamento. Caso qualquer dos três árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomear todos os membros do Tribunal Arbitral, de acordo com o previsto no Regulamento. Toda e qualquer controvérsia relativa à indicação dos árbitros pelas partes, bem como à escolha do terceiro árbitro, será dirimida pela CCBC. As partes afastam a aplicação de dispositivo do Regulamento que limite a escolha do árbitro único, coárbitro ou presidente do tribunal arbitral à lista de árbitros da CCBC. **Parágrafo 4º -** A arbitragem terá sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, local em que será proferida a sentença arbitral, será conduzida em português. A lei de arbitragem brasileira será a lei aplicável à arbitragem. O Tribunal Arbitral deverá julgar o mérito da Disputa de acordo com a lei brasileira aplicável e não deverá julgar por equidade. **Parágrafo 5º -** O Tribunal Arbitral poderá conceder as tutelas urgentes, provisórias e definitivas que entender apropriadas, inclusive as voltadas ao cumprimento específico das obrigações previstas ou decorrentes deste Estatuto Social. Qualquer ordem, decisão, determinação ou sentença proferida pelo Tribunal Arbitral será final e vinculante sobre as partes e seus sucessores, que renunciam expressamente a qualquer recurso. A sentença arbitral poderá ser executada perante qualquer autoridade judiciária que tenha jurisdição sobre as partes e/ou seus ativos. **Parágrafo 6º -** Cada parte arcará com os custos e as despesas a que der causa no decorrer da arbitragem e as partes ratearão em partes iguais os custos e as despesas cuja causa não puder ser atribuída a uma delas. A sentença arbitral atribuirá à parte vencida, ou a ambas as partes na proporção em que suas pretensões não forem acolhidas, a responsabilidade final pelo custo do processo, inclusive honorários advocatícios de sucumbência. **Parágrafo 7º -** As partes elegem o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para os fins exclusivos de (i) exigir judicialmente o pagamento de valores líquidos e certos que possam ser cobrados pela via de execução judicial independentemente de um prévio processo de conhecimento; (ii) assegurar a instituição da arbitragem; e/ou (iii) obter medidas urgentes para proteção ou salvaguarda de direitos previamente à instauração do Tribunal Arbitral, sem que isso seja considerado como renúncia à arbitragem. Qualquer medida concedida pelo Poder Judiciário deverá ser prontamente notificada à CCBC pela parte que requereu tal medida. O Tribunal Arbitral, uma vez constituído, poderá rever, manter ou revogar as medidas concedidas pelo Poder Judiciário. **Parágrafo 8º -** As Partes comprometem-se a não divulgar (e a não permitir a divulgação de) quaisquer informações de que tomem conhecimento e quaisquer documentos apresentados na arbitragem, que não sejam, de outra forma, de domínio público, quaisquer provas e materiais produzidos na arbitragem e quaisquer decisões proferidas na arbitragem, salvo se e na medida em que (i) o dever de divulgar essas informações decorrer da lei; (ii) a revelação dessas informações for requerida por uma autoridade governamental ou determinada pelo Poder Judiciário; (iii) essas informações tornarem-se públicas por qualquer outro meio não relacionado à revelação pelas partes ou por suas afiliadas; ou (iv) a divulgação dessas informações for necessária para que uma das Partes recorra ao Poder Judiciário nas hipóteses previstas na Lei n° 9.307/96. Toda e qualquer controvérsia relacionada à obrigação de confidencialidade será dirimida pelo Tribunal Arbitral de forma final e vinculante. **Parágrafo 9º -** Caso duas ou mais disputas surjam com relação ao presente Estatuto Social e/ou aos Acordos de Acionistas da Companhia, sua resolução poderá ocorrer por meio de um único procedimento arbitral. Antes da constituição do Tribunal Arbitral, caberá à CCBC consolidar as referidas disputas em um único procedimento arbitral, de acordo com o Regulamento. Depois da constituição do Tribunal Arbitral, a fim de facilitar a resolução de disputas relacionadas, este poderá, a pedido de uma das partes, consolidar o procedimento arbitral com qualquer outro procedimento arbitral pendente que envolva a resolução de disputas oriundas deste Estatuto Social e/ou dos Acordos de Acionistas da Companhia. O Tribunal Arbitral consolidará os procedimentos desde que (i) os procedimentos envolvam as mesmas partes; (ii) existam questões de fato e/ou de direito comuns entre eles; e (iii) a consolidação nessas circunstâncias não resulte em prejuízos decorrentes de atrasos injustificados para a solução de disputas. A competência para determinar a consolidação dos procedimentos e conduzir o procedimento consolidado será do primeiro tribunal arbitral constituído. A decisão de consolidação será final e vinculante sobre todas as partes envolvidas nas disputas e procedimentos arbitrais objeto da ordem de consolidação. **Parágrafo 10º -** A presente cláusula arbitral vincula todos os acionistas da Companhia, independentemente da espécie e classe de ação de que forem titulares, bem como os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e membros dos Comitês e outros órgãos técnico-consultivos aqui previstos ou que venham a ser instituídos. **CAPÍTULO XII. DISPOSIÇÕES GERAIS: Artigo 28 -** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e serão regulados nos termos da lei e de Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ/MF 59.588.111/0001-03 | NIRE 35.300.525.353 - (Companhia de Capital Autorizado)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora, Local: 30.04.2024, às 09 horas, na sede, Avenida das Nações Unidas, 14.171, 18º andar, São Paulo (SP). **Presença:** Totalidade do capital social. Presentes, também, os Srs. Alexandre Witzel Ibrahim, João Vagnes de Moura Silva e Sergio Augusto Malacrida Júnior, membros do Conselho Fiscal da Sociedade, bem como a Sra. Maria José de Mula Cury, sócia da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e os administradores do Banco. **Mesa:** João Henrique Batista de Souza Schmidt, Presidente; Rafael Norberto Fernandes, Secretário. **Deliberações Aprovadas: (i)** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados de forma resumida nas páginas E17 a E20 do Jornal "Valor Econômico" e divulgados em sua íntegra na página do "Valor Econômico" na internet, em 27/03/2024. **(ii)** A proposta de destinação do resultado da Sociedade, no montante de R$ 1.334.117.873,54, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023, da seguinte forma: **(a)** R$ 66.705.893,68 para a reserva legal, nos termos do Artigo 193 da Lei 6.404/76; **(b)** R$ 666.255.280,56 para distribuição aos acionistas, sendo que, conforme deliberações do Conselho de Administração de 31/03/2023, 30/06/2023, 29/09/2023 e 30/11/2023, respectivamente: (i) o valor bruto de R$ 312.000.000,00 foi distribuído antecipadamente a título de juros sobre o capital próprio, resultando em juros líquidos de R$ 265.200.000,00; (ii) o valor bruto de R$ 68.000.000,00 foi distribuído antecipadamente a título de juros sobre o capital próprio, resultando em juros líquidos de R$ 57.800.000,00; (iii) o valor bruto de R$ 120.000.000,00 foi distribuído antecipadamente a título de juros sobre o capital próprio, resultando em juros líquidos de R$ 102.000.000,00; e (iv) o valor bruto de R$ 250.000.000,00 foi distribuído antecipadamente a título de juros sobre o capital próprio, resultando em juros líquidos de R$ 212.500.000,00, com base na posição acionária verificada nas respectivas datas, proporcionalmente às participações detidas pelos acionistas no capital social, nos termos do Artigo 60, (v), do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 202 da Lei 6.404/76. Do valor total de juros sobre o capital próprio distribuído aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório do ano de 2023, conforme descrito acima, R$ 83.744.719,44 foram pagos a débito da conta de Reserva Estatutária do Banco, sem impacto, portanto, sobre a destinação de resultado do exercício; e **(c)** R$ 601.156.699,30 para a Reserva Estatutária, prevista no Artigo 60, (vi), do Estatuto Social da Sociedade. **(iii)** Para ocuparem os cargos no Conselho Fiscal da Sociedade, **indicados pelo acionista Banco do Brasil S.A.**, como **membro efetivo**, eleger o Sr. Valter Correia da Silva e, **como membro suplente**, reeleger o Sr. João Vagnes de Moura Silva; **indicados pelo acionista Votorantim Finanças S.A.**, como **membro efetivo**, eleger o Sr. Adjarbas Guerra Neto e, como **membro suplente**, reeleger o Sr. Luiz Aparecido Caruso Neto; **indicados de comum acordo**, como **membro efetivo**, reeleger o Sr. Sergio Augusto Malacrida Júnior e, como **membro suplente**, reeleger a Sra. Glaisy Peres Domingues, todos adiante qualificados, para o próximo mandato anual que vigorará até a AGO do Banco de 2025, registrando-se que o Sr. Valter Correia da Silva ocupará o cargo de Presidente do Conselho Fiscal, passando referido órgão a ser composto da seguinte forma: **Conselho Fiscal: Presidente: Valter Correia da Silva**, brasileiro, casado, servidor público, RG-SSP/SP 9695219, CPF 041.304.888-80, domiciliado em Brasília (DF); **Conselheiros efetivos: Adjarbas Guerra Neto**, brasileiro, divorciado, contador e advogado, RG-SSP/SP 23.331.930-X, CPF 181.842.828-85; e **Sergio Augusto Malacrida Júnior**, brasileiro, casado, economista, RG-SSP/SP 19.346.284-9 SSP/SP, CPF 166.532.868-19. **Conselheiros Suplentes**: **João Vagnes de Moura Silva**, brasileiro, casado, bancário, CNH 00095094818, CPF 584.043.411-68, domiciliado em Brasília (DF), **Luiz Aparecido Caruso Neto**, brasileiro, casado, administrador, RG-SSP/SP 12.682.626-2-SSP/SP, CPF 022.667.778-82; e **Glaisy Peres Domingues**, brasileira, solteira, contadora, RG-IFR/RJ 107109860, CPF 072.823.557-97, todos domiciliados em São Paulo/SP, exceto quando citado. **(a)** A posse dos membros do Conselho Fiscal em seus respectivos cargos fica condicionada à prévia homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil, ocasião em que assinarão os termos de posse correspondentes. Os membros do Conselho Fiscal ora eleitos declararam, que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil. **(b)** Ficam registrados ainda o recebimento, em 15/03/2024, da carta de renúncia do Sr. Daniel Alves Maria ao cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal e a não recondução do Sr. Alexandre Witzel Ibrahim ao cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal. **(iv)** A manutenção do montante anual e global de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria em até R$ 150.000.000,00, relativo ao exercício social de 2024, incluindo honorários, pró-labore, remuneração variável, incentivos de longo prazo, reajustes e encargos, conforme detalhamentos constantes da proposta do Conselho de Administração. **(v)** A fixação da remuneração individual dos membros do Conselho de Administração da Sociedade em R$ 62.492,61 por mês. **(vi)** A manutenção da remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal da Sociedade em R$ 20.000,00 por mês. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo (SP), 30.04.2024. **Acionistas:** p. Banco do Brasil S.A.: Leonardo Elisei de Faria; p. Votorantim Finanças S.A.: João Henrique Batista de Souza Schmidt e Mauro Ribeiro Neto. **JUCESP em 27/06/2024, sob nº 255.318/24-8. Maria Cristina Frei - Secretária Geral**

BANCO VOTORANTIM S.A.

CNPJ 59.588.111/0001-03 - NIRE 35.300.525.353

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2024

Data, hora, local: 10.05.2024, 08hs, na sede, Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, São Paulo/SP, com transmissão simultânea por videoconferência (Teams). **Convocação:** enviada por e-mail aos membros do Conselho de Administração em 03.05.2024. **Presença:** Presentes os Conselheiros Felipe Guimarães Geissler Prince, Francisco Augusto Lassalvia, Jairo Sampaio Saddi, João Henrique Batista de Souza Schmidt, Mauro Ribeiro Neto e Odilon Pinheiro de Almeida Junior. A ausência da conselheira Tarciana Paula Gomes Medeiros foi justificada. **Mesa:** Presidente: João Henrique Batista de Souza Schmidt, Secretário: Rafael Norberto Fernandes. **Deliberações aprovadas:** eleição de **Neudson Peres de Freitas**, abaixo qualificado, como membro do Comitê de Remuneração e Recursos Humanos do Banco, indicado pelo acionista Banco do Brasil S.A., para ocupar o cargo de membro titular do Comitê de Remuneração e Recursos Humanos do Banco, em substituição ao Sr. Emerson Luiz Zanin, no mandato bienal em curso, que vigorará até a posse dos eleitos pela Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2025, passando referido órgão a ser composto da seguinte forma: **Comitê de Remuneração e Recursos Humanos. Membros: Mauro Ribeiro Neto**, brasileiro, casado, advogado, RG-SSP/MG 12.798.455, CPF 096.002.066-78, domiciliado em São Paulo/SP; **Neudson Peres de Freitas**, brasileiro, bancário, casado, RG-SSP/MG 9.350.933, CPF 936.631.536-49, domiciliado em Brasília/DF; e **Odilon Pinheiro de Almeida Junior**, brasileiro, viúvo, engenheiro civil, RG-SSP/SP 6.781.154-1, CPF 060.645.888-37, domiciliado nos EUA, Miami, Estado da Flórida. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 10.05.2024. **Conselheiros**: João Henrique Batista de Souza Schmidt, Felipe Guimarães Geissler Prince, Francisco Augusto Lassalvia, Jairo Sampaio Saddi, Mauro Ribeiro Neto e Odilon Pinheiro de Almeida Junior. **Rafael Norberto Fernandes -** Secretário. **Arquivo na JUCESP em 20/06/2024, sob nº 226.305/24-7. Maria Cristina Frei** - **Secretária Geral**.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90120/2024,** referente ao processo nº **024.00112453/2024-86,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 26/08/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 13/08/2024,** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

SÃO MARTINHO S.A.

CNPJ/MF Nº 51.466.860/0001-56 - NIRE Nº 35.300.010.485

COMPANHIA ABERTA

ATA DA 285ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2024

I. Data, Hora e Local: 12.08.2024, às 13h30min, realizada na Rua Geraldo Flausino Gomes, nº 61, 13º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP. **II. Presença:** Membros representando a totalidade do Conselho de Administração.**III. Convocação:** 7.08.2024. **IV. Mesa:** Presidente: Guilherme Fontes Ribeiro. Secretário: Marcelo Campos Ometto. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(1)** Informações trimestrais revisadas de abril, maio e junho de 2024; **(2)** Voto favorável nas Assembleias Gerais das sociedades: **(a)** São Martinho Logística e Participações S.A ("SMLog"); **(b)** São Martinho Terras Imobiliárias ("SMTI"); **(c)** São Martinho Terras Agrícolas ("SMTA"); e **(3)** Adequações nas procurações públicas. **VI - Comitês:** Os coordenadores dos Comitês Financeiro, de Auditoria e de Gestão de Pessoas reportaram aos demais membros desse Conselho os trabalhos e discussões que antecederam essa reunião. **VII. Deliberações:** Abertos os trabalhos e instalada a reunião, o Presidente colocou em discussão e votação as matérias da ordem do dia. Os conselheiros deliberaram e aprovaram por unanimidade: **1)** As informações trimestrais de abril, maio e junho de 2024, revisadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda. **2)** Os votos favoráveis a serem proferidos nas Assembleias Gerais das sociedades, nos termos das propostas apresentadas pela Diretoria, que fica autorizada a realizar os atos necessários: **a) SMLog,** para (i) redução do capital social em R$ 3.099.000,00, com o cancelamento de 3.099.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, por ser parte dele excessivo em relação ao objeto da sociedade, conforme artigo 173 da Lei das Sociedade por Ações, e parte dele para compensação do prejuízo no valor de R$ 1.958.573,47, passando de R$ 3.100.000,00 para R$ 1.000,00, dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; (ii) Consolidação do Estatuto Social. **b) SMTI** para aprovar a instituição de servidão de passagem, a título gratuito, em trecho de aproximadamente 4.689 m², sendo 1.575 m² objeto da matrícula nº 24.534 e 3.114 m² objeto da matrícula nº 1.123, ambas do Oficial de Registro de Imóveis de Guariba. **c) SMTA** para aprovar a instituição de servidão de passagem, a título gratuito, em trecho de aproximadamente 14.564 m², sendo 9.233 m² objeto da matrícula nº 20.345 e 5.331 m² objeto da matrícula nº 5.205, ambas do Oficial de Registro de Imóveis de Guariba. **3)** As adequações nas procurações públicas: (i) da Companhia, para exclusão dos poderes de outorga de procuração ad judicia e assinatura de contratos de compra e venda e escritura pública e do procurador Roberto Pupulin; (ii) da SMTA, para substituição do procurador Roberto Pupulin por Elias Eduardo Rosa Georges, com os mesmos poderes, conforme proposta apresentada pela Diretoria. **VIII. Encerramento:** Nada mais havendo, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, ata lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Presidente da Mesa:** Guilherme Fontes Ribeiro. **Secretário da Mesa**: Marcelo Campos Ometto. **Conselheiros**: Guilherme Fontes Ribeiro. Marcelo Campos Ometto. João Carlos Costa Brega. Mauricio Krug Ometto. Murilo César Lemos dos Santos Passos. Nelson Marques Ferreira Ometto. Olga Stankevicius Colpo. Esta ata é cópia da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 12.08.2024.

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

EM DIFERENTES PLATAFORMAS E EM DIVERSOS CONTEXTOS, AS MARCAS DA EDITORA GLOBO SÃO A MELHOR OPÇÃO PARA O SEU ANÚNCIO, PORQUE ENTREGAM O QUE CADA PÚBLICO QUER: CONTEÚDOS DE QUALIDADE COM CREDIBILIDADE.

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

EDITORA GLOBO

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.